

Coleção Encontros em Psicologia Social

Coordenador: Deivis Perez

Volume III

Problemas, controvérsias e desafios atuais em psicologia social

Organização

Benedito Medrado
Marcela Montalvão Teti



ABRAPSO EDITORA

Coleção Encontros em Psicologia Social

Coordenador

Deivis Perez

Volume III

Problemas, controvérsias e desafios atuais em Psicologia Social

Organização

Benedito Medrado
Marcela Montalvão Teti



AbRAPSO EDITORA

Porto Alegre

2019



ABRAPSO

Associação Brasileira de Psicologia Social

A Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) é uma entidade civil, autônoma e sem fins econômicos que reúne e organiza pessoas dedicadas ao estudo, ensino, investigação e aplicação da Psicologia a partir de um ponto de vista social no Brasil. Desde a sua criação, no ano de 1980, a ABRAPSO busca ensinar a integração da Psicologia Social com outros campos, incentivar e apoiar o desenvolvimento de ações no campo sociocomunitário, bem como garantir o compromisso ético-político de profissionais, investigadores, especialistas e estudantes da área com as populações submetidas a desigualdades e explorações sociais e econômicas, em condição de opressão ou violência de qualquer ordem, contribuindo para a transformação da sociedade brasileira no sentido da justiça e da igualdade.

Todos os anos a ABRAPSO realiza encontros regionais ou nacionais dedicados a mobilizar e estimular a dialogia acerca da Psicologia Social. O seu compromisso com a sistematização e difusão de saberes se expressam por intermédio da publicação de literatura especializada pela ABRAPSO Editora e pela Revista Psicologia & Sociedade.

Site: <http://www.abrapso.org.br/>

Diretoria Nacional da Abrapso – Biênio 2018-2019

Presidenta: Maria das Graças Lima

1ª Secretária: Livia Gomes dos Santos

2º Secretário: Deivis Perez Bispo dos Santos

1ª Tesoureira: Maria Cristina Dancham Simões

2ª Tesoureira: Adriana Eiko Matsumoto

Suplentes: Ilídio Rodas Neves e Alexandre Pito Giannoni



ABRAPSO EDITORA

Editora Geral

Andrea Vieira Zanella

Editora Executiva

Ana Lúcia Brizola

Conselho Editorial

Ana Maria Jacó-Vilela – UERJ

Andrea Vieira Zanella - UFSC

Benedito Medrado-Dantas - UFPE

Conceição Nogueira – Universidade do Minho - Portugal

Francisco Portugal – UFRJ

Lupicinio Íñiguez-Rueda – UAB - Espanha

Maria Lúcia do Nascimento - UFF

Pedrinho Guareschi – UFRGS

Peter Spink – FGV



A Editora da ABRAPSO adota a licença da Creative Commons CC BY:

Atribuição-NãoComercial-SemDerivados - CC BY-NC-ND:

Esta licença é a mais restritiva das seis licenças principais, permitindo que os outros façam o download de suas obras e compartilhem-nas desde que deem crédito a você, não as alterem ou façam uso comercial delas.

Acesse as licenças: <http://creativecommons.org/licenses/>

P962

Problemas, controvérsias e desafios atuais em psicologia social [recurso eletrônico] / Organização de Benedito Medrado e Marcela Montalvão Teti. – Porto Alegre: Abrapso, 2019.

246 p.

(Coleção Encontros em Psicologia Social , Vol. 3).

ISBN: 978-85-86472-42-8

1. Psicologia social. 2. Políticas públicas. 3. Direitos humanos. 4. Democracia. 5. Brasil. I. Medrado, Benedito. II. Teti, Marcela Montalvão. III. Título.

CDU – 302

Conteúdo revisado por pares.

Apoios



O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001



Comissão de pareceristas

Prof. Dr. Eric Alvarenga

Prof. Dr. Juliana Vieira Sampaio

Prof. Dr. Jullyane Brasilino

Prof. Dr. Maria Lucia Chaves Lima

Prof. Me. Tiago Correa

Prof. Dr. Wanderson Vilton

Comissão de revisoras/es

Carolina Lins

Daniel Coelho

José de Oliveira Neto

Maríllia Torres

Monaliza Nascimento

Sumário

Coleção Encontros em Psicologia Social..... 7

Apresentação. Psicologia Social em tempos adversos: (re)uniões e (re)existências..... 10

Marcela Montalvão Teti e Benedito Medrado

I - Raça, gênero, classe e drogas: questões para a psicologia social 18

Adelle Conceição do Nascimento Souza; Benedito Medrado e Vivian Matias dos Santos

II - Crítica, ambiente e psicologia: aspectos psicossocioambientais e modos de vida no semiárido nordestino 44

Tadeu Mattos Farias, Fernanda Fernandes Gurgel, Leonardo Victor de Sá Pinheiro, Guilherme Paim Mascarenhas, Raquel Farias Diniz

III - Gênero e saúde mental nas tramas sociais: violências e seus efeitos na autonomia de mulheres 65

Jorge Luiz da Silva e Jorge Lyra

IV - Psicologia social e gênero: reflexões a respeito do Núcleo Sergipe da ABRAPSO no combate à violência contra a mulher 92

Marcela Montalvão Teti

V - “Tempestade de verão”: como a escola invisibiliza representações de sexualidade e gênero dissidentes 109

Elaine de Jesus Souza; Claudiene Santo e Wendell Rhamon dos Santos de Jesus Silva

VI - “Caruru de balbúrdia”: supervisão compartilhada em psicologia como prática de pesquisa 132

Mônica Lima, João Batista Alves, Fernanda Rebouças e Leila Grave

VII - E por que não cair de paraquedas? A ação conjunta nos CRAS 152

Nilton Santos da Silva e Maria Auxiliadora Teixeira Ribeiro

VIII - Uma conversa sobre revisão dialógica da literatura 177

Aline Lopes de Santana e Jefferson de Souza Bernardes

IX - As chamadas “facções criminosas” em tempos atuais: o que há de produção científica sobre o PCC? 201

Lauriston de Araújo Carvalho, Nara Fernandes Lúcio, Carmem Plácida Sousa Cavalcante, Tabita Aija Silva Moreira e Ilana Lemos de Paiva

X - Processos formativos em itinerâncias e grupalidades, transversalizadas pelo cuidado de si e do outro 226

Ricardo Pimentel Mélo

Sobre os(as) autores(as) 241

Coleção Encontros em Psicologia Social

A nossa Associação Brasileira de Psicologia (ABRAPSO) nasceu no princípio dos anos 1980 por meio da ação de profissionais, pesquisadores, estudantes e militantes que trabalhavam pela democratização do país e que, de maneira justificada, lutavam contra as violências e o terrorismo de estado engendrados pelos dirigentes da ditadura civil-militar sob as bênçãos dos seus apoiadores. Eram tempos em que segmentos de cidadãos autoproclamados cristãos, zelosos pela manutenção da propriedade privada e da família tradicional - supostamente ameaçadas pelo espectro do comunismo - apoiavam os assevajados agentes estatais em sórdidas maquinações dedicadas aos ataques à vida e aos abusos e covardias concretas e simbólicas contra pessoas identificadas como inimigas internas por ousarem rogar pelo respeito à humanidade.

Agora, quase 40 anos depois, encontramos-nos novamente num período ulterior a outro golpe de estado, perpetrado contra uma Presidenta eleita e injustamente deposta, após sombrios arranjos entre parlamentares, setores do judiciário e do empresariado, animados por uma avassaladora campanha midiática que direcionou e conduziu às ruas grupos sociais autoritários escoltados por parvos, hipócritas, cínicos e acumpliciados decididos a identificar e responsabilizar a Presidenta e o seu partido pelas seculares deformidades e vícios da política do Brasil. O desarranjo sociopolítico provocado por este golpe nos conduziu ao momento presente, em que temos como chefe do poder executivo da república um autocrata, que rotineiramente e com incompreensível filáucia, manifesta ser um azêmol, cuja obscura biografia assinala que foi um ex-militar desconceituado, menosprezado pelos próprios pares

e um parlamentar medíocre, que se mostrou incapaz de elaborar um único projeto relevante em décadas de carreira no Congresso.

Este desclassificado, elevado à presidência com a alcunha de *mito*, analogamente ao déspota Luís Bonaparte da França do século XIX, repete o mantra da necessidade de defesa da propriedade, família, religião e ordem e da luta contra as esquerdas políticas enquanto vandaliza todas as maneiras de convivência norteadas pelo apreço à socialidade ética e, simultaneamente promove a retirada de direitos sociais e cívicos da população, elimina leis dedicadas à defesa da classe trabalhadora e reduz drasticamente os investimentos em áreas fundamentais como a saúde, a ciência e a educação.

É nesta penosa e fatigante quadra histórica que a ABRAPSO e as pessoas que a integram são solicitadas à lide contra o enganoso, o ilegítimo, o perverso, o cruento, o malévolos, o aviltante e o desumano. Novamente, e como fizeram os pioneiros desta associação, é preciso entrajear os nossos mais elevados propósitos de fortalecimento de uma Psicologia Social engajada e situada socialmente, comprometida com a classe trabalhadora e com o fim de toda a exploração e opressão. É, sem dúvida, uma Psicologia de feições revolucionárias que demanda esforços para a produção e divulgação de saberes, métodos e fazeres sintonizados com a transmutação social na perspectiva da superação das mazelas das sociedades capitalistas. É para atender a essa necessidade que os livros que integram a Coleção *Encontros em Psicologia Social* têm sido regularmente publicados pela ABRAPSO Editora.

Especificamente buscamos alcançar dois objetivos articulados e complementares entre si:

- Registrar, por intermédio da edição das obras da Coleção, a dialgia e os conhecimentos que circularam e foram sistematizados nos Encontros ABRAPSO dos Regionais Norte, Minas Gerais, Nordeste, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, os quais foram realizados entre meados de 2018 e o primeiro semestre de 2019.

- Tornar disponíveis e difundir saberes da Psicologia Social em sua interface com os constructos acadêmico-científicos, ensejando

tanto a ideação e a consubstanciação de fazeres críticos quanto à integração e cooperação entre professores, estudiosos, especialistas, discentes graduandos e pós-graduandos e integrantes de movimentos sociais para subsidiar e ensejar a superação dos graves e persistentes problemas que vivenciamos no Brasil contemporâneo.

Todos os livros da Coleção estão disponíveis em formato eletrônico e podem ser obtidos gratuitamente no sítio eletrônico da ABRAPSO.

Boa leitura!

Deivis Perez
Coordenador da Coleção

Apresentação

Psicologia Social em tempos adversos:

(re)uniões e (re)existências

Marcela Montalvão Teti

Benedito Medrado

O Brasil vive um período histórico marcado pela perda de direitos, pelo levante neoliberal, pelo recrudescimento da ultradireita, de movimentos claramente fascistas, o que exige reflexão crítica e apontamentos para novos caminhos. Buscando contribuir com essa tarefa, este livro reafirma o papel da Psicologia Social na transformação da realidade brasileira. (RASERA; PEREIRA; GALINDO, 2017, p. 17).

Esta coletânea reúne textos que conversam diretamente com os diálogos que alimentaram o VI Encontro Regional Nordeste da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) realizado entre os dias 08 e 10 de maio de 2019, em Sergipe. Essa foi a primeira vez que se realizou um evento Regional na cidade de Aracaju, na Universidade Federal de Sergipe (UFS).

A partir de uma densa reflexão sobre o panorama político atual, a comissão científica do encontro elegeu como tema “Psicologia Social: desafios e contribuições em tempos de crise”. Em linhas gerais, consideramos que o evento transcorreu a partir de ricos momentos e

discussões muito frutíferas, apesar da “crise da educação” que, como diria Darcy Ribeiro “não é uma crise, é um projeto” (Carta Capital, 2019); um projeto político que nos preocupa e que ignora (ou se contrapõe de forma radical a) pautas importantes dos movimentos em defesa dos direitos humanos, no Brasil e em âmbito global. Este projeto político preocupa sobremaneira aquelas e aqueles que se inserem no campo de estudos e atuação profissional em psicologia social.

Desde o golpe político que se configurou em nosso país, entre 2015 e 2016, vivemos um período de retrocessos e de perdas significativas de direitos, como enfatizam Rasera, Pereira e Galindo (2017) na citação que dá início a essa apresentação. Com a eleição de Jair Bolsonaro para a Presidência do Brasil este cenário de crise/projeto só se agrava. Setores governamentais estratégicos recebem menos verbas para suas demandas, afetando a população brasileira que depende de educação, saúde, assistência, habitação, saneamento e mobilidade pública.

Neste sentido, a ABRAPSO como espaço de resistência, denuncia e se opõe a este recrudescimento das políticas públicas no Brasil. E foi neste contexto de retrocessos e resistências que o Encontro Regional foi realizado. Essa resistência se alicerça em princípios que a nossa Associação defende, desde sua fundação.

Vale lembrar que a ABRAPSO foi fundada em 1980, momento de reabertura política e democrática, depois de quase duas décadas de regime militar. A ABRAPSO surge em São Paulo, no momento em que o ABC paulista estava em efervescência, em comícios do então sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva, hoje liderança política internacionalmente reconhecida, mas privado de liberdade, a partir de um processo imerso em um cenário político controverso.

Numa dimensão histórica, a criação da ABRAPSO foi uma resposta favorável potente à crise teórica e ética pela qual passava a Psicologia social que, na década de 1980, percebia como limitada e limitante os referenciais teóricos provenientes dos Estados Unidos pautados por uma ordem homogênea dos modos de vida, que discrimina e vai de encontro ao que defende a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Por outro lado, via-se como promissoras metodologias

que prezassem por discursos locais, modos de existência nacionais e posições declaradas em favor das, assim chamadas, “minorias sociais”.

A ABRAPSO se desenvolveu dialogando com trabalhadoras/es, populações oprimidas, pessoas que se encontram na base da pirâmide social. Hoje, mantendo os mesmos princípios de sua formação, a ABRAPSO busca fomentar a construção de teorias e práticas comprometidas com uma sociedade mais justa, universalização de direitos e efetivação da cidadania.

O VI Encontro Regional Nordeste da ABRAPSO começou a ser desenhado durante o XIX ENABRAPSO, realizado em Uberlândia, Minas Gerais e aconteceu em Sergipe, entre os dias 08 e 10 de maio de 2019, com a temática “Psicologia Social: desafios e contribuições em tempos de crise”. Ele foi exemplo de resistência. Resistência à burocratização e privatização do espaço público. Mas ao mesmo tempo, foi a afirmação da Universidade como lócus de produção de conhecimento e da defesa da educação pública de qualidade.

Foi, portanto, o efeito da luta democrática na realização de um Encontro político, voltado para o social e para a crítica do atual governo brasileiro e suas estratégias de destruição dos direitos dos trabalhadores e dos espaços conquistados e construídos para eles. A Universidade Federal de Sergipe, a despeito dos obstáculos institucionais, foi local de “balbúrdia”, não sem seu sentido pejorativo (associado a desordem, tumulto, bagunça, caos, esculhambação), mas na afirmação positiva de expressões de agitação, babel de encontro de diferenças, sem a pretensão de consensos ou sobreposições/imposições de ideias, afinal, o contrário de “balbúrdia” seria exatamente a arrumação, organização, sossego e calma, expressões utilizadas em geral para descrever situações ou práticas de silenciamento impostas por uns sobre outrem.

Assim, nosso encontro traduziu-se, acima de tudo, em um esforço de tornar mais estreitos os espaços de diálogo sobre a realidade política atual que atravessa estruturalmente a universidade brasileira e outros espaços de produção autônoma de conhecimento. Tendo em vista seus impactos e relevância acadêmica, com ele foi ainda possível fomentar o interesse pela pesquisa em Psicologia e áreas afins, como

também contribuir para a formação histórico-política de graduandos e pós-graduandos, profissionais da área há muito fora das universidades e campos de acadêmico-científicos.

Para esta coletânea foram selecionados textos produzidos por pessoas especiais que atuam em diferentes estados do Nordeste, convidadas a compor a programação do VI Encontro Regional Nordeste da ABRAPSO. Algumas dessas pessoas convidaram parceiros/as para atuarem como co-autores/as.

Esses textos foram submetidos a uma comissão de pesquisadores doutores que produziram pareceres sobre os textos, sem a identificação do/a autor/a (avaliação às cegas). Os textos foram posteriormente revisados por uma comissão especial de estudantes de mestrado e doutorado vinculados ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFPE.

Os textos selecionados exploram questões relativas à ciência, formação e atuação profissional em tempos adversos, pensando caminhos, problemas e controvérsias para os conhecimentos e práticas em psicologia social atualmente produzida no Brasil.

Assim, iniciamos o livro com um texto de Adelle Conceição do Nascimento Souza, Benedito Medrado e Vivian Matias dos Santos (sediadas/os em Pernambuco) que anunciam como urgente e reparador o exercício de leitura da realidade social brasileira por meio de lentes que apostem na coalizão político-epistêmica entre as abordagens decolonial e feminista negra. Esse exercício, como defendem as autoras e o autor, possibilitam potencializar nossas leituras sobre como se expressam e se articulam, historicamente, a exploração e modos diversos de opressão, inclusive no campo da produção científica.

No capítulo seguinte, Tadeu Mattos Farias, Fernanda Fernandes Gurgel, Leonardo Victor de Sá Pinheiro, Guilherme Paim Mascarenhas, Raquel Farias Diniz (sediadas/os no Rio Grande do Norte) apresentam uma leitura psicossocioambiental crítica sobre o semiárido nordestino, a partir da qual dialogam sobre a diversidade da produção de modos de vida que se dá como produção de territórios, numa dinâmica que implica a interação entre pessoas e ambientes, mediada por aspectos

políticos, sociais, econômicos, culturais e subjetivos, que colocam em tensão elementos de apropriação e de dominação diversos.

No terceiro capítulo “Gênero e saúde mental nas tramas sociais: violências e seus efeitos na autonomia de mulheres”, Jorge Luiz da Silva e Jorge Lyra (sediados em Pernambuco) destacam a estreita relação entre as mais diversas formas de violência contra as mulheres e sua autonomia, cujos atravessamentos advêm tanto de seus relacionamentos pessoais, com companheiros e familiares, como institucionais, com presença forte dos dispositivos da saúde e da segurança pública, em movimentos que frequentemente adoecem as mulheres por forçá-las a disputar sua coerência interna com os discursos hegemônicos sobre as posições das mulheres na sociedade.

O quarto capítulo, de autoria de Marcela Montalvão Teti (sediada em Sergipe), versa sobre a problemática da violência contra a mulher, também a partir de uma perspectiva psicossocial de gênero, problematizando as diversas formas de organização que profissionais da psicologia e especialmente, da psicologia social e comunitária, podem colocar em prática para se fortalecer e atuar por meio de estratégias que suspendem verdades, modificam jogos de relações de poder e des-subjetivam identidades, oferecemos resistência às práticas cristalizadas que operacionalizam modos seculares de violência sobre a mulher.

No capítulo seguinte, Elaine de Jesus Souza, Claudiene Santos e Wendell Rhamon dos Santos de Jesus Silva (sediadas/os em Sergipe) focalizam o campo da educação e cultura, apresentando uma análise do filme “Tempestade de Verão”, relacionando-a com leituras sobre as concepções de estudantes em uma escola pública de Aracaju/SE. As autoras e o autor argumentam que o cinema é um artefato cultural potente como pedagogia cultural que pode incitar abordagens socioculturais e políticas acerca das temáticas sexualidade e gênero na escola, capazes desestabilizá-las por meio da problematização.

Explorando questões relativas ao cotidiano na produção de conhecimento e da formação acadêmica, Mônica Lima, João Batista Alves, Fernanda Rebouças e Leila Grave (sediados/as na Bahia), apresentam

no sexto capítulo uma inflexão sobre formação e estágio em psicologia focalizando a supervisão compartilhada (SC), fundamentadas na psicologia social de orientação construcionista. As autoras e o autor dialogam a partir de experiências de estágio supervisionado em Psicologia e Atenção à Saúde, oferecido pelo curso de Psicologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), nos últimos 10 anos.

“E por que não cair de paraquedas?” é a pergunta a partir da qual Nilton Santos da Silva e Maria Auxiliadora Teixeira Ribeiro (sediados em Maceió) problematizam, no capítulo seguinte, a fala recorrente de profissionais que atuam nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) de terem “caído de paraquedas” nos espaços de trabalho do SUAS. O debate é norteado pelo conceito de “ação conjunta”, fundamentado na perspectiva do construcionismo social e do referencial teórico-metodológico para estudo das Práticas Discursivas e Produção de Sentidos.

Aline Lopes de Santana e Jefferson de Souza Bernardes (sediados em Alagoas) apresentam no capítulo 08 uma importante contribuição aos estudos sobre Revisão Dialógica da Literatura, a partir de um posicionamento construcionista social e dos estudos sobre práticas discursivas e produção de sentidos. Dialogando especialmente com Alfonso Montuori e Sharon Walker, Aline e Jefferson definem este exercício como uma tessitura artesanal de diálogos e conexões entre/com textos, explorando seus muitos sentidos e sensibilidades.

Em seguida, Lauriston de Araújo Carvalho, Nara Fernandes Lúcio, Carmem Plácida Sousa Cavalcante, Tabita Aija Silva Moreira e Ilana Lemos de Paiva (sediados/as no Rio Grande do Norte) dialogam no capítulo 09 sobre a produção científica acerca da chamada facção Primeiro Comando da Capital (PCC), através de uma revisão de literatura sistemática.

Para finalizar, no capítulo 10, Ricardo Pimentel Mélo (sediado no Ceará) apresenta, de forma especial, a defesa de ética agenciadora de cuidados nos processos de formação, compreendidos como devires, que só se tornam possíveis em grupalidades, transversalizadas. Ricardo

produz uma leitura crítica sobre a universalização e a normalização de modos de subjetivação, potencializada no cenário político atual, que tem transformado nossas relações cotidianas em produtos de consumo, a partir de processos colonial-capitalísticas.

Em linhas gerais, compreendemos este livro como um dos efeitos diretos do processo de resistência a leituras nefastas sobre a educação pública e sobre valores eticamente importantes, em nosso país. Ele é resultado de um trabalho coletivo, envolvendo profissionais de vários estados do Nordeste, que abraçaram esta proposta de Encontro com todos os seus percalços.

Neste livro encontramos parceiros/as de militância acadêmica e de ativismo social, parceiros/as de construção, no sentido de lutar por uma psicologia humanizada ‘de fato e de direito’, voltada para as bases, articuladora; uma psicologia política e coletiva. Mas, acima de tudo, encontramos aqui uma rede de apoio, de solidariedade, uma rede empática, motivadora, composta por agentes transformadores de realidade, dispostos a “não soltar a mão de ninguém” nesta disputa por uma sociedade justa, igualitária e democrática.

Agradecemos a todas e todos que tornaram possível à realização do evento e a concretização deste livro, especialmente a Serginho (Sérgio Aragaki), que com muito carinho, disponibilidade e cuidado contribuiu sobremaneira para a concretização do evento e à equipe de pareceristas (Eric Alvarenga, Juliana Sampaio, Jullyane Brasilino, Maria Lucia Chaves Lima, Tiago Correa e Wanderson Vilton) e de revisoras/es (Carolina Lins, Daniel Coelho, José de Oliveira Neto, Maríllia Torres e Monaliza Nascimento) que, certamente, realizaram essa tarefa não apenas pelo compromisso acadêmico, mas pelos vínculos que os unem ao projeto político-afetivo da ABRAPSO. Esses vínculos se produzem, parafraseando Paulo Freire, porque amamos as pessoas e o mundo; por isso resistimos, lutando pela justiça social, antes que a caridade se configure como horizonte.

Referências

CARTA CAPITAL. **O sucateamento e o desmonte da educação pública no Brasil**. 2019. Recuperado de <https://biblio.cartacapital.com.br/o-sucateamento-e-o-desmonte-da-educacao-publica-no-brasil/>

RASERA, Emerson F.; PEREIRA, Maristela de S.; GALINDO, Dolores. (Org.). **Democracia participativa, estado e laicidade: psicologia social e enfrentamentos em tempos de exceção**. Porto Alegre: ABRAPSO, 2017.



Raça, gênero, classe e drogas: questões para a psicologia social

Adelle Nascimento

Benedito Medrado

Vivian Matias dos Santos

Consideramos que para a Psicologia Social é urgente e reparador o exercício de leitura da realidade brasileira por meio de lentes que apostem na coalizão político-epistêmica entre as abordagens decolonial e feminista negra. Tais lentes potencializam a nossa compreensão sobre como se expressam e se articulam, historicamente, as opressões e exploração.

Assim, esse capítulo tem como proposta apresentar algumas reflexões de orientação epistemológica desobediente, que deram sustentação ao desenvolvimento de uma dissertação de mestrado intitulada “Produção jornalística sobre mulheres negras e pobres que usam drogas ilícitas em Recife/PE: esse corpo de lama que tu vê”.

Este capítulo, em particular, está dividido em duas partes. Na primeira, denominada “Colonialidade, genocídio e proibicionismo no campo das drogas”, discorremos (a) sobre como os processos de colonização determinaram formas hierárquicas de dominação de

corpos que estão intrinsecamente atravessadas por processos racistas, cisheteropatriarcais e capitalistas e (b) como o racismo constitui o Estado a partir de seu projeto genocida e sustenta as engrenagens do proibicionismo das drogas. Na segunda parte, intitulada “Mulheres negras e pobres e os atravessamentos da dinâmica proibicionista”, abordamos como gênero, raça e classe se interseccionam e produzem formas desiguais de opressão na vida de mulheres negras e pobres. A partir do feminismo negro, como uma ferramenta ético-política de denúncia das opressões vividas pelas mulheres negras e pobres, podemos perceber de modo explícito como tais opressões e desigualdade de classe compõem especificidades do que poderíamos definir como uma “colonialidade à brasileira”.

A partir dessas leituras, localizaremos o proibicionismo como um dispositivo genocida e refletiremos acerca do seu efeito nos corpos e na vida das mulheres negras e pobres que usam drogas ilícitas.

Colonialidade, genocídio e proibicionismo no campo das drogas

Os estudos decoloniais dão visibilidade aos legados do violento processo de colonização imposto à América Latina e ao Caribe e denunciam como este processo produziu e produz opressão direta aos povos originários e aos povos escravizados da África. As políticas de exploração e extermínio coloniais adotaram como centralidade a produção de não humanidades desses povos, em prol de um projeto político econômico europeu, branco, cisheteronormativo e burguês de dominação (GONZALES, 2011; LUGONES, 2014). Desse modo, pensar em temas como a gestão política sobre o uso de drogas requer um exercício de deslocar (in-comodar) memórias e ideias.

Autoras como Lélia Gonzales (2011) e Maria Lugones (2014) afirmam que a violenta colonização da América Latina e do Caribe teve como premissa a categorização hierárquica da sociedade pelos europeus colonizadores. Estes se sentiram no direito de definir as

hierarquias de dominação, de forma racialmente estratificada, dicotômica e homogênea, cujo principal objetivo era legitimar a pretensiosa superioridade dos/as colonizadores/as sobre os colonizados/as.

Para Maria Lugones (2014), a principal e central divisão hierárquica que determinou o funcionamento ético, político e econômico no período da colonização foi a racial, que definiu a categoria de não humanidade para as pessoas não-brancas – indígenas e negras - e de humanidade para as pessoas brancas. Os povos originários e escravizados foram considerados como “animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens” (LUGONES, 2014, p. 936).

A pretensão dos colonizadores brancos e europeus em destituir as/os indígenas, negros e negras de seus lugares de humanidade teve e tem como principal objetivo a supremacia da branquitude, utilizando como mecanismos para manutenção desse lugar um projeto político de embranquecimento da sociedade (CARNEIRO, 2005; NASCIMENTO, 2017). Projeto este que se propôs (e se propõe na atualidade), ao aniquilamento das culturas, subjetividades e existência das/os indígenas e negras/os.

Para Maria Lugones (2014) o “homem europeu, burguês, colonial moderno tornou-se um sujeito/agente, apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão” (p. 936). Foi a pretensão de superioridade de certos povos sobre outros, a partir de condições fenotípicas e “civilizatórias”, que se determinou durante o colonialismo a estruturação de uma sociedade latino-americana e brasileira alicerçada sob um modo operante de opressão racista, cisheteropatriarcal e capitalista (AKOTIRENE, 2019).

Ocorre que, ao ser superado o colonialismo, que foi a “dominação direta, política, social e cultural dos europeus sobre os conquistados de todos os continentes” (QUIJANO, 1992), vivemos a permanência da dominação colonial por meio do que Quijano (1992) denomina colonialidade, conceito indispensável para o desenvolvimento das reflexões contidas neste escrito.

A colonialidade tem como alicerce: (a) a **racialização** das relações de produção capitalistas que estruturam as relações sociais de modo mais amplo; (b) o **eurocentrismo**, tomado como modelo civilizatório branco, cisheteropatriarcal e burguês; (c) após findadas as administrações coloniais diretas, a emergência do Estado-Nação que é situado como periferia econômica e cognitiva no globo, bem como emerge exercendo o papel de agente reprodutor da lógica periferalizante capitalista, racializante e cisheteropatriarcal. Neste sentido, considerar a colonialidade é aqui indispensável, já que nos permite pensar o modo como o Estado elabora e executa políticas considerando este aspecto que lhe é historicamente inerente.

No que se refere à racialização e ao racismo que lhe é intrínseco, Abdias do Nascimento (2017) em seu livro **O genocídio do negro brasileiro** reforça esse lugar de opressão ao afirmar que as/os africanas/os escravizadas/os eram consideradas/os como subumanas/os ou inumanas/os e que serviam apenas para função econômica de força de trabalho. Assim, o capitalismo produz corpos coisa, corpos que devem ser dominados para tornar combustível de sua engrenagem.

Assim, indígenas originários/as da Américas e negras e negros escravizados/as da África foram destituídos/as de seus lugares de sujeitos, de seus territórios e culturas. Tiveram seus costumes, hábitos, crenças e conhecimentos julgados e deslegitimados. Na busca de ratificar o lugar de não humanidade destinados a essas pessoas, os colonizadores/as estabeleceram formas de controle e produziram práticas de crueldade sobre as/os colonizadas/os.

Como afirma Maria Lugones (2014) “a negação é a colonialidade”. Adjetivos como “bestiais e, portanto, não gendradas, promíscuas, grotescamente sexuais e pecaminosas” (p. 936) eram utilizados para descrever essa “categoria de não-humanos”. Assim, olhar para esses processos colonizadores é entender que mesmo

com o fim da colonização as suas marcas não se findam, estes corpos permanecem bestializados e desumanizados pela colonialidade do poder, do saber e do ser. Estas marcas se atualizam e determinam a lógica de funcionamento da nossa sociedade, a partir dos aspectos éticos, políticos, culturais, religiosos, subjetivos e cognitivos.

Pensar a partir da matriz decolonial é entender que o projeto ético-político e econômico colonial tem em seu bojo a proposta de apagamento da cultura e subjetividade das pessoas negras. É um projeto político que se sustenta no exercício de poder focado na super-exploração e no genocídio dessa população. Este impactou na forma com que as pessoas colonizadas se relacionavam com a terra, com a religião.

Segundo Wade Nobles (2009), a colonização só deu (dá) certo porque, além de colonizar territórios, ela também colonizou subjetividades. A partir da produção de imagens e formas de existir que associam as/os negras/os a imagens negativadas, produz desordens de alienação e autodestruição nessas pessoas. É uma construção de processos de subjetivação que aniquila subjetividades. A colonialidade reforça um não lugar para essas pessoas, reduz as potências de vida, desconecta da terra, da espiritualidade, deslegitima modos de existir em detrimento de uma única referência do branco colonizador. Assim, funciona produzindo relações desiguais e de subalternidades, oprimindo de forma ferrenha e produzindo genocídio principalmente a quem está no extremo oposto desse lugar de referência de superioridade colonial: as mulheres negras e de periferia.

Entendemos genocídio a partir de Abdias do Nascimento (2017) que descreve este como uma série de mecanismos que corroboram para a aniquilação da cultura, costumes, linguagem, religião e existência de determinado grupo humano. A partir de suas reflexões podemos entender de forma específica como esses projetos de colonialidade genocida investem esforços para oprimir, violentar e aniquilar as mulheres negras.

Segundo o autor, as formas de genocídio se estabeleceram a partir da política de embranquecimento e mestiçagem e visavam o aniquilamento das/os negras/os. Assim, foram estabelecidas formas de clarear a população, como no estupro da mulher negra – prática permeada pela intersecção entre o racismo e cisheteropatriarcado. Assim, dentro de uma lógica de colonialidade, é legitimado o padrão branco como um objetivo a ser alcançado e determina a ascensão dos não-humanas/os a qualidade de humanas/os a partir da política de embranquecimento (NASCIMENTO, 2017).

A sociedade brasileira apresenta um movimento coletivo e hegemônico para alcançar esse referencial de homem branco, cisheterossexual e burguês. A busca desse lugar nada mais é do que a busca de alcançar poder (CARNEIRO, 2005; NASCIMENTO, 2017). Até hoje temos atualizações desse processo, como por exemplo, um grande número de mulheres negras que alisam o cabelo para se sentirem com o padrão de referência branco.

Dentro das particularidades da racialização e do racismo no Brasil, destaca-se a constituição da ideia de “mito da democracia racial”, que tem uma de suas maiores referências no sociólogo pernambucano Gilberto Freyre. Esta ideia, enraizada no solo de uma academia científica branca e eurocentrada, faz com que acreditemos que estamos todas e todos em harmonia e que ocupamos os lugares de forma igual (CARNEIRO, 2005; NASCIMENTO, 2017).

Segundo Abdias do Nascimento (2017) esse é o estilo brasileiro de racismo, como expressado na citação abaixo:

Institucionalizado de forma eficaz nos níveis oficiais de governo, assim como difuso e profundamente penetrante no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país [...] a história não oficial do Brasil registra o longo e antigo genocídio que se vem perpetrando contra o afro-brasileiro. Monstruosa máquina ironicamente designada “democracia racial” que só concede aos negros um único “privilegio”: aquele de se tornarem brancos, por dentro e por fora (NASCIMENTO, 2017, p. 111).

Portanto, o Estado, cumprindo o papel que lhe cabe na colonialidade, tem dispositivos de controle que mantém o poder na mão da elite branca (CARNEIRO, 2005). O mito de democracia racial esconde a existência de mecanismos de manutenção dos lugares destinados às pessoas negras e pobres na nossa sociedade, desde a época da escravidão e colonização até os dias atuais (CARNEIRO, 2005; NASCIMENTO, 2017).

Tomando como referência o contexto brasileiro, é possível perceber que o controle dos corpos das populações negras ocorreu na gênese da formação do Estado, e que ao longo da história diversos dispositivos atuaram na manutenção dos privilégios de cor.

O devir histórico sugere que o proibicionismo ou proibição de algumas drogas é mais uma forma do racismo constituir o Estado, bem como meio de reprodução da supremacia da branquitude pelo Estado. O proibicionismo ou proibição de algumas drogas é, também, uma forma de controle desses corpos e de manutenção deste lugar. Se configura atualmente como uma das formas mais contundentes do racismo expresso, operando ao máximo seu poder de morte (NASCIMENTO; RODRIGUES, 2019).

O proibicionismo ou proibição de algumas drogas é entendido como um dispositivo racista que produz formas de exclusão e opressão principalmente para a população negra e pobre. Tem seus mecanismos operando a partir de uma lógica de julgamento e criminalização das práticas, cultura, corpos e autonomia do povo negro (BOITEUX, 2006; LUNARDON, 2015; SAAD, 2013).

Impacta profundamente e de modo particular, a vida das mulheres negras como pessoas que fazem uso de drogas e podem estar nas relações do tráfico ao qual o Estado responde com o extermínio e encarceramento. Além disso também suas vidas são impactadas pelo extermínio e encarceramento de homens negros presentes em suas vidas como companheiros, filhos, familiares, amigos, vizinhos, etc. Um impacto que a arte e a música negra têm retratado, conforme a canção de Luedji Luna (2017):

Cabô, vinte anos de idade
Quase vinte e um
Pai de um, quase dois
E depois das 20 horas
Menino, volte pra casa!
Cabô

Ô Neide, cadê menino?

Cabô, quinze anos de idade
Incompletos seis
Eram só 6 horas da tarde
Cabô, cadê menino?

Quem vai pagar a conta?

Quem vai contar os corpos?
Quem vai catar os cacos dos corações?
Quem vai apagar as recordações?
Quem vai secar cada gota
De suor e sangue
Cada gota de suor e sangue

Faz-se necessário localizar os atravessamentos do proibicionismo ou proibição de algumas drogas e de seu projeto genocida com a ilicitude das drogas. Conforme já explicitamos, diversas/os autoras/es debatem a proibição das drogas e sua relação com práticas racistas e de criminalização social das pessoas pretas e pobres. Denunciam que dentro do processo histórico, principalmente a partir da falaciosa abolição da escravidão, temos o reconhecimento de diversas práticas persecutórias e de criminalização dessa população, com o objetivo de legitimar e manter o lugar de subalternidade destinado às pessoas negras. Nesse cenário, temos a criminalização de práticas e costumes, como o uso de algumas drogas como a maconha que veio principalmente com as/os negras/os escravizadas/os de Angola, o samba, a capoeira e os cultos de matriz africana, que também entraram no escopo das prá-

ticas ilegais. Suas/seus praticantes eram tidas e tidos como marginais e vagabundas/os (LUNARDON, 2015; SAAD, 2013).

Com o suposto fim da escravidão, era necessária a constituição de formas de continuar a produção de ‘corpos coisa’ para serem explorados pela máquina do capital amparada pelo Estado. Historicamente políticos e autoridades formularam uma série de decretos que reforçavam o caráter proibitivo do uso de algumas substâncias. Tomando como exemplo a maconha, Jonas Lunardon (2015) afirma que “os sentidos e significados dessa coletividade reunida a partir do consumo da maconha era de interesse e preocupação das elites e serviram como ferramenta para o processo de estigmatização da própria cultura negra” (p. 07). Importante ressaltar que na proibição e até na criminalização do uso de maconha, assim como da prática do samba, da capoeira, como provenientes da diáspora africana, havia um sentido de impedir a possibilidade de práticas de construção coletiva do povo negro, de sua resistência.

O historiador Jorge Emmanuel Luz Souza (2012) descreve que o modelo do proibicionismo brasileiro se constituiu a partir de duas vertentes. A primeira foi a interferência dos Estados Unidos da América e dos tratados inseridos no contexto global de pactuações; e o segundo tem características internas relacionadas com a política de estado do governo Getúlio Vargas e da Revolução de 1930.

Luciana Boiteux (2015a) sinaliza que o primeiro momento em que o Brasil foi protagonista na política proibicionista ou de proibição de algumas drogas ocorreu em 1830 no Rio de Janeiro, mesmo antes da referida substância ter sido incluída dentro das listas internacionais de substâncias proibidas. A autora ainda relata um segundo momento onde o Brasil foi protagonista, também debatendo o uso da maconha. Este ocorreu em 1924, na II Conferência Internacional Sobre Ópio. Na ocasião, o delegado brasileiro Pernambuco Filho, advogou pela inclusão da maconha na lista das substâncias proscritas, sendo a proposta aprovada na conferência.

Ao refletir sobre o modelo proibicionista pautado no modelo de “guerra as drogas,”

Adelle Nascimento e Anne Rodrigues (2019) afirmam que este embate “é parte da estratégia criada pelo racismo para capitalização do poder de morte sobre a vida, da transformação da liberdade em mercadoria para os complexos prisionais, assim como foi o *plantation* durante a escravidão” (p. 145).

Assim, desde as premissas do nascimento do modelo proibicionista ou de proibição de algumas drogas até os dias atuais, temos presenciado o enorme sucesso da política proibicionista, se considerarmos ao que ela de fato se propôs: violentar, encarcerar e exterminar a população negra brasileira. Segundo Eduardo Viana Vargas (2008) no século XX houve uma expansão coletiva do controle do uso, comércio e produção de certas substâncias praticamente a nível internacional. A proibição, segundo o autor, estava atrelada efetivamente aos interesses da promissora indústria farmacêutica associada às repressões jurídicas.

Henrique Carneiro (2002) afirma que essa guerra tem como característica ser uma guerra colonial. Para o autor o proibicionismo ou proibição de algumas drogas está relacionado com o aumento do lucro e da crescente violência. Violência esta, direcionada a um tipo de população em específico. Pessoas pretas e pobres.

Olhar como o racismo constitui o Estado e como o Estado o reproduz a partir da lei de drogas e como impacta a vida das pessoas é fundamental para a Psicologia Social. Reconhecer a existência de vidas que estão cotidianamente ameaçadas e sobre a mira da bala “perdida” é reconhecer que a Psicologia tem uma dívida de reparação no cuidado desses corpos e subjetividades. Escolhemos então olhar para o impacto da proibição das drogas na vida de mulheres negras e pobres, considerando que é um fenômeno que vem a cada ano atravessando de forma mais contundente essas experiências de vida.

Mulheres negras e pobres e os atravessamentos da dinâmica proibicionista

Na busca por refletir sobre os atravessamentos da dinâmica proibicionista na vida de mulheres negras e pobres, é relevante situarmos nossa posição que compreende a base epistêmica comum do pensamento feminista negro e do pensamento decolonial. Embora cada uma destas construções político-epistêmicas tenha diferenças e especificidades, ambas estão situadas no campo da contraposição ao colonialismo e à colonialidade.

Por um lado, pensar em mulheres negras e pobres no campo do pensamento feminista negro significa olhar para a interseccionalidade entre as opressões racista, cisheteropatriarcal e a exploração capitalista. Conforme Carla Akotirene (2019, p. 19):

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais.

Em contrapartida, por meio do pensamento decolonial de crítica à modernidade colonial, percebemos como alicerçante e indissociável do capitalismo a racialização, o eurocentrismo, o gênero binário e heteronormativo reiterados pelo Estado. Demonstra-se, assim, a consistência de nossa aposta: tanto o pensamento feminista negro quanto o decolonial percebem a indissociabilidade entre as opressões e exploração na vida social, revelando-se sua base político-epistêmica comum.

Segundo Maria Lugones (2014), refletir e analisar a partir da decolonialidade é também atentar que os mecanismos de colonialidade de gênero funcionam legitimando narrativas unilaterais sobre as opressões vividas pelas pessoas colonizadas. Além disso, as narra-

tivas que são contadas pelos colonizadores apagam e invisibilizam o processo de resistência das pessoas colonizadas. A autora sugere “que enfoquemos nos seres que resistem à colonialidade do gênero a partir da diferença colonial” (p. 939).

Neste diálogo com a decolonialidade compreendemos a relevância de dar visibilidade aos processos de resistência a partir do feminismo negro e das inúmeras teóricas que denunciaram o caráter racista e cisheteropatriarcal do projeto capitalista colonial. Feminismo negro que grita as especificidades das opressões vividas pelas mulheres negras e as resistências que historicamente foram construídas por essas mulheres desde a luta pela vida, no efetivo processo de escravização e na atualização desse projeto colonizador. Resistências e forças que foram invisibilizadas por narrativas coloniais.

Adotar uma lente decolonial e racializada para olhar o feminismo é antes de qualquer coisa considerar que a colonização e a colonialidade são frutos de um projeto político eurocentrado. Assim, por meio desta lente subversora do olhar eurocêntrico, é fundamental considerar os impactos dessa perspectiva colonial na vida das mulheres negras e pobres que são as mais afetadas por essa opressão ética, política, estética e econômica da sociedade brasileira (GONZALES 2011; LUGONES, 2014).

E foi na tentativa de fraturar essas narrativas hegemônicas ou de dar visibilidade a outras narrativas a partir do lugar de colonizadas/os que o feminismo negro surgiu. Ele veio denunciar o não lugar destinado para as mulheres negras, rompendo com uma perspectiva essencializadora do lugar das mulheres na sociedade. Segundo Angela Davis (2016) as mulheres negras sempre foram açoitadas e estupradas nas lavouras, tendo seu direito de maternidade destituído em nome do comércio negreiro, lucrativo apenas aos homens brancos europeus e as suas senhoras.

Se a primeira e central dicotomia hierárquica no pensamento colonial moderno é a separação humano/não-humano, podemos situar na não-humanidade esse não-lugar colocado para as mulheres

negras. Indo além, este não-lugar poderia também estar relacionado com outra divisão e estratificação racialmente hierárquica do processo colonizador: a segunda divisão hierárquica central descrita por Maria Lugones (2014), aquela que divide homens e mulheres. Porém, segundo a autora, essa classificação que determina a divisão de homens e mulheres estava restrita às pessoas consideradas humanas, ou seja, as pessoas brancas. Assim, para as mulheres brancas era destinado um lugar de não complementariedade e inferioridade em relação aos homens brancos (LUGONES, 2014).

É fundamental entendermos que essa opressão era totalmente diferente, pois as mulheres brancas reproduziam “raça e capital por meio de sua pureza sexual, sua passividade, e por estar atada ao lar a serviço do homem branco europeu burguês” (LUGONES, 2014, p. 936). As mulheres negras escravizadas, tidas como não-humanas são constituídas a partir da negação do humano situadas também na condição de não mulheres.

Essa diferenciação na construção conceitual e hierárquica das desigualdades de gênero a partir da perspectiva decolonial reforça que as opressões de gênero em relação às mulheres negras são desiguais. As questões de gênero relacionadas às mulheres negras devem estar ligadas ao reconhecimento de uma opressão diferente e mais intensa que é invisibilizada. Esta opressão tem a raça como aspecto central e diferenciador (desumanizador). Segundo Sueli Carneiro (1995) as mulheres negras têm seus corpos hipersexualizados e violentados a partir desta construção colonial.

Para Lélia Gonzales (2011) as mulheres negras foram “faladas, definidas e classificadas por um sistema ideológico de dominação” (p. 14). A autora sinaliza a necessidade de produzir um feminismo afro-latino-americano que contemple as denúncias de todas as opressões que atravessam essas mulheres.

Ainda sobre as violências sexuais vivenciadas pelas mulheres negras, Abdias do Nascimento (2017), Sueli Carneiro (2005) e Ângela Davis (2016) afirmam que o lugar das pessoas negras era/é tão rebaixado, que

existiu e existe até hoje um projeto político de embranquecimento e mestiçagem da sociedade, produzido a partir da violência dos corpos das mulheres negras. Este movimento, que depois vai embasar os mitos de democracia racial, funda-se e se mantém a partir da violência sexual contra as mulheres negras. Ângela Davis (2016) afirma que as mulheres negras escravizadas eram avaliadas pela sua fertilidade e capacidade de procriação para ampliar a força de trabalho escravo e o poder econômicos dos colonizadores.

As mulheres negras eram vítimas de estupro constante de homens brancos que engravidavam essas mulheres e consideravam como positiva tamanha violência por estarem embranquecendo a sociedade (NASCIMENTO, 2017). Segundo Ângela Davis (2016) as mulheres negras eram constantemente estupradas e engravidavam dos homens brancos. Porém, essa paternidade não era reconhecida e as crianças nascidas tinham o mesmo destino de sua mãe negra: ser escrava/o. Era assim que se sustentava, segundo a autora, uma lógica de “estrutura biológica matrilocal” das famílias negras. O mito de que as famílias negras eram matriarcais justificava os estupradores das mulheres negras e a não responsabilidade dos mesmos para com as crianças geradas nesse ato de violência.

Este é só mais um exemplo do projeto político de aniquilação de vida direcionado às mulheres negras. Projeto que sofreu bastante resistência. Resistência que, para o feminismo negro, passa pelas mulheres negras que estão em luta desde o período da escravidão para sobreviver no seu cotidiano. Patrícia Hill Collins (2016) afirma que precisamos olhar para as mães, líderes comunitárias, professoras, empregadas domésticas, entre outras mulheres negras que fazem luta, resistência e produzem vida. O convite do feminismo negro é legitimar principalmente essas mulheres e suas lutas e não pensar apenas e a partir da academia e de suas produções artísticas ou movimento social. Tal convite vai ao encontro do que defende o feminismo decolonial de Lugones (2014, p. 948):

O que estou propondo ao trabalhar rumo a um feminismo descolonial é, como pessoas que resistem à colonialidade do gênero na diferença colonial, aprendermos umas sobre as outras sem necessariamente termos acesso privilegiado aos mundos de sentidos dos quais surge a resistência à colonialidade. Ou seja, a tarefa da feminista descolonial inicia-se com ela vendo a diferença colonial e enfaticamente resistindo ao seu próprio hábito epistemológico de apagá-la. Ao vê-la, ela vê o mundo renovado e então exige de si mesma largar seu encantamento com “mulher”, o universal, para começar a aprender sobre as outras que resistem à diferença colonial. A leitura move-se contra a análise sociocientífica objetificada.

Referindo-se às opressões podemos percebê-las a partir dos seguintes exemplos: o lugar de exterminada na favela por estar relacionada com o tráfico; de estuprada pelo companheiro com a justificativa deste estar drogado; de encarcerada por estar vendendo droga em casa depois de ser abandonada pelo companheiro com cinco crianças pequenas para criar e ter que recorrer ao tráfico como renda; de estar morando na rua por não ter emprego e aumentar a frequência do uso de crack; de perder seu filho morto pela polícia e presenciar essa morte ser legitimada nos meios midiáticos pela associação do seu filho ao tráfico; de ter mais risco de morte em relação ao aborto; e de ser expulsa de casa por ser uma mulher *trans* e ter que se prostituir sem nenhuma segurança. Essas inúmeras opressões e vulnerabilidades são vivenciadas hegemonicamente pelas mulheres negras e pobres (SOUZA, 2018).

E por que a maioria dessas mulheres é preta e pobre? Porque o Estado funciona a partir de uma lógica colonial que tem como pressuposto a racialização das relações de produção no capitalismo. Assim, é tarefa do Estado a manutenção da colonialidade por meio da atualização de suas formas de práticas genocidas. Precisa controlar os corpos e manter as opressões e o lugar de não humanidade (CARNEIRO, 2005).

É preciso pensar o poder como uma orquestra, no qual cada dispositivo de controle social age como um instrumento, reforçando

seus efeitos no conjunto da sociedade. Apesar da interdependência de tais mecanismos de opressão, estes operam de maneira direta e indireta, mas sempre em consonância com o projeto construído ainda durante a sociedade colonial.

Falar de resistência das mulheres negras é também falar das mulheres pobres que precisam muitas vezes se prostituir (não por opção, mas por contingências) para garantir dinheiro para seu sustento de vida ou para comprar *crack*, “dar um tiro” (termo utilizado para o uso de *crack*) e sentir prazer. Sem nenhum acesso à moradia digna, transporte de qualidade, educação, saúde, saneamento básico, como tantas outras mulheres negras e pobres que passam por essa situação. Uma série de direitos fundamentais à dignidade da vida humana lhes são negados.

Por isso, é preciso falar do exercício cotidiano de sobrevivência às formas pelas quais o racismo estrutura o Estado. Conforme já explicitamos neste escrito, uma dessas formas de estruturação é a política proibicionista sobre o uso de determinadas drogas (NASCIMENTO; RODRIGUES, 2019). A proibição das drogas se constitui na atualidade como um dos principais mecanismos de manutenção do racismo e tem atingido cada vez mais os corpos das mulheres negras e pobres. A produção de narrativas sobre criminalidade e periculosidade associada à proibição das drogas é uma das principais formas de aprisionamento de pessoas negras nesses lugares negativados (SOUZA, 2018).

Segundo Tatiana Conceição e Melissa Pereira (2019) estamos acompanhando nos últimos anos um aumento do genocídio dos corpos de mulheres negras na relação com o proibicionismo das drogas. As autoras afirmam que os lugares hegemônicos destinados as mulheres negras e pobres eram os manicômios, a partir das narrativas de loucuras, típica da constituição da colonialidade. Porém, com as condições de aumento do número de mulheres sendo mães solo e tendo que dar conta sozinhas do lar, com o destaque para as condições de moradia e renda sendo mais precárias para as mulheres negras, os impactos da sua relação com o proibicionismo às drogas aumentam.

A fome genocida do racismo estruturando a política proibicionista passa a ter, nos corpos das mulheres negras e pobres, um terreno fértil. Se levarmos em consideração o debate sobre encarceramento em massa, temos um aumento de 656% do encarceramento de mulheres nos últimos 16 anos (INFOPEN, 2017).

A segunda edição do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Mulheres afirma que em junho de 2016 existiam 42.355 mulheres vivendo em presídios: instituições que são a atualização dos navios negreiros. Esses dados colocam o Brasil no terceiro lugar dos países que encarceram mulheres, perdendo para os EUA e Rússia (CONCEIÇÃO; PEREIRA, 2019).

Ainda segundo o INFOPEN Mulheres (2017), a maioria das mulheres encarceradas são negras (62%), presas por crimes relacionados com o tráfico de drogas (62%), jovens (50% estão na faixa de idade entre 19 e 29 anos), com baixa escolaridade (66% das mulheres não chegaram ao ensino médio).

O INFOPEN Mulher resume a situação dessas mulheres encarceradas, no trecho a seguir:

Em geral, as mulheres em submetidas ao cárcere são jovens, têm filhos, são as responsáveis pela provisão do sustento familiar, possuem baixa escolaridade, são oriundas de extratos sociais desfavorecidos economicamente e exerciam atividades de trabalho informal em período anterior ao aprisionamento. Em torno de 68% dessas mulheres possuem vinculação penal por envolvimento com o tráfico de drogas não relacionado às maiores redes de organizações criminosas. A maioria dessas mulheres ocupa uma posição coadjuvante no crime, realizando serviços de transporte de drogas e pequeno comércio; muitas são usuárias, sendo poucas as que exercem atividades de gerência do tráfico (INFOPEN, 2014, p. 05).

Esses dados demonstram não só o devastador impacto do proibicionismo ou da proibição de algumas drogas na vida das mulheres

negras, como também o sucesso do projeto de colonialidade em suas atualizações. Haja vista que, a maioria das mulheres encarceradas são negras, pobres, com baixa escolaridade e que respondem por crimes relacionados ao tráfico de drogas. Ao debater a relação das mulheres com o tráfico de drogas Luciana Ramos (2012) afirma que:

o mercado de trabalho lícito se apresenta para a maioria das mulheres como um lugar que reflete as discriminações sexistas, com baixos salários, trabalhos precarizados e de baixo prestígio. Inserido a este contexto, por sua vez, o mercado ilícito das drogas vem recrutando cada vez mais mão de obra feminina, tanto para funções de menos prestígio, como para o exercício das denominadas “mulas e aviões”, como também para a gerência e administração de alguns setores dentro do tráfico. (RAMOS, 2012, p. 08).

As condições de vida das mulheres encarceradas chegam a ser de fato inumanas. Porém, viver em condições inumanas é um projeto de colonialidade. Uma das questões relacionadas com as mulheres encarceradas é o abandono nos presídios por serem julgadas pelo fato de estarem presas, corroborando a solidão da mulher negra. Basta olhar para as filas de presídios para visitação. Estas filas estão lotadas de mulheres negras que vão visitar seus filhos e companheiros. Muitas delas entram com drogas ilícitas no corpo, por serem ameaçadas por esses companheiros e acabam sendo pegas e acabam também em situação de cárcere (BOITEUX et al., 2015c).

Porém, ao olhar para os presídios femininos é fácil notar um contraponto. Muitas dessas mulheres são abandonadas pelo uso de drogas ou pela relação com o tráfico. Em pesquisa realizada por Luciana Boiteux et al. (2015c) em dois presídios do Rio de Janeiro os resultados apontaram que 65.8% das mulheres encarceradas não recebem visita. Da porcentagem de mulheres restantes que recebem visita, 50% das visitantes são as mães das detentas. A porcentagem de marido/companheiro é de 14,3%.

Outro aspecto do proibicionismo ou da proibição de algumas drogas está relacionado com a guerra às drogas e o combate ao tráfico. A proibição das drogas legitima um grande número de ações de combate ao tráfico de drogas nos territórios periféricos ou favelas. Esses territórios são compostos principalmente pela população negra, que foi empurrada e enquadrada para as periferias no processo de higienização das cidades (SCHWARCZ, 1993). No Brasil foram criados territórios pobres principalmente nos grandes centros urbanos. Estes estão lotados pela população negra que vive em situação de precariedade no acesso à saúde, lazer, educação, transporte público, etc. A economia e o comércio estão voltados principalmente ao tráfico, sendo a ação do governo ostensiva, baseada na guerra às drogas e no combate ao mesmo (BOITEUX, 2006, 2015a, 2015b).

Os impactos dessa guerra às drogas nos territórios violentos na vida das mulheres negras e pobres são inúmeros. Eles estão relacionados com o extermínio da juventude negra, com a constituição de territórios bélicos onde a ofensiva policial é atuante. Também está relacionada com as dimensões sociais que impactam no adoecimento mental e no uso de drogas de forma direta (BOITEUX, 2015a, 2015b).

Outro aspecto que a proibição de algumas drogas aciona guarda maior relação com o uso em si. Nesse caso, as dimensões de moral, da religião, do julgamento da sociedade e do dito preconceito são mecanismos atuantes para produzir exclusão e sofrimento. O preconceito na realidade está relacionado com os mecanismos da colonialidade que sempre julgaram as práticas culturais e religiosas e hábitos em geral da população negra, reforçando o lugar de negação e de aniquilação subjetiva. É nesta dimensão que as práticas de uso de drogas ilícitas são julgadas pela sociedade e que as exclusões se produzem. Ao relacionar esta segunda via do proibicionismo, se faz necessário refletir sobre os atravessamentos dessa opressão colonial sobre a vida das mulheres negras e pobres que usam drogas ilícitas.

Ao debater o uso de drogas ilícitas devemos levar em consideração as dimensões não só da substância em si, que hegemonicamente é

tomada com maior ênfase nos debates mais conservadores sobre o uso de drogas; debates que se embasam nos modelos médicos, jurídicos e no paradigma da abstinência. Alinhamo-nos com o paradigma da redução de danos, que considera fundamental não focar apenas na droga, mas considerar a pessoa que usa com seus atravessamentos e o contexto em que ela está inserida. A redução de danos se apresenta como um paradigma de olhar as pessoas que usam drogas a partir de uma perspectiva ético política de pensar cuidado, direito à vida e autonomia (GRANJA et al., 2015; HART, 2014; PETUCO; MEDEIROS, 2009).

Ao olharmos essas mulheres em seu contexto, levamos em consideração um passado colonial onde os atravessamentos de raça, gênero e classe atuaram e seguem produzindo sujeitos e interferindo de forma direta no uso e nas suas relações (CARNEIRO, 2005; HART, 2014; PETUCCO; MEDEIROS, 2009).

Refletir sobre as mulheres negras e pobres que fazem uso de drogas ilícitas, levando-as em consideração na relação com a droga e o contexto é de fato um grande desafio. É operar com uma série de complexidades na relação dessas mulheres, na sua forma de se relacionar com as drogas ilícitas e todo o preconceito associado, considerando as inúmeras vulnerabilizações que elas passam numa sociedade racista, cisheteropatriarcal e capitalista.

Considerações finais

Tentando sistematizar tudo o que foi debatido, se pensarmos sobre essas mulheres negras e pobres usuárias de drogas ilícitas a partir da via da ilegalidade, ligada ao julgamento e a moral, podemos refletir o preconceito vivenciado por essas mulheres a partir de quatro pontos que se interligam e que distinguimos como quatro formas de atravessamentos:

- 1. Atravessamentos de raça como legado do sistema colonial:** a partir de uma perspectiva da colonização e

dos mecanismos de colonialidade que têm como projeto político a manutenção da população negra no lugar de não-humana, bestial, oprimida. Nesse atravessamento, as formas de expressão do racismo operam de forma sutil e efetiva no genocídio da população negra em geral.

2. Atravessamentos de gênero na relação com a colonialidade: ao pensarmos a partir de uma perspectiva de gênero e decolonial, percebemos que esse atravessamento parte de dois lugares. O primeiro, já explicitado no atravessamento supracitado, é do mecanismo da colonialidade que coloca negros e negras no lugar de não-humanos/as – sendo este o fundamento da racialização. Nesse lugar é esperado todo comportamento bestializado para essas mulheres, bem como para todas as outras pessoas negras que se inscrevem na primeira divisão hierárquica da colonialidade. O segundo lugar, diz respeito ao sistema moderno colonial de gênero racializado e heteronormativo (LUGONES, 2014), o qual divide apenas os seres classificados como humanos (brancos) pela dicotomia homens e mulheres. Aqui, entra a especificidade das mulheres negras: são construídas como não-humanas e, portanto, como não mulheres. Assim, como afirmamos anteriormente, características como hipersexualizadas, transgressoras, bestiais, aberrações eram/são comumente associadas a essas mulheres. Deste modo, o comportamento de uso de drogas ilícitas é esperado para essas mulheres negras. O julgamento passaria não diretamente por uma transgressão normativa de gênero, mas por um julgamento racista acerca desse comportamento. Ainda no campo dos atravessamentos na relação com a colonialidade, deve-se considerar que este atravessamento também se dá pela via racista do embranquecimento da nossa sociedade colonial brasileira. Assim, a relação entre

gênero e mulheres negras também passa por um processo de embranquecimento na medida em que seus corpos passam a ser utilizados de dois modos: tanto para reproduzir corpos negros a serem explorados, escravizados e até exterminados pelas elites brancas representadas pelo Estado; quanto, por meio do estupro pelo homem branco, que seria capaz de gerar miscigenação, branqueamento. Dentro da lógica política do embranquecimento, as mulheres negras também são julgadas pelo lugar colonial destinado às mulheres brancas: o de reprodutoras. Assim, paradoxalmente, mesmo as mulheres negras estando situadas na condição colonial de não-humanas, a perspectiva de transgressão normativa de gênero pode se expressar de forma efetiva, o que coloca o comportamento de uso de drogas também como não aceito dentro dos padrões normativos e hegemônicos da sociedade para as mulheres.

3. Atravessamentos de classe na relação com gênero e raça: A própria estruturação colonial do capitalismo, que pressupõe a racialização de suas relações de produção, impõe aos corpos negros o lugar da escravização, da exploração em trabalhos precários, pobreza e descartabilidade. Isso se concretiza quando essas mulheres negras são submetidas à ausência de garantia de direitos básicos por parte do Estado, produzindo na vida das mesmas situações de extrema vulnerabilização. O projeto colonizador, a todo o momento, dentro do sistema capitalista, reservou para a população negra o lugar de subalternidade e da mais precarizada força de trabalho (NASCIMENTO, 2017). Essa realidade impulsiona as mulheres negras a se submeterem a situações de extrema precarização das condições de vida e de trabalho. Por exemplo, temos a situação de muitas mulheres usuárias

de drogas que, na ausência de um trabalho seguro, adotam a prostituição ou o tráfico de drogas como atividades laborais para conseguirem garantir seus meios de subsistência, inclusive garantir seu uso de drogas.

4. Atravessamentos da relação ao uso de drogas ilícitas e proibicionismo: Sendo papel do Estado a reprodução da colonialidade e, por consequência, das opressões racistas, cisheteropatriarcais e exploração capitalista, o proibicionismo e a guerra contra as drogas devem ser compreendidos como mecanismos por meio dos quais o Estado brasileiro executa seu papel colonial nos dias atuais. Considerando sua constituição racista e seus mecanismos punitivistas, bem como de julgamento moral, jurídico e religioso, o Estado colonial capitalista coloca essas mulheres em situações de extrema vulnerabilidade, como já descrito. Esse atravessamento enseja de forma efetiva meios de produzir preconceitos, exclusões, encarceramentos, violências policiais justificadas e mortes de mulheres negras em massa.

Por fim, é indispensável compreender a indissociabilidade destes quatro atravessamentos aqui sistematizados, já que estes decorrem da indissociabilidade estrutural entre racismo, cisheteropatriarcado e capitalismo. É por meio da intersecção entre opressões e exploração que devemos compreender o uso de drogas, o proibicionismo, a guerra contra as drogas, o encarceramento em massa e o extermínio das mulheres negras. Diante destes “desvendamentos”, este escrito traduz-se num convite à reflexão em psicologia social como produtora de resistência em relação ao projeto político do proibicionismo.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Selo Sueli Carneiro/Pólen, 2019.

BOITEUX, Luciana. **Controle penal sobre as drogas ilícitas: o impacto do proibicionismo no sistema penal e na sociedade**. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BOITEUX, Luciana. Brasil: reflexões críticas sobre uma política de drogas repressiva. **Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 12, n. 21, p. 1-6, 2015a.

BOITEUX, Luciana. O antimitelo brasileiro: proibicionismo, encarceramento e seletividade penal frente ao tráfico de drogas. **Nueva Sociedad**, n. 255, 2015b. Recuperado de <https://nuso.org/articulo/o-antimitelo-brasileiro/>.

BOITEUX, Luciana; FERNANDES, Máira; PANCIERI, Aline; CHERNICHARO, Luciana. **Mulheres e crianças encarceradas: um estudo jurídico-social sobre a experiência da maternidade no sistema prisional do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: LADIH/UFRJ –2015c. Recuperado de <http://fileservet.idpc.net/library/M—es-encarceradas-UFRJ.pdf>.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. Gênero, raça e ascensão social. **Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 544-552, 1995. Recuperado de <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/05/G%C3%Aanero-ra%C3%A7a-e-ascen%C3%A7%C3%A3o-social.pdf>.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2005.

CARNEIRO, Henrique. As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX. **Outubro**, v. 6, p. 115-128, 2002.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, v. 3, n.1, p. 99-127, 2016.

CONCEIÇÃO, Tatiana; PEREIRA, Melissa de O. Todo camburão tem um pouco de navio negreiro: uma análise sobre criminalização de substâncias psicoativas e o encarceramento de mulheres negras. In: PEREIRA, Melissa de Oliveira; PASSOS,

Rachel Gouveia (Org.). **Luta Antimanicomial e feminismos: inquietações e resistências**. Rio de Janeiro: Autografia, 2019, 1ª ed., p. 111-134.

DAVIS, Angela. **Mulher, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

GRANJA, Edna; GOMES, Romeu; MEDRADO, Benedito; NOGUEIRA, Conceição. O (não) lugar do homem jovem nas políticas de saúde sobre drogas no Brasil: aproximações genealógicas. **Ciênc. Saúde Coletiva** [online] v. 20, n. 11, p. 3447-3455, 2015.

GONZALES, Lelia. Por um feminismo Afro-latino-americano. In: **Caderno de formação política do Círculo Palmirino: Batalha de ideias**, n. 1, p. 05-20, 2011.

HART, Carl. **Um preço muito alto: a jornada de um neurocientista que desafia nossa visão sobre as drogas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

INFOPEN. Departamento Penitenciário Nacional. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Levantamento nacional de informações penitenciárias – Infopen Mulheres**. Brasília, 2014. Recuperado de <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/relatorio-infopen-mulheres.pdf>.

INFOPEN. Departamento Penitenciário Nacional. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Levantamento nacional de informações penitenciárias – Infopen Mulheres**. Brasília, 2017. Recuperado de http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf

LUGONES, María. Rumo ao feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

LUNARDON, Jonas A. **‘Ei polícia maconha é uma delícia’: o proibicionismo das drogas como uma política de criminalização social**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2015.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processos de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

NASCIMENTO, Adelle; RODRIGUES, Anne. Perspectivas Insubmissas de mulheres negras sobre o proibicionismo das drogas. In: PEREIRA, Melissa de Oliveira; PASSOS, Rachel Gouveia (Org.). **Luta Antimanicomial e feminismos: inquietações e resistências**. 1. ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2019. p. 141-161.

NOBLES, Wade W. Sakhu Sheti: retomando e reapropriando um foco psicológico afrocentrado. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. 1a ed. São Paulo: Selo Negro, 2019. p. 277 -297.

QUIJANO, A. Colonialidad y Modernidad-racionalidad. In: BONILLO, H. (Org.). **Los conquistados**. Bogotá: Tercer Mundo Ediciones; FLACSO, 1992, p. 437-449.

RAMOS, L. de Souza. **Pelo amor ou pela dor? Um olhar feminista sobre o encarceramento de mulheres pelo tráfico de drogas**. Dissertação (Mestrado em Direito Estado e Constituição). Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2012.

SAAD, Luisa Gonçalves. **'Fumo de negro': a criminalização da maconha no Brasil** (c. 1890-1932). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2013.

SCHWARCZ, *Lilia* Moritz. **O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUZA, Jorge E. Luz de. **Sonhos da diamba, controles do cotidiano: uma história da criminalização da maconha no Brasil republicano**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2012.

NASCIMENTO, Adelle. **Produção jornalística sobre mulheres negras e pobres que usam drogas ilícitas em Recife/PE: esse corpo de lama que tu vê**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, PE, 2018.

PETUCO, Denis R. da Silva; MEDEIROS, Rafael Gil. **Redução de danos: dispositivo da reforma?** Rio de Janeiro: Kiononi, 2009. Recuperado de http://www.koinonia.org.br/bdv/detalhes.asp?cod_artigo=340&cod_boletim=31

VARGAS, Eduardo Viana. Fármacos e outros objetos sócio-técnicos: notas para uma genealogia das drogas. In: LABATE, Beatriz C. et al. (Org.). **Drogas e cultura: novas perspectivas**. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 41-63.



Crítica, ambiente e psicologia: aspectos psicossocioambientais e modos de vida no semiárido nordestino

Tadeu Mattos Farias, Fernanda Fernandes Gurgel,

Leonardo Victor de Sá Pinheiro, Guilherme Paim Mascarenhas

e Raquel Farias Diniz

Introdução

O Nordeste brasileiro tem sido objeto de interesse de diversas áreas do conhecimento, seja na academia ou nas artes. Escritores nacionais se dedicaram a narrar as características da região, seja sob forma de romances; ou de análises socioantropológicas, como as feitas por Câmara Cascudo, Gilberto Freyre, Josué de Castro, dentre outros. É de notória contribuição a obra **Os Sertões**, publicada em 1902 por Euclides da Cunha, para o imaginário social brasileiro sobre a região e seus habitantes. Eternizado nas palavras “o sertanejo é, antes de tudo, um forte” (p. 66), esse ser humano é apresentado com características que dedicam sua emergência ao ambiente onde está inserido, aparece quase como uma continuidade do seu entorno ou

da luta contra ele. Se tal determinismo, ainda que com contornos literários, parece reduzir a complexidade contida existências que povoam o nordeste brasileiro, o recentíssimo **Bacurau** (2019), filme que tem despertado as mais diversas emoções, multiplica tais imagens, indo do rústico ao tecnológico, do isolamento geográfico e do apagamento e violência colonialista à luta consciente pela existência.

Há uma multiplicidade de Nordeste, imagens construídas sem consenso sobre a região, sendo as principais representações, que se apresentam como opostas, a do litoral e a do sertão, espaço pouco habitado, zona do semiárido, da caatinga. Embora sertão e semiárido guardem suas particularidades, apresentam sobreposições e são tomados como sinônimos, reduzidos a uma terra que remete à seca, à fome, à miséria da sua população, ao cangaço e aos movimentos messiânicos, onde a civilização não chegou, apenas o coronelismo.

Ao Nordeste “sertânico” é atribuída uma configuração rural, agrária, e uma “estética da boniteza da dor” (SILVA, 2017, p. 69), visão estereotipada que se justifica pelo desconhecimento, mas também por aspectos históricos de dedicação à pecuária e à agricultura de subsistência (CASTRO, 1984). Na verdade, não podemos falar de um rural único, oposto ao urbano e desconectado deste. Falamos das “ruralidades”, como múltiplas formas de inserção e vivências das pessoas no campo, nas comunidades tradicionais, nas águas, nas florestas, dentre outros territórios (BRANDEMBURG, 2010; LEITE, 2015).

O foco da presente análise está no semiárido, considerado periferia em oposição ao litoral urbano do Nordeste, região também periférica na configuração do país, em oposição ao eixo Sul-Sudeste do Brasil, país situado na periferia do capitalismo global. Para discutir alguns dos elementos que consideramos relevantes na investigação psicossocioambiental desse cenário, nos situamos entre aqueles e aquelas que reclamam uma psicologia socioambiental (MASSOLA; SILVA, 2019; SILVA, 2013; TASSARA, 2005). Esta deve compreender que a explicitação dos fenômenos de crise ambiental, bem como de suas consequências psicossociais não é possível sem ser articulada a uma

profunda crítica social (MASSOLA; SILVA, 2019), que busque as relações sociais de produção capitalista na raiz de tais fenômenos, além de se orientar para a emancipação humana (TASSARA, 2005).

Pode-se dizer que a Psicologia Ambiental, cujas origens estão marcadas pela relação com a Psicologia Social europeia e estadunidense, tem mérito em ofertar uma contribuição humano-ambiental para a reflexão sobre a crise ecológica, ampliar o universo reflexivo da psicologia, e colocar em destaque um elemento existencial e ético fundamental da experiência humana, o lugar. Entretanto, por ter se distanciado da Psicologia Social, especialmente em seu devir crítico na América Latina, o faz ainda sob uma perspectiva predominantemente individualista, com uma aposta ética que não leva em conta as determinações histórico-sociais dos problemas socioambientais e da subjetividade humana, incorporando em geral uma posição a-histórica sobre os problemas e os sujeitos, redundando na defesa de soluções tecnocráticas e de mercantilização dos problemas socioambientais, além de reforçar o individualismo e o atomismo social.

Desse modo, nos propomos aqui a contribuir para a Psicologia Socioambiental, tomando como referência a análise crítica das relações socioespaciais no semiárido nordestino.

O Semiárido no Brasil

Atualmente, o semiárido brasileiro é composto por 1.262 municípios, distribuídos em dez estados brasileiros, sendo nove do Nordeste (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe) e um do Sudeste (Minas Gerais) (Brasil, 2017). O semiárido nordestino está marcado por duas características que selam sua relação com a água: a existência de áreas originalmente secas e a evaporação das águas das chuvas. Há um desequilíbrio entre a precipitação pluviométrica (de 400 a 800 mm/ano) - com destaque para o fato de ser a região semiárida mais chuvosa do planeta - e a evaporação (de 1.000 a 3.000 mm/ano), três vezes maior que a preci-

pitação (MALVEZZI, 2007; REBOUÇAS, 2002). Outro indicador importante é a disponibilidade anual de água por pessoa. Uma região é considerada árida quando existe uma quantidade menor ou igual a 1.000 m³ por pessoa/ano. Nenhum estado do semiárido nordestino encontra-se nessa faixa.

Considerando que “o Nordeste é, em grande medida, filho das secas” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p. 81), e que a expressão Nordeste nos remete ao espetáculo das secas (FREYRE, 1937), compreende-se a exaustiva relação construída entre ambos. A seca é um “fenômeno climático cíclico da região semiárida brasileira, na qual o meio ambiente se recompõe após o período de estiagem” (NOBRE, 2018, p. 56), e ganhou destaque a partir da grande seca de 1877, chamando a atenção dos veículos de comunicação, e conduzindo a uma narrativa que destaca a “indústria” e as “obras” de combate às secas (GOMES; ROSADO, 2018). A associação entre seca e Nordeste tenta sustentar que a situação surge espontaneamente, e que o recorte climático, “natural”, o justifica, legitimando também a tutela, que requer verbas federais com o argumento de socorrer a região.

Dentre os elementos naturais, a água assume papel relevante para a vida humana. Sua escassez – a seca – é compreendida como tragédia, calamidade, hazard, desastre natural (FAVERO; DIESEL, 2008), mas, principalmente, como fenômeno econômico e socio-político (GOMES; ROSADO, 2018; GUERRA, 1983, 1989). É controverso reconhecer a seca como desastre porque os estudos sobre a temática priorizam acontecimentos como enchentes, deslizamentos, terremotos, tsunamis, erupções vulcânicas etc., que têm seu início e fim facilmente identificados. A seca já é vista como fenômeno natural, incorporada ao cotidiano do nordestino, e inevitável, contudo, “a mais grave e repelente falácia sobre o Nordeste seco ocorre quando se pretende ensinar o nordestino a conviver com a seca.” (AB’SÁBER, 1999, p.24). Além disso, atinge, principalmente, uma região menos desenvolvida do país, um ambiente físico deteriorado, cuja população é mais vulnerável socialmente e marginalizada (MATTEDI;

BUTZKE, 2001). O que mostra que os impactos causados vão além dos aspectos ambientais e econômicos.

Na condição de desequilíbrio, a seca traz consequências para o bem-estar das pessoas que a vivenciam, principalmente para as populações em situação de vulnerabilidade. A curto prazo, as principais consequências percebidas são a escassez de alimentos e de água, privações de lazer, devido ao baixo poder aquisitivo, e algumas a longo prazo, como o fatalismo (FAVERO; SARRIERA, 2014; GOMES; ROSADO, 2018) e migrações em busca de trabalho e melhores condições de vida (FERREIRA; BONFIM, 2013).

É necessário compreender que o clima não será modificado, mas que a saída será aprender a conviver com as características locais, fazendo uso de Tecnologias Sociais (ARTICULAÇÃO DO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO - ASA, 2019) que auxiliem na minimização dos impactos. Com destaque para as mulheres que são sempre mais afetadas pelas modificações promovidas no ambiente, a exemplo do contexto rural, no qual auxiliam seus cônjuges na produção, são responsáveis pelos trabalhos domésticos, pelo cultivo de hortas e plantas medicinais, pelo cuidado com pequenas criações; e, ainda, buscam água quando a fonte de abastecimento não está próxima. Não por acaso elas são as principais titulares de programas sociais como o Bolsa Família e o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

Na presente discussão visamos ao Nordeste Semiárido em sua multiplicidade, não limitado a uma existência estereotipada de miséria e seca. A concepção da seca como fenômeno social, político e ambiental sugere que há uma série de dimensões das experiências humanas nesses contextos, em que estão implicadas as formas de produção material da vida social, as relações sociais, os costumes cotidianos, as tradições, mas também as relações com os poderes políticos, econômicos, além dos condicionantes naturais. Não se trata de negar o sofrimento vivido pelos habitantes da região, romantizando as experiências, mas de reconhecer que a população não precisa estar sujeita fatalisticamente

aos limites naturais, nem à indústria da seca. Buscar-se-á um semiárido que produz modos de vida, possibilidades, resistência e movimento. Um sertão em processo de construção (SILVA, 2017).

Nos estudos realizados atualmente sobre o Semiárido, tem-se verificado uma série de transformações nas relações socioambientais desse contexto. Caracterizado por seus espaços heterogêneos, o semiárido brasileiro se destaca como importante cenário de diversidades geográficas, ambientais, culturais, econômicas e sociais, o que configura e atribui particularidades relevantes a serem investigadas. Nesse aspecto, impulsionada por problemas relacionados à crise hídrica, mudanças climáticas, luta pela terra, mecanização do trabalho, segurança alimentar, dentre outros, as mudanças ocorridas nesses lugares muitas vezes vão além do seu território, repercutindo consequências para o campo e as cidades.

Apesar da contínua diminuição da visão polarizada e antagônica - que confere ao contexto rural a imagem vinculada ao atraso e o urbano ao moderno - historicamente, o semiárido ainda é marcado por altos níveis de vulnerabilidade social e pouca atenção do poder público. Ao concentrar a maior parcela da população rural brasileira em situação de pobreza (Organização Mundial do Trabalho - OIT, 2015), uma série de conflitos podem ser observados nesses ambientes como, por exemplo, a luta pela terra, seca, fome e os relacionados às questões de gênero.

Pesquisa realizada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em diversos países verificou que a violência doméstica contra as mulheres é bem maior em populações rurais do que em urbanas. Especificamente no Brasil, 37% das mulheres da zona rural já haviam sofrido algum tipo de violência física ou sexual, contra 29% das que vivem na zona urbana (OMS, 2005). Nessa perspectiva, Vasquez (2009) lembra que as mulheres rurais sofrem uma série de violências, sendo submetidas a agressões físicas, sexuais e psicológicas com maior frequência, assim como a diversas situações de exclusão econômica e dificuldade de acesso a políticas públicas específicas. De acordo com a autora, a

desigualdade das relações de gênero no campo e o caráter patriarcal das famílias são alguns dos fatores que ajudam a explicar a situação de exclusão econômica e a vitimização a que essas mulheres estão sujeitas.

Como consequência dessa disparidade, o Brasil evidencia atualmente um processo de erosão demográfica conhecida por masculinização da população do campo e das pequenas cidades. Fenômeno até então presente principalmente nos países desenvolvidos, particularmente os europeus, “o êxodo rural tem sido agora cada vez mais seletivo no sentido de remeter às cidades uma mão-de-obra predominantemente feminina” (ANJOS; CALDAS, 2008, p. 57). Nesse contexto, ao ser formada por uma população em sua maioria masculina (FROELICH; MONTEIRO; PEREIRA, 2011), essa desigualdade de gênero se torna ainda mais intensa nas áreas rurais do semiárido, onde geralmente se tem uma menor densidade populacional, menor presença de serviços e mercado de trabalho restrito.

As pouco atrativas e escassas oportunidades para as gerações mais jovens faz com que o envelhecimento populacional também seja outro fenômeno observado no semiárido brasileiro. Nesse âmbito, a fixação dos jovens passa a ser outro obstáculo que cada vez mais ameaça a permanência nesse contexto, principalmente para aqueles os que não pretendem reproduzir o trabalho agrícola desenvolvido pela família (FERREIRA; BOMFIM, 2009). Tendo em vista a dificuldade dos agricultores de encontrar sucessores para as suas atividades, os jovens são os mais suscetíveis à mudança de ramo, optando por atividades que, em alguns casos, oferecem melhores salários e são simbolicamente mais valorizadas do que o trabalho agrícola (CARNEIRO, 2012).

Tais acontecimentos desencadeiam a existência de outro processo conhecido por desagrarização. Caracterizado pela perda do protagonismo da agricultura e sua capacidade de ocupar a população rural no Brasil (ANJOS; CALDAS, 2008, 2014), às atividades desvinculadas da agricultura são responsáveis pela permanência de uma parcela da população do semiárido, que encontra em novas ocupações uma forma estratégica de complementar a renda familiar.

É diante da pluriatividade do trabalho que novas possibilidades surgem para a população. Concentradas geralmente em profissões que exigem pouca qualificação profissional, seja como pedreiro, faxineira, caseiro, cozinheira ou jardineiro, dentre outras, essas ocupações passaram a ter um relevante papel como fonte de renda das famílias rurais (CARNEIRO; TEIXEIRA, 2012), que agora se veem cada vez mais envolvidas no exercício de atividades fora da agricultura. Para Carneiro (2012), a existência dos “novos tipos de ocupações”, também é incentivada pela exploração e transformação do turismo de espaços rurais em áreas de lazer, o que faz com que o processo de migração para os grandes centros urbanos ocorra em outra direção, inclusive para os jovens habitantes.

Os laços de parentescos também funcionam como importantes elementos para a compreensão do modo de vida no semiárido. Ao exercer relevante papel na vida dos indivíduos (OSÓRIO, 1996), o elo existente entre as famílias aparentadas contribui para formas de sociabilidade, que são tradicionalmente valorizadas nesses locais.

O aspecto religioso também se destaca como importante elemento a ser considerado nas relações psicossociais do semiárido brasileiro. De acordo com Silva, Dimenstein e Leite (2013, p. 273), ele funciona como “matéria-prima para algumas instituições, como as igrejas, e, por isso, são importantes socialmente, pois, ‘modelam’ a ordem social das famílias na zona rural”. As permanências das tradições religiosas se manifestam em diversos elementos da vida nas comunidades rurais, sendo expressadas pelo pagamento de promessas, devoção aos santos milagreiros, realização de novenas, grupos de orações e a participação em procissões e romarias.

Pires e Nascimento (2018, p. 45) acreditam que os rituais religiosos, ainda que mantenham tradições do passado, ressignificam os sentidos do sagrado, que, por sua vez, é reconstruído e ressocializado tanto em espaços rurais como urbanos, “construindo relações mais solidárias no exercício da fé que se perpetuam nas diferentes relações familiares”. Desse modo, a religiosidade sinaliza devoções e crenças

que podem reforçar a ideia de pertencimento ao lugar (ASSUNÇÃO; MENDES, 2014), influenciando também a sociabilidade nesses contextos.

Em síntese, é diante desse terreno “fértil” de possibilidades que se constata, cada vez mais, a heterogeneidade do semiárido brasileiro. São diversas as possibilidades e desafios de aproximação para que novos olhares sejam lançados nesses ambientes, o que torna ainda mais pertinente o estudo das relações pessoa-ambiente e seus modos de vida nessas localidades. Para tanto, faz-se necessária uma abordagem plural que perceba o semiárido não meramente como um espaço geográfico, mas como um lugar dinâmico e em constante transformação, considerando, além dos agentes que trabalham e vivem nesses contextos, as complexidades do ambiente.

Psicologia, ambiente e modos de vida

Embora algumas áreas do conhecimento já tenham uma longa história de interesse por contextos rurais, a psicologia só recentemente atentou para o campo como lugar habitado por pessoas, com suas produções existenciais, relações sociais, laborais etc., marcadas por particularidades inerentes ao estilo de vida e condições materiais não-urbanas. O campo de estudos das relações pessoa-ambiente, contexto interdisciplinar de investigação de que participa a psicologia, se ancora no pressuposto de que há uma indissociabilidade entre as experiências dos diversos grupos humanos e os espaços em que tais experiências se dão, numa relação de mútua influência (WIESENFELD, 2005). Para além de suas características físicas, o ambiente é impregnado de significados socioculturais e pessoais, fazendo parte das histórias pessoais e grupais e sendo, ele mesmo, resultado do desenrolar de tais histórias. Trata-se, então, de considerar que os diferentes modos de viver são também diferentes modos de produzir, habitar e significar os espaços.

Pol (1996) e Vidal e Pol (2006) adotam a concepção de **apropriação do espaço** para denotar o processo ativo por meio do qual os sujeitos transformam material e/ou simbolicamente o ambiente. Os afetos desenvolvidos podem ganhar forma de vínculos mais ou menos intensos, como é o caso do **apego ao lugar** (ALTMAN; LOW, 1992), e os lugares também passam a fazer parte da autoidentificação dos sujeitos, ao que chamamos **identidade de lugar** (PROSHANSKY; FABIAN; KAMINOFF, 1983). Tanto os vínculos quanto os processos de identificação com os lugares são relações dinâmicas e de grande complexidade que acompanham o desenrolar da vida nos diversos ambientes e se desdobram da dinâmica de apropriação do espaço.

Nesse sentido, o processo de apropriação implica, por um lado, incorporar os elementos de um dado ambiente - suas potencialidades físicas, os significados históricos e sociais a ele associados - e, por outro, objetivar sobre ele ações e sentidos. Esse processo ininterrupto de interação com os distintos espaços faz com que sejam infinitas as possibilidades dos grupos humanos de produzir distintas socioespacialidades.

Tais socioespacialidades produzidas não são homogêneas, elas internalizam conflitos, contradições, que são próprias da dinâmica histórico-social em que estão inseridas como a contradição existente, no modo de produção capitalista, entre apropriação e propriedade (LEFEBVRE, 1991). Sob a regência da propriedade privada, o valor de uso do espaço, característico da apropriação, está subordinado ao valor de troca, ao caráter mercantil das relações com o tempo e o espaço. Podemos considerar também que há uma constante tensão, nesse contexto, entre apropriação e alienação, já que as socioespacialidades são produto da ação humana mas, sob um caráter mercantil, aparecem como seu oposto, que o domina e no qual os sujeitos não se reconhecem, como acontece com a produção das cidades capitalistas (FARIAS; DINIZ, 2018).

A categoria território também nos é útil e só pode ser compreendida a partir de seu uso e de seu contexto histórico (SANTOS, 1998,

2007), em uma aceção dinâmica e mutável. Para Milton Santos, por exemplo, é o uso que define o território. No entanto, na sociedade erigida sobre uma estrutura classista, as forças que ditam o **domínio** e a **apropriação** dos territórios são também desiguais (SANTOS, 2000), e, para os que conseguem usufruir da terra dominada, o território pode despertar o sentido de apropriação e identificação (HAESBAERT, 2007).

Na economia globalizada pelo capitalismo, com tendência cada vez mais intensa à especialização regional da produção (BENKO, 1998), os territórios antes usados por uma sociedade localizada (SANTOS, 2007) são submetidos a uma nova dinâmica, podendo ser também domínio de “pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais” (SANTOS, 1998, p. 16), como no caso das dinâmicas do desmatamento atual da Amazônia brasileira, que serve aos interesses internacionais da produção de soja; na divisão internacional do trabalho restou ao Brasil o papel prioritário de “celeiro do mundo”. Tal fenômeno pode ser considerado também a partir da lógica das expropriações (FONTES, 2010), que são as formas pelas quais o capitalismo, desde seu nascedouro, garante, por um lado uma massa de despossuídos, cuja única possibilidade de sobrevivência passa a ser a venda de sua força de trabalho e, por outro, a extensão da mercantilização da vida, dos espaços e das relações sociais. As expropriações são uma base inalienável para a tendência expansiva do capital, e vão desde a expropriação de terras e modos de vida, até os direitos sociais. Elas também conformam a divisão estrutural campo-cidade e a divisão internacional do trabalho.

Analisando o que há de específico no desenvolvimento capitalista latino-americano, Marini (1973) considera que a divisão internacional do trabalho – que tem a gênese ligada ao colonialismo e à expansão comercial do século XVI, e é reafirmada nos processos neocoloniais e imperialistas a partir do século XIX – estabelece uma relação estrutural “em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas

são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 1973, p. 4). Nesse sentido, se estrutura uma relação dialética entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, em que o subdesenvolvimento de determinadas economias/países/regiões resulta de elementos que determinam o desenvolvimento de outras (CARCANHOLO, 2008).

Essa condição tem determinações mais explícitas sobre problemas derivados das formas de exploração do solo. As economias dependentes se especializam na produção de alimentos e insumos industriais para as economias centrais (MANCIO; MOREIRA, 2012). Com a atual crise do capitalismo e uma conseqüente agudização das relações de dependência, uma das dimensões desse processo tem sido o impulsionamento da reprimarização das economias latino-americanas, impondo uma maior especialização desses países na produção de *commodities* e bens primários em geral, elevando a capacidade tecnológica nesses setores, mas também a superexploração da força de trabalho, priorizando o perfil agrário-exportador de tais sociedades (MANCIO; MOREIRA, 2012).

A condição de dependência e a farta presença de recursos naturais nesses países faz com que os mecanismos de dependência pressionem para acentuar o desenvolvimento da acumulação capitalista, tendo enormes conseqüências socioambientais e na produção de socioespacialidades nos países periféricos, o que pode ser considerado como o processo sociopolítico do **imperialismo ecológico** (FOSTER; CLARK, 2004), uma relação de dominação fundada sobre a transferência ecológico-material dos países da periferia para o centro do capitalismo global.

Partindo da concepção de totalidade, que pensa a realidade como complexo de complexos históricos e dinâmicos (LUKÁCS, 2013), consideramos que os condicionantes da dependência atravessam todos os âmbitos da sociedade. Isso implica, por exemplo, uma pressão política contra leis ambientais, avanço nos conflitos no campo, contra populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas, além

da brutal exploração dos trabalhadores inseridos na agroindústria, com inúmeros casos de trabalho análogos à escravidão.

O exposto acima indica, por um lado, a centralidade do desenvolvimento econômico na sociedade do capital que, com a necessidade de manter-se em constante valorização, imprime um ritmo de exploração destrutivo, tanto do solo quanto do trabalhador, como alertara Marx (1867/2013), e submete todas as outras dimensões da vida humana a tal necessidade. Por outro lado, indica que há, nos países dependentes, uma dinâmica socioambiental condicionada por essa relação estrutural, que implica problemas de uma ordem específica e que devem ser apreendidos dentro dessa especificidade.

É nesse sentido que a dinâmica de produção territorial deve levar em consideração os atores que a realizam, isto é, que controlam os espaços e os processos sociais que nele ou dele decorrem. Portanto, se existe disputa na criação de territórios, há resistência e lutas de classes, e, a depender da relação de forças, há também o processo inverso de desterritorialização e a conseqüente reterritorialização.

A territorialização capitalista evidencia-se nas formas típicas desse modo de produção, como as empreendidas pelo agrohídronegócio, ainda que não se restrinjam a ela. Por não possuir recursos hídricos em abundância, se comparada a outras regiões do Brasil, a conquista territorial do semiárido tem como ponto central de sua dinâmica a água, ou melhor, a terra com água. Controlar os recursos hídricos significa dominar o território, domínio esse que subordina outros territórios. A “origem e trajetória da água é que vai demarcar seu tamanho e forma” como enfatiza Torres (2007, p. 15) ao representar esse fenômeno social pela categoria Hidroterritório.

Faz-se necessário ressaltar que o poder exercido nos territórios está relacionado tanto ao poder no sentido da dominação como no sentido simbólico da apropriação. Apesar da atual sobreposição da dominação sobre a apropriação, as duas dinâmicas relacionadas ao território “caminham juntas” (SANTOS, 2000). Mesmo nos locais em que os atores hegemônicos do capital são mais efetivos, ainda assim,

o território habitado é metamorfoseado criando diferentes tipos de modos de vida (SANTOS, 1998, 2007).

De qualquer modo, o território usado, por imposição de classes hegemônicas ou não, “é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (SANTOS, 2007, p. 14).

À luz de uma perspectiva que afirma a radical historicidade do ser humano (LACERDA JR., 2016) e, por conseguinte, de sua relação com os ambientes, e assumindo a perspectiva da totalidade, compreendemos que a diversidade de maneiras de produção de modos de vida se dá como produção de territórios, numa dinâmica que implica grupos humanos em sua atividade interagindo nos ambientes, a partir de suas características físicas e simbólicas. Essa interação entre pessoas e ambientes na produção de modos de vida é mediada por aspectos políticos, sociais, econômicos, culturais e subjetivos, numa dialética singular-particular-universal (PASQUALINI; MARTINS, 2015), que colocam em tensão aspectos de apropriação e de dominação diversos. É a investigação desses diversos aspectos que permite compreender a realidade cotidiana e a experiência das pessoas, além da multiplicidade de contextos humanos, em suas dificuldades e potencialidades.

Psicologia socioambiental e semiárido: aspectos críticos para uma agenda de pesquisa

Reclamar uma leitura crítica das relações pessoa-ambiente, com ênfase num contexto ainda negligenciado em termos psicossocioambientais – como o semiárido nordestino – põe em evidência a urgência de uma agenda de pesquisa e intervenção (práxis) voltada para as particularidades dessa realidade. Construir conhecimento crítico das relações entre pessoas e seus ambientes, com vistas à transformação de relações assimétricas de poder (em suas dimensões sociais, políticas, econômicas etc.), resulta do esforço por fazer valer o que acreditamos ser a real função social de uma psicologia socioambiental. Assim, dentre as múltiplas problemáticas emergentes sob essa visão, consideramos

alguns horizontes de análise que podem orientar futuras produções em torno dos modos de vida em contextos do semiárido.

Um movimento basilar se volta para a compreensão das dinâmicas de apropriação do espaço no semiárido. Tais dinâmicas implicam tanto a incorporação dos elementos do ambiente de vida no semiárido - suas potencialidades físicas, os significados históricos e sociais a ele associados - quanto às ações e sentidos atribuídos por seus/suas agentes. Atentar para esse processo ininterrupto de interação com os espaços do semiárido possibilita conhecer as distintas socioespacialidades nesse meio, considerando, também, seus conflitos, contradições, que são próprias da dinâmica histórico-social em que estão inseridas. Nesse sentido, colocam-se questões sobre: Como acontece a apropriação do espaço por diferentes grupos no contexto do semiárido? Quais significados históricos e sociais marcam esse processo? Quais os condicionantes sociais dos modos de apropriação do espaço? As respostas para tais questionamentos põem em destaque a diversidade dos modos de vida das pessoas que vivem nesse contexto, servindo à orientação de práticas e intervenções, assim como o planejamento de políticas públicas que tenham em conta tal diversidade.

Atrelado ao conhecimento sobre as dinâmicas de apropriação do espaço, está o atravessamento dos modos de vida pelas especificidades do fenômeno da seca. Contrapondo-se ao estereótipo de miséria e do sofrimento vivido pelos habitantes da região, se reconhece que a população não está necessariamente sujeita de forma fatalista aos limites naturais, nem à indústria da seca, mas que a reprodução social da vida no semiárido se dá em diversas possibilidades e num movimento histórico e dinâmico. Nesse sentido, urge a necessidade de explorar as implicações do fenômeno da seca nos modos de vida do/ no semiárido, junto a essas pessoas, enfocando as especificidades das relações estabelecidas com a (escassez de) água a partir da perspectiva de quem vive em situação prolongada de semiaridez, e atentando para os diferentes significados, crenças e posicionamentos da população

da região, assim como as diferentes formas e estratégias de (auto) organização socioambiental.

Dentre as especificidades dos modos de vida no semiárido nordestino, uma dimensão se afigura como particularmente importante: as relações de gênero. Em face da acentuada assimetria dessas relações no meio rural brasileiro, consideram-se as questões de gênero no contexto de pluriatividade do trabalho, cada vez mais distanciada das atividades agrícolas e atendendo a novos tipos de ocupação de baixa qualificação profissional. Diante desse cenário em mudança, cabe questionar: como as mulheres têm estabelecido relações socioespaciais com o entorno no contexto de trabalho? Que estratégias têm desenvolvido para fazer frente aos desafios desse contexto (e seus ambientes) em transição? Partimos do entendimento de que os contextos de trabalho, sejam eles formais ou informais, envolvem tanto relações sociais quanto relações com os espaços onde acontecem. Assim, destacamos a importância da análise das relações inerentes aos antigos e novos contextos de trabalho para as mulheres, de modo a contribuir para visibilizar suas práticas e orientar estratégias de incentivo e valorização do trabalho feminino, e políticas que atendam suas especificidades.

Com a discussão aqui apresentada, situamos entre os problemas, controvérsias e desafios atuais em psicologia social, a importância e a necessidade de colocarmos a vida do/no semiárido nordestino na ordem do dia para a pesquisa e atuação nesse campo. De modo ainda mais enfático, temos em conta – em termos de uma geopolítica do conhecimento – a existência (persistência) de um viés **sudestino** e **sudoestino** na definição das pautas para a construção de uma psicologia social brasileira. Diferente do que possa parecer um segregacionismo nesta defesa, é justamente pelo reconhecimento do que já existe que propomos amplificar o alcance da mirada psicossocioambiental, a fim de ampliarmos, também, a complexidade da compreensão em torno dos múltiplos processos sociais (e ambientais) que ocorrem em nosso país.

Referências

AB'SÁBER, A. N. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. **Estudos Avançados**, v. 13, n. 36, p. 7-59, 1999.

ALBUQUERQUE, D. M. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ALTMAN, I.; LOW, S. M. **Place Attachment**. Nova York: Plenum, 1992.

ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V. O rural brasileiro: velhas e novas questões. **Teoria & Pesquisa: revista de ciência política**, v. 17, n. 1, p. 49-66, 2008.

ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V. Da medida do rural ao rural sob medida: representações sociais em perspectiva. **História, Ciências, Saúde**, v. 21, n. 2, p. 385-402, 2014.

ASA. (Brasil). **Tecnologias de convivência revolucionam a vida de famílias no semiárido**. 2019. Recuperado de <https://www.asabrazil.org.br/26-noticias/ultimas-noticias/10344-tecnologias-de-convivencia-revolucionam-vida-de-familias-no-semiarido>

ASSUNÇÃO, M. J.; MENDES, E. P. P. Agricultura familiar e religiosidade: a comunidade Tambiocó no município de Catalão (GO). **Espaço em Revista**, v. 16, n. 2, p. 1-20, 2014.

BACURAU. Direção: Kleber Mendonça Filho; Juliano Dornelles. [DVD:155 min.] Recife: CinemaScópio, 2019.

BENKO, G. Organização econômica do território: algumas reflexões sobre a evolução no século XX. In: SANTOS, M.; MARIA ADELIA, D. S.; SILVEIRA, M. L. (Ed.). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1998, p. 51-71.

BRANDEMBURG, A. Do rural tradicional ao rural socioambiental. **Ambiente e Sociedade**, v. 8, n. 2, p. 417-428, 2010.

BRASIL. **Resolução n. 115**, de 23 de novembro de 2017. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. 232. ed. Seção 1, p. 26-27. Recuperado de http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/739568/do1-2017-12-05-resolucao-n-115-de-23-de-novembro-de-2017-739564

CARCANHOLO, M. D. Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 12, n. 2, p. 247-272, 2008.

CARNEIRO, M. J. **Ruralidades Contemporâneas**: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

CARNEIRO, M. J.; TEIXEIRA, V. L. Para além das dualidades: o rural não agrícola do Rio de Janeiro. In: M. J. Carneiro (Org.), **Ruralidades Contemporâneas**: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012, p. 51-66.

CASTRO, J. **Geografia da fome**. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

CUNHA, E. **Os sertões**. São Paulo: Três, 1984. (Domínio público)

FARIAS, T. M.; DINIZ, R. F. Cidades neoliberais e direito à cidade: outra visão do urbano para a psicologia. **Psicologia Política**, v. 18, n. 42, p. 281-294, maio., 2018.

FAVERO, E.; DIESEL, V. A seca enquanto um *hazard* e um desastre: uma revisão teórica. **Aletheia**, n. 27, p. 198-209, 2008.

FAVERO, E.; SARRIERA, J. C. Impactos da seca no bem-estar Psicológico de agricultores familiares do sul do Brasil. **Temas em Psicologia**, v. 22, n. 4, p. 809-822, 2014.

FERREIRA, K. P. M.; BOMFIM, Z. A. C. Quedar o partir? Afectividad y emigración de jóvenes del sertão semi-árido (Ceará-Brasil). **Medio Ambiente y Comportamiento Humano**, v. 10, n. 1-2, p. 161-177, 2009.

FERREIRA, K. P. M.; BOMFIM, Z. A. C. Juventude no semiárido nordestino: caminhos e descaminhos da emigração. In: LEITE, J. F. & DIMENSTEIN, M. (Org.). **Psicologia e contextos rurais**. Natal: Edufrn, 2013, p. 89-116.

FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

FOSTER, J. B.; CLARK, B. Imperialismo ecológico: a maldição do capitalismo. **Socialist Register**, v. 40, p. 225-244, 2004. Recuperado de http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/social/2004pt/10_foster.pdf

FREYRE, G. **Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

FROEHLICH, J. M.; MONTEIRO, R. C.; PEREIRA, G. A. Desafíos de la sostenibilidad en el medio rural brasileño. In: CRUZ, F. (Org.). **Desarrollo Rural y Sostenibilidad: estrategias y experiencias en España y Brasil**. Palencia: Asociación País Románico, 2011, p. 19-27.

GOMES, A. L.; ROSADO, C. A. E. **Ideologia, poder e discurso da seca na mídia**. Natal: EDUFRN, 2018.

GUERRA, O. B. **Tragédia e epopeia do Nordeste**. Natal: UFRN/Editora Universitária, 1983.

GUERRA, O. B. **Vida e morte do nordestino: análise retrospectiva**. Natal: Clima, 1989.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, v. 9, n. 17, p. 19-46, 2007.

LACERDA JÚNIOR, F. Marxismo e Psicologia: notas críticas sobre epistemologismo, emancipação e historicidade. In: I. F. OLIVEIRA et al. (Orgs.), **Marx hoje: pesquisa e transformação social**. São Paulo: Outras expressões, 2016, p. 255-275.

LEFEBVRE, H. **The Production of Space**. Oxford: Blackwell, 1991.

LEITE, J. F. Movimentos sociais e ruralidades no Brasil. In: LANDINI, F. (Org.). **Hacia una psicología rural latinoamericana**. Buenos Aires: CLACSO, 2015, p. 97-102.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MALVEZZI, R. **Semi-árido: uma visão holística**. Brasília, DF: Confea, 2007.

MANCIO, D.; MOREIRA, R. A dependência latino-americana e a reprimarização do continente. In: Anais do XVII Encontro Nacional de Economia Política. Rio de Janeiro: 2012. Recuperado de https://our-global-u.org/oguorg/es/download/Autores-Distinguidos/renata_moreira/reprimarizacao_sep.pdf

MARINI, R. **Dialética da dependência**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política - Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MASSOLA, G. M.; SILVA, J. B. A. Identidade de lugar e de trabalho entre trabalhadores rurais na fronteira Cotia-Ibiúna (SP). **Psicologia & Sociedade**, v. 31, p. 1-16, 2019. e182046.

MATTEDI, M. A.; BUTZKE, I. C. A relação entre o social e o natural nas abordagens de hazards e de desastres. **Ambiente & Sociedade**, v. 4, n. 9, p. 93-114, 2001.

NOBRE, P. J. L. Uma paisagem impressionadora: geografias da seca. In: A. L. FERREIRA, G. A. F. DANTAS; Y. SIMONINI (Org.). **Contra as secas**: Técnica, natureza e território. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrôpoles (INCT), 2018, p. 54-89.

OIT. **Panorama Laboral Temático 3**: Trabajar en el campo en el siglo XXI. Realidad y perspectivas del empleo rural en América Latina y el Caribe. Lima: OIT / Oficina Regional para América Latina y el Caribe, 2015.

OMS. **Estudio multipaíses de la OMS sobre salud de la mujer y violencia doméstica contra la mujer**. 2005. Recuperado de http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/43390/1/924359351X_spa.pdf

OSÓRIO, L. C. **Família hoje**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

PASQUALINI, J. C.; MARTINS, L. M. Dialética singular-particular-universal: implicações do método materialista dialético para a psicologia. **Psicologia & Sociedade**, v. 27, n. 2, p. 362-371, 2015.

PIRES, V. C.; NASCIMENTO, R. N. A. Da fé ao rito: narrativas e sensibilidades na tradição da comunidade Matias, PB. **Temática**, v. 14, n. 4, p. 45-61, 2018.

POL, E. La apropiación del espacio. In: IÑIGUEZ, L.; POL, E. (Org.). **Cognición, representación y apropiación del espacio**. Barcelona: Publicacions Universitat de Barcelona, 1996, p. 1-49.

PROSHANSKY, H. M.; FABIAN, A. K.; KAMINOFF, R. Place identity: physical world socialization of the self. **Journal of Environmental Psychology**, v. 3, n. 1, p. 57-83, 1983.

REBOUÇAS, A. C. Aspectos relevantes do problema da água. In: A. C. REBOUÇAS, B. BRAGA; J. G. TUNDISI (Org.). **Águas Doces no Brasil: Capital ecológico, uso e conservação**. 2. ed. São Paulo: Escrituras, 2002, p. 687-703.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; MARIA ADELIA, D. S.; SILVEIRA, M. L. (Ed.). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1998. p. 15-20.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. In: SANTOS, M. et al. (Ed.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007, p. 13-21.

SILVA, A. L. O sertão para além da estética da boniteza da dor: Reflexões a partir de Catingueira – PB. **InterEspaço**, v. 3, n. 9, p. 66-87, 2017.

SILVA, A. P. S. Comunas da terra: relações entre sujeitos na paisagem híbrida campo-cidade. **Diálogos Possíveis**, v. 14, n. 2, p. 147-169, 2013.

SILVA, V. H. F.; DIMENSTEIN, M.; LEITE, J. F. O cuidado em saúde mental em zonas rurais. **Revista Mental**, v. 10, n. 19, p. 267-285, 2013.

TASSARA, E. Psicologia Ambiental e futuro - reflexões geopolíticas sobre política ambiental. **Psicologia USP**, v. 16, n. 1/2, p. 261-267, 2005.

TORRES, A. T. G. **Hidroterritórios (novos territórios da água): os instrumentos de gestão dos recursos hídricos e seus impactos nos arranjos territoriais**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

VASQUEZ, G. C. F. A Psicologia na Área Rural: os assentamentos da reforma agrária e as mulheres assentadas. **Psicologia, Ciência e Profissão**. v. 29, n. 4, p. 856-867, 2009.

VIDAL, T.; POL, E. La apropiación del espacio: una propuesta teórica para comprender la vinculación entre las personas y los lugares. **Anuario de Psicología**, v. 36, n. 3, p. 281-297, 2006.

WIESENFELD, E. A psicologia ambiental e as diversas realidades humanas. **Psicologia USP**, v. 16, n. 1-2, p. 53-69, 2005.



Gênero e saúde mental nas tramas sociais:

violências e seus efeitos na autonomia de mulheres

Jorge Luiz da Silva

Jorge Lyra

Introdução

Embora a promulgação da Lei Maria da Penha - Lei nº 11.340 (BRASIL, 2006) tenha sido símbolo de uma mudança cultural no entendimento do fenômeno da violência contra as mulheres no Brasil, e que desde então muitos outros avanços tenham sido conquistados, ainda hoje, contabilizamos 4,8 assassinatos a cada 100 mil mulheres, número que coloca o Brasil no 5º lugar no *ranking* de países nesse tipo de crime. Segundo o Atlas da Violência 2019, houve um acréscimo dos feminicídios no Brasil, com cerca de 13 assassinatos por dia. Ao todo, 4.963 mulheres foram mortas no ano de 2018, maior número registrado desde 2007, sendo 28,5% ocorreram dentro da residência,

50,3% foram cometidos por familiares, sendo que em 33,2% destes casos, o crime foi praticado pelo parceiro ou ex (BRASIL, 2019).

Do total de atendimentos realizados pelo Ligue 180 – Central de Atendimento à Mulher no 1º semestre de 2016, 12,23% (67.962) corresponderam a relatos de violência. Entre esses relatos, 51,06% corresponderam à violência física; 31,10%, violência psicológica; 4,86%, cárcere privado e 4,30%, violência sexual.

Talvez apenas esses dados fossem suficientes para justificar uma pesquisa sobre o fenômeno, figurando as expressões mais notáveis, cujas marcas são mais “visíveis”¹ e a quantificação, compreendida como importante estratégia na justificação da necessidade crescente de políticas públicas, possível. No entanto, representam apenas uma parcela da enorme gama de formas que as violências podem assumir quando perpetradas contra as mulheres.

E foi nesse sentido que nós trabalhamos e ampliamos a nossa compreensão sobre as violências, razão pela qual, a palavra é, sempre que possível e respeitando as regras ortográficas da língua portuguesa, utilizada no plural, porque assim é entendida, uma pluralidade de expressões que não nos coube definir/limitar. A estratégia utilizada foi, então, ouvir das mulheres, a partir de suas próprias concepções, o que compreendiam como violências em suas experiências e relações.

Sobremaneira, nos interessava mais ainda entender como essas diferentes expressões da violência produziam efeitos na saúde destas mulheres, em especial na sua saúde mental, considerando este um campo de estudo/pesquisa ainda pouco explorado. Trata-se, dessa maneira, de uma reflexão sobre as interlocuções possíveis entre as relações de gênero, através de uma de suas possibilidades de expressão, as violências contra as mulheres, e a saúde mental.

Esta intersecção, cujos esforços para compreender tiveram início por volta de 1995, de acordo com Lilia Schraiber, Ana Flávia

.....
1 O termo visível, aqui, está sendo utilizado como sinônimo-complemento de perceptível, fazendo referência às violências cujas marcas frequentemente são vistas, ouvidas, sentidas ou quantificáveis.

d'Oliveira e Marcia Couto (2006), compõe uma gama de esforços, realizados também através de trocas com outros setores sociais e campos do conhecimento, no sentido de recuperar os danos em mulheres que já vivenciaram essas situações e, sobretudo, prevenir novos danos à sua saúde, a partir da compreensão dos impactos que um tem sobre o outro.

Nesse sentido, a noção de saúde mental elaborada e trabalhada neste texto também é ampliada, compreendendo não só os transtornos, sinais e sintomas produzidos e compreendidos pelas ciências psi, mas também a vasta gama de angústias, aflições e manifestações que compõem a experiência das mulheres cujas histórias fundamentaram a construção deste trabalho.

A partir de aproximações com textos, acadêmicos ou não, buscando compreender as noções de violência, saúde mental e dessa relação, neles presentes e das mulheres que foram interlocutoras desta pesquisa, elaboramos as seguintes perguntas norteadoras: (a) como elas compreendem as violências contra as mulheres? (b) como as suas experiências têm sido marcadas por essas vivências? e (c) como sua saúde mental e sua autonomia foram afetadas por essas experiências? Como objetivo principal, buscamos então compreender como as violências contra as mulheres, compreendidas como expressões das relações assimétricas de gênero, produzem efeitos sobre a autonomia de mulheres, entendendo a autonomia como exercício fundamental para a saúde mental.

Faz-se importante ainda ressaltar que este trabalho integrou um projeto mais amplo, nomeado como “Avaliação da Atenção a Mulheres em Situação de Violência na Rede de Atenção Básica em Saúde no Município de Recife”, que teve como objetivo avaliar a efetividade de ações, programas e projetos promovidos a fim de enfrentar a violência contra as mulheres, no contexto da Atenção Básica em Saúde, no município de Recife, Pernambuco, e contou com o apoio da FACEPE - Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco, PROCESSO – APQ/PPSUS - 0023-4.00/13. A partir

das incursões no campo deste estudo, desenvolvemos esta proposta específica, partindo de uma compreensão ampla de saúde mental e fazendo conexões com as violências.

Na sessão a seguir, trabalharemos algumas questões teóricas consideradas relevantes acerca do fenômeno da Violência Contra a Mulher, compreendendo, em perspectiva feminista, como as relações de gênero se imbricam na sua produção/reprodução, bem como seus atravessamentos na saúde mental das mulheres.

Algumas tessituras sobre violências contra as mulheres e saúde mental

Partimos da compreensão de que o patriarcado não sustenta sozinho as desigualdades entre homens e mulheres, sendo apoiado pelo capitalismo e pelo racismo, regimes que também se alimentam da crença de superioridade de uma pessoa, ou grupo, sobre outras. Nas palavras de Heleith Saffioti (2003, p. 43): violência étnico-racial, violência de classe e violência de gênero viabilizam a concretização da Santíssima Trindade. Eis porque a violência não apenas existe, mas se torna absolutamente necessária para assegurar o bem-estar de alguns em detrimento do sofrimento de milhões.

Apesar das marcas físicas deixadas por algumas agressões perpetradas contra as mulheres serem constatações de que algum tipo de ato violento aconteceu, elas nem sempre estão presentes como resultado das violências, o que não significa que essas outras manifestações não surtam efeitos negativos na saúde mental e na autonomia de mulheres. Frequentemente, apenas as marcas facilmente visíveis são cuidadas, enquanto as outras são geralmente desconsideradas (SAINZ; REY; GORN, 2010; SILVA et al., 2015).

Já está claro que as marcas das violências não se limitam a feridas visíveis. Esse agravo vai definhando aos poucos as defesas das mulheres, que frequentemente sentem-se culpadas pelas violências sofridas, e a somatização dessas vivências compromete a saúde mental das mulheres (GOMES et al., 2014, p. 63).

Os sintomas de sofrimento mental, de acordo com Teresa Bruel e Carolina Mombach (2015) são seis vezes mais frequentes em mulheres que se encontram em situações de violências do que naquelas que não estão, sendo quatro a cinco vezes maior a probabilidade de as primeiras estarem em tratamento psiquiátrico do que para as mulheres da população em geral. No entanto, muitas outras formas de expressão de mal-estar, por parte das mulheres, podem ser indícios de que estejam envolvidas em situações de violência, mas são frequentemente ignoradas pelos profissionais da saúde, quer seja por não se apresentarem como quadros agudos que demandam claramente intervenção profissional, ou por não comporem um quadro diagnóstico claro.

Sensações de insegurança, vergonha, dependência, absenteísmo no trabalho, isolamento, solidão, descrença, irritação, baixa autoestima e autoconfiança, além de insatisfações pouco específicas com a vida podem todos ser sinais de que mulheres têm sofrido violências, e essas demandas frequentemente se apresentam nos atendimentos em saúde (BRUEL; MOMBACH, 2015; NARVAZ; KOLLER, 2006).

Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), gênero determina as diferenças de poder e controle que homens e mulheres têm sobre determinantes econômicos para a saúde mental e outras esferas de suas vidas: posição social, status e tratamento na sociedade, suscetibilidade e exposição aos riscos específicos para a saúde mental. Assim sendo, a própria condição feminina constitui um risco para a saúde mental das mulheres na medida em que são cotidianamente submetidas a múltiplas demandas (OMS, 2015).

Neste sentido, Anne-Marie Devreux (2005) discute que, as relações de gênero, impregnadas no imaginário e nos dispositivos sociais, têm grande influência na saúde mental das mulheres, uma vez que proporcionam diversas situações em que sua sanidade é posta à prova, como as triplas jornadas, as exigências da maternidade, responsabilidade central pelos cuidados da saúde de todos os membros da família, os diversos tipos de violências cotidianas e a falta de lazer.

No tópico a seguir, serão apresentadas as questões referentes ao método da pesquisa, estratégias adotadas e caminhos delineados, além

de algumas notas teóricas a respeito das estratégias de produção de informações e análise destas.

Notas metodológicas

Este trabalho assume caráter qualitativo e psicossocial, partindo de um posicionamento político e ético a respeito do fazer científico e, por isso, da necessidade de contextualizar sua construção que tem início com as escolhas teórico-metodológicas. Toma como ponto de partida a epistemologia feminista, inspirados em Haraway (1995), em diálogo com abordagens teórico-metodológicas de análise crítica.

A técnica utilizada para colher o material trabalhado nesta pesquisa foi a entrevista, escolhida em função da compreensão de Mary Jane Spink (2013) e Benedito Medrado, de entender a entrevista como um jogo discursivo que se desenvolve em um processo de interação nos quais sentidos são gerados em contextos argumentativos situados e a partir do posicionamento dos participantes, tanto entrevistado como entrevistador, se construindo dialogicamente a partir de argumentos, narrativas e descrições.

Dos tipos de entrevista conhecidos, escolhemos a entrevista episódica, por acreditar que seu caráter de buscar o conhecimento cotidiano através da construção e narrativa de episódios responderia melhor aos objetivos da pesquisa. Esse método tem raízes em diversos pressupostos teóricos de diferentes campos da psicologia, sobretudo da psicologia narrativa, utilizando-se do conceito de narrativa como uma forma primária de significar e organizar a experiência humana em episódios temporariamente significativos para embasar sua prerrogativa de que a vida, e as experiências vivenciadas, não possuem uma estrutura prévia e rígida, mas são construídas em formas de narrativas ou episódios cujos resultados são formas de conhecimento contextualizadas (FLICK, 2002).

O processo de produção das informações consistiu em várias visitas à Unidades de Saúde da Família (USF) localizadas na cidade de Recife, em particular do Distrito Sanitário IV (DS IV),

nas quais eram abordadas mulheres que aguardavam atendimento e questionadas sobre o interesse em participar voluntariamente da pesquisa.

Para efeitos deste escrito, serão consideradas quatro das 15 entrevistas realizadas, por terem estabelecido relação mais direta com o tema proposto para o estudo. Sobremaneira, o conteúdo destas entrevistas se mostrou de imensa riqueza e completude, sendo suficiente para iniciar as discussões propostas, entendendo que elas não se encerrariam mesmo que tivéssemos um quantitativo maior, pois a proposta é que as discussões reverberem e se multipliquem na dialogia de cada leitura deste material. Assim, apresentaremos brevemente nossas quatro interlocutoras.

Elisa Lucinda², mulher que se identifica como branca, tem 37 anos de idade, é trabalhadora doméstica³. Lívia Natália, mulher negra de 31 anos, trabalha como técnica de enfermagem. Míriam Alves, mulher que também se identifica como negra, tem 33 anos e desenvolve prática profissional de cuidadora de idosos/as. E por fim, Helena Theodoro, 35 anos, branca, também cuidadora de idosos/as.

Todo o material fruto das entrevistas foi considerado no momento das análises do material, não se restringindo às “respostas”⁴ das mulheres entrevistadas. As nossas considerações, pensamentos e afetações, tanto na hora das entrevistas quanto nas audições das gravações e nas leituras do material transcrito foram consideradas e integram o *corpus* analítico deste trabalho e são considerados como relevantes na produção dos resultados.

.....

2 Os nomes utilizados são fictícios, por um compromisso ético de respeito às preocupações das interlocutoras e atribuídos (porque a ideia de sugerir que elas escolhessem o próprio nome fictício só surgiu depois que as entrevistas já haviam sido finalizadas) em homenagem a escritoras negras brasileiras.

3 O termo “trabalhadora doméstica” foi discutido e escolhido em função de visibilizar e reconhecer o trabalho realizado pelas mulheres em seus próprios domicílios.

4 O termo respostas encontra-se entre aspas porque em alguns momentos as falas e narrativas das mulheres emergiam sem que pergunta alguma as produzisse diretamente, fazendo referência muito mais ao clima e à dialogia que se estabelecia no momento

Em termos de análise do material, consideramos importante destacar que tal procedimento não se iniciou com escutas e leituras exaustivas do material produzido nas entrevistas (ainda que essas tarefas tenham sido feitas), mas desde as primeiras entrevistas que realizamos. Seja no momento em que a primeira interlocutora deixou o local onde nosso diálogo ocorreu, seja nas conversas ao fim de cada dia que fomos às USE, nas quais ouvia sobre as entrevistas que não participamos diretamente e trocávamos as nossas impressões acerca dos momentos de interlocução, as reflexões que nos acompanhavam também constituem o corpus analítico deste trabalho.

O processo de oitiva e leitura das transcrições foi realizado repetidas vezes, primeiramente como exercício de familiarização, e depois para a construção dos quadros, inspirado no design de Benedito Medrado e Jorge Lyra (2015), que possibilitaram organizar as informações para serem analisadas. Os quadros foram construídos, inicialmente, para reunir as falas, impressões e afetações com relação às violências, sendo um para cada entrevista, no intuito de facilitar a compreensão da dinâmica produzida por tais cenas na vida das mulheres, nos seus modos de se relacionar, conhecer as demais vozes que confluem na construção do seu discurso e como isso tudo me afetava, e possibilitar a construção de categorias analíticas.

Posterior a esse processo outros quadros foram elaborados, agora coletivamente, no intuito de organizar as informações referentes à saúde mental. A construção sequencial dos quadros possibilitou compreender de que maneira as violências influenciam na saúde mental das mulheres, aproveitando informações do quadro anterior para compreender a singularidade dos processos, e também os diálogos e interlocuções das entrevistas entre si, possibilitando a análise detalhada do material.

A metodologia eleita para a análise do material foi a Análise Crítica do Discurso em uma perspectiva Feminista (ACDF), que se trata de uma (re)apropriação feminista de uma metodologia cientificamente validada, uma apropriação com o uso das diferenças como

força criativa, ajustando o foco para uma visão crítica das relações de poder baseada nas questões de gênero (CARBALLO, 2014).

A ACDF também se preocupa com a linguagem e seu uso. No entanto, seu interesse vai para além dos contextos imediatos nos quais é utilizada pelas sujeitas que falam, portanto, coloca questões sobre a relação entre discurso e a forma como as pessoas pensam ou sentem, o que podem fazer e as condições materiais nas quais as vivências e experiências acontecem e os discursos são produzidos (CARBALLO, 2014).

Em respeito às considerações éticas, o projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco, CAAE - 38648314.4.0000.5208. Antes de cada entrevista, era lido e assinado um TCLE, elaborado de acordo com as resoluções 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Além disso, é importante informar também que nos utilizamos de três estratégias com vistas a garantir um maior respeito em relação à informante, como visto em Mary Jane Spink (2000), que são: o consentimento livre e esclarecido como princípio, o anonimato e o resguardo das relações de poder abusivo.

Violências e seus efeitos na autonomia de mulheres

Antes de continuarmos a viagem analítica dos/com os discursos das entrevistadas, seguindo para pensar as articulações possíveis entre as violências e sua autonomia, gostaríamos de deixar claro que o conceito de autonomia utilizado nesta sessão não é o único, pois assim como muitos outros conceitos, ele é polissêmico e alvo de muitos debates no campo das políticas feministas.

Após ter adquirido centralidade no discurso da saúde, por ter sido reconhecida a importância de seu exercício para a construção da subjetividade e para a manutenção e recuperação da sanidade mental, o conceito de autonomia passou a ser entendido e utilizado de diversas maneiras, inclusive para guiar as ações realizadas pelos profissionais

nos variados serviços de saúde. Essa noção utilizada, que pode ser compreendida nas leituras de Eduardo Almeida (2010) e José Raimundo da Costa (2011), centraliza a racionalidade e a liberdade de influências, essencializando um sujeito, que, além de livre de coações externas, representa um ideal subjetivo inalcançável.

Uma problemática evidente de pensar autonomia dessa maneira é a noção de sujeito ocultamente pressuposta, o autêntico sujeito autônomo, como aquele que é livre de todo e qualquer condicionamento ou manipulação, como se, por exemplo, houvesse mulheres e homens imunes à força coercitiva do machismo, e suas escolhas de vida não sofressem influência desse, ou de outros dispositivos (STEFANO, 1996).

O conceito eleito e trabalhado aqui representa uma tentativa de compreender as experiências relatadas pelas interlocutoras, em acordo com minhas visões de mundo e sujeito. Trata-se de um conceito de autonomia possível, no qual autonomia é pensada como um processo, não como uma substância, como algo a ser articulado e negociado nas relações das mulheres com outras pessoas, mas também com seus desejos, com as instituições e com as opressões cotidianas. Para tanto, foi articulado um diálogo entre Christine Di Stefano (1996) e Marcela Lagarde (1997).

Nessa perspectiva, através dos relatos de Elisa, podemos compreender como uma violência pode influenciar a autonomia de uma mulher:

Entrevistador: Sim. E aí... eu queria saber se tu conhece alguma mulher que já sofreu violência, se tu já ouviu alguma história aqui no posto ou mais perto da tua casa?

Entrevistada: Eu já fui já... Assim, não em casa né? Na rua mesmo, que eu gostava muito de sair... eu já... presenc... como é? Já... passei por essa cena, fui estrupada, graças a deus to viva pra contar a história... mas eu já parei mais de sair por causa disso, porque a gente hoje em dia não pode discutir que o povo já mata, aí eu... fico em casa mesmo. Eu gostava de sair pra barzinho, pra outras coisas, com as meninas mas... eu prefiro ficar em casa, porque em

casa eu to mais segura, porque a gente não sabe o mundo como ta hoje né?

A interlocutora nos contou que, apesar de gostar de sair para se divertir com suas amigas, modificou essa prática após o episódio de violência. Apesar de afirmar que “prefere ficar em casa”, ela justifica dizendo sentir-se mais segura nesse espaço, e não que suas preferências e lazeres tenham mudado. O que ela diz, para nós, é que prefere a sensação de segurança à diversão, porque foi coagida a escolher entre elas.

O fato de Elisa ter sido coagida a modificar seu comportamento, o que por si já diz muito sobre o uso de violências para a manutenção de um certo ordenamento social de gênero, no entanto, não quer dizer que ela não disponha de autonomia para negociar em outras situações e/ou espaços. Para Lagarde (1997), uma pessoa pode ter muita autonomia para algumas coisas e não para outras, estando a autonomia relacionada às circunstâncias em que a pessoa se encontre.

Ainda assim, a falta de lazer, gerada pela impossibilidade de ser autônoma, nesse contexto, gera em Elisa um sofrimento:

Entrevistador: E agora, tu faz o que pra se divertir?

Entrevistada: Agora eu fico em casa, bebo em casa, né? Porque deixar de beber eu num vou não. Mas eu fico com uma raiva, quando eu penso que eu gostava tanto de sair e agora eu tenho tanto medo...

A “perda” de autonomia da interlocutora, nesta situação, se dá por uma incoerência interna, apesar de gostar de frequentar bares com as amigas, deixou de fazê-lo. Para Stefano (1996), autonomia, especialmente no caso das mulheres, se relaciona com coerência interna, com a possibilidade de relacionar fragmentos de si mesmas, seus desejos e suas possibilidades, para que sintam com controlam, a si e ao ambiente, melhor.

Ainda no que diz respeito à coerência interna, Elisa nos mostra como foi também capaz de elaborar estratégias, tanto para se divertir,

quanto para se sentir fiel a suas vontades. Diante da impossibilidade de frequentar os antigos espaços de lazer, transformou sua casa em um deles, onde sente, além da segurança, maior controle sobre as situações, as pessoas, e as relações que pode estabelecer.

Já para Lívia, que interpretou a traição do companheiro como violência psicológica, sua autonomia foi atravessada pela médica que atendeu:

Entrevistadora: E aí o que foi feito aqui no posto quando tu disse? Tu contou, vocês conversaram?

Entrevistada: Não, ela so escutou, porque eu não tive uma consulta mesmo com ela, né? Só em relação a pressão, aí ela so escutou, né? Ai ela disse que realmente tinha que ter paciência, né? Eu, na verdade, eu tenho que me dar a chance de... saber perdoar... e... eu dei o recado a ele, que se ele realmente não quiser a gente se separa...

Apesar de ter mencionado que gostaria de responder à situação com um pedido de divórcio, a interlocutora foi aconselhada pela médica a permanecer no relacionamento, não importasse o quão difícil isso se mostrasse. Mais que isso, a profissional deixou claro que era sua obrigação, enquanto mulher, perdoar a traição e ter paciência com o companheiro.

Lívia também sofreu, inicialmente pela incoerência interna que experimentava, mas que não compreendia, e diante da dificuldade de negociar sua autonomia na relação com o companheiro, pensou em procurar um profissional de psicologia, sobre o qual nos contou:

Entrevistadora: É porque tem muita gente que acha que psicólogo é só pra desequilibrado né?

Entrevistada: Mas na verdade não é, eu acho que é uma ajuda. Assim, eu, no meu caso mesmo, o que eu passei, em relação quando eu descobri do meu marido, eu achei que tava precisando de um tratamento psicológico, entendeu? Porque, tava sendo muito difícil pra mim aceitar isso, a perdoar, dar uma chance né? Eu

realmente não tava conseguindo, porque... não era aquilo que eu queria pra mim, eu tinha projetado uma coisa pra mim mas de repente me vi diante de uma situação muito difícil. Não queria separar por conta dos meninos, que na verdade ele... os meninos não tem culpa do erro dele. Mas agora o tempo já passou e a gente ta se resolvendo, ainda ta em andamento...

Ao menos duas outras violências foram reproduzidas no desenrolar dessa história na vida da interlocutora: fazê-la acreditar que seu sofrimento era inadequado para a situação em que se encontrava e que precisava transformar-se para ser uma esposa melhor. Enredada nas tramas de tantas instituições, dentre as quais gostaria de evidenciar a família, o casamento, a maternidade e o setor saúde, experimentar-se impossibilitada de exercer sua autonomia parece ter causado grande sofrimento à Lívia.

O setor saúde, representado pela profissional de medicina que a atendeu na USF, aconselhou-a a se adequar à situação, ignorando os sinais de sofrimento que seu corpo expressava, que era o motivo pelo qual procurava a instituição. Após conversar com a médica, Lívia considera procurar um profissional de psicologia, não para fortalecer-se, mas para conseguir lidar com o sofrimento que era a desilusão amorosa e aceitar a traição, perdoar o companheiro, para que não rompesse com o casamento.

Outras instituições, no entanto, também foram expressas como importantes pela entrevistada em sua tomada de decisão, como a família e a maternidade, pois separar-se do companheiro implicaria romper com essas lógicas tão arraigadas na subjetividade das mulheres e separar-se dos filhos, ou separá-los do pai. Embora, naquele momento, todos esses atravessamentos tenham dificultado, ou impossibilitado, o exercício de autonomia de Lívia em relação ao seu matrimônio, isso não significa que em outros momentos ou outras situações, ainda que negociando com essas mesmas instituições, ela não possa exercer sua autonomia.

Assim como Lívia, Míriam também teve árduas disputas em relação à sua autonomia quando sofria violências por parte do companheiro. Algumas vezes ela silenciava as agressões às quais era submetida, geralmente quando psicológicas, patrimoniais ou simbólicas, mas também físicas e verbais. Algumas vezes, no entanto, ela recorria à polícia, geralmente quando sentia que sua vida estava ameaçada. Sobre um desses episódios, ela nos relatou:

Entrevistador: E aí, tu já tinha falado que passou por uma situação de violência. E aí, o que que acontecia, o que é que faziam?

Entrevistada: Ninguém se mete não. Eu chamei a polícia duas vezes, mas os policial num presta não, não suporto polícia, porque a gente chamou a polícia, e o policial conversou comigo e disse “pense direitinho, viu? Porque é melhor você não assinar esse B.O.” porque... eu nem sabia o que era B.O., ele que me explicou lá, “porque se você assinar aqui pra ele descer”, com aquele negoço da maria da penha, “ele pode descer, agora pense direitinho porque você tem um filho pra criar, você vai criar esse filho só...”

Apesar de ser visível que se tratava de um relacionamento abusivo, uma vez que Míriam chamou a polícia após ter sido agredida fisicamente, ou seja, marcas se presentificavam em seu corpo e suas vestes, a atitude do policial não foi de solidariedade, tampouco estava em acordo com a sua função laboral de proteger. Talvez, por ser homem e servir à uma instituição reconhecidamente marcada pelo machismo e utilizada pelo estado para manter a ordem, o policial tenha decidido que era mais importante manter a família, figura importante na cultura do patriarcado, que a segurança e a saúde dessa mulher.

Através do poder que a sua posição, não só social, mas na relação com essa mulher, negra e da periferia, e da articulação com o dispositivo da maternidade, o policial deu sua contribuição para a manutenção da ordem de gênero. O conselho, que me soou mais como uma ameaça, “*é melhor você não assinar esse B.O.*” e o argumento “*vai criar esse filho só*”, apesar de terem gerado revolta, parecem ter

surtido o efeito desejado, já que, dessa vez, Miriam não prosseguiu com a denúncia.

Além disso, as ameaças do próprio companheiro eram maneiras frequentes de subjugar a vontade da interlocutora, que, diante do afeto e da responsabilidade que sentia com relação à sua mãe, se abstinha de prosseguir com as denúncias. Essas articulações entre instituições, personagens, afetos e discursos são frequentemente construídas para a manutenção de mulheres em situações de violências e para dificultar seus exercícios de autonomia (LAGARDE, 1997).

Miriam também experimentava dificuldades em exercer sua autonomia por questões financeiras, como ela conta neste trecho:

Entrevistador: E porque que tu acha que acontece tanto violência contra as mulheres?

Entrevistada: Não sei... no meu caso, eu ficava dentro de casa assim com ele, eu num tava mais gostando dele não, eu ficava com ele, aguentava, ele não vivia metendo o cacete em mim não, mas quando ele tinha raiva mesmo... aí ele pegava vinha pra cima de mim e eu ia pra cima dele, era briga mesmo, mas eu não saí de dentro de casa porque eu não tinha pra onde ir, aí eu dizia “eu vou pra casa de mãe, meu deus, num tem canto pra eu dormir, pegar colchão dormindo no chão, eu num vou não” aí eu fiquei aguentando aquilo mesmo, empurrando com a barriga. Mas depois eu botei na minha cabeça é melhor ficar na casa da minha mãe, ficar dormindo no chão ou no sofá e ninguém bater em mim, viver na paz do que viver aqui, ter minhas coisas e viver apanhando, aí peguei e fui embora, deixei as coisas e fui embora...

Assim como Elisa e Lívia, Miriam também experimentava uma incoerência interna, estando onde já não mais queria estar, sentindo-se presa à um relacionamento com um homem por quem nutria afetos ambivalentes e confusos. Além disso, o fator econômico foi um atravessamento importante em sua autonomia, fazendo-a sofrer por permanecer nesse relacionamento. Por algum tempo, esse foi um processo cíclico e retroalimentado na vida da interlocutora: a

falta de dinheiro prendia-a no relacionamento e o relacionamento a impossibilitava de produzir recursos financeiros para que se sentisse confortável em sair do relacionamento. Sobre essa questão, Lagarde (1997) comenta que são necessárias condições econômicas mínimas para que se possa garantir autonomia. Sem elas, pode-se fazer um grande discurso autônomo, mas não há possibilidade real para que a autonomia seja um exercício possível.

No entanto, Miriam, ainda que aparentasse estar na mesma situação, conseguiu romper com o ciclo. Apesar de não ter explicitado em nossa conversa, algum limite foi ultrapassado em sua relação com o companheiro, fazendo com que essa quebra (ou construção) fosse possível e que ela pudesse tomar a decisão de abandoná-lo, apesar dos afetos, dos medos e da insegurança. Apesar disso, alguns meses após a separação, o ex-companheiro adoeceu e Miriam voltou a se relacionar com ele e exercer cuidados, como ela conta neste trecho:

Entrevistada: Ele pegou aquela doença do rato, todo mundo aqui do posto já sabe, que ele ficou com a leptospirose, cuidei dele que só, quando foi dois meses ele veio bater em mim, bateu na minha cara, sem eu fazer nada, tava deitada, ele... começou a gritar e a chorar, eu disse “porque tu fizesse isso comigo?”, ele disse “por nada, me perdoa Miriam”, eu fiquei doida da cabeça na hora, “o que foi que eu fiz”, eu não tinha feito nada, eu tava já dormindo, ele veio e meteu a mão na minha cara, me puxou pelo meu braço, e eu dizia “o que foi que eu fiz? Só quero saber o que foi que eu fiz”, “nada”, aí eu peguei e me indignei dele e fui embora de vez, até hoje...

Talvez motivada pelos ensinamentos que lhe foram passados desde muito cedo de que sua função era cuidar, talvez pela pressão social que sofreu, uma vez que, como o companheiro ainda não havia iniciado um novo relacionamento, ela ainda figurava como a “mulher dele”, ou ainda instigada pelos afetos que sentia, Miriam reatou o relacionamento com o companheiro para cuidar dele, tendo continuado quando ele se recuperou, apesar de tudo que havia vivenciado nessa relação.

Ainda assim, com poucos meses de convivência, o companheiro a agrediu fisicamente mais uma vez, sem que ela tivesse feito nada, como ela colocou. Esse parece ter sido o motivo pelo qual ela conseguiu reunir forças para “*ir embora de vez*”. No entanto, uma questão me surgiu: se ela alega que o motivo pelo qual sua revolta com essa agressão foi tão grande foi o companheiro tê-la agredido sem que nada fizesse para provocá-lo, será que ela se acreditava merecedora, responsável ou tenha sentido que de alguma maneira provocou as agressões anteriores?

Penso isso porque talvez a culpa figure entre os mecanismos responsáveis pelo entrave da autonomia de mulheres em situações de violências e que seja acionado e alimentado por uma cultura que tem interesse no sofrimento das mulheres como forma de mantê-las silenciadas e submissas (LAGARDE, 1997).

De qualquer maneira, a história de Miriam nos ajuda a entender que para exercer sua autonomia uma pessoa não precisa ser sempre forte, independente, racional e consistente. Ela pode nem sempre ter clareza de que aspectos em si, ou opressões que sofre, precisa modificar, pode ser ambivalente e cheia de conflitos, confusa, mas ainda assim terá algum poder sobre si, mesmo que não se aproxime de um ideal hegemônico de autonomia (STEFANO, 1996).

No entanto, de acordo com a autora, esse ideal tem autonomia tem sido usado como instrumento de repressão por um sistema de socialização que, baseado em desigualdades de gênero, controla aspectos significativos das vidas das pessoas, determinando seus interesses e regulando sua capacidade.

El ideal de autonomía proporciona un instrumento obvio de censura [...] e resulta difícil, cuando no imposible usar el concepto de autonomía si no se cuenta con alguna versión articulada del tipo de persona, o sujeto, vinculado o relacionado com dicha noción. (STEFANO, 1996, p. 59).

Os padrões que derivam das formas socialmente estruturadas de opressão, sobretudo os padrões das desigualdades, de gênero ou

de estado de saúde mental, que se cristalizam e reproduzem, e para Santos (2009), impõem limites à autonomia dos indivíduos e, portanto, ao modo como vivem e definem seus objetos. O problema que se configura, portanto, é o das continuidades entre as experiências subjetivas, especialmente, neste contexto, de ser mulher, que acabam por constituir identidades que são caras aos indivíduos.

Isso porque o conceito de autonomia frequentemente se confunde com independência e liberdade de influências, porque essas são características de formação subjetiva, especialmente de gênero, marcadamente masculinas, cujas identidades se afirmam através de expressões de diferença e distinção da cuidadora materna, reafirmando, em associação com outros fenômenos culturais, a ideia de que o individualismo, a separação e a independência são desejáveis, e são os componentes centrais da autonomia e realização pessoal. “La autonomía se masculiniza eficazmente como una postura de separación vigorosa y decidida de la madre femenina” (STEFANO, 1996, p. 67).

De acordo com o documento elaborado pela Organização das Nações Unidas com os objetivos de desenvolvimento do milênio para a América Latina e o Caribe (2005):

En realidad, el grado de autonomía de un sujeto singular es inseparable del grado de autonomía del grupo social al que pertenece. Es decir, el grado de autonomía personal que una mujer pueda desplegar dependerá también de la autonomía posible de su grupo social y de aquella que las mujeres de la sociedad a la que pertenece hayan alcanzado. En síntesis, la autonomía de un grupo social no depende exclusivamente de la voluntad personal de quienes a él pertenecen. (ONU, 2005, p. 114).

O desafio a ser enfrentado pela ciência e pela sociedade contemporânea consiste em incorporar aqueles que, apenas por divergirem do ideal dominante já explicitado, são destituídos da sua condição de sujeito. “Incorporar, no entanto, não significa sujeitar, silenciar e pôr ordem na desordem.” (SANTOS, 2009, p. 1181). Quer dizer, sobretudo, que as políticas públicas a serem desenvolvidas, considerem

as relações sociais de gênero e, desta forma, estabeleça-se um exercício de desconstrução das certezas de nossa suposta ordem patriarcal naturalizada e guie práticas de atuação nos serviços diferentes das que temos atualmente.

Nesse tocante, Helena trouxe algumas questões interessantes de serem discutidas. Ela contou que quando estava grávida, seu companheiro pediu para que ela abortasse⁵, o que ela interpretou como uma violência, como ela conta neste recorte:

Entrevistada: No meu caso, como eu tava gestante ano passado o pai não queria a criança, queria assim, que eu abortasse, né? E eu não... de maneira nenhuma ia tomar remédio pra ter um aborto, quando eu vim aqui fazer a primeira consulta pre-natal eu falei pra enfermeira, assim, eu fui bem acolhida, ela me orientou, me informou que eu não deveria fazer isso de maneira nenhuma, então assim, eu acho que eu fui bem recebida, bem atendida aqui, bem acolhida, assim, cheguei a perder, mas assim, foi espontâneo, nada induzido, aí assim, eu fui bem atendida assim, pela equipe.

Entrevistador: Tu já passou por alguma situação de violência?

Entrevistada: Violência fis... não, violência física não. Assim, tu chega pra uma pessoa, uma mulher que tá grávida, mesmo sem ter planejado e pedir... eu acho que assim, isso foi uma violência.

O que chama atenção na fala de Helena é que ela refere ter sido bem acolhida, bem recebida e bem atendida, mas talvez seja porque a atitude da profissional estivesse de acordo com as suas crenças. Em outros contextos, ou com outras mulheres, a atitude da enfermeira podia ter representado uma violência tremenda, dizendo que ela não deveria abortar de maneira nenhuma. Helena fica então entre duas pressões: se não abortasse, não teria auxílio do companheiro, e se

.....
5 ⁵ Apesar de reconhecermos a importância do debate sobre o aborto, o tema não será amplamente desenvolvido e discutido neste trabalho, cujo foco é na relação entre violência e saúde mental. A situação do aborto foi analisada como uma experiência trazida pela interlocutora, com foco nas violências produzidas pelos entraves ao exercício de autonomia desta sujeita e seus efeitos em sua saúde.

abortasse não teria auxílio da unidade de saúde. A mensagem da profissional era clara, e sem nenhuma sutileza, como podemos ver aqui:

Entrevistada: Assim, ela soube me orientar... assim, ela recebeu a notícia e soube me orientar, assim, de forma a não fazer uma coisa errada, né? Porque é uma coisa que não é certo, você... mesmo sendo no início da gestação já é uma vida e não é certo você interromper... Mas assim ela soube me orientar de maneira certa e dizer que realmente, assim, que você quando tem uma gestação que o pai não aceita vai ser complicado, mas que deus dá um jeito de você levar a frente, e assim, sem precisar interromper uma vida... cometer um crime...

A mensagem da enfermeira era nítida: não apoio o aborto. E mais, a estratégia foi de convencê-la a manter a gravidez independente do que isso significasse para ela, para seus planos e para seu relacionamento. Utilizando-se de falas como: “não é certo você interromper”, “não faça uma coisa errada” e “aborto é crime”, é que a profissional iniciou uma conversa com uma mulher que lhe procurou para iniciar os cuidados pré-natais e lhe contou o que havia vivenciado com o companheiro.

Flávia Biroli (2014) comenta que o terreno da autonomia para as mulheres é delimitado em oposição, e por contraste, à regulação e intervenção do estado e seus agentes, relacionando o controle da sexualidade e da reprodução, como o que a profissional da USF fez, com as violências contra as mulheres, colocando-o, inclusive, como uma. Apesar da atitude do companheiro, comportamento que infelizmente é muito frequente entre os homens atualmente, se interpelar no exercício de autonomia de Helena, ela decidiu prosseguir com a gravidez, hora negociando com o companheiro, hora negociando com a unidade de saúde. Compreendemos então que autonomia é sempre um pacto social, tem que ser reconhecida e apoiada socialmente e tem que encontrar mecanismos operativos para funcionar, para se desenvolver e ser parte das relações sociais (LAGARDE, 1997).

Talvez amadurecida pela experiência, ela nos respondeu a uma pergunta de uma maneira que se encontra em consonância com o que foi trabalhado nesta seção:

Entrevistador: E o que é que tu acha que se deve fazer num caso de violência contra a mulher? Tanto pra mulher que foi agredida quanto pra quem agrediu essa mulher..

Entrevistada: Assim, a primeira vez, porque pode acontecer, as vezes a pessoa esta num momento, assim, um momento de crise, algum momento que você nem quer fazer certas coisas, mas acaba fazendo... assim, eu acho que na primeira, se a mulher tivesse coragem de... principalmente se for entre casal, aconteceu aquilo eu acho que... tem mulher que não quer deixar seu marido né? Conversar... perguntar a ele se ele aceita ir pra um lugar que possa orientar eles a conversar pra que aquilo não ocorra mais... e se realmente ele não aceitar ou não correr... eu acho que ela tem que buscar um apoio, buscar um modo de não continuar com aquilo, não virar uma rotina aquela agressão contra ela, né?

Em sua fala, Helena resume bem tudo o que temos pensado sobre autonomia, saúde e violência. Não há regra alguma para ser, ter, ou exercer autonomia, desde que se compreenda o quão danoso pode ser para a saúde as dificuldades e as impossibilidades de exercê-la em algumas circunstâncias. Há momentos em que seu exercício não é possível, e acaba-se por fazer coisas que não se quer fazer. A autêntica mulher autônoma não é aquela que se divorcia do marido que lhe agrediu, nem é aquela que reconhece todas as pressões e opressões que sofre das mais variadas instituições em nossa sociedade. Não existe uma autêntica sujeita autônoma, porque não há uma só versão possível de se apresentar para o mundo. No entanto, as ações e direções dos serviços de saúde tem desconsiderado a multiplicidade de modos de subjetivação para mulheres e ignorado as diferenças de gênero, (re) produzindo práticas danosas e violentas, especialmente no que diz respeito à autonomia delas.

Stefano (1996) considera importante que o trabalho feito com autonomia considere as complexas dimensões de um sistema de gênero que não só atua como um sistema de socialização, mas também como sistema de aculturação, em que as pessoas se constituem e se impregnam de características diferenciadas em função do gênero, e que se pense em autonomia mais como um processo que como uma posse, ou seja, que todas as pessoas tem potencial de autonomia, e que, em alguns momentos da vida se apresentará mais ou menos autônoma.

Para a autora, a autonomia está muito mais voltada a uma questão de coerência interna, ou seja, a um processo dinâmico de entrelaçamento entre as escolhas de vida e a personalidade, de maneira que considere as negociações inerentes às relações sociais. Desta maneira, parece fazer muito mais sentido pensarmos e falarmos em momentos autônomos e não pessoas autônomas, tratando a autonomia como um exercício, uma competência que todos temos e que, em dados momentos, pomos em prática. Vale lembrar, como pensa Lagarde (1997), que autonomia não deve ser definida como um conceito totalizante, mas que tem que ser pensada para cada sujeito social.

Algumas considerações

Não foi, e acreditamos que nunca será, fácil lidar com o fenômeno da violência contra as mulheres. Não foi, apesar de acreditar muito necessário, pensar outras formas de lidar com isso, de maneira que fugisse do óbvio, considerasse novas possibilidades, olhasse para outros cantos e reconhecesse muitas outras maneiras de vivenciar e experimentar as violências. Apesar disso, o esforço aqui realizado se direcionou para ampliar o debate sobre as violências perpetradas contra as mulheres e de seus possíveis efeitos sobre seus processos de autonomia, refletindo sobre, e confluindo para, o campo da saúde mental também.

Creemos que tais temáticas são ainda por demais caras à psicologia e à sociedade, certamente se configurando como um desafio da

atualidade. Em momentos de tanta controvérsia, de um lado com os discursos do atual presidente da república que incitam cotidianamente a violência, e ainda mais as violências contra as mulheres, reforçando sua submissão, nas alianças com as bancadas mais conservadoras e religiosas, por outro, com a ministra Damares Alves, que além de se colocar favorável às opressões femininas instigadas pelos discursos religiosos, não gastou sequer um centavo com a Casa da Mulher Brasileira, uma das principais iniciativas de enfrentamento às violências direcionadas às mulheres, e ainda extinguiu recentemente os comitês de enfrentamento à estas violências ligados ao ministério que ocupa.

No que diz respeito mais diretamente à psicologia, a ofensiva conservadora também ganhou força política, disputando, e em alguns casos vencendo, eleições dos conselhos de classe. Para além disso, apesar de nosso código de ética instruir práticas pautadas no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade e da promoção da saúde, qualidade de vida e da responsabilidade social, muitos/as psicólogos/as têm exercido práticas em seus consultórios privados que caminham na contramão disso, incorrendo em violências de diversas ordens ao misturar sua religiosidade com a prática profissional, apoiando movimentos misóginos, LGBTfóbicos, racistas, entre outras violências, a exemplo do movimento “psicólogos em ação”, que defende a “cura gay”, entre outras pautas conservadoras.

É preciso atentar ainda para o fato de que a impossibilidade de acolhimento pelos profissionais da psicologia, ou do campo da saúde no geral, pode constituir ainda uma nova experiência de violência para as mulheres. Laís Barbosa, Magda Dimenstein e Jáder Leite (2014), em sua pesquisa realizada no Centro de Referência Mulher Cidadã (CRMC) no município de Natal/RN, perceberam que os relatos das mulheres sobre as violências que vivenciavam eram menosprezados, e frequentemente entendidos como sintomas de transtornos mentais.

No cotidiano de suas atuações, quando os/as psicólogos/as enfrentam situações complexas, como atender mulheres em situação de violência, para o qual continuam não sendo preparados/as, teórica e

praticamente, podem ter atitudes que são profundamente significativas e potencialmente negativas às experiências das mulheres, como o desinteresse pela questão, que pode ser motivado pela crença na inexorabilidade das relações violentas entre homens e mulheres, ou o silêncio, fruto de uma suposta impotência dos recursos terapêuticos de que dispõem ou incapacidade profissional para lidar com a questão (BALLÉN, 2007).

Continuamente, os/as profissionais da psicologia constroem suas práticas e concepções com relação às violências contra as mulheres de seus próprios referenciais, individuais e teóricos, que, atravessados pelas regras e hierarquias institucionais, não os possibilitam ampliar seus horizontes e se basear em reflexões críticas e criativas, e ainda mais grave, funcionando como canal para o poder institucional que aprisiona as mulheres nas situações de violência.

Por fim, gostaríamos de ressaltar que apesar do foco ter sido na prática do/a psicólogo/a, nossa defesa é de uma atuação articulada e dialogada, não só com outros profissionais, outros campos do saber, mas fortalecendo uma atuação em rede intersetorial, cujo centro seja compreendido como a mulher que demanda atenção em saúde mental por demanda de violência, seja qual for o espaço de saúde em que ela se apresente. A proposta é radicalizar, ético-politicamente, em favor da igualdade, entendendo que só politizando a nossa atuação é que seremos capazes de ampliar nossos sentidos para que nenhuma violência viva à sombra da sociedade. Seguiremos, até que todos/as sejamos livres.

Referências

ALMEIDA, Eduardo H. R. Dignidade, autonomia do paciente de doença mental. **Revista Bioética**, Brasília, v. 18, n. 2, p. 381-395, 2010. Recuperado de http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/viewFile/571/543

BALLÉN, María N. R. El cuidado de enfermería en la adversidad: compromisos de resistencia desde la docencia. **Avances de Enfermería**, Bogotá, v. 25, n. 2, p. 112-123, 2007. Recuperado de <http://www.scielo.org.co/pdf/aven/v25n2/v25n2a11.pdf> BARBOSA, Laís; DIMENSTEIN, Magda; LEITE, Jáder F. Mulheres, violência e atenção em saúde mental: questões para (re) pensar o acolhimento no cotidiano dos serviços. **Avances en Psicología Latinoamericana**, Bogotá, v. 32, n. 2, p. 309-320, 2014. Recuperado de <http://www.scielo.org.co/pdf/apl/v32n2/v32n2a09.pdf>

BIROLI, Flávia. Autonomia e justiça no debate sobre o aborto: implicações teóricas e políticas. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 15, p. 37-68, 2014. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522014000300037&script=sci_abstract&tlng=pt.

BRASIL. **Lei n. 11.340**, de 7 de agosto de 2006. (Lei Maria da Penha). Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher... Brasília, DF, 2006. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm.

BRASIL. Instituto de pesquisa econômica aplicada – IPEA. **Atlas da violência 2019**. 2019. Recuperado de http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf

BRUEL, Teresa Cristina; MOMBACH, Carolina. Violência de gênero e saúde mental das mulheres: uma experiência no sul do Brasil. In: NEGRÃO, Telia; VARGAS, Regina; RODRIGUES, Leina P. (Org.). **Saúde mental e gênero**: Novas abordagens para uma linha de cuidado. Porto Alegre: Coletivo Feminino Plural, 2015, p. 83-100.

CARBALLO, Jokin A. Análisis crítico del discurso con perspectiva feminista. In: AZKUE, Irantzu Mendia et al. (Ed.). **Otras formas de (re)conocer**: Reflexiones, herramientas y aplicaciones desde la investigación feminista. Bilbao: Hegoa, 2014, p. 111-124.

COSTA, José Raimundo Evangelista da. Respeito à autonomia do doente mental: um estudo bioético em clínica psiquiátrica. **Revista Bioethikos**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 65-75, 2011. Recuperado de <http://www.saocamillo-sp.br/pdf/bioethikos/82/Art08.pdf>.

DEVREUX, Anne-Marie. A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. **Soc. Estado**, Brasília, v. 20, n. 3, p. 561-584, 2005. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/se/v20n3/v20n3a03.pdf>

FLICK, Uwe. Entrevista episódica. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 114-136.

GOMES, Nadirlene P. et al. Cuidado às mulheres em situação de violência conjugal: importância do psicólogo na Estratégia de Saúde da Família. **Psicologia USP**, v. 25, n. 1, p. 63-69, 2014.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 07-41, 1995. Recuperado de http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1065_926_HARAWAY.pdf

LAGARDE, Marcela. **Claves feministas para el poderio y la autonomia de las mujeres**. Manáguá: Puntos de Encuentro, 1997.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Entrevistas e outros textos: compartilhando estratégias de análise qualitativa. In: LANG, Charles et al. (Org.). **Metodologias: pesquisas em saúde, clínica e práticas psicológicas**. Maceió: Edufal, 2015, p. 85-118.

NARVAZ, Martha G.; KOLLER, Sílvia H. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 18, n. 1, p. 49-55, 2006. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v18n1/a07v18n1.pdf>.

OMS. **Women and mental health**. 2015. Recuperado de https://www.who.int/mental_health/prevention/genderwomen/en/

ONU. Autonomía de las mujeres e igualdad de género. In: **Objetivos de desarrollo del milênio: uma mirada desde América Latina y El Caribe**, 2005. Recuperado de http://www.oei.es/genero/documentos/internacionales/ODM_AL.pdf.

SAFFIOTTI, Heleith. Violência estrutural e de gênero: Mulher gosta de apanhar? In: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (Org.). **Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher – Plano Nacional: diálogos sobre violência doméstica e de gênero: construindo políticas públicas**– Brasília, DF: SPM, 2003, p 27-38.

SAINZ, Marcela T.; REY, Guillermina N.; GORN, Shoshana B. Utilización de servicios de atención a la salud mental en mujeres víctimas de violencia conyugal. **Salud Mental**, Cidade do México, v. 33, n. 3, p. 243-248, 2010. Recuperado de http://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S0185-33252010000300005&script=sci_abstract.

SANTOS, Ana M. Corbi C. dos. Articular saúde mental e relações de gênero: dar voz aos sujeitos silenciados. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1177-1182, 2009. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232009000400023&script=sci_abstract&tlng=pt.

SCHRAIBER, Lília B.; D'OLIVEIRA, Ana F.; COUTO, Márcia. Violência e saúde: estudos científicos recentes. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 40, n. esp., 122-120, 2006. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v40nspe/30630.pdf>.

SILVA, Susan de A. et al. Análise da violência doméstica na saúde das mulheres. **Journal of Human Growth and Development**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 182-186, 2015. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbcdh/v25n2/pt_08.pdf.

SPINK, Mary Jane. A Ética na pesquisa social: da perspectiva prescritiva à interanimação dialógica. **Psico**. Porto Alegre, v. 31, n. 1, p. 07-22, 2000.

SPINK, Mary Jane. Produção de sentido no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, Mary J. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano** (online). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. 2013, p. 22-41. Recuperado de http://www.bvce.org.br/DownloadArquivo.asp?Arquivo=SPINK_Praticas_discursivas_e_producao_FINAL_CAPA_NOVA.pdf.

STEFANO, Christine Di. Problemas e incomodidades a propósito de la autonomía: algunas consideraciones desde el feminismo. In: CASTELLS, C. (Comp.). **Perspectivas feministas en teoría política**. Barcelona: Paidós, 1996, p. 53-77.

IV

Psicologia social e gênero: Reflexões a respeito do Núcleo Sergipe da ABRAPSO no combate à violência contra a mulher

Marcela Montalvão Teti

Este capítulo versa sobre a problemática da violência contra a mulher e a respeito da posição da psicologia social no tocante às questões de gênero. A partir desta ideia, descreve as ações que o Núcleo Sergipe da ABRAPSO colocou em prática em 4 anos de gestão (2016/2019), articulando entidades civis e instituições governamentais, com a finalidade de divulgar as estratégias de enfrentamento à violência contra a mulher.

O objetivo deste trabalho é pensar as diversas formas de organização que profissionais da psicologia e especialmente, da psicologia social e comunitária, podem colocar em prática para se fortalecer e atuar na perspectiva de gênero. A proposta, no entanto, não é tratar a partir do ponto de vista individual da psicóloga que reflete sobre suas formas de atuação, mas é a de destacar a articulação política e coletiva entre diversas profissionais e pesquisadoras da área.

Por meio de estratégias que suspendem verdades, modificam jogos de relações de poder e desubjetivam identidades, oferecemos resistência às práticas cristalizadas que operacionalizam modos seculares de

violência sobre a mulher. Para tanto, elencamos ações desenvolvidas nos últimos 4 anos que contribuíram para pensar novos modos de subjetivar-se mulher a partir de através de articulações coletiva e comprometida com a problematização social.

Violência contra a mulher: nossa triste realidade

Mulheres em geral são persuadidas a crer que são inferiores aos homens, seja fisicamente, quando tratadas como sexo frágil, seja intelectualmente, quando consideradas incompetentes para o exercício de diversos cargos de chefia. Frequentemente, as mulheres passam por situações humilhantes que as colocam em posição de inferioridade, fazendo com que acreditem dever algo à sociedade “porque são mulheres” (PASINATO, 2018). A desigualdade, entretanto, não é natural, nem um infortúnio pessoal. Ela é estrutural, social, histórica e culturalmente instituída. Para além do machismo corriqueiro que enfrentam no seu cotidiano, muitas mulheres passam por situações de agressão. Nas relações familiares, com pais, irmãos, tios, maridos, namorados, elas são violentadas. Com a ideia de que as mulheres próximas a eles são sua propriedade, muitos homens deferem golpes, que espancam e muitas vezes matam.

A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, conhecida como Convenção de Belém do Pará, realizada em 1995, estabelece que “... a violência contra a mulher é qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto em âmbito público ou privado” (Tribunal de Justiça de Sergipe - (TJSE, 2019). Dividida em visual e não visual, violência contra a mulher pode ser classificada em Violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. No ano de 2015, a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) (ESTADÃO, 2016), realizou uma pesquisa a respeito da violência contra a mulher, e constatou que de janeiro a outubro,

houve 63.090 denúncias, o que significa em um relato de violência a cada 7 minutos no Brasil.

O Ligue 180 (SUDRÉ; COCOLO, 2019) registrou também, que 50,16% das denúncias tratavam de violência física, 30,33%, de violência psicológica, 7,25%, violência moral, 4,54% de violência sexual e 5,17%, de cárcere privado. Os dados ainda mostraram que 85,85% dos casos, eram de violência doméstica. De cada 7 feminicídios, 4 foram praticados por pessoas que tiveram ou que tinham relações íntimas com a mulher morta. Em 2016, a Central de Atendimento à Mulher (COMPROMISSO E ATITUDE, 2019), registrou só no primeiro semestre, 12,23% (67.962) de casos de violência contra a mulher. Dentre eles, 51,06% foram de violência física e 31,10% relatos de violência psicológica, estas configurando as principais formas de violência contra as mulheres. Em pesquisa realizada pela Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres da Presidência da República (COMPROMISSO E ATITUDE, 2019), neste mesmo ano, 70% dos respondentes afirmaram que a mulher sofre mais violência dentro de casa.

Entre janeiro de 2018 e de 2019, cerca de:

1,6 milhão de mulheres foram espancadas ou sofreram tentativa de estrangulamento no Brasil, enquanto 22 milhões (37,1%) de brasileiras passaram por algum tipo de assédio. Dentro de casa, a situação não foi necessariamente melhor. Entre os casos de violência, 42% ocorreram no ambiente doméstico. Após sofrer uma violência, mais da metade das mulheres (52%) não denunciou o agressor ou procurou ajuda. (FRANCO, 2019).

Tais dados são resultado de um levantamento do Instituto Datafolha sob encomenda da ONG Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), levando a presidente a questionar se no Brasil haveria espaços seguros para a mulher circular. Casa, trabalho, metrô, ônibus, não são lugares seguros para as mulheres em geral. Nos últimos anos, em um grupo de 83 países, o Brasil, de acordo com pesquisa realizada

pela SPM-PR (SUDRÉ; COCOLO, 2019), é o 5º pior país em que se mata mais mulheres.

Em Sergipe, esta situação não é diferente, no entanto, o estado ganha destaque nacional quando o tema é feminicídio. No 13º anuário de Segurança Pública, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Sergipe registrou o maior crescimento no tocante à taxa de feminicídio do país, numa relação de 100 mil mulheres, entre 2017 e 2018. Em 2019, a Secretaria de Segurança Pública (SSP/SE) investiu em um plantão específico de gênero, registrando 529 medidas protetivas no Estado e 364 prisões em flagrante (G1noticia/SE, 2019). Em outro relatório, referente ao ano de 2018, a SSP divulgou que 43,2% dos homicídios dolosos contra a mulher, no Estado, são feminicídios. Diante deste quadro alarmante, no ano de 2017, a Lei nº 8.375, de 20 de dezembro (REDE ALESE, 2019), de autoria da deputada estadual Goretti Reis (PSD) instituiu o dia 29 de julho, como Dia Estadual de Combate ao Feminicídio. A lei veio no sentido de lutar contra os crimes de gênero e conscientizar a população a respeito dos crimes contra a mulher cometidos no estado (MONIQUE, 2018). Em 2019, quando a lei está prestes a fazer dois anos de existência, a Assembleia realizou um ato pelo fim da violência doméstica e deu início a campanhas em transporte público, pelo fim do assédio e da violência contra a mulher. De acordo com a deputada, o feminicídio é o ponto final de um contínuo de violências que a mulher sofre e, portanto, é preciso prevenir (REDE ALESE, 2019).

A partir destas informações, pode-se concluir que os mecanismos e instâncias de apoio e acolhimento da mulher agredida, não são suficientes para desconstruir práticas e hábitos seculares. Portanto, em Sergipe e em outros estados do país, iniciativas no tocante ao processo de reeducação de autores de violência, começam a ganhar corpo e apoio da sociedade, para a erradicação dos casos de violência sobre a mulher.

Agressores têm que ser presos, mas também têm que passar por processos que não ocorrem, mas deveriam, como os grupos refle-

xivos. Eles precisam entender que aquilo é uma violência, repensar seu comportamento. Temos que levar às escolas um ensino de igualdade de gênero, do que é a violência. No caso da violência doméstica, o homem vai repetir esse comportamento. É um padrão que precisa ser rompido. (FRANCO, 2019).

A prisão não é a melhor solução para os problemas que envolvem violência contra a mulher, visto que este é uma prática cultural. Como o Brasil também bate recorde internacional, com a 3ª maior população carcerária do mundo, fica claro que este não é o tipo de punição que vai trazer solução às violências por que passa a população nacional. A Lei Maria da Penha, nº 11.340/2006 (BRASIL, 2006), e a Lei do Estupro, nº 12.015/2009 (BRASIL, 2009), são instrumentos importantes, mas não operam sozinhas para a extinção de casos de violência contra a mulher.

Núcleo Sergipe da ABRAPSO e o debate de gênero

A Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) foi fundada em 1980, momento de reabertura política e democrática, depois de quase duas décadas de regime militar. Ao mesmo tempo, a ABRAPSO surge em São Paulo, no Instituto de Psicologia da PUC-SP, sob liderança de Silvia Lane, no momento em que o ABC paulista estava em efervescência, em comícios do Lula e da criação do Partido dos Trabalhadores (PT). No campo histórico, a criação da ABRAPSO é uma resposta favorável à crise teórica pela qual passava a Psicologia social, que na década de 1980 criticava os referenciais teóricos provenientes dos Estados Unidos, em favor de metodologias que prezassem por discursos locais, os modos de existência dos brasileiros e das minorias sociais, na medida em que nossa atuação vinculada à discursos majoritários, pautando uma ordem homogênea dos modos de vida, discrimina e vai de encontro ao que defende a

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Inicialmente de caráter marxista, a ABRAPSO se criou e se fortaleceu, ouvindo trabalhadoras, oprimidas, aqueles indivíduos que se encontram na base da pirâmide de consumo, desta nossa sociedade capitalista.

Na segunda década do século XXI, mantendo os mesmos princípios de sua formação, a ABRAPSO busca fomentar a construção de teorias e práticas comprometidas com uma sociedade mais justa, universalização de direitos e efetivação da cidadania. Para tanto, congrega profissionais e estudantes da graduação e da pós-graduação em Psicologia e outras áreas do conhecimento. É formada por uma Diretoria Nacional e, também, por Vice-Diretorias Regionais estruturadas a partir da articulação de Núcleos, que se organizam em todo o território nacional.

O Núcleo Sergipe da ABRAPSO foi criado em 2016, a partir da articulação virtual de 5 pessoas. Em princípio, nós não nos conhecíamos pessoalmente, mas organizamos a associação que pela primeira vez se instaurava no Estado. Em abril daquele ano, por meio de assembleia oficializamos os cargos de coordenadora, secretária, tesoureira e suplentes com o intuito de articularmos profissionais interessadas em debater o campo e as formas de atuação da psicóloga social. Como proposta inicial de trabalho, organizamos três Rodas de Conversa em livrarias e no auditório da Escola Superior de Advocacia (ESA/SE), entre maio e julho, sobre Metodologia de Pesquisa em Psicologia Social. Para divulgar e atrair pessoas, criamos páginas do Núcleo nas Redes sociais e listas de e-mails a fim de convidar pessoas interessadas a construir uma pauta para o Núcleo e assim constituirmos um cronograma de atividades para os dois anos de gestão (2016-2017) que se seguiriam.

O resultado inicial destas Rodas de Conversa foi que identificamos que, mais do que as estratégias de pesquisa em Psicologia social, a problemática de gênero e violência contra a mulher, ocupavam as preocupações das psicólogas que se aproximaram do Núcleo para produzir. Constatada esta incidência, mudamos nosso projeto de gestão

e nos colocamos como secção da ABRAPSO com foco em Gênero e Violência sobre a Mulher.

A partir de agosto de 2016, começamos a nos reunir buscando pautar esta bandeira e construir uma agenda de trabalho para 2016 e 2017. No entanto, uma primeira ação, que fez toda a diferença na construção deste Núcleo foi a articulação da associação com entidades e instituições que trabalhassem com a mesma temática no estado. Assim, aos poucos fomos nos aproximando do Coletivo de Mulheres de Aracaju (CMA), do Grupo de Pesquisa em Gênero, Sexualidade e Estudos Culturais (GESEC/CNPq/UFS), Frente Parlamentar em Defesa do Direito da Mulher, da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe (ALESE), Coordenadoria do Tribunal de Justiça (TJ/SE), Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SE) e Ministério Público (MP/SE). Antes mesmo que o ano de 2016 acabasse, realizamos, junto ao coletivo, a “Marcha das Vadias” de Aracaju, no mês de setembro, e o *workshop* sobre Grupos Socioterapêuticos de Atendimento ao Agressor.

A partir de então nosso objetivo enquanto associação era o de divulgar as produções acadêmicas e políticas em defesa dos direitos da mulher, participar da construção das mesmas e no sentido de pensar e propor a reeducação do autor de violência contra a mulher. É importante mencionar que o nosso Núcleo esteve ativo durante quatro gestões 2016-2017 e depois em 2018-2019, por duas razões principais. Uma delas diz respeito à regularidade das atividades que encabeçávamos e à divulgação constante destas atividades, tanto em nível local como em nível nacional. Depois, a efetividade das ações do Núcleo só era possível porque existiam as parcerias. Nossa programação era uma programação coletiva, trazendo um público interdisciplinar, com campos de atuação diversos, que se reuniam em torno da problemática da violência contra a mulher. Esta articulação nos fortaleceu enquanto grupo e ensejou mudanças na forma de organização e nos objetivos que delineamos logo após sua constituição.

Psicologia e gênero: resistir aos jogos de poder e produzir outros modos de subjetivar-se

No que concerne ao instrumental teórico conhecido por subjetividade, traremos duas formas de abordagem. Subjetividade por ser entendida como processo, a partir das reflexões pautadas por Deleuze e Guattari (2010) em o **Anti-Édipo**, mas mais especificamente em **Mil Platôs** (2011). Mas não vamos esquecer do entendimento foucaultiano a respeito do temo quando designa as diferentes formas de relação dos sujeitos como modos de subjetivação. Para Michel Foucault (PRADO FILHO, 1998), as formas de organização sociais são constituídas através de relações de saber, poder e modos de subjetivação. Saber e poder se caracterizam por relações circulares e que produzem efeitos. Como resultado dos jogos entre discursos e relações, nós temos a objetivação de indivíduos categorizados em uma diversidade de identidades associadas a formas específicas de problematização na sociedade.

Subjetivação, desta forma, é um exercício, um modo específico de prática, operacionalizado por dispositivos de poder espalhados pela sociedade. A partir deste entendimento, podemos pensar as diferentes formas de colocar em prática o conceito de gênero, amparadas por dispositivos de poder específicos. Conjuntos de saberes, práticas discursivas, relações e jogos de poder, asseguram o que deve ser normatizado em nossa sociedade e, conseqüentemente como os indivíduos não devem atuar nesta mesma sociedade, havendo a possibilidade de sofrer uma série de sanções, jurídicas e sociais caso não sigam as prescrições em exercício. Os diversos modos de violência perpetrados nas diversas cidades, estados e países, na relação com o outro ou na relação consigo mesmo, configuram uma das modalidades destas sanções difundidas nas diversas práticas sociais.

De acordo com Prado Filho (1998), para Michel Foucault, questões como modernidade e subjetividade são trabalhadas de forma muito singular. Em seus estudos o eixo saber-poder-subjetividade é

uma questão recorrente e persistente. São instâncias que não possuem contornos definitivos, ou dimensões objetivas, mas seriam “cadeias de variáveis relacionadas entre si” (PRADO FILHO, 1998, p. 1). O autor considera que ao correlacionar questões tão fundamentais à modernidade, o tratamento dos temas saber, poder e subjetividade, no entanto, não acontece de modo equivalente. Foucault “coloca em movimento estes elementos centrais também ao seu trabalho, deslocando e alternando o centro de gravidade e perspectiva de suas reflexões entre eles” (PRADO FILHO, 1998, p. 3). Na década de 1970, por exemplo, investe nos jogos de saber e poder colocando a subjetividade na ordem de seus efeitos. A respeito desse jogo entre os temas foucaultianos de destaque, nos seus trabalhos, Ibañez (2014), também afirma que a complexidade do seu pensamento se manifestava mesmo no estudo de alguns elementos de pesquisa. Para o autor, a totalidade do que elaborava sempre estava presente nas elaborações singulares. Em cada vértice do poliedro foucaultiano, colocavam-se para o leitor os temas do poder, da verdade, do sujeito, da ética ou da liberdade, ainda que em um vértice se enfatizasse um só desses elementos.

Já Deleuze e Guattari (2011) pautam a subjetividade como processo. Para eles, o que nos constitui é proveniente de uma multiplicidade das relações. Contra toda teoria totalizante, os autores defendem a perspectiva de trabalho desfocada da ideia do “Uno” e propõem a subjetividade em forma de platôs. Diferente de imagens estáticas, ou do que se pode perceber por meio de “retratos” ou esquemas da sociedade, o platô é processual. Ele está inserido em um momento histórico e por isso mesmo é condicionado pelos vetores de força atuantes no espaço dos problemas analisados. Seu desenvolvimento jamais é linear, ou determinado pela temporalidade que se sujeita às ideias de passado, presente e futuro. No desenvolvimento dos platôs o que vigora é a ideia de atualidade. A subjetividade é atual, porque é constituída por diversas linhas, diversas origens e seu desenrolar é a produção, é a combinação

destas linhas que desembocam em um espaço de possibilidades historicamente situadas.

A partir desta ideia não podemos conceber o gênero como um instrumental único, passível de aplicabilidade nos diversos setores da sociedade. O que coloca para os pesquisadores desta problemática a necessidade de pensar as relações a partir do termo multiplicidade de relações, o que torna premente para este texto a importância de pensar o discurso em torno do gênero e as diversas práticas sociais a ele associadas, como um jogo de relações múltiplas, como um mosaico.

Articulação da Rede de Apoio à Mulher

No intuito, de reforçar a rede de atenção à mulher no Estado de Sergipe, as entidades em defesa de seus direitos se propuseram nos anos de 2016 e início de 2017 a estruturar ações de cunho estadual, para pensar estratégias de acolhimento ao homem agressor, de reeducação para um convívio social mais harmonioso, e de reforçamento da Rede de atendimento à mulher violentada. Se a sociedade tem consciência de que a mulher abusada deve ser cuidada, não problematiza ou se questiona a respeito do que deve acontecer com o agressor. Assim, no dia 14 de outubro de 2016, o Núcleo Sergipe da ABRAPSO em articulação com o Coletivo de Mulheres de Aracaju e com o INTERVENIRE, associação de psicólogos que trabalham com atendimento ao agressor em Brasília, realizamos em Aracaju o curso de capacitação “Grupos Socioterapêuticos: atendimento terapêutico a homens autores de violência contra mulheres”.

O curso apresentou o trabalho pioneiro realizado no Distrito Federal de acolhimento ao agressor e acompanhamento socioterapêutico, de vertente psicodramática. O curso teve um dia de duração, mas serviu de mobilização para que pensássemos o “I Seminário Tecendo a Rede: Atenção a Homens Autores de Violência”, realizado nos dias 30 e 31 de março de 2017. O Seminário foi resultado de uma articulação entre o Núcleo Sergipe, com a Frente Parlamentar em Defesa dos

Direitos da Mulher, da Assembleia Legislativa de Sergipe (ALESE) e a coordenadoria da Mulher do Tribunal de Justiça. O seminário contou com mesas redondas, preocupadas em trazer experiências pioneiras de atendimento fora do Estado de Sergipe (Brasília, Rio de Janeiro e Recife) e de tornar públicos os focos de atendimento ao homem agressor nas cidades de Aracaju e Lagarto. Em ambas as cidades o trabalho é bem pontual. Num deles o atendimento ao agressor acontece vinculado ao programa de estágio em Psicologia jurídica de uma das faculdades do estado e no outro observa-se uma delegacia trabalhando isolada no acolhimento do homem agressor. Naquele momento, a importância do Seminário provocar à sociedade sergipana, machista e misógina, ligada aos valores católicos e burgueses, com um lugar de passividade e submissão para a mulher bastante solidificado e poucas vezes questionado. E, apesar do caráter incipiente, conseguimos a presença de 600 pessoas circulando pelo Ministério Público, local onde o Seminário foi organizado, ávidos por mais trabalhos com o mesmo caráter.

No decorrer do mês de junho daquele ano, a mesma rede que conduziu a construção do Seminário, deu início aos trabalhos com o intuito de construir um projeto de lei para o Atendimento do Homem Autor de Violência. Para que o texto do projeto fosse escrito, estudamos ações e iniciativas semelhantes existentes em outros Estados que viessem a fundamentar o debate e ajudar na escrita do projeto a ser defendido pela Frente Parlamentar em Defesa do Direito da Mulher. Como resultado desta mobilização, em julho de 2019, dois anos depois, a deputada estadual Gorette Reis, presidente da Frente Parlamentar, fez tramitar na ALESE, o Projeto de Lei nº 47/2019 que cria “na rede pública de enfrentamento à violência de gênero, grupos reflexivos de homens que trabalhem os autores de violência contra a mulher” (VILLACORTE, 2019). A proposta hoje é a mesma de 2017, institucionalizar os serviços de atendimento aos autores de violência contra a mulher, desconstruindo a cultura do machismo. A lei deve se aplicar aos autores de violência doméstica determinados

pelo Poder Judiciário ou Executivo, a fim de resignificar os valores da nossa sociedade machista, reeducando autores de violência a fim de que melhorem relações entre familiares e profissionais.

Voltando para o ano de 2017, no mês de novembro, a mesma Rede de entidades que o Núcleo Sergipe estava envolvido se organizou para a realização do II Seminário Tecendo a Rede. Se no primeiro problematizamos a cultura do machismo, levamos os participantes e autoridades governamentais a questionarem o machismo arraigado nas práticas cotidianas, o segundo Seminário se propôs a apresentar os aparelhos que compõe a Rede de Atenção à Mulher e o fluxo do atendimento. Menor em dimensão e dias de trabalho, este segundo seminário serviu de espaço para pensar em Justiça Restaurativa, no lugar da Psicologia nos debates de Gênero e na formação de agentes de segurança pública para a proteção da mulher.

Ainda em novembro de 2017, o Núcleo Sergipe, esteve presente no XIX Encontro Nacional da ABRAPSO (ENABRAPSO), coordenando o Grupo de Trabalho (GT) 32, com o título “Práticas e saberes da psicologia: olhares sobre gênero, interseccionalidade e resistência”. O grupo de trabalho acolheu pesquisas e experiências voltadas à visibilização dos modos de subjetivação a partir das relações de gênero e dos processos de subjetivação que podem advir a partir das relações de resistência à subjetividade normatizada. Consistia em interesse, as intervenções comunitárias, relacionadas aos diferentes contextos de exclusão, a saber, violências perpetradas nas relações de intimidade, homo, lesbo e bissexual, transfobias, pessoas em situação de risco em face à territorialidade urbana, além de formas de organização ou de produção de coletivos que se colocassem como estratégia de enfrentamento à ordem das relações de poder assimétricas, vigente.

Foram enviados 15 trabalhos e investigações nos mais diversos métodos de investigação, dentre elas, pesquisas de caráter intervencionista, pesquisas bibliográficas, hemerográficas, de cunho etnográfico, arqueogenealógicas, cartográficas. A articulação do problema psicossocial aqui apontado com as diversas metodologias de cunho

qualitativo disponíveis para a prática, na Psicologia social e comunitária, foram de fundamental importância para a multiplicidade do pensamento que se produz desfocado da ideia de “eu” e das práticas que aniquilam a diversidade de modos de existência possíveis.

Entre 2018 e 2019, estivemos trabalhando pela realização do VI Encontro Regional Nordeste da ABRAPSO que ocorreu entre os dias 08 e 10 de maio, com a temática **“Psicologia Social: desafios e contribuições em tempos de crise”**. O Encontro foi um esforço em estreitar os espaços entre a realidade social e a universidade. Tendo em vista seus impactos e relevância acadêmica, com ele foi possível fomentar o interesse pela pesquisa em Psicologia e áreas afins, como também contribuir para a formação de graduandos e pós-graduandos, profissionais da área há muito fora das universidades e campos de acadêmico-científicos.

Adepto de uma prática comprometida com a crítica social, nosso encontro se organizou em torno de quatro problemáticas e a temática da violência contra a mulher esteve inserido nele. No primeiro e no segundo eixo, intitulados **“Políticas públicas, movimentos sociais, cidadania e Estado”**, **“Gênero, sexualidade, raça e direitos humanos”**, realizamos reflexões e questionamentos que colocaram em suspensão as verdades socialmente estabelecidas em torno das populações socialmente excluídas/subjugadas e dos modos de exercício das relações de poder, bem como dos focos e práticas de resistência que atravessam tais problemáticas. No terceiro e quarto eixos, **“Território, modos de subjetivação e de existência”** e **“Metodologia e prática de pesquisa em Psicologia Social”**, apresentamos as interfaces da atuação profissional na cidade, no campo, nos coletivos, especialmente em seus territórios de exclusão e pobreza e no que diz respeito às propostas de mudança social. Com os dois últimos eixos, repensamos a atuação da psicologia social.

Ainda em 2019, atuamos junto ao Conselho Estadual de Direitos da Mulher (CMDM) e à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Especificamente com o Conselho nosso trabalho tem sido participando

como comissão organizadora das Conferências Municipais e Estadual da Mulher a serem realizadas entre outubro de 2019 e julho de 2019. Com a OAB, temos um projeto de atendimento clínico voluntário a mulheres vítimas de violência doméstica. No momento, em que este texto é escrito, os termos de compromisso são elaborados para que os atendimentos possam acontecer. A triagem para o atendimento será feita pela OAB.

Considerações finais

Neste início do século XXI podemos dizer que os casos de violência contra a mulher têm se tornado cada mais visíveis. Com a existência de políticas públicas voltadas para a proteção desta classe populacional, observamos mulheres tornando-se conscientes das agressões e diversificados tipos que violência que as aflige. No entanto, o machismo é estrutural, está entranhado em todos os tipos de relações sociais, inclusive nas inumeráveis formas de relação consigo mesma. Como afirmam De Oliveira e Maio (2016), “os casos de machismo não são exequíveis apenas por pessoas do gênero masculino, mas também por pessoas do gênero feminino” (p. 02). Para a construção deste texto, partimos do princípio de que a desigualdade de gênero e suas consequências traumáticas e cerceadoras, para a mulher, constituem formas de violação aos direitos humanos, de boicote à democracia e aos objetivos fundamentais da Constituição Federativa do Brasil. Portanto é preciso oferecer resistência a este modo de violência estrutural contra a mulher.

No texto “O sujeito e o poder”, Foucault (2010) afirma que oferecer resistência é atuar no local mesmo onde o domínio é exercido. Seja por meio de discursos, de relações ou através da objetivação de indivíduos é preciso oferecer instrumentos para que verdades sejam suspensas, jogos de força sejam modificados, identidades desubjetivadas. O que procuramos oferecer com este texto foram formas de questionamento ao machismo “nosso de cada dia”, articulando

coletivamente estratégias de resistência à violência contra a mulher. Entendemos assim que os modos de subjetivação que marcam o modo de existir da mulher são processuais, podem mudar no decorrer do tempo. Se são várias as formas de dominação ou de objetivação desta mulher, as estratégias de resistência devem ter várias facetas, a fim de que a luta pelo direito da mulher venha a trazer maiores resultados.

Trouxemos neste relato que a constituição de uma associação de psicologia social no Estado de Sergipe, operou algumas ações no sentido de desconstruir os lugares de agressor e vítima. Por meio de uma articulação política e interdisciplinar promovemos desconstrução discursiva, com palestras, cine-debates e publicação de textos. O próprio texto do projeto de lei nº 47/2019, que prevê a política pública de “atenção ao autor de violência doméstica” é uma forma de pautar a resistência discursiva, em torno do tema da violência. Ao mesmo tempo, quando nos organizamos em rede, ou quando divulgamos e difundimos quais são os órgãos que defendem os direitos da mulher, e informamos como eles funcionam, nós oferecemos resistência aos equipamentos de poder que buscam enquadrar a mulher como culpada do “açote” que recai sobre ela. Como estratégias de desubjetivação da mulher com medo e culpabilizada, nós oferecemos a oportunidade de que ela venha a se compreender como sujeito de discurso, capaz de denunciar o seu “algoz”, verbalizar quais são suas necessidades a fim de que venha a operar uma nova realidade, distante da ameaça do feminicídio.

Referências

BRASIL. Lei Maria da Penha. **Lei n. 11.340/2006**. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República, 2006. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm

BRASIL. Lei de Crimes Sexuais. **Lei. 12.015/2009**. Presidência da República, 2009. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2009/Lei/L12015.htm

COMPROMISSO E ATITUDE. **Dados e estatísticas sobre violência contra as mulheres**. Lei Maria da Penha: A lei é mais forte. Brasília, DF, 2019. Recuperado de <http://www.compromissoeatitude.org.br/dados-e-estatisticas-sobre-violencia-contra-as-mulheres/>

DE OLIVEIRA, Márcio; MAIO, Eliane Rose. “Você tentou fechar as pernas?” – A cultura machista impregnada nas práticas sociais. **Polêmica**, v. 16, n. 3, p. 1-18, 2016. ISSN 1676-0727. Recuperado de <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/25199/18031>

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O Anti-Édipo**. São Paulo: Ed. 34, 2010

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia 2**, São Paulo: Ed. 34, 2011.

ESTADÃO. Brasil tem 1 denúncia de violência contra mulher a cada 7 minutos. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, mar. 2016. Recuperado de <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-tem-1-denuncia-de-violencia-contra-a-mulher-a-cada-7-minutos,10000019981>

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. (Org.). **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. 2. ed., rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 273-295.

FRANCO, Luiza. Violência contra a mulher: novos dados mostram que “não há lugar seguro no Brasil”. **BBC News Brasil**, São Paulo, fev. 2019. Recuperado de <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47365503>

G1noticia/SE. Sergipe apresenta maior crescimento da taxa de feminicídio por 100 mil mulheres, diz anuário de Segurança Pública. **G1 Notícia/SE**, Sergipe, set. 2019. Recuperado de <https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2019/09/10/>

[sergipe-apresenta-maior-crescimento-da-taxa-de-feminicidio-por-100-mil-mulheres-diz-anuario-de-seguranca-publica.ghtml>](#)

IBÁÑEZ GRACIA, Tomás. Foucault o la ética y la práctica de la libertad. Dinamitar espejismos y propiciar insumisiones. **Athenea Digital**. Revista de Pensamiento e Investigación Social, v. 14, n. 2, p. 3-18, jun. 2014. ISSN 1578-8946. Recuperado de <https://atheneadigital.net/article/view/v14-n2-iba%C3%B1ez>

MONIQUE, Kelly. Dia do combate ao feminicídio virou lei em Sergipe. **ALESE**, Sergipe, set. 2018. Recuperado de <https://al.se.leg.br/dia-de-combate-ao-feminicidio-virou-lei-em-sergipe/>>

PASINATO, Wânia. As mulheres são vítimas de violência porque são mulheres. **Revista Galileu**, fev. 2018. Seção Sociedade. Recuperado de <<https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2018/02/violencia-contra-mulher-wania-pasinato.html>>

PRADO FILHO, Kleber. **Trajetórias para a leitura de uma história crítica das subjetividades na produção intelectual de Michel Foucault**. Tese (Doutorado em Filosofia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

REDE ALESE. Feminicídio: Alese realizará ato contra a violência doméstica. **A8**, Sergipe, jul. 2019. Recuperado de <https://a8se.com/sergipe/noticia/2019/07/163278-feminicidio-alese-realizara-ato-contra-a-violencia-domestica.html>

SUDRÉ, Lu; COCOLO, Ana Cristina. Brasil é o 5º país que mais mata mulheres. Entreteses, **UNIFESP/Comunicação**, São Paulo, edição 7, 2019. Recuperado de <https://www.unifesp.br/reitoria/dci/educacao-atual-entreteses/item/2589-brasil-e-o-5-pais-que-mais-mata-mulheres>

TJSE. **Definição de violência contra a mulher**. 2019. Recuperado de <https://www.tjse.jus.br/portaldamulher/definicao-de-violencia-contra-a-mulher>

VILLACORTE, Habacuque. PL de Goretti Reis cria grupos reflexivos para desconstruir o machismo. **Rede Alese**, Sergipe, jun. 2019. Recuperado de <https://al.se.leg.br/pl-de-goretti-reis-cria-grupos-reflexivos-para-desconstruir-o-machismo/>



“Tempestade de verão”: como a escola invisibiliza representações de sexualidade e gênero dissidentes

Elaine de Jesus Souza

Claudiene Santos

Wendell Rhamon dos Santos de Jesus Silva

O cinema e a escola trabalham com a (re)produção de sentidos, significados, representações acerca de distintas dimensões socioculturais e políticas. Para problematizar como tais dimensões são representadas, valemo-nos do cinema, um dos múltiplos artefatos e pedagogias culturais que circulam no espaço escolar e, buscamos analisar representações acerca de sexualidade e gênero no filme **Tempestade de verão** (SOMMERSTURM, 2004) e sua relação com as concepções de jovens estudantes do ensino médio.

Estudos culturais, cinema e escola: pedagogias culturais e (re) produção de representações acerca de sexualidade e gênero

Como um dos múltiplos cenários educativos, o cinema tem contribuído para dar visibilidade a temáticas como sexualidade e gênero,

ao ser compreendido como artefato cultural que (re)produz pedagogias e representações sobre identidades sexuais e de gênero, disseminadas pelos discursos circulantes. Tais representações, veiculadas tanto nas práticas escolares quanto nos filmes, evidenciam a instabilidade dessas dimensões construídas na e pela cultura, principalmente, ao possibilitarem o reconhecimento da pluralidade de significados, identidades/diferenças a depender do contexto histórico, político e sociocultural.

Na ótica dos estudos culturais pós-estruturalistas, a cultura é compreendida como uma série de processos sociais e/ou práticas de significação, que possibilitam a construção de visões de mundo. É algo que permite aos indivíduos se distinguirem em diferentes grupos, desse modo, a cultura não é algo redutível, pois consiste em um conjunto de significados compartilhados, imbricados em relações de poder (HALL, 1997). A cultura, ao constituir um campo contestado de produção de significados acerca das identidades e relações sociais, engloba não somente um modo de enxergar o mundo, mas sobretudo envolve jogos de poder, que delimitam o modo como indivíduos e grupos sociais deveriam ser (SILVA, 2015). É nesse contexto que a cultura, além de (res)significar sexualidade e gênero, também possibilita representações e formas de vivenciar e expressar identidades, práticas e saberes, em distintos cenários educativos.

Segundo Fabris (2008), o cinema consiste em uma produção cultural, que carrega marcas, expressões e significados, veiculando representações de sexualidade e gênero. Para Silva (2015), a representação é compreendida como práticas de significação, baseada na linguagem, na cultura e nos sistemas simbólicos, que produzem sentidos e normatizações acerca de determinada categoria e/ou identidade social. Ao produzirem representações, as pedagogias culturais constituem processos “educativos”, que mesmo sem o objetivo explícito de ensinar, veiculam por meio de artefatos culturais – como a mídia e audiovisuais – uma variedade de formas de conhecimentos, saberes e práticas influentes na produção de identidades e diferenças (SILVA, 2015). Dessa maneira, os artefatos culturais funcionam como “sistemas de

“Tempestade de verão”: como a escola invisibiliza representações de sexualidad e...

significação implicados na produção de identidades e subjetividades, no contexto de relações de poder” (SILVA, 2015, p. 142).

O conceito de identidade se apresenta como estratégico e posicional, cada vez mais fragmentado, múltiplo e contingente, visto que é construído por meio de diversos discursos. As identidades não são unificadas, mas amplamente atravessadas e produzidas por processos históricos, políticos e socioculturais que produzem transformações (HALL, 2014). A identidade é relacional, cambiante e marcada pela diferença estabelecida por representações simbólicas (WOODWARD, 2014). Nessa direção:

A identidade e a diferença não são entidades preexistentes, que estão aí desde sempre ou que não passaram a estar aí a partir de algum momento fundador, elas não são elementos passivos da cultura, mas têm que ser constantemente criadas e recriadas. A identidade e a diferença têm a ver com a atribuição de sentido ao mundo social e com disputa e luta em torno dessa atribuição (SILVA, 2014, p. 96).

Embora a diferença seja um conceito contestado, na perspectiva dos estudos culturais, engloba representações que separam uma identidade da outra, delimitando distinções marcadas por oposições binárias (homem/mulher, heterossexual/homossexual, docente/discente, etc.) que reforçam as relações de poder (WOODWARD, 2014). Desse modo, em uma “sociedade hegemonicamente masculina, branca, heterossexual e cristã, têm sido nomeados como diferentes todos aqueles que não compartilham desses atributos” (LOURO, 2005, p. 86). As dicotomias, decorrentes da compreensão das identidades e diferenças em polos opostos e hierárquicos, resultam em segregações e exclusões no espaço escolar.

As identidades sexuais são construídas mediante a maneira que a sexualidade é vivida, com parceiros/as do mesmo sexo/gênero ou opostos, enquanto as identidades de gênero referem-se ao modo como nos identificamos no âmbito social e, construímos nossas masculini-

dades e/ou feminilidades. Apesar de estarem relacionadas, constituem dimensões distintas, entretanto, “o que importa aqui é considerar que, tanto na dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade, as identidades são sempre construídas, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento” (LOURO, 1997, p. 27).

Louro (2000, p. 06), enfatiza que “a sexualidade envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções... Processos profundamente culturais. Nessa perspectiva, nada há de exclusivamente “natural” nesse terreno.” Meyer (2004, p.15), aponta que gênero “remete a todas as formas de construção social, cultural e linguísticas implicadas com processos que diferenciam mulheres de homens, incluindo aqueles processos que produzem seus corpos, distinguindo-os e nomeando-os como corpos dotados de sexo, gênero e sexualidade.”

Para Meyer (2008), as pedagogias culturais são impulsionadas por intermédio de artefatos culturais, pela mídia contemporânea e outros meios e, desse modo têm sido apresentadas como instâncias educativas de grande potência, no que se refere a institucionalizar relações entre identidades, sexualidade e gênero.

É relevante reconhecer a multiplicidade de fatores, contextos e dimensões socioculturais e políticas envolvidas na (re)construção das identidades sexuais e de gênero. E, desse modo, compreender que a diversidade sexual abrange múltiplas vivências e expressões de sexualidade e gênero, construídas no decorrer da vida por meio de aspectos históricos, políticos e socioculturais, e não por simples escolha, influência ou determinismo biológico (LOURO, 1997; SOUZA; SILVA; SANTOS, 2017).

No cotidiano escolar, podemos observar práticas que incitam preconceitos segregações e hierarquizações, como exemplificamos: “Vocês estão parecendo mulherzinhas; isso é coisa de menino/de homem; peça para as meninas limparem isso; mande os meninos carregarem a caixa; as meninas estão muito saidinhas; tenha uma postura de homem, rapaz!” (HEILBORN; CARRARA, 2009, p. 45). Tais representações produzem modos de ser homem/mulher e contri-

buem para desigualdades nas relações de gênero, bem como afetam as vivências da sexualidade. Em contraponto, podemos problematizar o exemplo da linguagem hegemônica que normatiza o masculino e o feminino, sobretudo incorporando características que inferiorizam e ocultam o feminino (FURLANI, 2011). Tais condutas na escola, instituição em que jovens passam parte considerável da vida, reiteram a lógica binária e heteronormativa, em espaços formais e informais, favorecendo assim formas de classificações sociais, que podem tornar o ambiente escolar segregador e excludente das chamadas “minorias” sexuais. Tais minorias são, na verdade, maiorias silenciosas, uma vez que não estão em inferioridade numérica (LOURO, 2001).

Seffner (2014) argumenta que a escola peca em abordar somente uma identidade sexual, que reforça um modelo hegemônico de sexualidade que sustenta a heteronormatividade. Para Junqueira (2013, 2012), a heteronormatividade coloca a heterossexualidade como a única identidade sexual legítima, e as outras identidades sexuais como “anormais”. A heteronormatividade consiste em persistir na ideia de uma sexualidade normatizadora, reforçada por discursos que representam LGBT (Lésbicas, *Gays*, Bissexuais, Transgêneros) e outras identidades sexuais como desviantes (BRITZMAN, 1996).

Os filmes têm sido utilizados para abordar a realidade de certos grupos sociais (LOURO, 2008), tais como os grupos de LGBTQI+¹ (Lésbicas, *Gays*, Bissexuais, Transgêneros, *Queer* e Intersexuais). Para Duprat (2007, p. 07), “outro importante aspecto positivo dos estudos culturais para uma abordagem das problemáticas do cinema *gay* diz respeito à sua constante busca pelos mo(vi)mentos de subversão e resistência cultural, desde seus princípios fundadores até a época atual.”

.....
1 Utilizamos aqui a sigla LGBTQI+ em conformidade com a nomenclatura atual, contudo nesse recorte analítico não apresentamos reflexões concernentes a pessoas transexuais e/ou bissexuais, desse modo a reflexão se refere, especificamente, à problematização das representações do masculino/feminino e homo/heterossexualidades. O termo trans* tem sido utilizado com asterisco por PLATERO, R. L. **Trans*sexualidades: Acompanhamento, factores de salud y recursos educativos.** Barcelona: Bellaterra, 2014 e TOMPKINS, A. Asterisk. **Transgender Studies Quarterly** 1, 2014, p. 26-27.

O universo cinematográfico tem contribuído para dar visibilidade a identidades de sujeitos, que são tidos como “minorias” sexuais em relação a seus direitos. Buscamos problematizar como tais discursos são representados e (re)produzidos por estudantes que assistem a tais filmes e que possíveis relações teriam com o universo escolar. Será que os discursos que compõem a representação dos personagens LGBTQI+ no universo cinematográfico estão relacionados ao cenário escolar? Até que ponto essas representações contribuiriam para (des)construção de aprendizados acerca das identidades sexuais e de gênero em nossa sociedade e, principalmente, na escola?

Percursos metodológicos

Para produção do material empírico, adotamos procedimentos investigativos e analíticos favoráveis à apreensão de consonâncias e/ou discordâncias entre as representações de sexualidade e gênero, exibidas no filme **Tempestade de verão** (2004), dirigido por Marco Kreuzpainter e, as relatadas nas falas dos/das participantes. Participaram dessa pesquisa qualitativa, 10 estudantes² de ensino médio de uma escola da rede pública estadual localizada em Aracaju/SE. O filme foi exibido com o objetivo de incitar discussões acerca das representações de sexualidade e gênero, em articulação com as concepções dos/as estudantes e suas vivências no cotidiano escolar.

Os procedimentos de investigação envolveram análise fílmica e entrevistas coletivas gravadas, que constituíram as etapas ou técnicas inseridas na análise cultural. Após a exibição do filme, a partir de um roteiro com questões abertas, os/as estudantes expressaram opiniões quanto às temáticas do filme. As entrevistas foram gravadas, transcritas literalmente e, a partir de uma (re)leitura atenta, foram selecionadas

.....
2 Os/as participantes tinham idades entre 15 a 17 anos, sete se identificaram como pertencentes ao gênero feminino e três, com o masculino. Todos/as assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE, CNS 492/12) e os nomes utilizados aqui são fictícios.

“Tempestade de verão”: como a escola invisibiliza representações de sexualidad e...

as falas com maior potencial produtivo para a problematização das representações acerca de identidades sexuais e de gênero expressas no filme.

As entrevistas podem ser compreendidas “como uma construção entrevistador-entrevistado, cultural e socialmente situada” (SILVEIRA, 2007, p. 133). As entrevistas coletivas consistem em direcionar perguntas a cada membro do grupo, impulsionando a participação de todos/as, favorecendo a obtenção de diversas respostas acerca de uma mesma pergunta. Embora, possa haver interação entre participantes, o objetivo maior consiste em observar as convergências e/ou divergências entre os indivíduos sobre determinada temática.

Como procedimento analítico, utilizamos a análise cultural, que constitui um modo de descrever o artefato (nesse caso, o filme) de maneira atenta e detalhada, pois esse processo descritivo permite visualizar aspectos importantes acerca das ferramentas conceituais (sexualidade e gênero), indicando as múltiplas relações, representações e os sentidos produzidos a partir das pedagogias culturais (MEYER, 2008; WORTMANN, 2007). Essa análise favorece a valorização das experiências cotidianas, reconhecendo a cultura como uma instância educativa que excede os limites do espaço escolar (WORTMANN, 2007). Para Silva (2015, p. 134) “a análise cultural parte da concepção de que o mundo cultural e social torna-se, na interação social, naturalizado: sua origem social é esquecida. A tarefa da análise cultural consiste em desconstruir, em expor esse processo de naturalização”.

A análise cultural foca seu interesse em uma ótica mais precisa dos objetos que são produzidos por intermédio das práticas sociais. A linguagem assume um importante papel na produção de sentidos e significados que constituem as representações focalizadas pela análise cultural, logo não se trata de objetos naturais, mas de elementos construídos a partir de múltiplos marcadores sociais (SILVA, 2010), como sexualidade gênero, raça/etnia, classe socioeconômica. Além disso, ao empregar a análise cultural, torna-se relevante observar os diferentes modos de produção dos discursos, englobando visões do

mundo social e cultural e como os indivíduos são posicionados nas relações de poder (WORTMANN, 2007).

Vivências e questionamentos acerca de identidades e diferenças que transcendem as barreiras das normas sexuais e de gênero, usualmente, silenciadas no universo escolar, foram analisadas, indo ao encontro das representações do filme analisado. Assim, as cenas do filme **Tempestade de verão** (2004) evidenciaram de distintos modos o complexo processo sociocultural que constitui as dimensões de sexualidade e gênero.

Um olhar acerca do filme “Tempestade de verão”: representações de sexualidade e de gênero em foco no cinema e na escola

No filme **Tempestade de verão** (2004), a construção identitária da sexualidade de um jovem e o seu processo de reconhecimento, coloca em cena olhares de estranheza e outros de “aceitação”/tolerância ou complacência (LOURO, 2009) tanto de personagens da trama quanto dos/as estudantes. Que representações acerca de sexualidade e gênero são enunciadas nesse filme e que relações teriam com as concepções de estudantes? A partir destes questionamentos, as falas literais serão expostas e problematizadas.

A trama se passa em um acampamento de férias, o qual proporciona a Tobi (Robert Stadlober), um dos personagens protagonistas, um cenário favorável ao (re)conhecimento de sua sexualidade, devido às vivências compartilhadas com os outros jovens. Sendo parceiro inseparável do seu amigo Achim (Kostja Ullmann), Tobi acaba reconhecendo um sentimento que ultrapassa a barreira da amizade, porém, por receio de rejeição tenta conter a atração afetiva-sexual por seu melhor amigo. Este processo de reconhecimento da sexualidade evidencia o caráter construído das identidades em nossa cultura, por meio da imposição de significados sobre a sexualidade, que a direcionam para um padrão heterossexual, ressaltando que as identidades não são dadas e nem fixas (LOURO, 1997).

“Tempestade de verão”: como a escola invisibiliza representações de sexualidad e...

Pesquisador: O que você achou sobre a maneira como a temática sexualidade foi abordada no filme **Tempestade de verão**?

Frank: [...] Eu acho que a temática foi bem apresentada, porque na maioria das vezes é o que acontece na vida real, às vezes tem **medo de se assumir porque pode ser excluído** [...].

Letícia: [...] Como a pessoa já nasce sendo hétero, existe a pessoa que **já nasce sendo gay**.

Roberta: [...] Acho que ele não queria ser *gay* entendeu, ele **queria ser normal**. (grifos nossos)

Em contrapartida nas falas do/as participantes podemos destacar a busca de explicações naturalizadas, como o “nascer” sendo algo, a ligação “sujeito-sexualidade”, o que pressupõe concepções alicerçadas em representações essencialistas, que consistem na tentativa de elucidar os componentes de um todo complexo tendo como alusão uma certa verdade e/ou algo referente a essência interior do indivíduo. Esse tipo de visão reduz a complexidade de mundo a uma visão simplista e imaginária das partes, que as integram buscando explicar os indivíduos como meros impulsos internos (WEEKS, 2000).

Alguns indivíduos e/ou grupos que se encaixam no padrão heteronormativo, se referindo à heterossexualidade como a única identidade sexual tida como “normal” pela sociedade, se encontram em uma posição privilegiada para falar de si e dos outros, marginalizando identidades que diferem desta norma (LOURO, 2000). Tal representação pode ser vista na fala da participante Roberta, que diz: “ele [Tobi] queria ser normal”, o que remete ao binarismo normal/anormal utilizado para comparar heterossexual/homossexual como uma forma de legitimar determinadas identidades, reforçando relações de poder. Para Foucault, o poder é exercido a partir da instauração de normas, que representam um processo de comparação, diferenciação e imposição de regras acerca das condutas dos indivíduos. Nessa ótica, a norma busca homogeneizar indivíduos e/ou grupos através da valorização de determinadas condutas, estabelecendo hierarquias e diferenças, o que representa uma forma de classificação que demarca limites e segrega indivíduos (CASTRO, 2016).

Em uma cena do filme, observamos o diálogo entre os personagens se referindo à nova equipe de remo e às opiniões acerca de suas identidades sexuais: “-Mas vocês concordam que ter esses gays aqui é um saco né? - Foi uma surpresa, eles podiam ter avisado antes. - Ou ter costurado triângulos rosas nas camisetas?”. O diálogo remete a uma suposta ligação entre sexualidade e gênero, bem como a um confronto entre “assumir” a homossexualidade e algo “privado” ao sujeito, os jovens da trama enfatizam a necessidade de expor a identidade sexual da nova equipe de remo por se tratar de algo “contrário” ao padrão social heteronormativo.

A maioria dos/as participantes utilizou a palavra “assumir” referindo-se à homossexualidade e nesse contexto, não se trata somente de assumir uma identidade, é necessário observar que existe certa discordância quanto às distinções dos termos “público” e “privado”, turbulências que assolam o âmbito contemporâneo *gay* (SEDGWICK, 2007). A ideia do “assumir-se” converge com a imagem do “sair do armário”, o que representa uma posição contrária à figura do armário como mantenedora de uma suposta privacidade com relação aos grupos LGBTQI+, que frequentemente, sofrem preconceitos e discriminações no espaço público, evidenciando a lesbo/homo/bi/transfobia.

O universo fictício da trama destaca a pressão, comum na vida real, para que se exponha a identidade sexual (homossexual). Nesse sentido, os/as participantes em consonância com os significados e práticas culturais apreciaram de maneira positiva a coragem do personagem em “assumir-se”. De forma discriminatória, parece que “assumir-se” equivale somente as identidades sexuais tidas como minoritárias e/ou fora da norma heterossexual. Sobre a homossexualidade, Borrillo (2009, p. 16) aponta que “ela não é mais que a simples manifestação do pluralismo sexual, uma variante constante e regular da sexualidade humana. Na condição de atos consentidos entre adultos, os comportamentos homoeróticos devem ser protegidos como qualquer outra manifestação da vida privada.” Paradoxalmente, ao assumir-se

“Tempestade de verão”: como a escola invisibiliza representações de sexualidade e...

ou em que pese a desconfiança sobre si, quanto à identidade sexual dissidentes da heteronormatividade, tais sujeitos passam a ser alvo de piadas, humilhações e segregações, o que Junqueira (2013) chama de “pedagogia do armário”.

Indagamos: Que representações acerca da homossexualidade são veiculadas em distintos cenários socioculturais (como a escola e o cinema)? De que modos tais representações afetam a vida de jovens *gays*? Discutir sobre a homossexualidade na escola demanda reconhecê-la como uma das possibilidades de vivenciar a sexualidade, que engloba múltiplos fatores e significados culturais produzidos ao longo da vida, não se restringindo as identidades sexuais a um único modelo hegemônico heterossexual. Analisemos analisar as falas a seguir, visando problematizar a relação entre a homofobia e representações binárias de gênero:

Pesquisador: Comentem a reação das demais equipes, quando os jovens da equipe de remo revelam ser gays?

Letícia: Eles ficaram abismados né? **Porque eles acharam que o outro grupo era heterossexual, por eles parecerem muito másculos**, malhados e tal, mas isso não tem nada a ver, como tem *gays* que são magrinhos, tem outros que são muitos fortes [...]. E acho que **envolve todo um machismo, perder para meninas é ruim e para *gays*, pior ainda.**

Frank: Tipo, eles **trataram com muita inferioridade, com muito preconceito** e tipo: “se eu perder para um time que é *gay*?”. Então, eles pensaram que iria ser muita vergonha... por conta da inferioridade mesmo [...]

Estas falas incitam a problematização acerca da política identitária na qual estamos imersos, sempre procurando identificar e/ou classificar os sujeitos. Porém, quando os corpos não conseguem ser “lidos” com facilidade, por não se enquadrarem nos gêneros inteligíveis que alinham sexo-gênero-desejo (BUTLER, 2003) e, questionamentos passam a ser levantados como “Quem é você?” ou “O que você é?”.

Para a autora,

o gênero é sempre um feito, ainda que não seja obra de um sujeito tido como preexistente à obra. [...] não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é performativamente constituída, pelas próprias “expressões” tidas como seus resultados. (BUTLER, 2003, p. 48).

A ideia de universalidade, leva à expectativa de que todos sejam ou deveriam ser heterossexuais e, desse modo, tanto a heterossexualidade quanto a homossexualidade são estigmatizadas por rígidos binarismos de gênero. Por outro lado, a identidade é composta por mais elementos do que se imagina e, sujeitos não conseguem viver suas identidades de forma hierarquizada e estereotipada (BRITZMAN, 1996).

A partir do comentário de Letícia, “perder para meninas é ruim e para *gays*, pior ainda” é possível relacionar com representações de gênero essencialistas que atribuem determinadas características (qualidades, defeitos, comportamentos) a homens ou mulheres, caracterizando uma forma de homofobia que segrega e tenta encobrir as fronteiras de gênero (BORRILLO, 2009; MEYER, 2004; WELZER-LANG, 2001). Nesse caso, seria a homofobia caracterizada pelo sexismo, ao denunciar os “deslizes” do masculino em direção ao feminino ou vice-versa, reiterando a lógica heteronormativa e punindo quem ouse expressar identidades dissidentes. Nessa lógica, a homofobia funciona como uma guardiã das normas sexuais e de gênero, ao englobar preconceitos e discriminações contra LGBTQI+, expressos em diversos âmbitos sociais, por meio de binarismos e segregações que prejudicam o exercício igualitário de direitos humanos (BORRILLO, 2009; WELZER-LANG, 2001), que podem levar ao suicídio ou à morte violenta (como é possível ver nos dados expressivos no Brasil³).

.....
3 Recuperado de <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-homossexuais-no-mundo>

“Tempestade de verão”: como a escola invisibiliza representações de sexualidad e...

Em algumas cenas, são exibidos comentários equivocados entre os personagens do filme como, por exemplo: “Aqueles que odeiam *gays*, normalmente são *gays* e nem sabem?”, “Eu tô ficando louco ou...eu virei *gay* agora?”. Em contrapartida, é necessário refletir sobre as representações relativas às identidades sexuais que envolvem significados, símbolos e sentidos estabelecidos a partir da cultura e da linguagem, visando compreender que a sexualidade é construída e pode ser mutável, no decorrer da vida (LOURO, 1997). As falas dos jovens do acampamento direcionam a homossexualidade da equipe “*Queer*” para uma ótica do desvio, ao considerar que a heterossexualidade representa algo fixo e “fechado”. Tal lógica defende que a heterossexualidade poderia ser atribuída a qualquer indivíduo e, portanto, os que não se enquadram nesse modelo são considerados desviantes, simplesmente por terem se afastado da norma heterossexual (LOURO, 1997, 2000), o que pode ser visualizado na expressão “virei *gay*”.

O movimento *Queer* despertou interesse de pesquisadores/as, principalmente em decorrência da visibilidade de minorias e oposição às normas sociais, de modo geral, expandindo-se em uma teoria *Queer*, com o objetivo romper as desigualdades entre identidades homossexuais e heterossexuais, desconstruindo modelos normativos que acabam por reger a nossa sociedade (LOURO, 2001). “A teoria *Queer* vai além da análise e da crítica das identidades e diferenças sexuais. Podemos falar em epistemologia *Queer*, ou seja, ‘uma forma de pensar’, ‘um modo de produzir, articular e problematizar o conhecimento’” (FURLANI, 2011, p. 35), na qual o que era pejorativo é utilizado como política afirmativa.

As identidades sexuais e de gênero são alvos de distintos preconceitos baseados numa noção arbitrária de essência que se contrapõe ao caráter ativo da cultura. O preconceito, vinculado à ideia de inferioridade aparece nos excertos acima, revelando que o preconceito possui duas formas de expressão: manifesta e sutil. O preconceito manifesto consiste em um modo direto de expressar atitudes negativas, acerca de determinados indivíduos e grupos sociais. Enquanto o preconceito sutil é representado de forma disfarçada, por meio de concepções

essencialistas acerca de indivíduos e/ou grupos inferiorizados (LIMA; VALA, 2004, SOUZA; SILVA; SANTOS, 2017).

As normas sexuais e de gênero, que visam enquadrar indivíduos e grupos, são disseminadas por julgamentos prévios, representações estereotipadas e binárias que estabelecem uma noção de inferioridade aqueles/as que não obedecem a determinados padrões sociais. Dessa forma, a concepção dos gêneros produzida dentro de uma lógica de oposição binária implica em um polo que se contrapõe a outro e, ao atribuir diferentes valores a identidades, indivíduos e/ou grupos sociais, reafirma a ideia de superioridade de um polo em relação ao outro (HARAWAY, 1995; LOURO, 2000). É possível observar que os/as participantes também carregam muitas dessas representações para o seu cotidiano, o que intensifica preconceitos acerca das identidades sexuais e de gênero.

Pesquisador: Vocês conseguem levar a temática do filme [**Tempestade de verão**] para vivências do ambiente escolar?

Frank: Acontece na escola mais a parte do Tobi, aquela pessoa que **não tem coragem de se assumir**, tem alguns que é difícil ver aqui na escola, mas tem **alguns** que não têm medo de se assumir, que **agem naturalmente como eles mesmos**, mas na escola eu acho que é mais [...] medo de se assumir, tem **medo de serem zoados**.

Joana: Agora no momento sim, porque **desde que eu entrei no colégio, comecei a ver tanta coisa, a presenciar tanta coisa, agora eu acho normal**. Agora quando saio da porta da escola para lá é totalmente diferente, tanto para quem é *gay* ou lésbica quanto para mim porque **dentro do ambiente de casa, da família acho que eles não vão se assumir**, acho que **na escola aqui no colégio mesmo é tudo mais liberal**, acho que eles ficam mais à vontade.

Letícia: Acho que **o colégio X é um pouco diferente** porque é uma escola que não tem pessoas só daqui do bairro, [...], tem até gente de fora, de outros estados, em outras escolas públicas e de rede particular são mais de bairro, e aqui não, é bem variado, então é mais fácil... Então, é mais fácil ter pessoas diferentes que já

“Tempestade de verão”: como a escola invisibiliza representações de sexualidad e...

vivem muita coisa, como tem gente com preconceito, tem muitas que não têm.

Os excertos acima indicam, de maneira contraditória, tanto os preconceitos que alimentam o “medo de se assumir”, “de serem zoados”, “de agir naturalmente” quanto a ideia de um cenário escolar mais “liberal” em comparação com o ambiente familiar. Seria a escola um espaço “mais liberal” para a diversidade sexual? Talvez, a escola possibilite uma certa liberdade individual e/ou coletiva, principalmente quando consideramos os arraigados valores familiares, porque a escola é o lugar onde as diferenças se encontram, porém também representa um espaço de exclusões, marginalizações e preconceitos (LOURO, 1997).

É importante enfatizar que, embora a escola abrigue sujeitos que contemplam diversas vivências acerca da sexualidade e distintas experiências construídas a partir das representações de masculinidade e feminilidade, também institui espaços. A partir das normas que regem o que cada um/a pode (ou não) fazer, ensina modelos para que os sujeitos se reconheçam (ou não) (LOURO, 1997). “Suas marcas, seus símbolos e arranjos arquitetônicos “fazem sentido”, instituem múltiplos sentidos, constituem distintos sujeitos” (LOURO, 1997, p. 58).

Por outro lado, a escola pode educar e problematizar relações de poder, representações e discursos hegemônicos acerca das identidades, (re)conhecendo “as fronteiras culturais” que permeiam a sexualidade. Nesta direção o cenário escolar seria, de fato, favorável ao acolhimento da pluralidade de indivíduos (BRITZMAN, 1996; LOURO, 1997). Ao inserir a problematização nas práticas pedagógicas e nos currículos escolares, vislumbra-se um campo significativo de possibilidades para reflexão e intervenção de educadores/as, que contribuiria para a redução de diversos tipos de violência (MEYER, 2009) contra todos os sujeitos que destoam das normas sexuais e de gênero.

As cenas a seguir, destacam a potência dos filmes e outros artefatos culturais para problematizar representações hegemônicas acerca de sexualidade e outros temas que invadem o ambiente escolar, provocando

inquietações, tensionamentos e questionamentos, (des)estabilizando concepções enrijecidas, principalmente, a jovens estudantes.

Pesquisador: Vocês podem comentar as cenas [do filme **Tempestade de verão**] descritas a seguir? E contarem se já presenciaram situações parecidas vivenciadas na escola?

Cena A: Tobi e Achim estão na barraca e ocorre o seguinte diálogo:

-Você fechou a barraca? De repente vai que esses gays passam, e quem sabe né?

-Você acha que dá para ser amigo deles?

-Por que não?

-Contanto que não queiram nada comigo?

-E se um deles se apaixonar você?

-Aí teríamos um problema, não seria recíproco.

-Talvez nem eles saibam disso.

-Eu nunca pensaria que eram gays, eles não parecem ser.

Letícia: eu mesma não consigo entender o porquê essas pessoas ficam dessa forma quando um *gay*, uma lésbica elogia eles ou algo do tipo. [...] **Porque tem meninos que dão em cima de meninas, como meninas que dão em cima de meninos, por que um *gay* e uma lésbica não pode?** Isso não é por eles serem dessa forma, é consciência de cada um, não é por eles serem *gays* ou lésbicas que vai ter esse preconceito, se for para ter preconceito com eles que tenha com os heteros também, então não acho que tenha necessidade da pessoa se sentir ofendida, até certo ponto claro.

Mel: é uma **coisa normal, é questão de gosto né?** [...] Se acontecesse eu não me sentiria como ela falou “ofendida” é uma pessoa do mesmo sexo que eu, eu levaria normal.

Jade: [...] nunca achei estranho né? **Normal.**

A questão da “normalidade” reaparece nas falas das estudantes. As identidades sexuais dissidentes costumam ser consideradas “estranhas” no ambiente escolar, principalmente, em decorrência do silenciamento

“Tempestade de verão”: como a escola invisibiliza representações de sexualidade e...

acerca das múltiplas identidades sexuais. Paradoxalmente, embora essa temática não seja discutida, de modo planejado, na escola “a vigilância e a censura da sexualidade orientam-se, fundamentalmente, pelo alcance da ‘normalidade’, normalidade essa representada pelo par heterossexual, no qual a identidade masculina e a identidade feminina se ajustam às representações hegemônicas de cada gênero” (LOURO, 1997, p. 80).

A escola é rodeada por normas regulatórias acerca de sexualidade (e também de gênero) que se espalham por toda parte, desde os espaços como salas de aula e pátios, até as vivências de docente e discente, contagiados/as por representações culturais que produzem significados, verdades e regras sobre as identidades sexuais e de gênero, reiterando a heteronormatividade (LOURO, 2001). Nesse cenário, Seffner (2014) destaca que a “sexualidade é campo de conhecimento e disputa política, ligada ao que é tido como normal e ao que é tido como desvio. A escola poderia discutir a norma, com tanta ênfase quanto discute suas variações ou ‘desvios’.” (SEFFNER, 2014, p. 74).

Os argumentos dos/as participantes referentes às cenas do filme, possibilitam problematizar a questão dos padrões de normalidade e das construções de estereótipos que são construídos socioculturalmente, buscando os gêneros inteligíveis (BUTLER, 2003) e, quando não os encontram, colocando-os em posições marginais.

Pesquisador: Comentem, a partir das cenas descritas a seguir, se já presenciaram situações parecidas na escola.

Cena B: Diálogo entre amigos da equipe *Queer* (nova equipe de remo):

-Vocês dois parecem Mary Kate e Ashley, todos desmunhecados,

-Precisam mesmo disso?

-Cada um é cada um, não é?

-Eu não quis dizer isso.

-Mas vocês realmente parecem duas garotinhas.

-E você também não tem um lado feminino?

-Sim, mas eu sou controlado!

Deborah: Não expõe o que você é, que você vai deixar de ser *gay*, ou não, **guarde para você, o que você é.**

Letícia: Eu acho que é relativo, tem uns que são assim mesmo, é a forma da pessoa ser, que **são chamativos**, outros mais quietos [...] **tem gente que já tem preconceito aí vendo isso aumenta mais ainda.**

Joana: **Preconceito entre eles** assim, de um *gay* chegar para outro e dizer que **você é muito afeminado** eu nunca vi não, agora de **heterossexuais dizerem isso com gays** já, e muito.

Jade: eu acho que **você pode ser gay, só que até um certo ponto**, você pode ser o que quiser, só **não pode chamar muita atenção.**

Irineu: Tipo, cada um tem seu jeito mesmo, mas tem limite, **cada coisa tem sua hora** [...] (grifos nossos)

Ao comentarem a cena, em que aparecem as palavras “desmuhcados” e “garotinhas” para se referirem aos homossexuais, os/as estudantes utilizam expressões como “muito afeminado” e “são chamativos”. Mais uma vez, tais excertos reiteram a visão essencialista de masculinidade e remetem às representações pautadas em estereótipos de gênero e preconceitos em relação a homossexuais.

O estereótipo consiste em uma forma de minimizar a complexidade do indivíduo a um conjunto de signos, apenas algo necessário para lidar com a presença do sujeito, sem considerar as singularidades que nos constituem. Nesta ótica, o estereótipo pode ser visto como uma forma de representação simplista, em que o sujeito é representado por uma forma em que se conectam processos de simplificação, generalização e homogeneização. Entretanto, na análise cultural, o interesse volta-se para as dimensões discursivas, textuais, institucionais da representação, não importando a ótica individual ou psicológica, focalizada na noção de estereótipo, mas principalmente, problematiza o modo como são produzidos significados e relações de poder (SILVA, 2010) acerca de sexualidade e gênero em distintos espaços, como a escola e o cinema.

“Tempestade de verão”: como a escola invisibiliza representações de sexualidad e...

“Você pode ser *gay*, só que até um certo ponto, [...] não pode chamar muita atenção”. Os excertos evidenciam a existência da homofobia liberal, que envolve um tipo de preconceito sutil, caracterizado por uma “suposta” aceitação das pessoas homossexuais, desde que não manifestem posições contrárias às normas sexuais e de gênero estabelecidas, em espaços públicos. Embora existam certos discursos de tolerância à diversidade sexual, tal feito é exercido de uma maneira que contempla a integridade da “norma”, de forma aparente, mais precisamente em público (BORRILLO, 2009).

Diante de toda a diversidade, que deveria ter visibilidade na escola, nos deparamos com padrões de aceitabilidade e indivíduos que são marginalizados e considerados “estranhos” por não se encaixarem nas normas. Em contraponto, o “*queer*” remete, justamente, a algo que destoa e, por isto mesmo, lhe é dado um tom perturbador. Além de uma identidade, *queer* remete a uma maneira de estar no mundo (LOURO, 2001), ocupando espaços na fronteira, para além dos binarismos. As cenas do filme **Tempestade de verão** possibilitam levar à tona o silenciamento e a marginalização dos sujeitos LGBTQI+ no ambiente escolar ao, omitirem suas identidades, pelas pressões, por não obedecerem às normas sexuais e de gênero, impostas socioculturalmente e, reiteradas em muitas instituições de ensino.

Algumas considerações finais

O ambiente escolar provoca (des)construções de aprendizados acerca de sexualidade e gênero e, as falas dos/as estudantes evidenciaram que as diferenças permeiam esse espaço marcado pela cultura, instância responsável por produzir distintas representações, convergentes e/ou divergentes em relação às cenas filmicas, que constituem potentes artefatos culturais. As múltiplas representações acerca das identidades sexuais e de gênero, enunciadas tanto nos espaços da escola quanto no cinema, nesse sentido, estão, queira-se ou não, entre as principais demandas educacionais contemporâneas, pois ocupam estes cenários e urgem por serem debatidas e problematizadas.

As temáticas expostas nas telas do cinema instigam questionamentos relacionados ao cotidiano escolar dos/das participantes. No entanto, as representações sobre as identidades sexuais e de gênero, apresentadas pela linguagem cinematográfica, nem sempre favorecem um teor de criticidade e, como pedagogias culturais, podem reiterar ideias ultrapassadas, o que demanda um exercício contínuo de problematização dessas temáticas na escola, já que nesse espaço são “representados” sujeitos da vida real. Porém, as questões abordadas nos filmes e as realidades do cotidiano escolar, como o preconceito, a questão de “assumir” identidades dissidentes e a exclusão em razão das diferenças proporcionam reflexões que visam desconstruir o padrão heteronormativo em direção ao (re)conhecimento da diversidade sexual e cultural, existentes em nossa sociedade.

A análise das falas dos/as participantes permitiu-nos dizer que a escola ainda carece de abordagens de sexualidade e gênero, que debatam a construção expressão das identidades que nela circulam, necessárias para a garantia de direitos humanos fundamentais. Assim, os filmes constituem artefatos e pedagogias culturais potentes para a incorporação de abordagens socioculturais e políticas acerca destas temáticas, sobretudo por serem veículos produtivos para a problematização de distintas representações, que permeiam as vivências de jovens estudantes, educadores/as e toda comunidade escolar.

“Tempestade de verão”: como a escola invisibiliza representações de sexualidad e...

Referências

BORRILLO, D. A homofobia. In: LIONÇO, T.; DINIZ, D. (Org.). **Homofobia & Educação**: um desafio ao silêncio. Brasília: Letras Livres, 2009, p. 15-46.

BRITZMAN, D. P. O que é esta coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 71-96, 1996.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

DUPRAT, N. Cinema *gay* e Estudos Culturais: como esse babado é possível. In: **Anais do III Encontro de Estudos Mutidisciplinares em Cultura**. Salvador: UFBA, 2007. Recuperado de <http://www.cult.ufba.br/enecult2007/NathaliaDuprat.pdf>

FABRIS, E. T. H. Cinema e Educação: um caminho metodológico. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 117-133, 2008.

FURLANI, J. **Educação sexual na sala de aula**: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções de nosso tempo. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, 1997.

HALL, S. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz T. da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 15. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014. p. 103-133.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.

HEILBORN, M. L.; CARRARA, S. **Gênero e Sexualidade na escola**: Formação de professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

JUNQUEIRA, R. D. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 1, n. 01, p. 145-166, 2012.

JUNQUEIRA, R. D. Pedagogia do armário: a normatividade em ação. **Retratos da Escola**, v. 7, n. 13, p. 481-498, 2013.

LIMA, M. E. O.; VALA, J. “As novas formas de expressão do preconceito e do racismo”. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 9, n. 3, p. 401-411, 2004.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 179 p.

LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. In: **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 07-34.

LOURO, G. L. Teoria *queer*-uma política pós-identitária para a educação. **Estudos feministas**, v. 9, n. 2, p. 541, 2001.

LOURO, G. L. O currículo e as diferenças sexuais e de gênero. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **O currículo nos limiares do contemporâneo**. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 85-92.

LOURO, G. L. Cinema e Sexualidade. **Educação & Realidade**. v. 33, n. 1, p. 81-98, 2008.

LOURO, G. L. Heteronormatividade e Homofobia. In: JUNQUEIRA, R. D. (Org.). **Diversidade Sexual na educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília, DF: Ministério da Educação; UNESCO, 2009, p. 85-94.

MEYER, D. E. E. Teorias e políticas de gênero: fragmentos de histórias e desafios atuais. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 57, n. 1, p. 13 -18, jan./ fev. 2004.

MEYER, D. E. E. Gênero, Sexualidade e Currículo. In: **Salto para o futuro: Educação para igualdade de gênero**. Ano XVIII - Boletim 26, 2008. p. 20-30.

MEYER, D. E. E. Corpo, Violência e Educação: uma abordagem de gênero. In: JUNQUEIRA, R. D. (Org.). **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. p. 213-234.

SEDGWICK, E. K. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, n. 28, p. 19-54, jan/jun, 2007.

“Tempestade de verão”: como a escola invisibiliza representações de sexualidade e...

SEFFNER, F. Sexualidade: isso é mesmo matéria escolar. **Rev. Teoria e Prática da Educação**, Maringá, v.17, n. 2, p. 67-81, 2014. Recuperado de https://www.researchgate.net/publication/286926997_SEXUALIDADE_ISSO_E_MESMO_MATERIA_ESCOLAR

SILVA, T. T. **O currículo como fetiche**: a poética e a política do texto curricular. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 73-102.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. 156 p.

SILVEIRA, R. M. H. A entrevista na pesquisa em Educação – uma arena de significados. In: COSTA, M. V. **Caminhos investigativos II**: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p.117-138.

SOMMERSTURM. **Tempestade de Verão**. Dir.: Marco Kreuzpaintner. Prod.: Jakob Claussen. Alemanha, 2004. Filme (94 min).

SOUZA, E. de J.; SILVA, J. P. da; SANTOS, C. Representações de docentes acerca da diversidade sexual e homofobia. **Estudos Feministas**, v. 25, n. 2, p. 519-544, 2017

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.) **O corpo educado**: Pedagogias da Sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 35-82.

WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 460-482, jul./dez. 2001.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 15 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 7-72.

WORTMANN, M. L. Análises culturais – um modo de lidar com histórias que interessam à educação. In: COSTA, M. V. **Caminhos investigativos II**: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 71-79.



“Caruru de balbúrdia”: supervisão compartilhada em psicologia como prática de pesquisa

Mônica Lima, João Batista Alves, Fernanda Rebouças e Leila Grave

Introdução

Recentemente, nós das universidades federais fomos acusados/as de fazer balbúrdia, que na língua portuguesa significa: (a) desordem barulhenta; vozeria; algazarra; tumulto; (b) situação confusa; atrapalhada; complicação, segundo Aurélio Ferreira (1986), e ter baixo desempenho, quando os dados mostram justo o contrário, reportou Juliana Almirante (2019). Notícia divulgada amplamente em rede local e nacional, já que a Universidade Federal da Bahia (UFBA), uma das acusadas, não recebeu comunicação oficial de nenhum órgão governamental. Esta acusação chocou o povo brasileiro e muitos outros povos no mundo. Como faço parte do corpo docente da UFBA e defendo o ensino público, gratuito, de qualidade e com inserção social e junta com as/os colegas com os/as quais trabalho, vamos contar para vocês com que rigor, persistência e dedicação a fazemos. Inicialmente, temos que explicar o título desta comunicação escrita:

“Caruru de Balbúrdia” para logo nos ocuparmos do título: supervisão compartilhada em psicologia como prática de pesquisa.

No mês de setembro, em Salvador/BA, onde trabalhamos, é muito comum que ofereçamos caruru, “um prato afro-brasileiro feito com quiabos a que se acrescentam camarões, peixe, amendoim e temperos como cebola, alho, pimenta, etc., comida do ritual de candomblé e foi trazido para o Brasil pelos escravos (escravizados) africanos”, que “nomeia qualquer festa na qual é o prato principal”, segundo Daniela Ribeiro e Lucas Marquesini (2008, p. 37). Uma das versões dessa festa é o “Caruru de Balbúrdia” para homenagear os *Ibejis* (orixás crianças), ou no sincretismo com o catolicismo, os gêmeos, São Cosme e São Damião, também conhecidos como Caruru de Cosme ou Caruru das Crianças. Trata-se de uma “balbúrdia”, porque se convidam 7 crianças que devem ser servidas primeiro que todas as demais pessoas, e que comem todas juntas em uma grande bacia de barro com as próprias mãos. Isso é necessariamente o que fazemos na supervisão compartilhada, um trabalho coletivo, todos/as juntos/as, com horizontalidade, diálogo e quase sempre com muita alegria, persistência, dedicação e rigor, ainda que estejamos cuidando de muitas pessoas com sofrimentos diversos, em situações objetivas complexas de existência. Nesta direção, seguindo a tradição afro-brasileira soteropolitana na UFBA e suas parcerias com a comunidade, fazemos balbúrdia, não só em setembro, mas o ano todo. No caso do que vamos relatar aqui, fazemos há exatamente 10 anos, já que o primeiro estágio supervisionado foi oferecido em 2009.

A supervisão de estágio em psicologia é uma estratégia fundamental para a formação profissional. Nas Diretrizes Nacionais Curriculares para a Graduação em Psicologia (BRASIL, 2011) vigentes, a supervisão assume grande destaque com a incorporação de estágios básicos além dos estágios específicos, na matriz curricular, quando se atribui 15% da carga horária total do curso a tais atividades. Nesta direção, estudar as potencialidades da supervisão em relação aos efeitos na formação profissional pode ser um aliado para lidarmos com as pre-

ocupações de vários estudos que sinalizam um descompasso entre as exigências da atuação em psicologia e uma formação compatível com as necessidades dos contextos de trabalho em saúde pública/coletiva, a exemplo de Magda Dimenstein (1998), Mônica Lima (2005) e João Ferreira-Neto (2010), entre outros/as.

Estudos ainda mais recentes problematizam a presença de psicólogos na atenção básica à saúde, fazendo críticas que giram em torno de um repertório profissional empregado inadequadamente neste âmbito de trabalho ou da ausência de clareza do que é apropriado à psicóloga desenvolver ou não no Núcleo de Apoio/Ampliado de Saúde da Família (NASF), consequência da ênfase clínica clássica (modelo consultório particular) ainda presente na graduação, mais apresentando uma tendência a superação, como apresentam Diogo Sousa, Isabel Oliveira e Ana Costa (2015) em Natal, Natalia Azevedo e Luciana Kind (2013), em Belo Horizonte, Débora, Leite; Andréa Batista e Maria Magalhães (2013), na região sul do Ceará. Longe de sugerirmos que a supervisão de estágio em si é o único dispositivo a superar o referido descompasso formação-atuação, estamos dispostos a contribuir para que a supervisão em seus vários modelos e conceituações seja alvo sistemático de análise, no amplo espectro que conforma os campos de estudo sobre a formação e atuação profissionais em Psicologia.

Os estudos citados são significativos para colocarmos em foco outra dimensão da supervisão de estágio em psicologia como prática de pesquisa. Além das suas potencialidades para vencer os desafios da formação, esse próprio espaço pode fomentar produções de conhecimentos que promovam o melhor aproveitamento da supervisão e de questões sobre a formação e atuação em psicologia. No que tange ao que encaramos como uma problemática, a cisão entre pesquisa e intervenção, sendo o foco das investigações em psicologia as subjetividades, é evidente que o “objeto” da pesquisa guarda uma complexidade ainda maior que outras ciências cujo foco de observação não são os/as sujeitos/as humanos/as. Todavia, a psicologia ainda mantém bases epistemológicas/metodológicas concernentes a uma ciência mais dura,

cartesiana, positivista, a qual reconhecemos certa importância histórica na construção da própria ciência, mas que distancia os/as sujeitos de pesquisa dos retornos sociais que toda e qualquer investigação científica deve objetivar. Romper com essa desarmonia é imprescindível para que possamos construir processos de pesquisa que dialoguem intimamente com as realidades em constante construção.

Nesta direção, baseados nas contribuições da psicologia social construcionista, pautamo-nos em alguns princípios, a saber: conhecimento científico como prática social, fluidez entre as “fronteiras” das disciplinas, utilidade e valor do conhecimento científico para transformação social, fomento de métodos múltiplos e ampliação das formas de expressão do conhecimento, provendo maior diálogo com as comunidades fora da academia, como sinaliza Kenneth Gergen (2011). Buscamos analisar criticamente a nossa experiência de supervisão compartilhada com a literatura científica disponível. Neste particular, nos é cara a noção de que é preciso desfamiliarizar concepções sobre os temas investigados como verdade absoluta e imutável. Estamos de acordo com Mary Spink e Rose Frezza (2000, p. 27) “que criamos espaços, sim, para novas construções, mas as anteriores ficam impregnadas nos artefatos da cultura, constituindo o acervo de repertórios interpretativos disponíveis para dar sentido ao mundo”, processo que as autoras denominam “desfamiliarização”.

Impulsionados pelas críticas produzidas na tese de doutorado de Mônica Lima (2005) sobre a atuação de Psicologia na saúde pública/coletiva e suas relações com o processo de formação, a partir de 2009, adotamos a supervisão compartilhada como estratégia de formação, como relatam Mônica Lima, Manuela Brito e Alice Firmino (2018) e Mônica Lima, Fernanda Rebouças e Leila Grave (2018) e, consequentemente, como espaço potente de produção de conhecimento, como apresentado nos relatórios de pesquisa de Thais Conceição e Mônica Lima¹ (2019) e de extensão de Louise Lago; João Batista; Mônica

.....
1 CONCEIÇÃO, Thais; LIMA, Mônica. Cuidado à saúde de jovens vivendo com HIV e os desafios da psicologia neste cenário. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2019.

Lima e Fernanda Rebouça² (2019). Considerando esses 10 anos de experiência e busca de aperfeiçoamento dessa proposta que envolve o tripé ensino-pesquisa-extensão, no presente capítulo, relatamos a supervisão compartilhada como prática de formação em quatro dimensões (técnico-assistencial, político-formativa, afetivo-acolhedora e de educação permanente), aqui brevemente retomadas, para contextualizar a quinta dimensão, que diz respeito à prática de pesquisa.

Supervisão compartilhada e suas dimensões de significação

No sentido estrutural, a supervisão compartilhada acontece semanalmente, com carga horária de 4 horas, para realização dos encontros sempre com todas as pessoas envolvidas (psicóloga-preceptora, estudantes e supervisora-acadêmica), sendo que os demais três ou quatro turnos as/os estagiárias/os estão em locus na unidade de saúde de referência. No nosso caso, tem sido o Serviço de Assistência Especializada (SAE) em infecções sexualmente transmissíveis (IST) e HIV/AIDS, no nível secundário de atenção à saúde e via NASF, na Estratégia de Saúde da Família (ESF), no nível primário de atenção à saúde. Partimos da premissa da horizontalidade do processo pedagógico e da construção de autonomia das suas integrantes, embora não tenhamos divergência em relação às funções diferenciadas e aos papéis que cada uma pode desempenhar no que diz respeito ao tipo e nível de experiência. Estamos de acordo com a diversidade “do amplo contexto de concepção do termo [...] fica claro que a supervisão é um espaço de aprendizagem das regras para a coexistência e atuação junto aos pares nos espaços de trabalho”, como sintetizam Walter

14 p. (Relatório do Programa de Iniciação Científica 2018/2019). Trabalho não publicado.

² LAGO, Louise; ALVES, João; LIMA, Mônica; REBOUÇAS, Fernanda. Atendimento domiciliar compartilhado e específico no NASF: contribuições da psicologia social para a extensão universitária. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2019. 14 p. (Relatório do Programa de Iniciação à Extensão Universitária/UFBA, 2018/2019). Trabalho não publicado.

Silva-Neto; Wanderlei Oliveira e Raquel Guzzo (2017, p. 576). No entanto, estamos apostando nos outros potenciais que esse encontro pode gerar para a produção de conhecimento.

No SAE, iniciamos o estágio supervisionado em Psicologia e Atenção à Saúde desde 2009 (LIMA; BRITO; FIRMINO, 2018) e na atenção primária à saúde, nos NASF, oferecemos a partir de 2016 (LIMA; REBOUÇAS; GRAVE, 2018). As psicólogas de tais equipes assumem a função de preceptoras do estágio, conduzindo o processo de inserção nas diversas atividades que a psicologia pode cumprir em cada um dos níveis de atenção. Cada estudante dispõe de 20 horas semanais, durante aproximadamente 17 semanas (semestre acadêmico). No total, o estágio prevê uma carga horária de 340 horas.

O estágio supervisionado que estão construindo cotidianamente distancia-se da acepção de supervisão que implica em inspecionar e controlar, buscando manter *vigilância do bom senso*, termo utilizado pelo Paulo Freire (1996), para sinalizar uma constante avaliação da prática, que culmine em uma prática educativa sem conotação hierárquica e de abuso de poder entre as educadoras e as/os estagiárias/os, bem como entre elas mesmas. Partimos do pressuposto de que novas práticas discursivas podem ser construídas cotidianamente em torno do estágio supervisionado, através da supervisão compartilhada, ou seja, “as práticas discursivas como linguagem em ação, isto é, as maneiras pelas quais as pessoas, por meio da linguagem, produzem sentidos e posicionam-se em relações sociais cotidianas” (SPINK; MEDRADO 2000, p. 45), que alimentem a curiosidade, o comprometimento, a reflexão crítica sobre a prática e a autonomia (FREIRE, 1996).

Quatro dimensões de significação são buscadas na supervisão compartilhada: técnico-assistencial, político-formativa, afetiva-acolhedora e educação permanente (LIMA; REBOUÇAS; GRAVE, 2018). A técnico-assistencial relaciona-se ao processo que inclui a identificação da demanda, o planejamento e a execução das ações de cuidados, educativas e institucionais. Esta dimensão de significação está muito pautada pelo estudo de Lima (2005), no qual sugeriu que

uma maneira de superar os desafios da inserção das psicólogas na saúde pública/coletiva poderia ser o emprego da atuação psicológica coletiva (APC), entendida como “o processo contextual de identificação de demandas, de planejamento e de execução de necessidades de atendimento psicológico socioeconômica e culturalmente orientado” (p. 434), e não devemos deixar de lembrar racialmente situado. Além disso, pode ser compreendido ainda como ‘estratégia’ de organização contextualizada da atuação psicológica para prevenir doenças e promover saúde em situações de trabalho em saúde coletiva” (LIMA, 2005, p. 434). Para isso, dois elementos são considerados fundamentais: uma escuta cautelosa, socioculturalmente orientada, e a reafirmação da importância da subjetividade no processo saúde-doença-cuidado.

A dimensão político-formativa tem a ver com o reconhecimento de que a atuação da psicologia não se dá de forma neutra. É necessário um alinhamento com um projeto ético-político, em torno da defesa dos direitos de cidadania e a imprescindível responsabilização do Estado na construção e manutenção desses direitos. Esta dimensão é pouco comum de ser discutida e apresentada em suas estratégias de superação da formação inadequada, embora muito apontada com o rótulo da formação apolítica da psicologia, como nos adverte Ana Bock (2003), criticando e rompendo com o compromisso da psicologia com a elite brasileira. Para nós tem sido fundamental não perder de vista princípios democráticos e defesa de direitos à saúde, colocando em destaque crítico qualquer produção nossa ou da equipe de saúde que gere opressão, discriminação e preconceitos sociais, raciais e de gênero, que constituem nossas narrativas/ações. Este modo de operar o cotidiano da supervisão compartilhada nos remete a noção de reflexividade, que se opõe à noção de neutralidade na produção de conhecimento, pois aceitamos à premissa de “transformar a subjetividade num recurso a mais”, como sinalizam Mary Spink e Vera Menegon (2000, p. 88), inspiradas no raciocínio de Ian Parker, para compreensão da temática de pesquisa e, acrescentamos, de intervenção e formação.

Já a dimensão afetivo-acolhedora diz respeito ao processo de elaboração pessoal e coletiva diante de situações mobilizadoras (e paralisantes quando não bem acolhidas e compreendidas), que envolve a forma como cada pessoa lida, sente, se afeta com o cotidiano do trabalho (LIMA; REBOUÇAS; GRAVE, 2018), que podem gerar intervenções opressoras e discriminadoras entre os membros do grupo. Cabe ressaltar que, sendo a horizontalidade uma premissa da supervisão compartilhada, a dimensão afetivo-acolhedora tem papel fundamental na constante formação das profissionais envolvidas (preceptora e supervisora), uma vez que permite que estas possam trazer à tona aspectos afetivos que atravancam sua atuação ou mesmo as potencializa. Nesta direção, o espaço da supervisão compartilhada nos coloca a todas em situações refletivas ativas, quando produzimos novas narrativas que nos auxiliam a entender as nossas perspectivas e como elas performam ações que desenvolvemos nas práticas de intervenção, no intuito de posicioná-las em relação às questões de gênero, social, cultural e racial, em um jogo fluido, intenso e às vezes pouco compreendido ou negligenciado como constituintes do processo saúde-doença-cuidado, do processo formativo e da própria produção do conhecimento. Essa compreensão do trabalho da psicologia tem embasado o nosso olhar e as nossas reflexões sobre as experiências de estágio, e como veremos na compreensão da supervisão compartilhada como prática de pesquisa.

Tudo isso condensa um espaço incrível e nos conduz à quarta dimensão de significação denominada educação permanente. Esta se refere ao fato de que os saberes e experiências que são construídos, no contexto da supervisão compartilhada, servem como espaço de ensino-aprendizagem, construção de novos conhecimentos e elaboração de vivências não somente para as estagiárias, mas também para as preceptoras e professora-supervisora. A supervisão compartilhada tem funcionado como um momento de Educação Permanente para as psicólogas do serviço, que tem a oportunidade de pensar sobre suas próprias práticas, e da professora supervisora nas ações pesquisa-

extensão, que respalda sua performance no ensino de graduação e pós-graduação.

Dito isso, na seção seguinte, discutiremos que a supervisão compartilhada, além de espaço de ensino-aprendizagem e planejamento de intervenções psicossociais em psicologia, também pode ser incluída na gama de prática de pesquisa, capazes de gerar e registrar atos narrativos e autonarrativos, quando nos apoiamos nos pressupostos da psicologia social construcionista (GERGEN, 2011) e, particularmente, nas práticas discursivas e produção de sentido (SPINK, 2000), podendo ser submetidas ao rigor necessário para a produção de conhecimento.

Supervisão compartilhada como estratégia de pesquisa

Nas linhas seguintes buscamos situar a supervisão compartilhada como estratégia de pesquisa, apresentando uma afiliação epistemo-metodológica construcionista. Na revisão de literatura para a construção dessa comunicação, não encontramos estudos sobre a supervisão acadêmica que versassem sobre o foco de produção de conhecimento, apenas um deles se aproximou dessa função da supervisão acadêmica na mesma direção que a nossa. Trata-se do estudo de Cleci Maraschin; Marta Dagord; Nair Santos e Regina Sordi (2006), que buscou “contribuir para a produção de conhecimentos acerca das metodologias de supervisão de práticas e estágios” (p. 44). Fizeram desse espaço o próprio cenário da sua pesquisa com etapas sucessivas de produção de informação e proposta de análise desses dados. O referido estudo não se utiliza, com evidente sinalização, de alguma perspectiva teórico-metodológica do movimento construcionista. Cabe então salientar que, entre as premissas que nos orientam, destacamos que estamos de acordo com a forma de oposição e questionamento das verdades produzidas pela ciência positivista, que se apoiam em movimentos críticos sobre a produção do conhecimento, qualificados como crítica literário-retórica, crítica ideológica e crítica social, refutando a neutralidade científica e a assunção da verdade (GERGEN, 2011). Neste

sentido, nos remetemos ainda à visão de Lupicínio Íñiguez-Rueda, Antar Martínez-Guzmán e Gemma Flores-Pons (2011, p. 111, tradução nossa) que “dizer que algo é uma construção discursiva não implica negar seus efeitos, senão mostrar que através de quais dispositivos se continuam como fato e como certas categorias se reificam em detrimento de outras”.

Teceremos argumentos sobre a possibilidade da supervisão compartilhada operar como prática de pesquisa, seguindo a linha de raciocínio utilizado por Mary Spink, Vera Menegon e Benedito Medrado (2014) ao discutir o uso de oficinas como ferramenta metodológica de pesquisa também a partir das premissas construcionistas, embora formem um grupo, liderado pela Mary Spink, que faz um aporte original e profícuo dentro da psicologia social brasileira, denominada de “práticas discursivas e produção de sentido” (SPINK, 2000). Para este grupo, as oficinas:

são espaços com potencial crítico e negociação de sentidos, permitindo a visibilidade de argumentos, posições, mas também deslocamentos, construção e contraste de versões e, portanto, ocasiões privilegiadas para análises sobre produção de jogos de verdade e processos de subjetivação. (SPINK; MENEGON; MEDRADO, 2014, p. 33).

Considerando as dimensões de significação apresentadas na seção anterior, a supervisão compartilhada também pode ser assim compreendida. Ao contrário das oficinas, a supervisão de modo geral não é usada em tantos diferentes contextos e não é estratégia para diversos interesses de pesquisa, tendo uma contribuição mais restrita ao campo de estudos da formação e atuação profissional. No entanto, elas se aproximam também na dimensão formativo-política, quando ambas:

promove(m) o exercício ético e político, pois ao mesmo tempo em que geramos material para análises, criamos um espaço de trocas simbólicas que potencializam a discussão em grupo em relação à temática proposta, gerando conflitos construtivos com vistas ao

engajamento político de transformação. (SPINK; MENEGON; MEDRADO, 2014, p. 33).

A principal ferramenta utilizada na supervisão compartilhada é o ato narrativo, como forma de produzir novos sentidos e posicionamentos nas relações sociais cotidianas e logo nas vidas das envolvidas. Esta centralidade na fala, quando as/os estagiários narram o que fizeram, o que viram, onde foram, com quem estiveram (usuários, agentes comunitários de saúde, com a própria preceptora, em visitas domiciliares, grupos na unidade e fora dela), ou o que sentiram para a supervisora e preceptora, parte, então, da premissa, de que através do ato narrativo e/ou autonarrativo compreendemos a ação, mais que isso, agimos. Nesta perspectiva, consideramos como Kenneth Gergen (2011, p. 233) que “compreender uma ação é, em realidade, situá-la em um contexto de acontecimentos precedentes e consequentes”. Além disso, que “autonarração se refere à explicação que um indivíduo apresenta sobre a relação entre acontecimentos autorelevantes através do tempo” (GERGEN, 2011, p. 233, tradução nossa). Em complemento com a produção discursiva nos encontros de supervisão compartilhada, contamos com relatórios finais de estágio sobre as atividades desenvolvidas, sentimentos, reflexões teóricas das/os estudantes e diários de campos que são narrativas/autonarrativas que inscrevem a fala graficamente e que nos permite análises profícuas.

Em espaços como a supervisão compartilhada, podemos partir da noção de que as produções narrativas são também “formas de inteligibilidades, [que] por sua vez, não são subprodutos de acontecimentos da vida em si mesmos senão que derivam amplamente das convenções narrativas disponíveis” (GERGEN, 2011, p. 250, tradução nossa). Além disso, percebemos frutífero o seu destaque de que “quanto mais capazes sejamos de construir e reconstruir nossas autonarrações, seremos mais amplamente capazes em nossas relações efetivas” (GERGEN, 2011, p. 251, tradução nossa). Na mesma direção, é oportuno explicitar a síntese de Tereza Cabruja, Lupicínio Íñiguez-Rueda e Félix Vazquez-Sixto (2000, p. 81) sobre a narração:

“As narrações são devedoras do contexto sociocultural, que põe ao alcance das pessoas, diferentes discursos e gêneros narrativos, que contribuem para a reprodução da ordem social, porém abrem assim mesmo possibilidades para a sua transformação” (tradução nossa).

Neste particular, consideramos que a supervisão compartilhada também pode ser submetida ao rigor metodológico, quando o rigor é concebido como a “possibilidade de explicitar os passos da análise e da interpretação de modo a propiciar o diálogo” (SPINK; LIMA, 2000, p. 102). Seguindo esta premissa de rigor como visibilidade da produção dos dados, destacamos como era operacionalizada a supervisão compartilhada como estratégia de pesquisa. Para tanto, apresentamos a seguir um dos inúmeros diálogos que tivemos e como os conduzíamos. Trata-se de um projeto no tripé ensino-pesquisa-extensão sobre a visita domiciliar como atuação psicológica no contexto de trabalho do NASF, desenvolvido por Louise Lago; João Batista; Mônica Lima e Fernanda Rebouças (2019), estagiário/a, supervisora acadêmica e preceptora, respectivamente. Reproduzimos o diálogo construído em uma supervisão compartilhada de uma das visitas realizadas por um estagiário, uma Agente Comunitária de Saúde (ACS) da equipe de referência do usuário acompanhado, cujo nome fictício é Renato.

Preceptora: Poderíamos começar com a visita à casa de Renato. Você poderia falar como foi?

Estagiário (remetendo ao seu diário de atendimento narra com entusiasmo, algo que se assemelha ao que havia registrado): *De modo geral, nas conversas com ele (Renato), eu precisava sempre conduzir, perguntar. Ele produzia pouco discursivamente, ao menos, inicialmente na relação comigo, sempre respondia de forma curta. Mas neste dia ele teve a iniciativa de me mostrar o quarto dele. Nas visitas anteriores, o quarto estava sempre trancado. Ele relatava certo receio de que alguém pudesse invadir e levar as coisas dele. Antes de abrir as portas, ele foi ao banheiro e lavou as mãos e os braços. Demorou em torno de dez minutos realizando tal atividade. Em seguida abriu a porta e me mostrou onde dormia, o som por onde ouvia músicas*

e, em especial, o seu guarda-roupa novo. Eu achei fantástica aquela visita. O quarto para ele funciona como um ponto de ancoragem, ou um ponto de organização, depositário de conteúdos de sua subjetividade que revelam a forma como ele lida com o mundo e as relações. Falava sobre o quarto e os objetos pessoais que haviam dentro quando perguntado sobre o assunto. Mas neste dia ele quis me mostrar o guarda-roupa novo.

Supervisora: *Como você se sentiu nessa visita à casa de Renato?*

Estagiário: *Senti que acompanhar o seu ritual de lavar as mãos e os braços durante dez minutos deram o tom quase sagrado que aquele gesto possuía. Abrir a porta do quarto era adentrar um pouco mais no terreno de sua subjetividade. Passamos longo período conversando sobre o guarda-roupa, sobre a pilha de livros que tinha em cima da cama, sobre a forma como ele limpava o ambiente. Tudo isso atravessado pelo olhar da mãe (nome do usuário suprimido), que em tom de reprovação criticava a sua falta de organização e o fato de não ter permissão para arrumar logo tudo da forma como julgava correta.*

... muitas narrativas sobre Renato e planejamento de cuidados.

Supervisora: *Considerando que você estava na casa de Renato e não no consultório da unidade de saúde, você (incluindo o que você aprendeu nas aulas teóricas no seu curso) quer destacar algo que reflita diferenças possíveis entre esses âmbitos de atuação?*

Estagiário: *Após esse dia (24/09/2018), tivemos avanços também. Na visita seguinte (voltou uma semana depois à casa de Renato), conversando sentados no sofá, ele trouxe um sonho que revelava parte de seus receios e seus pensamentos sobre o mundo. O que me chamava atenção era como bem devagarinho ele ia me trazendo coisas, elementos, histórias, pensamentos. Dizendo que queria falar comigo sobre aquilo. Endereçando algo para ser construído dentro da nossa relação. Infelizmente o tempo foi curto para que acompanhássemos mais progressos. Acredito, no entanto, que só foi possível produzir algo porque se tratava de uma atenção em domicílio. Um espaço de escuta oferecido no meio da sala, no sofá onde ele passava deitado,*

dormindo várias horas do dia. Atravessado pelas pessoas, pela família, pela avó que já idosa reclamava no quarto sobre os desconfortos da vida e as suas limitações, pela mãe que tentava demonstrar que fazia de tudo para que ele se organizasse, pela prima que passou a fazer uso de álcool, gerando algumas situações de conflito em períodos da noite, ao chegar “bêbada” em casa, e a sobrinha que corria pela sala, esperando o momento certo “pra fugir pra rua” quando não estivesse sendo olhada. Enfim, esse era o cenário possível, e menos angustiante para Renato, pois era conhecido. Sair para ele, envolvia uma preparação, um grande ritual que o fizesse sentir-se mais seguro. (Trechos do diário de atendimento domiciliar à família de Renato, em 24/09/2018 e outra realizada uma semana depois, narrado na supervisão compartilhada).

É importante destacar que cuidar da família de Renato é uma das ações da equipe de saúde da família e do NASF, e que o estágio supervisionado colabora no acompanhamento. Além de refletirmos como cuidar de Renato, tínhamos como objetivo nas supervisões compartilhadas refletir sobre as contribuições, potencialidades e limites da psicologia em atendimentos domiciliares. Nesta direção, o procedimento nos diversos encontros realizados em um ano, 2018/2 à 2019/2, eram sempre: (a) relato da situação concreta de atendimento domiciliar, antes registrado em diários de atendimentos dos/as estagiários/as; (b) os sentimentos e afetações em relação ao que foi vivenciado; (c) reflexões e sínteses sobre o atendimento domiciliar em relação às atuações clínicas clássicas. Deste ponto de vista, não se tratava de pesquisa com os métodos de estudo de caso clínico nem grupo focal, por exemplo. Estamos defendendo aqui que não precisamos criar outro espaço para sistematicamente pesquisarmos sobre o atendimento domiciliar como tecnologia de trabalho para as psicólogas, porque os encontros de supervisão compartilhada também podem ser o cenário de produção de práticas discursivas e que permitem que desfamiliarizemos a “clínica clássica” a partir de outras experiências concretas de intervenção psicossocial (aten-

dimento domiciliar), que era o nosso objetivo no projeto (LAGO et al., 2019).

Nesta direção, partimos do pressuposto de que faz parte da fragilidade da formação profissional a separação entre intervenção e produção do conhecimento, como se a própria prática profissional não fosse capaz de gerar conhecimento válido. Todas as práticas sociais geram conhecimento, não sendo esta uma prerrogativa exclusiva do processo de produção de conhecimento científico. No entanto, sabemos que o rótulo a algo que se possa nomear “científico” busca atender a determinados princípios teórico-metodológicos, que inclusive variam de acordo com a comunidade científica que fazemos parte, como nos adverte Thomas Kuhn (2006) ou de acordo com a forma de inteligibilidade científica que defendamos em determinado grupo de pesquisadores/as situada social e historicamente (GERGEN, 2011). Embora, uma discussão instigante se faça necessária sobre as consequências do cientificismo e possibilidades de produção em psicologia em uma perspectiva crítica, como podemos acompanhar com Hernani Santos e João Martins (2013), ela foge ao escopo do presente texto introdutório e ficaremos devendo em publicações futuras.

Neste momento, inspiramo-nos nas discussões de Mary Spink e Vera Menegon (2000) sobre o monismo metodológico da psicologia, compartilhando da visão construcionista de que a realidade existe dependentemente do modo de acessá-la, como destaca também Kenneth Gergen (2011). Estamos propondo e colocando em prática a noção de espaços de supervisão compartilhada, não só como estratégia de formação, mas também como prática de pesquisa. As ideias que apresentamos aqui sobre a supervisão compartilhada em relação ao registro de materiais discursivos tem se pautado na análise de relatórios finais e semestrais das/os estagiárias sobre as atividades desenvolvidas, críticas e sugestões sobre a experiência e temas clássicos e emergentes, como pessoa e futura profissional em ambos níveis de atenção à saúde, como extensionistas e pesquisadoras. Utilizamos principalmente as reflexões produzidas grupalmente ao longo desses anos. Trata-se então

de nossas memórias pessoais sobre o nosso fazer, discussões, propostas, ajustes, inquietações, registradas em diários de prática e nas agendas profissionais, implicadas com uma psicologia social comprometida com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS).

Do ponto de vista da sistematização e análise das informações produzidas nas supervisões compartilhadas (LIMA; REBOUÇAS; GRAVE, 2018), as narrativas produzidas foram interpretadas à luz da análise categorial temática, seguindo as etapas de pré-análise, codificação e categorização, com o fim de entender padrões discursivos compartilhados, compreender as funções de cada enunciado e o que estavam desempenhando, como nos orienta Félix Vázquez-Sixto (1996). A primeira etapa, pré-análise, condiz com a organização do material em trechos que permitiram examinar os dados e selecionar o corpus de análise. A etapa codificadora corresponde à análise do corpus baseado nos objetivos do estudo, especificamente compreender os sentidos produzidos, transformando os dados brutos em dados úteis. Essa etapa é extremamente vinculada à primeira, pois com a fragmentação do texto identificam-se as unidades de registro. A categorização, que permite uma visão condensada e possibilita o agrupamento por critérios de analogia (VÁZQUEZ-SIXTO, 1996). No entanto, as informações produzidas com a supervisão compartilhada podem ser analisadas variando segundo os interesses e objetivos dos/as pesquisadores/as.

Considerações finais

Inicialmente, começamos timidamente apostando na supervisão compartilhada como estratégia de formação profissional, que poderia ser um dos modelos possíveis para superar a inadequação da preparação de estudantes para as necessidades de saúde da população que flui no SUS e evitar alguns problemas de comunicação, desgastes e isolamento entre instituições de ensino superior, supervisora-acadêmica e psicólogas-preceptoras, e equipe de saúde nos serviços de

saúde. Podemos pensar em vencer o preconceito metodológico, que nos faz perceber como totalmente antagônicas e superiores as ações de pesquisa das ações de intervenção e formação; salvaguardando as especificidades e limites, todas são práticas sociais, passíveis de produzir conhecimentos válidos.

No entanto, cabe destacar que uma das limitações da supervisão compartilhada, diferentemente de outras estratégias de produção de conhecimento, é que os temas possíveis de serem pesquisados são mais restritos do que aqueles abordados através de oficinas ou grupos focais. Na nossa visão, isso não tira o mérito da supervisão como estratégia de produção de conhecimento, mas temos clareza dos limites. Estamos mesmo circunscrevendo que a supervisão compartilhada seja um método para o campo de estudos sobre formação e atuação profissional, vindo a se juntar a outros métodos já consagrados de pesquisa.

Nessa direção, a busca por sintetizar alguns aspectos teórico-metodológicos acerca da supervisão compartilhada como prática de pesquisa, para além da sua função consagrada de espaço de formação profissional, pode ser um recurso para vencer a crítica ainda muito presente de que o conhecimento produzido através de relatos de experiência são duvidosos, porque não expressam rigor científico. Estamos sugerindo que os relatos de experiência, por exemplo, tem potencial igualável aos relatos de pesquisa para produzir conhecimento, desde que tomemos os cuidados necessários.

Para finalizar este relato, parafraseamos a resposta do Reitor da UFBA João Carlos Salles sobre a acusação que as universidades federais promovem balbúrdia, como destacamos na introdução deste texto, como reportou Ivo Taveira (2019):

Balbúrdia é um dos termos que somos capazes de resignificar e admitir o seguinte: a festa faz parte da vida universitária, é cultura. Somente pessoas que odeiam cultura, festa, podem rejeitar nossa balbúrdia. Só quem não conhece o diálogo entre as ciências, a confrontação de gerações que ocorre no espaço da universidade pode ver indecência em nossa balbúrdia. A nossa universidade pode ser espaço de balbúrdia, mas nunca será o espaço da barbárie.

“Caruru de balbúrdia”: supervisão compartilhada em psicologia como prática de pesquisa

Referências

ALMIRANTE, Juliana. Com verba cortada por suposta ‘balbúrdia’, Ufba teve melhora em ranking internacional. **Metro 1**: Bahia, 30 de abril de 2019. Política. Recuperado de <https://www.metro1.com.br/noticias/politica/72788,com-verba-cortada-por-suposta-balburdia-ufba-teve-melhora-em-ranking-internacional>

AZEVEDO, Natália; KIND, Luciana. Psicologia nos núcleos de apoio à saúde da família em Belo Horizonte. **Psicologia: Ciência e Profissão**, (Brasília/DF), v. 33, n. 3, 520-535, 2013.

BRASIL **Resolução n. 5**, DE 15 DE MARÇO DE 2011. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, estabelecendo normas para o projeto pedagógico complementar para a Formação de Professores de Psicologia. Brasília, DF: Ministério da Educação.

BOCK, Ana. Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites. In: **Psicologia e Compromisso Social**. São Paulo: Cortez, p. 15-28, 2003.

CABRUJA, Tereza, ÍÑIGUEZ-RUEDA, Lupicínio, VÁZQUEZ-SIXTO, Félix. **Cómo construimos el mundo**: relativismo, espacios de relación y narrativa. Anàlisi: Universidad Autónoma de Barcelona, n. 25, p. 61-94, 2000.

DIMENSTEIN, Magda. O psicólogo nas Unidades Básicas de Saúde: desafios para a formação e atuação profissionais. **Estudos de Psicologia** (Natal), v. 3, n. 1, p. 53-81, 1998.

FERREIRA NETO, João. A atuação do psicólogo no SUS: análise de alguns impasses. **Psicologia: Ciência e Profissão** (Brasília), v. 30, n. 2, p. 390-403, 2010.

FERREIRA, Aurélio. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1986. p. 361.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 53. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GERGEN, Kenneth. **Realidades y relaciones**: aproximaciones a la construcción social. Barcelona; Buenos Aires; Mexico: Paidós, 2011.

ÍÑIGUEZ-RUEDA, Lupicínio; MARTINEZ-GUZMÁN, Antar; FLORES-PONS, Gemma. El discurso en la psicología social: desarrollo y prospectiva. In:

OVEJERO, Anastacio; RAMOS, Júpiter (Coord.). **Psicología Social Crítica**. Madrid: Biblioteca Nueva. p. 98-116, 2011.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

LEITE, Débora; ANDRADE, Andréa; BOSI, Maria Lúcia. A inserção da Psicologia nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família. **Physis** (Rio de Janeiro) v. 23, n. 4, p. 1167-1187, dez. 2013 .

LIMA, Mônica. Atuação psicológica coletiva: uma trajetória profissional em unidade básica de saúde. **Psicologia em Estudo** (Maringá), v. 10, n. 3, p. 431-440, 2005.

LIMA, Mônica; BRITO, Manuela; FIRMINO, Alice. Estágio em Psicologia em um Centro de Saúde Pública de Salvador, Bahia. **Revista Psicologia e Saúde** (Campo Grande), v. 10, n. 2, p. 41-51, 2018

LIMA, Mônica; REBOUÇAS, Fernanda; GRAVE, Leila. Formação em Psicologia: Dimensões da Supervisão Compartilhada na Atenção Básica à Saúde. In: **Actas do XII Congresso Nacional de Psicologia da Saúde**, Lisboa: ISPA - Instituto Universitário, 2018, p. 671-680.

MARASCHIN, Cleci; DAGORD, Marta; SANTOS, Nair e SORDI, Regina. A escrita do caso e a resignificação da experiência de estágio. **Aletheia** (Canoas), n. 24, p. 35-47, dez. 2006.

RIBEIRO, Daniela; MARQUESINI, Lucas. Culinária. In: QUEIROZ, Sonia (Org.). **Brasilidades que vêm da África**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2008, p. 31-48. SANTOS, Hernani; MARTINS, João. O cientificismo como obstáculo à compreensão ético-política da Psicologia. **Psicol. Cienc. Profissão** (Brasília), v. 33, n. spe, p. 42-53, 2013 .

SANTOS, Hernani Pereira dos; MARTINS, João Batista. O cientificismo como obstáculo à compreensão ético-política da Psicologia. **Psicol. Cienc. Prof.** (Brasília), v. 33, n. spe., p. 42-53, 2013.

SILVA NETO, Walter; OLIVEIRA, Wanderlei; GUZZO, Raquel. Discutindo a formação em Psicologia: a atividade de supervisão e suas diversidades. **Psicol. Esc. Educ.** (Maringá), v. 21, n. 3, p. 573-582, dez. 2017.

“Caruru de balbúrdia”: supervisão compartilhada em psicologia como prática de pesquisa

SOUSA, Diogo; OLIVEIRA, Isabel; COSTA, Ana. Entre o especialismo e o apoio: psicólogos no Núcleo de Apoio à Saúde da Família. **Psicologia USP**, v. 26, n. 3, p. 474-483, 2015.

SPINK, Mary (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000. 296p.

SPINK, Mary; MEDRADO, Benedito. Produção de sentidos no cotidiano: abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In SPINK, Mary (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, p. 41-62, 2000.

SPINK, Mary; FREZZA, Rose. Práticas discursivas e produção de sentidos: a perspectiva da Psicologia Social. In SPINK, Mary (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, p. 17-40, 2000.

SPINK, Mary; LIMA, Helena. Rigor e visibilidade: a explicação dos passos da interpretação. In: SPINK, Mary (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, p. 93-122, 2000.

SPINK, Mary; MENEGON, Vera. A pesquisa como prática discursiva: superando os horrores metodológicos. In: SPINK, Mary (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, p. 63-92, 2000.

SPINK, Mary; MENEGON, Vera; MEDRADO, Benedito. Oficinas como estratégia de pesquisa: articulações teórico-metodológicas e aplicações ético-políticas. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 1, 32-43, 2014.

TAVEIRA, Vitor. Universidade pode ser espaço de balbúrdia, mas nunca será o espaço da barbárie. **Século Diário**, 06 de mai de 2019. Recuperado de <https://seculodiario.com.br/public/jornal/materia/universidade-pode-ser-espaco-de-balburdia-mas-nunca-sera-o-espaco-da-barbarie>

VÁZQUEZ- SIXTO, Félix. **El análisis de contenido temático**. Objetivos y medios en la investigación psicosocial. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, 1996. Recuperado de http://psicologiaysociologia.files.wordpress.com/2013/03/fecc81lixvacc81zquez-sixto_el-anacc81llisis-de-contenido-temacc81tico.pdf

VII

E por que não cair de paraquedas?

A ação conjunta nos CRAS

Nilton Santos da Silva

Maria Auxiliadora Teixeira Ribeiro

Introdução

Em 2008, um conjunto de psicólogos e psicólogas que constavam da reserva técnica de um concurso público, realizado pela Secretaria de Saúde de Maceió/AL em anos anteriores, foi convocado para trabalhar na Política de Assistência Social desse município; entre eles, o primeiro autor deste artigo. E foi, assim, que “caímos de paraquedas” na Assistência Social.

Tal convocação de profissionais ocorreu devido à desabilitação do município de Maceió para recebimento de recursos federais. Por sinal, foi a única capital do Brasil, que se tenha notícia, a sofrer esse tipo de “penalidade”; o que se deu em virtude da constatação de inconformidades na execução da Política de Assistência Social. Sobre esse processo de desabilitação de Maceió do Sistema Único de

Assistência Social – SUAS, Barros (2014) relata que vários foram os elementos motivadores como, por exemplo, a falta de prestação de contas e a contratação de pessoal por meio de uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, sendo esta entidade alvo de denúncias relativas à alta rotatividade de pessoal, prática de baixos salários e a falta de oferta da capacitação necessária aos funcionários.

Ao município, que passava por uma crise na gestão de tal política, culminando com o bloqueio do envio de recursos financeiros do governo federal, cabia agora arcar sozinho com o custeio de todos os serviços, até que se adequasse às exigências legais da Política. Uma delas, necessária à reabilitação, era a realização de concurso público para a convocação de profissionais efetivos, a fim de que compusessem o quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Assistência Social de Maceió (SEMAS).

Essa exigência se deu logo depois da implantação de uma nova Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004), que traz uma normativa: a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS (2006). Entre outras questões operacionais, orienta a composição das equipes de trabalho com profissionais efetivos, convocados a partir de aprovação em concurso público. Assim, busca garantir a continuidade dos serviços independentemente de mudanças na gestão municipal.

Diante dessa situação, o município convocou psicólogos e assistentes sociais da reserva técnica de concursos realizados para as áreas de Saúde e de Educação, em 2004 e 2006, respectivamente, para atuarem na Assistência Social de Maceió, a fim de atender à exigência legal da PNAS, bem como ao Termo de Ajuste de Conduta (TAC) firmado entre o Município de Maceió e o Ministério Público Estadual à época.

Foi assim que, no início de 2008, dentre vários profissionais, os psicólogos foram convocados para trabalhar em diversos serviços da Secretaria de Assistência Social de Maceió, inclusive nos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS. Tratava-se de uma

ampliação do trabalho para um campo de atuação relativamente novo, não só para os psicólogos e psicólogas, mas também para as assistentes sociais.

O município possuía seis unidades de CRAS distribuídas em cinco bairros. Cada unidade foi contemplada com um psicólogo que chegava para compor as equipes e trabalhar juntamente com os profissionais do Serviço Social. Dessa forma, novas equipes foram formadas e logo se depararam com as demandas de serviços junto às comunidades atendidas, além daquela institucional particular do município, ou seja, a necessidade de sua reabilitação para voltar a receber recursos financeiros do governo federal. Essa demanda só foi atendida mais de um ano depois, em dezembro de 2009, quando se deu a reabilitação de Maceió junto ao Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Desse modo, a inserção de profissionais de Psicologia nessa nova política no município, gerou certo descontentamento. Esperançosos de serem convocados para trabalhar na área para a qual tinham prestado concurso (Saúde), muitos diziam que “caíram de paraquedas no SUAS”, pois não foram preparados para o trabalho na Assistência Social e/ou que não sabiam qual o papel da Psicologia nessa Política Pública.

Este texto apresenta um recorte da pesquisa de mestrado do primeiro autor, cujo fator motivador para sua realização foi problematizar a fala recorrente dos profissionais de terem caído de paraquedas nos espaços de trabalho do SUAS.

Este relato de pesquisa apresenta essa problematização, focando nas possibilidades do trabalho dos psicólogos e assistentes sociais configurarem-se como uma ação conjunta, superando a lógica da delimitação dos papéis profissionais de cada categoria (Psicologia e Serviço Social), por meio da discussão da ação conjunta. O debate aqui proposto é norteado por esse conceito, fundamentado na perspectiva do construcionismo social e do referencial teórico-metodológico das Práticas Discursivas e Produção de Sentidos.

Na literatura acessada em banco de dados, a interdisciplinaridade surge como um tema em diversos estudos. Focalizamos aqui esse conceito no campo da linguagem, enfatizando os gêneros discursivos na perspectiva bakhtiniana (DIAS; MOURA, 2009). Seguindo essa argumentação, podemos considerar que a análise dos gêneros discursivos possibilita identificar como tem sido trazida a interdisciplinaridade nas discussões desses estudos.

Entre as publicações identificadas sobre a atuação do psicólogo na política de Assistência Social, encontra-se a pesquisa de Fontenele (2008), que buscou compreender a inserção da Psicologia à luz de documentos oficiais da própria Política de Assistência. Para tal, utilizou um questionário digital com psicólogos que trabalhavam em municípios do Ceará. Obteve como principal conclusão que a inserção da Psicologia na Política de Assistência resultou no reconhecimento de que a Psicologia possui potenciais para alcançar os objetivos dessa Política. Porém, sem a efetiva participação dos psicólogos na formulação das diretrizes da Política de Assistência, cria-se uma dificuldade para que eles se apropriem dela.

Em 2009, no estado de Sergipe, Cruz (2009) apontou os desafios com que se depararam os psicólogos diante dessa política social, como a necessidade de qualificação dos profissionais, a fim de direcioná-los para práticas coletivas de intervenção.

Entre tantos desafios que se apresentaram para a Psicologia nesse contexto e momento histórico, um, em especial, estava posto: o do trabalho interdisciplinar. Trabalhar com um profissional de outra formação (Assistente Social), num lócus onde ainda se tentava compreender o que fazer e como fazer era uma questão-problema, que longe de ser resolvida, rendeu muitas conversas ao longo dos anos seguintes à inserção da Psicologia no SUAS tanto em Maceió como no Brasil.

Cruz (2009) identificou, em sua pesquisa, que “apesar dos psicólogos dizerem que trabalham bem em equipe, observa-se que poucas atividades são desenvolvidas de forma conjunta pela equipe técnica”

(CRUZ, 2009, p. 20). Havia, naquele contexto, pouca demonstração de trabalhos articulados de modo interdisciplinar.

Por outro lado, ao tratar sobre o trabalho conjunto entre psicólogos e assistentes sociais no CRAS, em sua tese de doutorado, Nery (2009) trouxe a discussão sobre a necessidade de configurar o que é próprio de cada profissão e o que faz parte do trabalho articulado, remetendo assim ao que mais se assemelha a um trabalho multidisciplinar do que interdisciplinar. Naquele ano de 2009, tal pesquisa apontava que “... a análise do trabalho de psicólogos e assistentes sociais revelou um campo de relações e de diálogo de saberes em embrionário estágio de construção” (NERY, 2009, p. 251). Fala ainda, da oportunidade histórica que têm a Psicologia e o Serviço Social de realizarem uma construção coletiva e de novos aportes teórico-metodológicos, a partir do SUAS.

O trabalho interdisciplinar entre psicólogos e assistentes sociais nos CRAS, também foi discutida numa dissertação de mestrado que buscou analisar os sentidos da interdisciplinaridade no cotidiano do trabalho desses dois profissionais. Para a autora, “a prática do psicólogo deve ser por meio da dinâmica social interdisciplinar, do diálogo compartilhado socializado, tendo em vista que o mesmo visa a favorecer a emancipação e promover a vida do sujeito” (RODRIGUES, 2011, p. 47). Nessa pesquisa, verificou-se tanto a existência de atividades conjuntas nas equipes quanto de ações fragmentadas e falta de comunicação entre os profissionais. A interdisciplinaridade entre a Psicologia e o Serviço Social é apontada como um processo ainda em construção.

A prática interdisciplinar é discutida também por Mota e Scarparo (2013) que, por meio de análise de narrativas, identificaram dificuldades à prática interdisciplinar. Por exemplo, com as diferentes posições dos profissionais em relação a um determinado assunto, a dificuldade de definição de atribuições e do papel de cada um. As autoras se referem à interdisciplinaridade como estratégia para a construção coletiva e defendem a criação de espaços, para a discus-

são de referenciais teóricos e metodológicos que possam subsidiar o trabalho de todos os envolvidos. Ao mencionarem Gergen (1994), apontam a importância da desconstrução e reconstrução de novas realidades e práticas, desde que sejam comprometidas com a travessia e com a transformação técnica e política, pautadas numa perspectiva construcionista social.

A discussão do trabalho interdisciplinar abordada por alguns autores é confrontada com a necessidade de uma atuação conjunta numa política social que, a todo momento, reitera a importância do desenvolvimento de trabalhos articulados, planejados e executados conjuntamente, a julgar pelo que norteiam os manuais e cadernos de orientações (BRASIL, 2004, 2006, 2009, 2012).

O foco na ação conjunta enquanto ação social é desenvolvido nesta pesquisa, dialogando com psicólogas e assistentes sociais que atuam na política de Assistência Social no município de Maceió, sobre o seu trabalho. Consideramos as relações sociais construídas a partir do lugar que elas ocupam e do fazer que desenvolvem conjuntamente.

É a partir das experiências conjuntas que outra forma de vida acontece entre as pessoas (SHOTTER, 2011). E esta pode se dar na atuação profissional. Tal forma se origina a partir da relação entre as pessoas e não de uma ‘disciplina’ enquanto dispositivo formal e/ou acadêmico.

Não se trata de um fazer disciplinar e todos os seus possíveis desdobramentos conceituais (multi, inter, transdisciplinaridade). Esses conceitos têm sido abordados em diversos campos de conhecimento. Entre eles, pautamo-nos na discussão apresentada por Spink, Reigota, e Martins (2014), dos modos de coordenação de repertórios linguísticos sobre interdisciplinaridade para divulgação do conhecimento científico, em revistas brasileiras da área de Psicologia.

Multidisciplinaridade refere-se ao estudo de um objeto por diferentes disciplinas ao mesmo tempo, possibilitando múltiplas perspectivas sobre tal objeto. Interdisciplinaridade refere-se à transferência do método de uma disciplina para outra, formando uma nova disciplina,

mantendo a lógica disciplinar. Transdisciplinaridade refere-se ao que existe ao mesmo tempo entre, através e além das disciplinas, tendo como meta a compreensão da complexidade, formando um único conhecimento (SPINK; REIGOTA; MARTINS, 2014).

A proposta de discussão aqui se aproxima da definição da transdisciplinaridade, pois trata-se de trazer à reflexão os desdobramentos relacionais que se dão entre as pessoas, nesse caso, pessoas que se relacionam por ocasião do trabalho cotidiano, desenvolvido numa mesma política pública e de como estes desdobramentos provocam a construção de outros saberes.

O construcionismo convida à reflexão sobre o entrelaçamento da construção científica com a ação. Ação que é construída pela e com a linguagem, tida aqui como linguagem em ação – ou linguagem em uso. Essa linguagem, em seu uso cotidiano, é construtora de mundo, de versões de mundo, de visões de mundo, de verdades situadas, de conhecimentos. Nesse sentido, cabe, pois, ressaltar o que afirma Ribeiro (2011, p. 36): “A Psicologia Social construcionista é aquela que está comprometida com a produção de conhecimento considerada como ação”. A ação, numa perspectiva construcionista, pode ser compreendida como uma ‘ação conjunta’, que reafirma o pressuposto de que se constrói o mundo a partir das relações sociais, na interação humana, através do diálogo, permeados todos pela linguagem (RIBEIRO, 2011).

Apoiamo-nos na concepção proposta por Shotter (1993), citado por Ribeiro (2011), ao afirmar que a ação conjunta é uma atividade que se desenvolve numa zona de incerteza e de imprevisibilidade. Nesse sentido, essa zona de incerteza é um campo de construção não a priori, mas que se constrói conjuntamente, cotidianamente. A imprevisibilidade da ação, de acordo com Ribeiro (2011), é o fato de não se poder antecipá-la, tampouco seus efeitos, pois muitas vezes eles surgem algum tempo depois da ação ter sido realizada.

Sobre ação conjunta, Shotter (2011, p. 2) afirma que “como seres vivos, nós agimos em conjunto, como um nós-coletivo. Ao

invés de inter-agir, nós intra-agimos, nós agimos de dentro de uma situação dialógica”. E afirma que esta ação é espontânea, para a qual não há preparação. Assim, à luz de Shotter, é possível conceber que não há ação conjunta a priori. Ela se produz na relação, na própria vivência cotidiana e independentemente da formação acadêmica. Essa reflexão de ação conjunta compreende as pessoas em relação e, portanto, que não trabalham sozinhas, não agem sozinhas, agem conjuntamente. Essa ação conjunta se dá numa dinâmica em que a ação de uma pessoa é parcialmente influenciada pela de outra, e vice-versa. Tais ações conjuntas, somadas, constroem configurações maiores no universo das relações profissionais, sobretudo no âmbito das políticas públicas.

A conversa sobre ação conjunta está intimamente relacionada àquela sobre produção de sentidos, pois é possível dizer que: se as pessoas produzem sentido a partir de suas relações sociais cotidianas (SPINK, 2010) e a ação conjunta se configura como uma atividade de interação social que se dá no dia-a-dia dos profissionais envolvidos, esse é um contexto potencialmente rico de produção de sentidos.

Nota-se, que no âmbito da Política de Assistência Social, psicólogas e assistentes sociais trabalham juntas cotidianamente e produzem sentidos também a partir da ação conjunta. Assim, como a produção de sentidos não se configura como atividade planejada a priori, também não o é a ação conjunta. Ambas são construídas na relação. Mais que isso, na interação. Mais ainda, na intra-ação, na ação de dentro (SHOTTER, 2011). Ação que interdepende de outra e que transcende os campos de conhecimentos.

Ressaltar o caráter dialógico e relacional da ação conjunta não significa relegar o conhecimento, ou a produção deste, a um plano inferior. Ao contrário, essa conversa também se torna importante. Contudo, a partir da concepção de Shotter (2011) é possível refletir que o conhecimento no lócus de trabalho profissional não se constrói apenas a partir da disciplina, da especificidade da formação acadêmica, mas como resultado de uma ação social (IBAÑEZ, 2001). Ou seja,

é o resultado de ações conjuntas, em que o saber de um profissional se soma ao saber de outro, construindo novos/outros saberes a partir de situações cotidianas que exigem intervenção conjunta. O saber que se produz é resultado de um processo interativo e dinâmico que envolve sentimentos relacionais, sobretudo de uma construção intersubjetiva e cotidiana que ocorre no “entre” desta relação.

O percurso metodológico

A ação conjunta em suas práticas profissionais foi a proposta para a conversa com as participantes da pesquisa. Convidamos cinco assistentes sociais e cinco psicólogas atuantes em CRAS, no município de Maceió há pelo menos dois anos.

A escolha de um quantitativo paritário de profissionais teve a intenção de permitir a formação de um grupo que se configurasse em diversidade de falas, posicionamentos, argumentações e, sobretudo, experiências relatadas.

Para tanto, fizemos um percurso de contatos e negociações que pudessem viabilizar a participação das colaboradoras; desde a negociação de horários com a gestão (coordenação geral dos CRAS) para não provocar transtornos de compensação, até o contato individual com cada uma, para evitar a incompatibilidade das agendas. Explícamos a elas de forma detalhada os objetivos da pesquisa, nossas responsabilidades e implicações éticas e apresentamos o termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), para ser assinado.

Dois critérios foram utilizados com o objetivo de definir quem seriam as colaboradoras da pesquisa. Primeiro, a aproximação profissional que tinham com o primeiro autor, por terem trabalhado juntos, ou em razão de contatos esporádicos em outras atividades – uma aproximação que contava com a possibilidade das participantes dialogarem sobre o tema e colaborarem numa pesquisa sobre tal assunto. Segundo, o tempo de trabalho em CRAS, delimitando que as participantes tivessem pelo menos dois anos de experiência,

para que assim pudessem contribuir com relatos de suas vivências naquele contexto.

Enquanto prática discursiva, utilizamos a oficina como ferramenta metodológica (SPINK; MENEGON; MEDRADO, 2014). Consideramos a viabilidade de tal método tendo em vista o seu potencial mobilizador das pessoas, uma vez que as participantes são convidadas a conversar sobre o tema da maneira mais informal possível. Os autores referidos abordam o uso de oficina como um recurso metodológico de pesquisa que se desenvolve enquanto espaço de produção e de negociação de sentidos. De acordo com essa proposta, na medida em que as falas circulam entre as participantes, propicia-se que elas expressem verbalmente suas ideias e compartilhem suas experiências.

Além de uma estratégia metodológica, que favorece um ambiente conversacional bastante rico, a oficina tem um potencial importante no que diz respeito a:

promover um exercício ético e político, pois ao mesmo tempo em que geramos material para análises, criamos um espaço de trocas simbólicas que potencializam a discussão em grupo em relação à temática proposta, gerando conflitos construtivos com vistas ao engajamento político de transformação. (SPINK; MENEGON; MEDRADO, 2014, p. 33).

A oficina

As dez profissionais que trabalhavam nos CRAS de Maceió, naquela ocasião e que foram convidadas a participar da pesquisa foram nomeadas com nomes fictícios femininos, embora tenha participado um homem, além do pesquisador, mas devido a possibilidade de sua identificação, considerando a predominância de mulheres nesse contexto, foi diferenciado apenas o lugar de onde falavam, se da Psicologia (Psi) ou do Serviço Social (A.S.): Augusta (A.S.), Bruna

(A.S.), Débora (A.S.), Iara (A.S.), Karla (Psi), Luciana (Psi), Manoela (Psi), Norma (A.S.), Tamara (Psi), Rita (Psi).

A oficina se desenvolveu em quatro partes: a primeira tratou de uma associação livre sobre ‘ação conjunta’; a segunda, sobre o relato de experiências de ação conjunta; a terceira, da classificação das experiências relatadas e a quarta, da avaliação da oficina.

Para fins desta publicação, relatamos a segunda parte da oficina, que traz a discussão das experiências identificadas como de ação conjunta, quando propusemos que trouxessem experiências, respondendo a uma questão disparadora: “quais experiências no CRAS você vivenciou como ação conjunta?”.

Resultados e discussão

Os diálogos produzidos entre todos os presentes na oficina sobre as experiências de trabalho nos CRAS são apresentados e discutidos a seguir.

A construção de um projeto de pesquisa para mapeamento dos territórios dos CRAS foi relatada por Bruna (A.S) como uma experiência muito importante. Refere-se a uma pesquisa para o diagnóstico da exclusão social nos territórios dos CRAS, que foi proposta por um conjunto de coordenadoras e demais profissionais desses centros e realizada por todos os profissionais dos CRAS de Maceió, inclusive pelos estagiários de Psicologia e de Serviço Social, entre os anos de 2009 e 2010. Teve como objetivo um diagnóstico social dos territórios de abrangência dos CRAS, para que as equipes pudessem pensar, planejar, propor e desenvolver ações de acordo com as necessidades sociais identificadas nesses territórios. A metodologia utilizada foi a de aplicação de questionários com perguntas que abrangiam desde a posse de documentos pessoais, passando por dados de moradia, escolaridade, lazer e participação comunitária, até o nível de satisfação das pessoas na comunidade, além de alguns comportamentos familiares, entre outros.

Sobre essa experiência, Bruna (A.S.) fala:

E aí, quando a gente começou a construir o projeto, a gente disse: e quem vai responder sobre isso? E as questões iam aparecendo... E aí a gente se deparou com o que... não tinha psicólogo na equipe da construção do projeto, né! E aí a gente disse: não, vamos chamar os psicólogos pra fazer junto o projeto com a gente e aí, a partir daí a gente começou a construir dentro do nosso instrumento e dentro do projeto de pesquisa o que seria o início do trabalho em conjunto com os CRAS... Eu acho que foi um divisor de águas, o projeto de pesquisa, porque a gente começou a fazer uma leitura em conjunto. O que é que a gente precisa saber da Psicologia, dentro do nosso território? O que é que a gente precisa saber do Serviço Social?

Bruna (A.S.) focaliza na construção do projeto de pesquisa o reconhecimento do limite de seus conhecimentos, posto que, no início deste, participavam apenas assistentes sociais. Eis aí um fato histórico trazido no relato de Bruna (A.S.): o marco do início de um trabalho conjunto. É importante ressaltar que as equipes dos CRAS já eram constituídas de psicólogos e assistentes sociais antes da construção do projeto. Mas, segundo Bruna (A.S.), só a partir daquele acontecimento é que ela pode perceber a importância de um trabalho conjunto.

Na sequência, Bruna (A.S.) relata a grandiosidade do trabalho realizado por assistentes sociais e psicólogos naquela época, contando com a colaboração de estudantes das duas áreas, dando o sentido de que foi um trabalho de grande porte, com aplicação de milhares de questionários nas comunidades. Assim, a ação conjunta se deu desde a composição do projeto de pesquisa e criação do instrumento de pesquisa (questionários) até a sua aplicação nas comunidades atendidas pelos CRAS.

Em seguida, Bruna (A.S.) refere outra experiência como exemplo de ação conjunta:

E uma outra coisa que surgiu a partir, também do projeto da pesquisa, do mapeamento dos territórios, que foi uma outra experiência, foi o grupo de estudo. O grupo de estudo é importantíssimo! ... Como a gente avançou na leitura de mundo da gente, né! Pra gente ter pelo menos um nivelamento entre os psicólogos e assistentes sociais...

O grupo de estudos dos CRAS é resultante também da necessidade das equipes compreenderem os dados oriundos da pesquisa realizada nos territórios, bem como de se apropriarem de conceitos e diretrizes da Política de Assistência Social. Foi criado em 2012, funcionando desde então, embora com alguns períodos de inatividade. É composto por profissionais dos CRAS, do município de Maceió (16 unidades, em 2019), que se reúnem sistematicamente, sempre no horário de trabalho. O local das reuniões se alterna, acontecendo cada vez em uma unidade diferente, de forma a permitir que os profissionais experienciem tanto a dificuldade de se locomoverem para outro CRAS quanto a comodidade de terem o encontro realizado em seu local de trabalho. A participação dos profissionais nessa atividade não é obrigatória e funciona com a condução de algumas profissionais dos próprios CRAS, que aglutina e organiza temas para serem estudados a partir das demandas dos serviços.

Bruna (A.S.) citou essa experiência como algo positivo e necessário para que as equipes dos CRAS tivessem um entendimento melhor sobre o funcionamento dos serviços do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, ao que ela nomeou de ‘nivelamento’. Considerou-a, ainda, como inovadora: “então o grupo de estudo pra mim também é uma experiência inovadora porque eu só conheço grupo de estudo de CRAS em Maceió, em outro lugar eu não conheço. Conheço várias colegas do interior, não conheço [grupo de estudo]”. E também avaliou o grupo de estudo como uma possibilidade de crescimento conjunto, de aprendizagem e de fortalecimento das equipes, a partir da iniciativa dos próprios

profissionais dos CRAS: “É mais importante do que tudo isso é que essa iniciativa não partiu da gestão. Partiu das equipes técnicas. Dos técnicos, que têm interesse em aprender...”.

Esse assunto empolgou as participantes da oficina, num movimento de concordância sobre os seus efeitos positivos. Rita (Psi) falou sobre isso:

Esse grupo de estudo eu acho extremamente importante, eu acho na verdade um marco dentro da Política de Assistência, não só daqui de Alagoas, mas quiçá do país, porque a partir daí a gente modificou uma série de conceitos e ressignificou muita coisa da nossa prática mesmo, dentro da Política de Assistência, né!

Rita (Psi) enalteceu o grupo de estudos, colocando-o como uma iniciativa de referência, inclusive, para outros estados. Discorreu um pouco mais sobre ele, ressaltando as mudanças proporcionadas às equipes, como por exemplo: conceitos, modos de atuar e instrumentos técnicos utilizados pelos profissionais. Naquele momento, Rita (Psi) e Bruna (A.S.) concordaram que essa ação conjunta resultou em avanços, na medida em que proporcionou aos participantes uma reflexão crítica envolvendo os modos de atuação e o sentido de determinadas práticas profissionais.

A discussão sobre os ganhos com o grupo de estudos promoveu, naquele momento da oficina, uma reflexão sobre o papel do CRAS. Bruna (A.S.) enfatizou que a partir dessa atividade ficou mais claro qual seria esse papel: “Porque a gente fazia tudo, lavava, passava, cozinhava, fazia Cadastro Único, fazia Bolsa Família, fazia visita, fazia atividade da Saúde, fazia tudo, menos o Acompanhamento Familiar, que é o papel principal do CRAS”.

O Acompanhamento Familiar, ao qual Bruna (A.S.) se refere, é um serviço delineado na Política de Assistência Social como principal trabalho a ser desenvolvido pela equipe técnica de nível superior do CRAS, conforme dispõe o volume 2 do documento de Orientações

Técnicas sobre o Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família (PAIF) (BRASIL, 2012).

Manoela (Psi) também referenciou o grupo de estudos como experiência importante de ação conjunta, no sentido de ter proporcionado um relacionamento mais estreito com as outras equipes de outros CRAS: “quando eu comecei a participar do grupo de estudos eu visualizei as pessoas que trabalhavam em outros CRAS e as experiências delas”.

A partir das falas das participantes da oficina, entende-se que o grupo de estudos funcionou como elemento que agrupou profissionais não só de formação acadêmica diferente (Psicologia e Serviço Social), mas, sobretudo, de unidades de CRAS diferentes e de equipes diversas. Muitas pessoas que não se conheciam passaram a contar com essa possibilidade a partir do espaço de conversa, de estudo e de construção coletiva que são proporcionados. O grupo de estudos contribuiu também para a mudança no funcionamento e nos fluxos de atendimentos nos CRAS. Essa foi uma das questões compartilhadas entre Rita (Psi), Débora (A.S.), Luciana (A.S.) e Manoela (Psi) na oficina, ao relatarem pequenas experiências de mudanças relacionadas a essa atividade.

Rita (Psi), ao tecer suas observações sobre as contribuições do grupo de estudos e do projeto da pesquisa diagnóstico dos CRAS, ressaltou a importância do caráter autônomo da criação de ambos, a partir da iniciativa e da necessidade das próprias equipes, sem que fossem motivadas por alguma exigência normativa ou caderno de orientações:

Sem contar que a motivação, quando surge espontaneamente, assim, como esses movimentos, tanto do grupo de estudos quanto do... da pesquisa, a motivação é muito maior né! Não que a gente não acate questões que vêm do MDS [Ministério do Desenvolvimento Social] ou da própria gestão, mas quando é um movimento que surge dos próprios técnicos, que é construído e que vem de uma motivação espontânea acho que é muito maior...

Débora (A.S.), em seu relato das experiências sobre ação conjunta, também concordou que o grupo de estudos é um exemplo importante: *“a revolucionária, né...”*.

Ainda, retomando o que Rita (Psi) disse antes, Débora (A.S.) ressaltou que o grupo de estudos propiciou, entre outros avanços, uma uniformidade nos instrumentos utilizados pelos CRAS, sendo que essa padronização deu maior significado e importância ao trabalho desenvolvido pelos profissionais: *“E eu cito essa questão da troca de experiências, essa questão dos instrumentos também, dessa padronização, dessa uniformização né... Antes cada CRAS tinha o seu instrumento...”*.

Manoela (Psi) também reconheceu a pesquisa desenvolvida pelos CRAS como uma experiência de ação conjunta e um marco na história dos CRAS de Maceió que proporcionou a união dos profissionais das várias unidades: *“eu tenho esse olhar de que a pesquisa foi um marco, foi a união de forças realmente, dos profissionais”*.

Iara (A.S.) citou o ‘grupo de estudos’ e a ‘elaboração do relatório’ da pesquisa dos CRAS: *“lembrei da elaboração do relatório final da pesquisa, que também foi uma atividade em conjunto, né! Foi uma ação conjunta”*.

Essa experiência, relatada aqui por algumas colaboradoras, nos remete novamente à discussão sobre a formação acadêmica. Problematizada por alguns autores/autoras, a formação aparece em vários discursos como deficitária e insuficiente para preparar psicólogos e psicólogas para atuação do SUAS.

Desde 2008, Fontenele (2008) já apontava para a necessidade de cursos de formação/graduação que preparassem psicólogos para intervir nas políticas públicas, entre elas a da Assistência Social. A qualificação e a capacitação profissional foram referidas por Cruz (2009), como um dos desafios para os psicólogos no SUAS. A formação para além da graduação, a partir de uma formação continuada dos profissionais de Psicologia “é feita na área clínica, sobretudo em especializações profissionalizantes, reforçando assim modelos de intervenção profissional” (SEIXAS; YAMAMOTO, 2012, p. 486). A necessidade de a

Psicologia reinventar suas práticas é observada pela existência de um descompasso entre a formação e a atuação profissional (MOTTA; SCARPARO, 2013).

Durante a oficina realizada nesta pesquisa com as profissionais dos CRAS, a experiência do grupo de estudos e a pesquisa realizada pelos profissionais são caracterizadas como ação conjunta, que possibilitaram um investimento na formação profissional de forma continuada, permanente e ativa. São valorizadas especialmente por resultarem de uma iniciativa dos próprios profissionais dos CRAS e desenvolvidas a partir da necessidade de reabilitação do município e da abertura de tais profissionais para o encontro com o outro, para uma construção coletiva que colaborou para a qualificação do trabalho técnico e conjunto dos profissionais.

Ao relatarem situações específicas do trabalho conjunto, as colaboradoras da pesquisa trouxeram exemplos de atividades em que as profissionais precisam agir, não individualmente, mas como um nós-coletivo, como afirma Shotter (2011). Em seus relatos, a ação conjunta é sustentada por aspectos relacionais e não disciplinares, pela capacidade de se relacionarem e aprenderem umas com as outras a partir das experiências vividas no dia-a-dia do CRAS e das estratégias de enfrentamento dessas experiências, definidas, ao menos em sua maioria, de forma conjunta.

Contudo, mesmo considerando que as estratégias de enfrentamento das situações cotidianas são, na maioria das vezes, decididas de forma conjunta, há também ocasiões em que a ação não é tomada conjuntamente. O grupo reconheceu que também há experiências de ação não conjunta no cotidiano do serviço do CRAS.

Neste momento, Bruna (A.S.) trouxe um relato que classificou como negativo, a ação de desocupação de uma comunidade da cidade, envolvendo a Secretaria Municipal de Assistência Social, a Polícia Militar, o Ministério Público e a Defesa Civil Municipal: *“Nessa ação do abrigo, nós fomos convocados. Não planejamos. Não compartilhamos com ninguém que participou. Quem foi também não compartilhou com*

quem ia...”. Bruna (A.S.) fez um contraponto, afirmando que existem ações realizadas sem planejamento e sem diálogo, que são ações não conjuntas.

Apesar de a ação ter sido realizada por várias pessoas e instituições, seu caráter não foi o de uma ação conjunta, não se deu como um nós coletivo. Esse exemplo nos leva a refletir que, no cotidiano do trabalho, há também enfrentamentos de situações-problema que se dão de forma não conjunta, não planejada e compartilhada por todos os envolvidos, demandas que chegam de forma hierarquizada.

Considerações finais

O contexto da desabilitação do município de Maceió relativo à gestão do SUAS foi uma experiência considerada negativa para muitos. Sobretudo para aqueles que ocupavam cargos na gestão municipal, tamanho era o desafio diante do estigma de ser a única capital desabilitada da gestão do SUAS de que se teve notícia, por irregularidades na condução da Política de Assistência Social.

Por outro lado, o descredenciamento do município abriu a possibilidade de desenvolvimento e efetivação de ações conjuntas inéditas. A necessidade de reabilitação do município configurou-se como um fator motivador de ações no âmbito da gestão, bem como de ações conjuntas no âmbito das equipes profissionais, a exemplo dos CRAS.

Retomar a autonomia do município foi um desafio específico que impulsionou as equipes, no sentido de desenvolver estratégias/ações conjuntas. Contudo, mesmo depois da reabilitação do município, esse movimento teve continuidade, com iniciativas como o grupo de estudos citado e elogiado pelas colaboradoras da pesquisa como um grande exemplo de ação conjunta.

Destarte, a desabilitação do município de Maceió foi um acontecimento que, a priori, causou problemas e dificuldades nos diversos serviços do SUAS. Mas, a posteriori, permitiu avanços como a admissão de vários profissionais que caíram de paraquedas na Política de Assistência Social municipal.

Sobre o uso recorrente da expressão “cair de paraquedas” é possível observar que esse termo carrega consigo um conjunto de sentidos. Nossa discussão intenciona produzir outro conjunto de sentidos, diferente daquele que têm circulado ao longo de alguns anos nos espaços do SUAS. Até então, o termo “cair de paraquedas” remetia a um despreparo, a uma condição insatisfatória de atuação profissional, ligada a outro discurso recorrente, ou seja, o da necessidade de definição do papel privativo do psicólogo no SUAS.

O instrumento paraquedas tem uma funcionalidade popularmente conhecida. Mas, consultando o dicionário *Aulete*, este o define como: “artefato dobrável e provido de cordas, em forma de guarda-chuva que, quando aberto, mantém pessoa ou carga no espaço em queda lenta e segura” (GEIGER, 2011, p. 1027). É essa imagem de paraquedas que nos tem impulsionado, em nossos diálogos por ocasião desta pesquisa, a produzir outros sentidos. Até podemos ter ‘caído de paraquedas no SUAS’, mas consideramos que estamos continuamente ‘saltando de paraquedas neste Sistema’, em ‘queda lenta’ e ‘segura’. Saltar, utilizando esse artefato, exige preparação, segurança, confiança.

Nesse sentido, recorremos a Shotter (2011), que ao tratar da ação conjunta, lança mão da imagem de algo que cai do alto: “o resultado total de uma ação conjunta não está acima de qualquer das pessoas envolvidas nela, seus resultados podem ser vistos como tendo ‘caído do céu’ (*come out of the blue*)” (SHOTTER, 2011, p. 2). Cair do céu, como um paraquedas, envolve aqui um sentido de inusitado, de inesperado, mas não de despreparo. O trabalho conjunto, como apontado pelas colaboradoras, tem possibilitado lidar com essas situações imprevistas, advindas das demandas de uma população que vive em situação vulnerável. Situações que são também imprevisíveis e para as quais não há como se preparar antecipadamente. Essas são as vicissitudes do trabalho de assistentes sociais e psicólogos que atuam na Proteção Social Básica da Assistência Social.

Cair de paraquedas é se deparar com essas situações, o que para nós não é ruim. Não é despreparo. Implica em estar junto com as pessoas envolvidas, fazer parcerias, construir vínculos, pensar junto

e agir junto. No nosso caso, no SUAS. Então, cair de paraquedas no SUAS é, sim, válido. É potente. É legítimo!

Assim, a realização da oficina de ação conjunta com assistentes sociais e psicólogas proporcionou algumas reflexões e poucas certezas.

Das reflexões...

A oficina de ação conjunta com profissionais dos CRAS de Maceió propiciou o encontro e uma das mais antigas formas de interação humana, a conversa, como dispositivos que se fazem necessários tanto para o desenvolvimento do trabalho quanto para sua avaliação.

Outro ponto para reflexão envolve os aspectos relacionais, fundamentais para o desenvolvimento da ação conjunta. ‘Parceria’, ‘troca’, ‘união’, ‘trabalho em equipe’, ‘respeito’ fizeram parte dos repertórios trazidos pelas colaboradoras. Eles apareceram em momentos diversos da oficina, reiterando tal posicionamento. De outro modo, cabe ainda a reflexão de que os aspectos relacionais podem produzir ações não conjuntas, ações hierarquizadas, centralizadas, sem planejamento e sem diálogo e que, portanto, concorrem para resultados não tão satisfatórios a respeito do trabalho realizado.

É viável considerar que ocorre aprendizado a partir tanto das trocas de conhecimento quanto da construção de novos conhecimentos na inter-relação profissional cotidiana. Apresenta-se aqui um contraponto ao discurso fatalista da formação (in)adequada. A formação perpassa a graduação, mas não se limita a ela. As colaboradoras ressaltaram as mudanças que ocorreram em suas práticas, a partir da vivência no cotidiano do trabalho e da formação do grupo de estudos, que possibilitaram trocas, diálogo e ações. Os/As profissionais são corresponsáveis por sua formação e o lócus de trabalho é também um lócus de formação continuada, que tem na ação conjunta um terreno fértil para tal.

A perspectiva de ação conjunta desconstrói o discurso do papel. A delimitação de um papel prescritivo, seja da psicóloga, seja da assistente

social, não faz sentido aqui. Procurar incessantemente por algo que só uma categoria profissional possa fazer é atentar contra a potência do desenvolvimento do trabalho conjunto. A compreensão do fazer de cada profissional precisa, sim, ser ampliado e não delimitado, pois as demandas que chegam aos serviços socioassistenciais, sobretudo na Proteção Social Básica, são demandas que exigem atuação ético-política de forma ampla e conjunta, não especializada. Definir que a Psicologia trata das questões subjetivas e o Serviço Social das questões objetivas é uma simplificação que não colabora com o potencial que têm essas profissionais de desenvolverem bons trabalhos em conjunto, cotidianamente.

Das certezas...

Uma das certezas é a importância de prezar por uma ética da relação, da dialogia, por uma ética dialógica. Enquanto pesquisadores, nós nos preocupamos (pré-ocupamos) com o cuidado na forma de contatar as pessoas colaboradoras da pesquisa desde o seu início, conversando com elas por telefone e pessoalmente, antes da realização da oficina, para poder explicitar qual a proposta da pesquisa. Esta preocupação prévia, e também durante a realização da oficina, influenciou o seu desenvolvimento.

Todos os procedimentos ético-burocráticos para a realização da pesquisa precisam ser realizados, a exemplo do TCLE. Contudo, não são suficientes para estabelecer uma relação de confiança entre pesquisadores e colaboradoras. Aqui fica a certeza de que o pesquisador é um ser tão humano quanto suas colaboradoras. E que a pesquisa é uma construção tão social quanto o trabalho desenvolvido pelas colaboradoras no seu dia-a-dia de profissional da Assistência Social. Essa é uma postura construcionista social.

Nessa mesma linha de raciocínio, de uma ética dialógica e de um posicionamento político, pensando no questionamento de para quem e para quê, não se pode esquecer de que todo o trabalho, todas as

ações conjuntas desenvolvidas na política de Assistência Social, bem como nas outras políticas, têm um objetivo em comum: o usuário da política pública. O cidadão-usuário do serviço é a razão da existência deste trabalho, sem o qual não haveria equipes nem ações.

Outra certeza é quanto ao caráter de incerteza da ação. A ação conjunta é imprevisível e imprezível e traz outra certeza: a de que esta conversa não começa e nem termina aqui.

Referências

BARROS, S. A. **A Assistência Social e Serviço Social: requisições profissionais e condições de trabalho nos CRAS e CREAS de Maceió/AL.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social, PNAS / 2004.** Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004. Recuperado de http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS.** Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2006. Recuperado de <file:///C:/Users/ASUS/Downloads/Norma%20Operacional%20Basica%20de%20Recursos%20Humanos%20do%20SUAS%20NOB-RH%20SUAS.PDF>

BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.** Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. Recuperado de http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf

BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações técnicas sobre o PAIF (Volumes 1 e 2).** Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012. Recuperados de Vol. 1: http://agendaprimeirainfancia.org.br/arquivos/Orientacoes_PAIF_1.pdf e Vol. 2:

http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_PAIF_2.pdf

CRUZ, J. M. O. Práticas psicológicas em Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). **Psicologia em Foco** (Aracaju), v. 7, n. 1, p. 11-26, jan./jun. 2009.

DIAS, A. A. C.; MOURA, K. S. A Interdisciplinaridade segundo o princípio dialógico bakhtiniano. **Pesquisa em Debate**, v. 6, n. 2, p. 2-13, 2009.

FONTENELE, A. F. G. T. **Psicologia e Sistema Único de Assistência Social – SUAS: estudo sobre a inserção dos psicólogos nos Centros de Referência de**

Assistência Social – CRAS's. 185 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

GEIGER, P. **Novíssimo Aulete**: Dicionário contemporâneo da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Lexiko, 2011.

GERGEN, K. **Realidades y relaciones – aproximaciones a la construcción social**. Barcelona: Paidós, 1994.

IBAÑEZ, T. **Municiones para disidentes**. Barcelona: Editorial Gedisa, 2001.

MOTTA, R. F.; SCARPARO, H. B. K. A psicologia na assistência social: transitar, travessia. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, n. 1, p. 230-239, 2013.

NERY, V. B. **O trabalho de assistentes sociais e psicólogos na Política de Assistência Social**: saberes e direitos em questão. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

RIBEIRO, M. A. T. **Sentidos da pesca e a pesca dos sentidos**: um estudo psicossocial para compreensão do sumiço dos peixes da pesca de curral em Ipioca – Maceió/AL. Maceió: Editora da Universidade Federal de Alagoas, 2011.

RODRIGUES, M. L. **Os psicólogos e os assistentes sociais nas políticas públicas**: sentidos da interdisciplinaridade nos Centros de Referência de Assistência Social – CRASs, na cidade de São José dos Campos/SP. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

SEIXAS, P. S.; YAMAMOTO, O. H. A inserção e a atuação profissional do psicólogo no campo das políticas sociais no Rio Grande do Norte, **Psicologia Argumento**. (Natal), v. 30, n. 70, p. 477-489, jul./set. 2012.

SHOTTER, J. **Language, Joint Action, and the Ethical Domain**: The importance of the relations between our living bodies and their surroundings. Plenary paper to be given at III Congreso de Psicología y Responsabilidad Social, March 5th-9th, Campus San Alberto Magno, 2011.

SPINK, M. J. A produção de sentidos na perspectiva da linguagem em ação. Linguagem e produção de sentidos no cotidiano. Rio de Janeiro: **Centro Edelstein de Pesquisas Sociais**, 2010.

SPINK, M. J.; MENEGON, V. M.; MEDRADO, B. Oficina como estratégia de pesquisa: articulações teórico-metodológicas e aplicações ético-políticas. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 1, p. 32-43, 2014

SPINK, M. Jane; REIGOTA, Marcos A. dos Santos; MARTINS, Mário H. da Mata. Linguistic Repertoires of Interdisciplinarity in Brazilian Journals in the Area of Psychology. **Paidéia** (Ribeirão Preto), v. 24, n. 59, p. 371-378, dez./ 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-43272459201411>.

VIII

Uma conversa sobre revisão dialógica da literatura

Aline Lopes de Santana

Jefferson de Souza Bernardes

Introdução

Este capítulo objetiva conversarmos sobre a Revisão Dialógica da Literatura utilizando os posicionamentos de Alfonso Montuori e Sharon Walker. Para este diálogo, partimos do posicionamento construcionista social e das práticas discursivas e produção de sentidos.

Como abordaremos nesse textos, a Revisão Dialógica da Literatura é uma proposta metodológica que busca trabalhar a literatura de forma dinâmica sem reduzi-la à quantificação e à sumarização de referências. Fundamenta-se na compreensão de que, por um lado, pesquisadores/as possuem protagonismo na produção do conhecimento e, por outro lado, que as produções textuais se conectam umas com as outras, integram contextos socioculturais, científicos, paradigmáticos, polifônicas e se articulam em processos de interanimação dialógica.

Apresenta-se, portanto, como mais uma possibilidade de trabalharmos com textos, de forma artesanal, explorando seus muitos diálogos e sentidos.

Revisar dialogicamente a literatura impulsiona a busca de diálogos entre/com os textos, considerando-os vivos e potentes, fazendo conexões buscando formas de trabalhar ferramentas já conhecidas, redesenhando-as.

Uma conversa sobre Revisão Dialógica da Literatura¹

Há tempos queríamos escrever algo sobre levantamentos ou pesquisas de busca de referenciais da literatura científica. Há tempos nos incomodam formas mais ou menos rígidas de realizar tais pesquisas, como se existissem bancos de dados prontos, acabados, neutros, em que bastaria o acesso a eles, digitar os descritores selecionados e ulalá! Chegamos ao ouro puro do que é produzido naquela temática ou com aquele objeto.

Incomoda-nos quando alguém diz que fez um levantamento ou pesquisa bibliográfica e nada encontrou. Atualmente, com o advento da internet e das redes e bancos de referências, não há como não encontrar algo a respeito do que procuramos, seja lá o que for este algo.

Boa parte das vezes, identificamos pesquisas que transformam uma biblioteca virtual ou um repositório em um “banco de dados”, como se ali estivessem presentes “dados” a serem coletados. Tais estudos reduzem a pesquisa a uma perspectiva realista, como se pesquisador/a não tivesse nada a ver com a forma como se pesquisa. Ou como se o banco de dados fosse algum local asséptico, neutro, que as pessoas buscam para garantir veracidade às suas pesquisas e conclusões. Alguns destes estudos parecem perder a dimensão histórica de como são organizados tais repositórios, seus *thesaurus*, suas árvores, como

.....
1 Este capítulo é decorrente da dissertação de mestrado de Aline Lopes de Santana (SANTANA, 2018), defendida no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

organizam seu material, que condições de recuperação existem, como são criados seus descritores etc (RIBEIRO et al., 2015; SPINK et al., 2007).

De acordo com os objetivos de cada pesquisa, existem jeitos distintos de se fazer pesquisas com bases de referências da literatura. Existem caminhos que exploram mais os aspectos quantitativos das referências, seja por estratégias manuais, seja por estratégias automatizadas, computacionais (os muitos programas existentes hoje para fazer este trabalho). Outros caminhos exploram informações outras, não necessariamente quantificáveis: O que se pesquisa? Que métodos? Quem pesquisa? Com se definem os conceitos? Posicionamentos diversos sobre questões epistêmicas, éticas, ontológicas etc.

Nas leituras realizadas encontramos nomes distintos para pesquisas com a literatura: desde o mais comum, levantamento bibliográfico ou pesquisa bibliográfica, passando por revisão da literatura (narrativa, sistemática, integrativa) ou mesmo revisão bibliográfica. Mas, também, estado da arte, meta-análise, estudos de cienciometria, bibliometria ou informetria. Cada uma destas nomenclaturas posiciona-se de forma específica nesta arena.² Não nos interessa aqui discutir cada uma delas e o que as diferencia. Mas, sim, apresentar uma forma de pensar pesquisas envolvendo busca de referenciais diversos a partir de posicionamentos construcionistas e dialógicos.

Neste sentido, apresentamos uma forma de trabalhar com referenciais na literatura que reconhece o caráter histórico da produção dos repositórios e, portanto, da própria ciência, que afirma o protagonismo dos/as pesquisadores/as na constituição de seu *corpus* de análise de sua pesquisa e, por fim, que configura esta forma de trabalho como dialogicidade. Alfonso Montuori (2005) e Sharon Walker (2015) chamam esta forma de pesquisar de Revisão Dialógica da Literatura.

.....
2 Uma boa síntese destas perspectivas pode ser encontrada em: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Biblioteca Professor Paulo de Carvalho Mattos. Tipos de Revisão de Literatura. Botucatu, 2015. Recuperado de <https://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-revisao-de-literatura.pdf>.

Não temos nenhuma pretensão de que esta forma de pesquisa substitua as demais. Ela é um caminho, dentre outros, que, dependendo dos objetivos da pesquisa, das trajetórias e dos posicionamentos do/a pesquisador/a, talvez valha a pena explorar.

A metodologia é apresentada por Montuori (2005) - que parte de uma abordagem social-construcionista, e Walker (2015), que articula a proposta ao pensamento sistêmico³. Montuori, pensa a revisão como um processo criativo, que pode nos levar cada vez mais fundo na relação entre o eu, o conhecimento e o mundo, e no qual o conhecedor é participante ativo. É um contraponto ao que ele chama de “revisão reprodutiva”, pensada como uma simples enumeração “de quem disse o quê”, uma regurgitação de nomes e ideias. “Esta abordagem reprodutiva nos leva a revisões que, geralmente, são tão entediadas para ler quanto foram para escrever” (MONTUORI, 2005, p. 374). Walker (2015) considera a revisão reprodutiva como um método que pressupõe uma única verdade a “ser achada” no mundo, que é repetível e pode ser dimensionada. A autora explora a revisão criativa, introduzida por Montuori (2005), enquanto possibilidade de revisar a literatura de modo sistêmico (no sentido de conectividade) e dialógico (no sentido de conversação): parte daí o termo que usamos para nomear o método como Revisão Dialógica da Literatura.

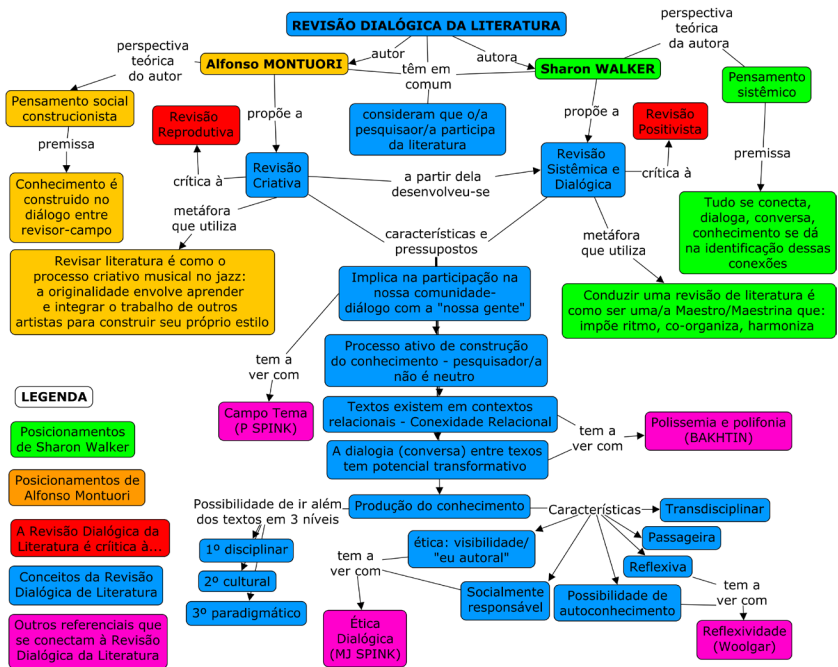
A Revisão Dialógica da Literatura é uma proposta metodológica que busca trabalhar a literatura de forma dinâmica sem reduzi-la à quantificação e à sumarização de referências (MONTUORI, 2005; WALKER, 2015). Fundamenta-se na compreensão de que as produções textuais se conectam umas com as outras, integram contextos socioculturais, científicos, paradigmáticos e expressam muitas vozes

.....
3 A abordagem sistêmica de Sharon Walker (2015) enfatiza a conectividade entre pessoas, coisas e ideias, partindo do princípio de que tudo se conecta com todo o resto. Articula-se à dialogia no sentido em que essas conexões são, para a autora, vivas e dinâmicas, formadas por cadeias de endereçamentos por meio das quais é possível reconhecer momentos dialógicos. Em uma revisão de literatura criamos momentos dialógicos ao reconhecer interações e endereçamentos entre/nos textos, passamos, assim, a compor o sistema (WALKER, 2015).

(polifonia) e sentidos (polissemia), ou seja, se articulam num processo de Interanimação Dialógica (BAKHTIN, 1997).

Este capítulo, portanto, objetiva compreender Revisão Dialógica da Literatura por meio de diálogos com Montuori (2005) e Walker (2015). Dialogamos a partir de um posicionamento construcionista social, fundamentados, também, pelas práticas discursivas e produção de sentidos. Queremos saber: De que forma tais referenciais se aproximam? Como e por que se afastam? O que propõem? Como fazer esse tipo de revisão? Após a conversa com Montuori (2005) e Walker (2015), apresentaremos breve ilustração de uma pesquisa que realizamos utilizando a Revisão Dialógica de Literatura.

Figura 1 - Mapa conceitual da Revisão Dialógica da Literatura



Fonte: Autores

Inicialmente, fizemos um mapa conceitual da Revisão Dialógica da Literatura (Figura 1), com o intuito de melhor visualizarmos as múltiplas dimensões propostas por Montuori (2005) e Walker (2015).

Como se observa, a Revisão Dialógica da Literatura possui duas raízes centrais: em Montuori (pensamento social construcionista) e em Walker (pensamento sistêmico).

Para Montuori (2005) o conhecimento é construído no diálogo entre o/a revisor/a da literatura e o campo (o que se identifica nas pesquisas). Já para Walker (2015), o conhecimento se dá nas conexões, nas conversas, nos diálogos. Para ela, tudo se conecta ou é passível de se conectar. As concepções são, em certo sentido, complementares uma à outra. E em comum possuem o protagonismo do/a pesquisador/a no ato mesmo de pesquisar. O/A pesquisador/a produz seu campo à medida que dele participa, visto que define seu objeto, seleciona como identificar textos, por meio dos descritores a utilizar, lê resumos e textos buscando identificar o que tem a ver com sua pesquisa, utiliza outros meios de busca, fica atento/a ao acaso (ou não) etc. Por um lado, a Revisão Criativa, crítica a Revisão Reprodutiva. Por outro lado, a Revisão Sistêmica e Dialógica, crítica a Revisão Positivista. Passamos a seguir a apresentar mais detalhadamente as características centrais propostas por ele/a.

Características e pressupostos da Revisão Dialógica da Literatura

A Revisão Dialógica da Literatura é um processo de construção de relações entre textos, identificando temas, conexões e padrões, relacionando-os e situando-os no âmbito disciplinar, cultural e paradigmático (MONTUORI, 2005; WALKER, 2015).

Alguns pressupostos nos fornecem pistas de como compreender e produzir uma Revisão Dialógica, dentre eles: revisar dialogicamente a literatura implica na participação em uma comunidade; envolve

construção ativa do conhecimento; é relacional e transformativo; a produção do conhecimento tem relação com fatores disciplinares, culturais e paradigmáticos; é uma possibilidade de autoconhecimento; envolve perspectiva ética pautada na visibilidade (MONTUORI, 2005; WALKER, 2015).

Uma revisão de literatura é uma porta de entrada à participação numa comunidade de discussões por meio do levantamento acerca do campo em que escolhemos viajar e do reconhecimento de seus principais pontos de referência, como movimentos teóricos e personalidades importantes (MONTUORI, 2005). Walker (2015) pontua que são os textos e suas ideias que oferecem a conexão e a comunidade da qual viemos a fazer parte; uma comunidade de pesquisadores com textos que derivam de questões centrais ou problemas semelhantes. Segundo ela, enquanto parte dessa comunidade, podemos criar momentos de diálogo em que textos tornam-se a voz dos/as pesquisadores/as e participantes, que passam a falar uns com os outros, uma com as outras, criando conexões (vivas).

Pensar a revisão como entrada na nossa comunidade nos remete à argumentação de Peter Spink (2003) ao introduzir a noção de campo-tema, dizendo que: ao relatar, ao conversar, ao buscar mais detalhes também formamos parte do campo; parte do processo e de seus eventos no tempo. O autor define campo-tema como redes de causalidade intersubjetiva que se interconectam em vozes, lugares e momentos diferentes, que não são necessariamente conhecidos uns dos outros. Peter Spink (2003), assim como Montuori (2005), sugere que nos perguntemos: “E daí? Por que isto é importante?”, “Por que estou aqui?”, “Visto pelo aspecto mais amplo da história dessa comunidade, o que representa essa pesquisa em que estamos engajados?”, “Por que isso importa – para mim ou para qualquer outra pessoa?” Defendem que assim entraremos em contato com a comunidade viva, com sua história, motivações, paixões, conflitos, alianças, erros, caminhos sem saída e explosões criativas podendo compreender qual a nosso lugar e contribuição ao campo.

Estamos falando de um processo ativo de construção do conhecimento, que envolve ativamente o/a revisor/a, por isso ele/ela precisa assumir que sua posição não é de neutralidade, situando a explicitando como produziu o seu campo (MONTUORI, 2005). Quem realiza a pesquisa que decide que autores/as e posições teóricas buscar, quanto tempo gastar em determinado autor/a ou corrente teórica e o que incluir ou deixar de fora da revisão, ou seja, ele/ela produz o campo, produz novas informações à medida que pesquisa. Quando pessoas começam a enxergar-se em diálogo com uma comunidade, encorajam-se a pensar na publicação como modo de participação direta no discurso, produzindo assim conhecimento. O conhecimento é produzido a partir do diálogo entre o revisor e o campo, premissa epistemológica construcionista a qual compartilhamos com o autor.

Sharon Walker (2015) apresenta outra visão das revisões de literatura uma vez que parte da abordagem sistêmica. Isso quer dizer que a autora considera que textos, pessoas, ideias não existem por si só, antes fazem parte de um contexto relacional, onde há padrões de interações e também lacunas, como um sistema que funciona com diálogo interno: é o que ela chama de conexão relacional, que se faz presente nas palavras, temas, questão central, pesquisador/a e participantes da pesquisa. Desse modo, ela fala da condução de revisões montando conexões, explorando os padrões entre os textos, os organizando para que conversem entre si, debatendo e discutindo de maneira respeitosa. Sugere que é como guiar a exploração das “ainda desconhecidas” conexões entre as diferentes partes da literatura e, então, propor uma expressão linguística para elas ao desenvolver um diálogo entre os textos, assim se produz conhecimento. Compara ainda a atividade a de um maestro/maestrina, que: impõe o ritmo, co-organiza e harmoniza o texto, enquanto o leitor torna-se a pessoa que ouve a uma improvisação de *jazz*.

Entretanto, Walker (2015) destaca que a ideia de montar conexões entre textos numa revisão não é preencher todas as lacunas ou

ser complementar a algo, mas sim, abrir possibilidades. A autora diz que, ao realizar revisões de literatura, nossa função é de introduzir diferentes textos e engajá-los a conversar uns com os outros, para que possam dialogar-se e apresentar seus mundos uns para os outros. Essa dialogia, em que os textos conversam entre si numa revisão de literatura, tem o potencial de ser transformativa, assim como conversas faladas o são quando criam conhecimento novo. Juntar os textos, então, cria uma conversa que é ouvida e compreendida com o potencial de introduzir novos conceitos, adicionais aos pensamentos vigentes, ou de apresentar algo que possa nos impactar.

Montuori (2005) apresenta possibilidades de avançar na produção do conhecimento indo além dos textos. Essas possibilidades emergem à medida que exploramos a literatura, que nos aprofundamos no nosso campo e em nossa comunidade. Apoiando-se no pensamento de Tulku (1984), ele faz uma analogia a uma superestrutura sobre a qual repousam nossos conceitos, credos, suposições, valores e atitudes. Esses elementos se conectam entre eles como uma “rede subterrânea” de dutos se conectam em um vasto continente ampliando-se e reinventando-se a cada nova pesquisa. O autor diferencia essa rede em três níveis: o primeiro nível é o disciplinar, limitado pelo alcance da ciência que estuda um objeto determinado; o segundo é o cultural, que se refere ao limite da cultura na qual quem pesquisa está inserida; o terceiro é o paradigmático, cuja ideia é centralizar **como** pensamos as coisas, ao invés do **quê** vem sendo escrito e pensado sobre algo. O nível paradigmático, segundo ele, diz respeito a compreender o conjunto de suposições que orientam a pluralidade de perspectivas disciplinares complexas, cada uma com suas próprias hipóteses fundamentais, e a uma percepção de como culturas diferentes abraçam abordagens e questões variadas. Podemos entender esses níveis como perspectivas possíveis, não numa lógica de profundidade, porque isso produz sentido de hierarquia, mas de faces que se influenciam, interconectam e não têm fronteiras bem definidas. Pensando que uma revisão é um jogo de enunciados e vozes, podemos olhar a partir da face disciplinar, da

cultural e da paradigmática, dialogicamente analisando as fronteiras e os pontos de conexão entre elas.

Walker (2015) também discute a produção do conhecimento ao trazer Gibbons (1994) e Shotter (1999) para falar a respeito dos modos de fazê-la. A argumentação que ela faz é que a Revisão Dialógica da Literatura diz respeito a um modo de produzir conhecimento transdisciplinar, passageiro, reflexivo e socialmente responsável que possibilita um estilo de escrita relacional e prospectiva. Segundo a mesma, o modo se diferencia por enfatizar a prática reflexiva na qual as questões de pesquisa podem ter relação com a experiência do/a pesquisador/a com o objeto, o que produz o processo dialógico, pois há uma intensa conversa entre agentes de investigação e temas investigados. A autora considera esse modo o oposto do método científico tradicional, que produz uma “escrita do sobre”, capaz de se converter em teorias opressivas, conectadas com relações de poder há muito usadas na linguagem (SHOTTER, 1999).

Reconhecemos na ênfase na reflexividade, em oposição ao método científico tradicional, uma aproximação da proposta de revisão de Walker (2015) com as Práticas Discursivas e Produção de Sentidos, na qual o rigor e a objetividade são ressignificados. A ideia é ressignificar objetividade considerando três princípios que, de acordo com Woolgar (1988), a ciência tradicional, de base realista e cartesiana, chamaria de “horrores metodológicos”: a indexicalidade, a inconclusividade e a reflexividade. Spink e Menegon (2013) relacionam tais conceitos à dialogicidade na pesquisa, em síntese elas explicam que: indexicalidade refere-se à situacionalidade, à vinculação com o contexto que faz parte dos processos de pesquisa, o que precisa ser explorado e descrito; inconclusividade refere-se à complexidade dos fenômenos sociais e à impossibilidade de controlar todas as variáveis que os envolve, o que pode ser interpretado como as múltiplas possibilidades de produção de sentidos envolvidas na pesquisa social; e reflexividade refere-se às ressignificações das relações entre sujeito e objeto no ato da pesquisa.

Em outras palavras, consideram-se os efeitos da presença do/a pesquisador/a nos resultados da pesquisa, explorando as maneiras pelas quais a subjetividade do/a pesquisador/a estruturou a forma em que o fenômeno foi definido. Os objetos não existem independentes dos sujeitos. Os objetos existem a partir das muitas maneiras que usamos para falar deles. Se, por acaso, dizemos: “Vou a campo coletar dados”, já se define de antemão, certa concepção de ciência e de realidade. É uma crítica a esta concepção de que a realidade exista independente do sujeito, que adota postura passiva de ir lá (seja onde for este lá), coletar o que é dado (natural).

Spink e Menegon (2013) apresentam a reflexividade a partir de duas vertentes: a primeira, que refere-se a compreender quem somos enquanto comunidade e como a comunidade influencia nosso processo de pesquisa; e, a segunda, a que implica a reflexão sobre quem sou eu pesquisador e como meus interesses e valores incidem sobre o delineamento da pesquisa e sobre minhas interpretações. Em ambos os casos, reflexividade articula-se ao autoconhecimento que, para Montuori (2005), resulta do diálogo com pessoas às quais compartilhamos interesses, oportunidade decorrente do processo de revisão de literatura. Ele pontua que por meio deste diálogo podemos aprender sobre essas pessoas e suas visões, e também sobre quem somos: nossas próprias crenças, premissas, valores e preferências; e quem somos no contexto da comunidade em que escolhemos participar. Onde nos situamos nesta comunidade? Quem somos “nós” neste contexto? Diz ainda que compreender como pensamos determinado objeto pode nos situar diretamente em um dos vários campos da literatura, nos levando a perceber que nossas leituras podem se encontrar muito próximas de algumas das maiores ou menores correntes de pensamento que revisamos.

Mas para Walker (2015) não basta nos autoconhecermos no decorrer do processo de revisão dialógica, temos responsabilidades éticas de explicitar o máximo possível na nossa escrita as histórias e culturas que nos moldam/moldaram, de dar visibilidade a quem nós

somos. É interessante notar que a premissa da visibilidade é central para a Ética Dialógica (SPINK, 2000) que pauta o posicionamento da psicologia discursiva na pesquisa social. Walker (2015) dá dicas de como evidenciar no texto experiências do/a pesquisador/a e as dos/as participantes:

1. Colocar de forma clara no texto a conexão entre os/as pesquisadores/as (e os usuários/as, estudantes ou clientes) e a questão central da pesquisa;
2. Optar por métodos em que as experiências de vida, culturais e sociopolíticas dos/as participantes sejam reconhecidas através da participação e colaboração deles/as na pesquisa;
3. Uma experiência singular pode ser incluída na pesquisa, mesmo que a experiência de vida do/a pesquisador/a influencie suas seleções de quem participará da pesquisa;
4. Considerar, no próprio texto que apresenta a pesquisa, as experiências de vida, culturais e sociopolíticas do/a pesquisador/a e dos/das participantes;
5. Garantir a transparência na avaliação que sucede a pesquisa. Avaliadores/as e participantes são corresponsáveis pela própria pesquisa.

Mary Jane Spink (2000), no âmbito da Ética Dialógica, chama a atenção para esta transparência não apenas nos objetivos, método, ou processos de interpretação da pesquisa, mas também quanto aos possíveis usos desses conhecimentos. É essa visibilidade, garantida por meio da reflexividade, que fundamenta boa parte do rigor, da objetividade e da ética na pesquisa qualitativa de base construcionista.

Como diz Montuori (2005), a cobertura total desses aspectos em uma única revisão de literatura não é um imperativo para que ela seja dialógica. A ideia é que funcionem como rascunhos que possam oferecer uma forma diferente de se visualizar revisões, em que um deles, ou mais, sejam usados como portas de entrada para a pesquisa criativa.

Uma pesquisa utilizando Revisão Dialógica da Literatura

Em 2018 realizamos uma pesquisa cujo objetivo foi compreender a formação em psicologia pelo trabalho para a saúde. Para iniciar a pesquisa, utilizamos a Revisão Dialógica de Literatura (MONTUORI, 2005; WALKER, 2015).

Nossa intenção foi levar às últimas consequências a Revisão Dialógica de Literatura, articulando estratégias que colocassem os textos em diálogo: trazer as vozes que compõem os textos, os endereçamentos, os sentidos, os posicionamentos, enfim, explorar ao máximo possível a Interanimação Dialógica (BAKHTIN, 1997) na produção textual relacionada ao tema e ao objeto de estudo.

A primeira etapa da pesquisa foi a busca de textos conectados com as nossas questões de pesquisa (WALKER, 2015). Por meio dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS/Mesh), utilizamos a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) para identificar as referências.

Selecionamos a BVS como meio onde acessar informações por entendermos que ela contempla nosso campo de interesse temático, que foi a interface entre a psicologia e a saúde. Na base de dados há maiores possibilidades de acessar perspectivas e autores diversos e incluir diversidade de posicionamentos que é, de acordo com Walker (2015), um modo de garantir transparência no processo de pesquisa.

Buscamos referências na BVS a partir dos descritores “Serviço de Integração Docente Assistencial”, “Educação continuada”, “Preceptoria”, “Estágio” e “Psicologia”. Utilizamos o filtro do sistema para buscar em bases de dados nacionais, pois nossa intenção era discutir a formação profissional no contexto brasileiro. Pesquisamos os descritores cruzados, para que abordassem psicologia e ensino em saúde simultaneamente. Além disso, quando pesquisados individualmente e em todas as bases de dados, os descritores identificavam alto volume de referências, dificultando o manejo do material. Realizamos, também, uma triagem em que foram descartadas as referências repetidas

e as que não se relacionavam com o objeto da pesquisa. Os filtros, as estratégias de busca nas bases de dados, os critérios de inclusão e exclusão servem para explicar e determinar quais textos serão incluídos em nossa revisão, pois mesmo com a intenção de explorar vários artigos, podemos revisar apenas um número administrável deles (WALKER, 2015).

Na etapa seguinte, lançamos mão de quadros para organizar e visualizar o material. Consideramos os quadros ferramentas, pois nos possibilita dar visibilidade à interanimação dialógica, aos repertórios, a rupturas, ao processo de produção, a disputas e negociações de sentidos, a relações de saber-poder e a jogos de posicionamento.

Nossa experiência com os quadros foi semelhante à de um desenhista, como uma atividade processual: rascunhamos, olhamos todo o desenho, vimos que algumas coisas excediam os limites, apagamos, vimos que outras coisas poderiam melhorar, refizemos, acrescentamos traços, linhas novas, modificamos até que o desenho nos “disse algo”. Cientes de que esse desenho não é definitivo ou universal. Produzimos três quadros.

O primeiro quadro foi o de Levantamento Bibliográfico em si, geral com todos os descritores utilizados, e objetivou organizar informações acerca das referências identificadas. Destacamos nas colunas: Título; Autoras/es; Periódico; Ano; Descritores; Tipo de Produção; Referências; Resumo; Contexto. Esse primeiro quadro serviu como o “banco de dados” da pesquisa, a partir do qual identificamos e selecionamos produções relacionadas às discussões, práticas e contextos de saúde.

O segundo quadro foi o das referências sobre formação em psicologia e saúde, produzido pela junção de novas informações às do quadro anterior. Assim, o quadro foi composto pelas colunas: Título; Autoras/es; Periódico; Ano; Descritores; Tipo de Produção; Referências; Resumo; Contexto; Atores/Atrizes; e Temáticas/Estratégias. A ideia foi contemplar as dimensões “Onde” (coluna Contexto

do quadro), “Quem” (coluna Atores/Atrizes) e “Como” (coluna Temáticas/Estratégias).

A partir da construção desse quadro nos aproximamos do conteúdo do material de pesquisa, uma vez que, para preencher as colunas Atores/Atrizes e Temáticas/Estratégias acessamos os textos e/ou resumos e destacamos suas questões centrais, os pontos em que abordavam formação e quem eram as pessoas envolvidas.

O terceiro quadro foi o de organização e visualização das temáticas das referências⁴. Foi produzido por meio da leitura da coluna Temáticas/Estratégias do quadro anterior, visando buscar relações, conversas e/ou aproximações entre as referências.

Como os textos apresentavam muito dos locais em que as práticas eram realizadas, o primeiro destaque neste terceiro quadro foi sua relação com contextos de atuação da psicologia. Desse modo, o primeiro agrupamento que fizemos envolveu quatro conjuntos: Hospital; Saúde Pública/Saúde Coletiva; Saúde Mental; Clínica, identificados com campos de atuação de psicólogos/as. No entanto, esse primeiro movimento produziu inquietações uma vez que favorecia certa leitura fragmentação da discussão, em torno de áreas de aplicação da psicologia. Além disso, evidenciava-se a disparidade entre os textos de cada conjunto. No conjunto Saúde Pública/Saúde Coletiva, por exemplo, não se discutiam as mesmas coisas em todo o material: havia um texto que relatava um projeto de extensão voltado para práticas grupais de trabalhadores/as da rede de saúde de um município; outro que refletia acerca da trajetória da psicologia na saúde pública, e assim por diante.

Boa parte das vezes, em vários estudos, observamos que as revisões de literatura partem daqui para suas análises, traduzindo de forma descritiva o que as referências identificadas apresentavam ao/a leitor/a. Tentamos avançar um pouco neste sentido.

.....
4 O Quadro de Organização e Visualização dos Diálogos pode ser visualizado integralmente por meio do link: <https://drive.google.com/file/d/1Z4r2vUoGyCSJHs7alk5NW-zAiOOYGHb0m/view?usp=sharing>

Buscamos outras conexões entre as referências, que permitissem fazer discussões mais transversais, colocando estes cenários identificados em diálogo. Este movimento buscou identificar as questões centrais nas referências e chegamos a quatro novos conjuntos: Adoecimentos, Trabalho, Práticas da Psicologia e Formação, todos relacionados ao foco temático de discussão das produções. Entretanto, esse novo agrupamento também parecia fragmentar a discussão, pois não fazia sentido se fosse “descolado” dos contextos, por isso resolvemos usar os dois agrupamentos (o de contextos e o de temáticas) cruzando-os entre si.

Aqui, é importante dizer que a perspectiva dialógica evoca a todo o tempo a imagem de cruzamento, de conexão de vozes, enunciados, posicionamentos. Como observa Walker (2015): conduzir revisões de literatura implica em introduzir diferentes textos e engajá-los a conversar uns com os outros, para que possam “revelar-se e revelar seus mundos” uns para os outros. Tendo em vista essas questões, avançamos na construção do quarto quadro buscando engajar as referências numa conversa, visibilizar as conexões entre temáticas e contextos, como em uma rede.

Assim, chegamos ao desenho do quadro de organização e visualização dos diálogos entre as referências (Figura 2), no qual as colunas são contextos de atuação da psicologia a partir dos quais os estudos são produzidos; e as linhas são as temáticas que os atravessam produzidas do encontro entre psicologia e saúde.

Os contextos são:

- 1) Hospital – apresentam estudos que abordam a dinâmica hospitalar, processos e práticas que ocorrem em hospitais incluindo diversas modalidades como pronto-socorro, oncologia e outros;
- 2) Saúde Mental – referências que abordam instituições ou práticas no âmbito da saúde mental e/ou da reforma psiquiátrica;

Figura 2 -Quadro de organização e visualização dos diálogos entre as referências

COMO	HOSPITAL	SAÚDE PÚBLICA/ COLETIVA	SAÚDE MENTAL	CLÍNICA
Adoecimento	*Plano de ação para normalizar a vida do paciente com Hanseníase e promover sua <u>integração</u> na sociedade (FIRST, Thomas Ferran, 1976).	*Atividades integradas de saúde para tratar os doentes de dermatoses, evitando a propagação, progresso ou o aparecimento de complicações no doente, criando situações graves ou irreparáveis. (FONSECA, Aureliano, 1977)	*Caso clínico de uma paciente esquizofrênica, desde a sua avaliação diagnóstica até o tratamento global. (SOUZA, Jose Carlos Rosa Pires; CAMPOS, Gisele, 1999)	*Psicologia clínica no contexto hospitalar com foco na discussão das vivências de pacientes durante o processo de hospitalização e os sentimentos que emergem diante da doença e da intervenção cirúrgica. (GOLDANICH, Marcia; GUZZO, Fabiola, 2012)
Prática da Psicologia nos serviços	*Serviço de interconsultas do hospital. (MARTINS, Luiz Antônio, 1989)	*Inserção da Psicologia no sistema de saúde, fornecendo subsídios contextuais e conceituais sobre a atuação do psicólogo no campo da saúde coletiva. (MENEZON, Vera Mincoff; COELHO, Angela Elizabeth Lapa, 2006)	*Práticas atuais em saúde mental no Brasil a partir de uma experiência de estágio curricular em Psicologia, desenvolvido em um Centro de Atenção Psicossocial. (LEWIS, Michele dos Santos Ramos; PALMA, Claudia Maria de Sousa, 2011)	*Integração da abordagem psicológico-psiquiátrica ao atendimento de pacientes do ambulatório geral de adultos do Departamento de Clínica Médica (TURATO, Egberto Ribeiro, 1983)
Trabalho	*Estágio em saúde do trabalhador, num hospital. (SILVA, Claudia Osorio, 1999)	*Aprimoramento das práticas grupais desenvolvidas por profissionais da rede pública de saúde por meio de atividades de formação e de apoio à sistematização, análise e problematização de algumas dessas práticas. (VICENTIN, Maria Cristina G.; KNOBLOCH, Felicia, 2008)	*Experiência de estágio em Psicologia do trabalho, numa instituição policial, no qual se trabalhou a saúde mental dos policiais. (CAVALCANTI, Denise Fernanda de Lima, 2006)	*Estágio na área de Psicologia Clínica do Trabalho, realizado em posto de saúde comunitário. (BOARINI, MARIA LUCIA, 1989)
Formação	*Atividades teórico-práticas, optativas extracurriculares, de psicologia hospitalar no estágio curricular de Clínica-Escola (ANGERAMI, Valdemar Augusto, 1983)	*Identidade profissional do estagiário de Psicologia a partir da experiência de atuação em um serviço de atenção multiprofissional em saúde, com mulheres diagnosticadas com câncer de mama. (SCORSOLINI-COMIN, Fabio; VILELA E SOUZA, Laura; SANTOS, Manoel Antônio dos., 2008)	*Apropriação da identidade profissional de psicólogo clínico, com graduandos do Curso de Formação de Psicólogos que optaram por realizar o estágio obrigatório de psicologia clínica numa Instituição de Saúde Mental (PADILHA, Bruneide, 2002)	*Avaliação de práticas clínicas vigentes na formação do psicólogo. (ANDRADE, Angela Nobre, 2001)

Fonte: Autores

3) Clínica – estudos com ênfase na prática clínica com temáticas diversas, não se limitando ao espaço físico do consultório;

4) Saúde Pública/Saúde Coletiva – textos que dialogam com princípios e políticas de saúde pública e do Sistema Único de Saúde (SUS), no sentido em que abordam os cenários de saúde numa perspectiva ampliada, em rede, que inclui espaços físicos tradicionais de saúde mas também estratégias, ações, programas, projetos e espaços nas comunidades e territórios.

A Saúde Pública (com concepções mais biologicistas e estatísticas) e a Saúde Coletiva (com concepções mais orientadas às Ciências Humanas), apesar das diferenças, compõem um conjunto único por estarmos nos referindo a contextos que costumam ser compartilhados (SPINK; MATTA, 2007).

Já as linhas temáticas, transversais aos contextos são:

I) Adoecimentos – foco nos processos de adoecimentos e tratamentos psicológicos indicados, muitas vezes numa perspectiva organicista;

II) Trabalho – foco nos processos de trabalho, qualificação do trabalho ou saúde do trabalhador;

III) Prática da Psicologia – centralizam a descrição das funções e posicionam a psicologia nos serviços de saúde;

IV) Formação – foco no ensino articulado à contextos de saúde e na discussão da relação ensino-serviços de saúde para os/as atores/as envolvidos.

A construção de quadros enquanto ferramenta é modo de fazer os textos conversarem entre si e conosco, o que se alinha à proposta da Revisão Dialógica de Literatura (WALKER, 2015). Por meio desse processo desenhamos um quadro que mostra certo movimento: quando o olhamos ele conversa conosco, sugere questões, mostra aproximações e afastamentos entre os textos, pontos de rupturas e de continuidades. Tentamos destacar qual é a figura de cada um dos textos, mas isso não significa que eles não se interconectem pelo que está no fundo. A figura de um poderia ser o fundo de outro e vice-versa. Essa organização não é estática nem definitiva, provavelmente se outras pessoas se

depararem com os mesmos textos destacarão outras questões e outro modo de organização, e isso é o que confere dinamicidade ao quadro.

Montuori (2005) produziu uma metáfora da Revisão Dialógica da Literatura a partir do *jazz* e sua música criativa, possibilitada pelas muitas conexões entre os instrumentos. Já em Walker (2015) a metáfora se dá a partir do/a maestro/maestrina que rege uma orquestra. Nossa metáfora aqui é outra. A Revisão Dialógica da Literatura assemelha-se a um grande tear manual, que pode ser de mesa ou uma espécie de moldura de madeira com pregos que pode ser apoiada em uma superfície ou no próprio colo do/a artesã/ão. Possui diferentes tamanhos e níveis de complexidade. Nesta moldura cruzam-se fios verticais (urdidura ou teia), que estão presos entre os órgãos do tear, com os fios horizontais (trama) que são transportados pela lançadeira (ou navete) que vai entrelaçando este fio com a teia. Teias e tramas, por meio da lançadeira, vão dando forma ao produto que se quer. Nesta ilustração, contextos e temáticas se entrecruzam como teias e tramas.

A Revisão Dialógica tem certa artesanania. Antes de começar a tecer, o/a artesão/ã preocupa-se com o desenho a ser produzido no cruzamento vertical e horizontal das linhas e fios, com cores, texturas, espaços e preenchimentos distintos. Nosso desenho, enquanto pesquisadores/as é produzido nos muitos diálogos com nossos objetos de estudos e vivências em nosso campo-tema.

Diferentemente dos programas computacionais ou revisões orientadas para quantificar a frequência com que determinado vocábulo surge no texto, ou mesmo a distância entre os vocábulos, esta modalidade de revisão está orientada para as conexões, pontes, nós, aproximações e afastamentos, rupturas e continuidades, controvérsias e consensos.

Os conjuntos que produzimos, tanto de contextos, quanto de temáticas, tem a ver com nossos objetivos. Outras pesquisas, outros desenhos, outros conjuntos. Não tipificamos tais conjuntos como categorias no sentido estrito do termo, pois não necessariamente são excludentes entre si ou delimitam fronteiras rígidas entre suas interfaces. Muitos dos textos agrupados em um conjunto poderiam ser

introduzidos em outros conjuntos. O agrupamento no qual chegamos foi produzido pelas nossas leituras a partir de teorias que abraçamos, por nossos posicionamentos e movimentações no campo-tema (SPINK, 2003). Afinal de contas, a revisão de literatura com a qual trabalhamos aqui é, segundo Montuori (2005), uma pesquisa criativa (em grande parte implícita) que desafia a suposição epistemológica de que é possível apresentar uma lista de autores e ideias relevantes sem que haja o “dedo” do/a pesquisador/a em tal projeto.

Para a análise da dialogia fizemos dois movimentos: o primeiro emergiu do próprio “Quadro de Organização e Visualização dos Diálogos”, pois quando o visualizamos, percebemos o contraste entre o preenchimento completo de alguns espaços e as lacunas de outros. O movimento foi de olhar o entrecruzamento entre contextos e temáticas, o modo como estão distribuídos entre as muitas células do quadro. Que questões estão presentes em que contextos? De que forma? O que está ausente? Do que não se dialoga em determinado contexto? Quem fala? Quem não fala? Em que momento foi dito algo? Enfim, que leituras são possíveis, a partir de certa visualização de movimentos na disposição das temáticas e cores no quadro.

Quando trabalhamos com Práticas Discursivas, nossa matéria-prima no processo de produção de sentidos não são apenas os conteúdos verbais: a dialogia implícita na produção de sentido, o encadeamento das associações de ideias, os posicionamentos, as temporalidades enfim, forma e conteúdo são informações que abrem possibilidades de discussão (SPINK; LIMA, 2013). Pensando na Revisão Dialógica de Literatura, esses elementos nos ajudam a desenvolver conversas com os textos e entre eles, na medida em que visualizamos (e visibilizamos) as informações (WALKER, 2015).

De forma ilustrativa, nessa “conversa” inicial do quadro da Figura 3 conosco, o arranjo das referências, os espaços preenchidos e não preenchidos, nos indicaram questões como: as referências sobre Adoecimento se concentram na coluna do contexto do Hospital, o que indica que há aí uma relação a ser discutida; na Prática da Psicologia

Figura 3 - Quadro de visualização de movimentos na disposição das temáticas e cores

COMO	HOSPITAL	SAÚDE PÚBLICA, COLETIVA	SAÚDE MENTAL	CLÍNICA
Adoecimento	<p>*Plano de ação para normalizar a vida do paciente com <u>hanseníase</u> e promover sua <u>integração na sociedade</u> (FIRST, Thomas F etran, 1976).</p> <p>*"Transformação da antiga "leprosaria" em centros de pesquisa, reabilitação, atendimento médico e cirúrgico para casos selecionados, asilo para pacientes irreparáveis e tratamento intensivo de casos graves, por tempo limitado e de forma voluntária. (CAVALCANTI, A. P.; FONTANA, L.; ROTBERG, A., 1976)</p> <p>*Intervenção no estágio profissional em Psicologia no Hospital, junto a uma criança doente de câncer. (OLIVEIRA et al 2006)</p>	<p>* Atividades integradas de saúde para a tratar os doentes de dermatoses, evitando-se a propagação e sua progressão ou o aparecimento de complicações no doente, criando-se situações graves ou irreparáveis. (Fonseca, Aurciziano da, 1977)</p> <p>*Pesquisa realizada com usuários de serviço de saúde com hanseníase, para saber de que modo a doença afetou seu trabalho. (SILVA, Regina Célia Pinheiro da et al., 2006)</p>	<p>* <u>Caso clínico de uma paciente esquizofrênica desde a sua avaliação diagnóstica até o tratamento global.</u> (SOULZA, Jose Carlos Rosa Pires; CAMPOS, Gisèle, 1999)</p> <p>*Estágio realizado num CAPS, com uma oficina destinada a sujeitos constituídos pela foreclusão. (RAINZ, Carine Gont; COSTA-ROSA, Abilio, 2009)</p> <p>*Experiência de estágio básico no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), com um familiar-cuidador de um sujeito psicótico com diagnóstico de <u>esquizofrenia</u>. (COLLETTI, Mayara et al, 2014)</p> <p>*Experiência emocional de estudantes de Psicologia que passaram pela experiência do estágio monitorado em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e que tiveram contato, em modalidade clínica inspirada nas consultas terapêuticas de Winnicott, com pacientes psicóticos. (COLLAKIS, Silvia Teresa, 2016)</p>	<p>*Psicologia clínica no contexto hospitalar com foco na discussão das vivências de pacientes durante o processo de hospitalização e os sentimentos que emergem diante da doença e da intervenção cirúrgica (GODANICH, Marcia; GUZZO, Fabíola, 2012)</p> <p>*Estágio da Psicologia Hospitalar desenvolvido em uma clínica particular de Oncologia com pacientes em tratamento quimioterápico. (SETTE, Catarina Possenti, GRADVOHL, Silvia Mayumi Obana, 2014)</p>
	<p>*Estágio de psicologia em hospital oncológico buscando apresentar <u>escrita lúdica no tratamento de câncer</u> e refletir sobre a contribuição do <u>brincar na reorganização psíquica de pacientes adultos em tratamento oncológico</u>. (GULIANO, Renata Carolina; SILVA, Luciana Marcia dos Santos; OROZIMBO, Natally Manhães, 2009)</p> <p>*Histórico da inserção do psicólogo no hospital e <u>relata experiência de um estágio realizado no Centro de Tratamento Oncológico - CTO</u>. (CANTARELLI, Ana Paula Silva, 2009)</p>			
	<p>*Ambiente hospitalar como espaço de <u>anuação</u> também dos psicólogos e <u>manejo clínico de pacientes</u> <u>seropositivos</u>. (SASSI, Ariana; GADÉLHA, Samantha, 2014)</p> <p>*"Desafios do psicólogo no atendimento a <u>pacientes internados no Pronto Socorro</u>, a fim de <u>minimizar nos</u> <u>pacientes os sofrimentos produzidos pelos aspectos</u> <u>psicológicos do adoecer</u>". (SASSI, Ariana; OLIVEIRA, Sislama, 2014)</p>			

Fonte: Autores

nos serviços destacam-se as lacunas das referências no contexto da Saúde Mental; o cruzamento da temática da Formação com o contexto da Saúde Pública/Saúde Coletiva é o espaço mais preenchido do quadro. Podemos compreender isso a partir do fato de que se situa nessa aproximação (Psicologia – Formação – Saúde) o campo-tema desta pesquisa. Entretanto, os movimentos nos outros contextos apontam para novas e possíveis discussões.

O segundo movimento de análise, ocorreu por meio da aproximação ao conteúdo dos diálogos no “Quadro de Organização e Visualização Dialógica”. A partir da leitura das células que conectam as linhas temáticas e as colunas dos contextos emergiram diálogos possíveis, por exemplo: nos Hospitais, os diálogos giram em torno dos processos de Adoecimentos e centram-se em referências mais antigas, abordando, principalmente, as situações de internação e doenças como hanseníase, câncer e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA/AIDS); as referências sobre a Prática direcionam a delimitá-la, descrevendo sua utilidade (quase sempre reduzida a papéis) para os contextos. Por exemplo, o papel dos/as psicólogos/as na psicologia clínica aplicada. Por outro lado, tentam também expandi-la, propondo possibilidades de atuação em contextos outros para além da clínica;

Ou, ainda na linha de ilustração de possibilidades de diálogos, a partir 2005 se multiplicaram estudos que colocam a Formação no centro das discussões. A maior parte destas referências, falam de articulações interinstitucionais (como universidades-serviços, hospitais-unidades básicas de saúde). Porém, as mais recentes diversificam as atividades de formação nos serviços, incluindo ações e programas da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, enquanto as mais antigas focam quase exclusivamente os estágios supervisionados. Há aqui certo deslocamento no diálogo que nos aponta caminhos interessantes para discutir a formação em psicologia pelo trabalho para a saúde.

A discussão da pesquisa citada foi organizada a partir das possibilidades de diálogo produzidas no trabalho com os quadros, em articulação com referências que orientam nossos posicionamentos

teóricos e metodológicos e situam nosso campo-tema. Realizar uma Revisão Dialógica da Literatura impulsionou buscar a dialogia nos textos, considerá-los vivos e potentes, fazer conexões buscando formas de trabalhar ferramentas já conhecidas redesenhando-as.

Revisar dialogicamente a literatura implica em visibilizar o máximo possível essas relações e, como diz Montuori (2005), jogar limpo, confessar, assumir a responsabilidade pelo que estamos fazendo e sermos criativos para com isto. O convite da Revisão Dialógica da Literatura é o de tecer artesanalmente diálogos e conexões entre/com textos, explorando seus muitos sentidos e afetos.

Referências

BAKHTIN, Mikhail M. **Estética da criação verbal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

GIBBONS, M. et al. **The new production of knowledge**: The dynamics of science and research in contemporary societies. London: Sage, 1994.

MONTUORI, Alfonso. Literature Review as Creative Inquiry: Reframing Scholarship As a creative process. **Journal of Transformative Education**, Londres, v. 3, n. 4, p. 374-393, 2005.

RIBEIRO, Maria Auxiliadora T. et al. **A pesquisa em base de dados**: como fazer? Metodologias: pesquisas em saúde, clínica e práticas psicológicas. 1. ed. Maceió: EDUFAL, 2015. p. 197.

SANTANA, Aline Lopes. **Formação profissional em psicologia pelo trabalho para a saúde**: revisão dialógica da literatura. 2018. Dissertação de (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

SHOTTER, John. Writing from within “living moments”: “Witness-writing” rather than “aboutness-writing”. **Fourth National Writing Across the Curriculum Conference**: Multiple Intelligences. New York: Cornell University, 1999. p. 3-5.

SPINK, Mary Jane. A ética na pesquisa social: da perspectiva prescritiva à interanimação dialógica. **Psico**, Porto Alegre, v. 31, n. 1, p. 7-22, 2000. Recuperado de <http://pesquisa.bvs.br/brasil/resource/pt/psi-15386>

SPINK, Mary Jane; MATTA, Gustavo Corrêa. A prática profissional psi na saúde pública: configurações históricas e desafios contemporâneos. In: SPINK, M. J. (Org.). **A Psicologia em diálogo com o SUS: prática profissional e produção acadêmica**. 1. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 25-51.

SPINK, Mary Jane et al. The language of risk in psychology: a social constructionist analysis of a psychological database. **Interamerican Journal of Psychology**, Porto Alegre, v. 41, n. 2, p. 151-160, 2007. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-96902007000200005

SPINK, Mary Jane; LIMA, Helena. Rigor e visibilidade: A explicitação dos passos de interpretação. In: SPINK, Mary Jane (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013, p. 71-99.

SPINK, Mary Jane; MENEGON, Vera Mincoff. A Pesquisa como Prática Discursiva. In: SPINK, Mary Jane (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. Virtual ed. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013. p. 42-70.

SPINK, Peter Kevin. Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 18-42, dez. 2003. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822003000200003&lng=pt&tlng=pt

TULKU, T. **Knowledge of freedom: Time to change**. Oakland, CA: Dharma, 1984.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Biblioteca Professor Paulo de Carvalho Mattos. **Tipos de Revisão de Literatura**. Botucatu, 2015. Recuperado de <https://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-evisao-de-literatura.pdf>.

WALKER, Sharon. Literature Reviews: Generative and Transformative Textual Conversations. **Forum Qualitative Sozialforschung/Forum: Qualitative Social Research**, [S.I.], v. 16, n. 3, 2015. Recuperado de <http://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/2291>

WOOLGAR, S. **Knowledge and reflexivity: New frontiers in the sociology of knowledge**. Thousand Oaks, CA, US: Sage, 1988.

IX

As chamadas “facções criminosas” em tempos atuais: o que há de produção científica sobre o PCC?

Lauriston de Araújo Carvalho, Nara Fernandes Lúcio,

Carmem Plácida Sousa Cavalcante, Tabita Aija Silva Moreira

e Ilana Lemos de Paiva

Introdução

Nos últimos anos, as disputas por rotas de tráfico de drogas e o avanço do Primeiro Comando da Capital (PCC) no Norte e no Nordeste estão entre os principais motivos do conflito entre as chamadas facções. No ano de 2015, o assassinato do líder do PCC por membros do Sindicato do Crime do RN (SDC), dentro de um presídio na cidade de Natal, no Rio Grande do Norte (RN), foi entendida como o estopim para o desmembramento definitivo entre as duas facções no estado.

Em 2017, o PCC foi protagonista da maior chacina do sistema prisional do RN. Em represália a este fato e transferência de seus integrantes da penitenciária de Alcaçuz, na cidade Nísia Floresta - RN, o SDC ordenou ataques a ônibus, delegacias e prédios públicos em todo o RN, ação que teve como consequência a solicitação, por

parte do estado, de reforço de 1.800 homens das Forças Armadas, para o restabelecimento da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio público.

Estas facções, que primeiro se organizaram no sistema penitenciário, também adentraram nos serviços de atendimento socioeducativo do RN. O sistema socioeducativo do estado, sob a gestão da então Fundação Estadual da Criança e do Adolescente (FUNDAC), esteve sob intervenção judicial, entre os anos 2012 e 2014, com algumas unidades interditadas total ou parcialmente. Muitos foram os esforços empreendidos de diversos atores sociais para a reestruturação do sistema, realizando ações que focalizavam desde a estrutura física das unidades, recursos humanos, até outros componentes fundamentais para a execução das medidas socioeducativas, como os projetos pedagógicos das unidades de atendimento.

Nessa conjuntura, a Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do Rio Grande do Norte (FUNDASE), convidou o Observatório da População Infantojuvenil em Contextos de Violência (OBIJUV), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) para a execução do projeto “Nova concepção socioeducativa nas unidades de restrição e privação de liberdade do Rio Grande do Norte”. Este projeto tinha como um dos seus objetivos iniciais mapear e sistematizar informações acerca do sistema socioeducativo no RN, no que diz respeito à proposta de socioeducação nas unidades de privação e restrição de liberdade, e, em seguida, construir uma nova proposta de socioeducação, que fosse coletiva, inovadora e exequível, em consonância com o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

Diante dos vários desafios encontrados, o fenômeno das chamadas “facções criminosas” se sobressaiu diante do marco diagnóstico. No período de imersão da equipe de pesquisadores nas unidades socioeducativas, foi possível constatar que a penetração gradativa destes grupos nas unidades, bem como seu estabelecimento no sistema, ocorria massivamente, influenciando diretamente na logística de

As chamadas “facções criminosas” em tempos atuais: o que há de produção científica...

funcionamento e gestão das unidades. Havia uma distribuição dos(as) socioeducandos(as) nos alojamentos a partir das suas identificações com as facções. Em nenhuma hipótese, os jovens de grupos rivais poderiam se encontrar nos corredores das unidades, nem participar de atividades em espaços comuns, podendo colocar em risco a segurança da unidade. No caso dos(as) adolescentes que não se identificassem com determinada facção, era comum que fossem alocados(as) de acordo com a que predomina em seu bairro de origem.

Diante dessa problemática, coloca-se a necessidade de entendimento sobre o fenômeno das chamadas “facções criminosas” dentro do sistema socioeducativo. Por esta razão, despertamos para a necessidade de realizar uma busca apurada quanto à produção científica acerca deste tema. A seguir, apresentaremos estudos que fundamentam teoricamente a constituição e atuação desses grupos, dando destaque à facção de maior visibilidade e difusão territorial no Brasil, o PCC.

Fundamentação teórica

O dossiê “Facções Criminosas do Brasil” (Lacerda, 2017) mostra que cada Estado da federação tem pelo menos um grupo organizado atuando dentro das prisões. A Família do Norte (FDN), na região amazônica; o Primeiro Grupo Catarinense (PGC), no sul do país; e, mais recentemente, o Sindicato do Crime, no Estado do RN (SDC), são exemplos de grupos emergentes dentro das prisões com a finalidade inicial da boa convivência entre os presos e do controle da violência fora dos presídios, além do domínio do tráfico de drogas.

Feffermann (2006) analisa o domínio sobre o tráfico, considerando que a droga é percebida pela sociedade como elemento de “destruição” e “desagregação” da ordem social, sendo necessária, numa perspectiva proibicionista, uma ação geopolítica para combatê-la. Além disso, a criminalidade das drogas e a disputa pelo domínio destas surge como ponto de condensação de conflitos entre grupos

organizados, que se desenrolam e irrompem no cenário histórico em que estamos vivendo.

Segundo Karina Biondi (2006), as facções têm sua gênese no interior das instituições prisionais e nelas implantam regras que orientam a conduta de seus integrantes, para que, deste modo, mantenham a organização do crime e o controle sobre as relações entre os apenados. Portanto, as facções não se restringem à organização do crime, elas se estendem ao cotidiano das suas comunidades de origem e, em alguns casos, postulam as regras de convivência entre os moradores. Além da relação que se estabelece na comunidade, Fefferman (2006) aponta ainda que o tráfico, ao ser caracterizado como mercado ilegal, necessita desenvolver estratégias para evitar a repressão estatal, de modo que, ao inserir agentes do próprio Estado nestas organizações, é possível seguir efetuando as ações do comércio ilegal de substâncias ilícitas para garantir o sucesso na compra e na venda deste material.

Nas comunidades, esses grupos acabam por exercer um controle informal, cuja função é organizar a vida daqueles moradores, de modo que esta organização viabilize e garanta a execução do comércio ilegal. Percebe-se um controle social que estes grupos, de certa forma, passam a exercer informalmente, numa espécie de “substituição” das funções que deveriam ser do Estado.

No Brasil, a facção que mais tem se expandido é o PCC. Seu surgimento está relacionado ao Massacre do Carandiru, ocorrido em 1992, que consistiu na execução de 111 presos durante uma ocupação policial, que tinha como objetivo a contenção de uma rebelião iniciada na maior penitenciária do Estado de São Paulo. O “Massacre do Carandiru” causou indignação em muitos detentos de distintas penitenciárias do país, que passaram a se organizar para combater as situações de opressão dentro das prisões, já no ano seguinte ao do massacre. Nesse contexto, o grupo, em sua origem, reivindicou a não opressão a população, dentro e fora do Sistema Prisional paulista e era defendido por alguns integrantes que não confiavam suas vidas apenas aos grupos de defensores de direitos humanos. Desde então,

o Comando se expandiu progressivamente alcançando proporções nacionais, fazendo-se presente em todos os estados brasileiros e regulando condutas e os mercados criminais brasileiros e com relações internacionais de tráfico.

Dias (2011a) aponta a existência de dois eixos que criaram o terreno propício para a expansão e consolidação deste grupo no sistema prisional paulista e, posteriormente, nacionalmente. O primeiro deles refere-se à dinâmica de organização do PCC e do exercício do controle social nos presídios. E o segundo que, na esfera macrossociológica, diz respeito às políticas estatais no âmbito da segurança pública e outros acontecimentos de ordem social, política e econômica. Fefferman (2006) complementa esta informação, ao afirmar que “o alcance do PCC foi possível por causa das deficiências e do atraso da assistência penal, que estimulou o surgimento de organizações que ocupam o vazio deixado pelo Estado” (p. 87).

Concordando com a autora, Dias (2011b) afirma que o PCC se constitui como instância reguladora de conflitos do cotidiano prisional, baseado num discurso de união dos presos diante de um inimigo comum, que seria o Estado. Feltran (2012) complementa esse dado ao afirmar que a gestão de conflitos no estado de São Paulo, por exemplo, é feita pelo Estado e por grupos criminais. A este último, por exemplo, a diminuição dos motins e rebeliões nos presídios, bem como a queda na taxa de homicídios naquele estado, nos anos 2000, se deram pelas intervenções do PCC para a garantia da fluidez nos negócios do tráfico de drogas. Esse poder de intervenção só foi consolidado após as medidas estatais na segurança pública de expansão do encarceramento, a criação do Regime Disciplina Diferenciado (RDD) e a transformação do tráfico de drogas como crime hediondo.

Essas questões deram sustentação ao discurso do PCC para a união dos presos a objetivos comuns e formação de redes de solidariedade, em detrimento do vazio do Estado diante da fragilidade da política penitenciária. A partir da consciência de classe, percepção da

situação social e histórica da experiência do encarceramento, a luta por direitos, a partir das opressões sofridas, viria da superação das diferenças individuais e da luta contínua contra Estado e a sociedade. O PCC tornou-se um mediador de conflitos dentro das prisões, e posteriormente, nos territórios sob seu controle ou influência. É essa capacidade de mediar conflitos que constitui um marco da hegemonia alcançada pelo PCC em São Paulo, dentro e fora das prisões, e que permite uma mudança significativa nas práticas e na estrutura de sua organização.

As políticas estatais no âmbito da segurança pública de hiperencarceramento, a alocação das lideranças políticas num único local a partir do Sistema Penitenciário Federal (SPF) e a transferência de lideranças para outros estados contribuíram para expansão da facção em território nacional (DIAS, 2017). Somado a isso, os eventos ocorridos em 2001: a megarrebelião (que mobilizou cerca de 29 unidades penitenciárias, em 19 cidades do estado de São Paulo), além dos ataques às forças de segurança do estado, em 2006, expressaram a hegemonia adquirida pelo PCC e visibilidade aos seus membros.

Toda essa caracterização acerca da expansão do PCC tem sua importância, quando apontamos o Estado como parte do sistema que sustenta a proliferação destes grupos, seja com uma ação de negligência, com uma política de segurança pública precária; seja servindo de suporte, através seus agentes, para as práticas ilícitas dos chamados “grupos criminosos”, como podemos identificar nas ações das milícias. Considerando a expansão da facção dentro das prisões, é necessário o aprofundamento em algumas discussões mais amplas, como o funcionamento do próprio Estado, e suas formas de controle, em uma sociedade capitalista.

O Estado atua como agente repressor do exército de reserva que “não tem lugar na sociedade”, e por esta razão, o encarcera. Vemos, portanto, a prisão, como necessária ao sistema capitalista, enclausurando os excedentes, aqueles insubordinados e não adaptados a

esta estrutura de produção, as classes perigosas da sociedade classista (SILVA JÚNIOR, 2017). Aplica-se uma medida de “menos Estado” para o que diz respeito aos privilégios do capital, segregando a população trabalhadora; e uma medida de “mais Estado” para mascarar e conter as consequências sociais deletérias nas regiões consideradas inferiores, no grande espaço social, onde há a desregulamentação do trabalho assalariado e a deterioração da proteção social (WACQUANT, 2001). Deste modo, a lei penal surge para reparar o mal ou para impedir que outros males sejam cometidos contra o pacto social, ou ainda, para reparar a perturbação causada à sociedade, já determinando dois lados: o do bem, que corresponde à sociedade; e o do mal, no qual se configura o criminoso. Esta análise parte da concepção da existência de um Estado pouco social para um Estado cada vez mais penal (SHMIDT, 2011).

Nesse sentido, o ordenamento jurídico atua como instrumento de classe de modo a definir o grupo que será segregado. A repressão estatal, portanto, será direcionada aos pertencentes da classe trabalhadora, à medida que os delitos cometidos pelos sujeitos da classe detentora do poder não serão punidos na mesma proporção (GONÇALVES; ARAÚJO; SANTANA, 2010).

O Estado, então, atua com ações de controle e vigilância do comportamento humano, intensificando e executando as ações em que o tráfico e os conflitos entre grupos criminosos, são tratados como campo restrito à polícia e ao sistema de justiça. E aqui, abrimos a reflexão crítica de que, mesmo as ações das políticas sociais constituem-se como meios para garantir a coesão do projeto político dominante (SHMIDT, 2011), ou seja, a manutenção do modo de produção capitalista, que produz excedente humano, que precisa ser afastado e segregado da sociedade, através do encarceramento. Um sistema que, em sua crise estrutural, produz uma população que o sustenta através da produção da miséria na qual esta população é colocada para garantir, com isso, a concentração de riqueza nas mãos de uma minoria.

Diante a problemática explicitada, buscamos apontar o direcionamento da produção científica nacional sobre as chamadas “facções criminosas” atualmente, especificamente em relação àquela que tem crescido em número de adeptos e em condições financeiras: o PCC. E, com isso, identificar as possíveis carências analíticas sobre as temáticas nesta área, fornecendo subsídios para futuros estudos.

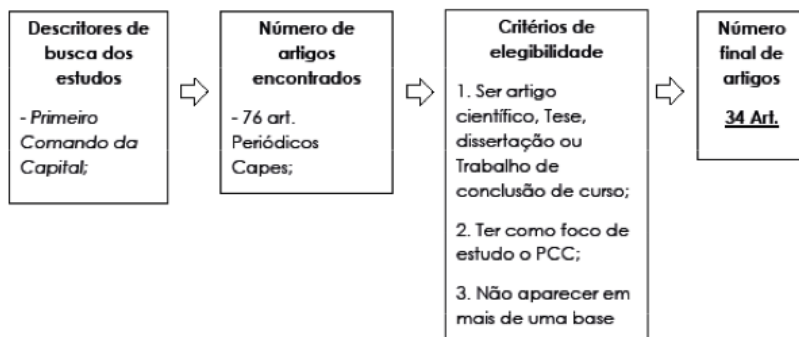
Método

O presente estudo trata de uma revisão sistemática (ROTHER, 2007) de artigos científicos, teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso, a partir da problemática de pesquisa: como a literatura científica nacional tem produzido conhecimento sobre o PCC? Foi realizada através de pesquisa documental, em que foram consultadas as bases de dados Portal Periódicos Capes e *Scielo*, que se constituem como portais digitais de livre acesso, como um banco de dados de busca por palavras-chave. Para a busca dos estudos foi usada a combinação dos descritores “Primeiro Comando da Capital”; “PCC” e “Facção”. Por conveniência, foram coletados estudos sem delimitação de período de tempo.

Tomando como recomendação os passos sugeridos por Rother (2007) no processo de revisão de literatura sistemática, a primeira etapa consistiu na busca dos estudos nas bases de dados Portal Periódicos Capes e *Scielo*. A etapa seguinte foi a consideração dos artigos científicos, teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso científicos que contemplassem os seguintes critérios de elegibilidade: (a) Ser artigo científico, tese, dissertação e trabalho de conclusão de curso (TCC); (b) Ter como foco de estudo o PCC; (c) Para os artigos que apareceram em mais de uma base de dados, foi considerado apenas um dos artigos. Para melhor exemplificar os passos seguidos, constando informações sobre número de estudos encontrados antes e depois dos critérios de elegibilidade, apresentamos a seguir o organograma detalhado na Figura 01.

As chamadas “facções criminosas” em tempos atuais: o que há de produção científica...

Figura 01: Organograma de busca e seleção dos estudos



Fonte: elaborado pelos autores.

O número de estudos encontrados no Periódicos Capes foi de 76 e no *SciELO*, 42. Ao passo que os estudos foram submetidos aos critérios de elegibilidade, levando-se em consideração também que muitos estudos foram excluídos porque não tinham como foco principal o PCC, apenas o citava nas suas análises, o número final de estudos foi de 34 distribuídos entre 24 artigos científicos, 5 teses, 4 dissertações e 1 TCC.

Depois de finalizada a etapa dos critérios de elegibilidade, foram selecionados os artigos científicos, teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso, tendo o PCC como foco do estudo. O processo preliminar da análise deu-se com a leitura dos títulos e dos resumos de cada um dos estudos selecionados e depois delimitados segundo os critérios: (a) Área de conhecimento; (b) Natureza dos estudos (empírico ou teórico); (c) Técnicas metodológicas utilizadas; (d) objetivos e principais resultados dos estudos sobre o PCC.

Resultados e discussão

Descreveremos os estudos segundo os critérios da área de conhecimento, estados da federação dos autores, periódicos em que os estudos foram publicados, natureza dos estudos, técnicas metodológicas utilizadas, objetivos e principais resultados dos estudos sobre o PCC. Na análise inicial, foi considerada a área de conhecimento dos estudos sobre o PCC, os dados mostram a Sociologia (n=13), Direito (n=07) e as Ciências Sociais (n=07) como as áreas que mais produzem sobre o PCC¹. Em menor número, também há produções nas áreas da História (n=02), Antropologia Social (n=02), Geografia (n=01) e Ciência Política (n=01), como pode ser observado na Tabela 01.

Tabela 01: Área de conhecimento dos estudos sobre o PCC

Área do conhecimento	Frequência (F)
Sociologia	F: 13
Direito	F: 07
Ciências Sociais	F: 07
História	F: 03
Antropologia Social	F: 02
Geografia	F: 01
Ciência Política	F: 01

Fonte: elaborado pelos autores.

Chama a atenção, a ausência de trabalhos no campo da Psicologia, especialmente na Psicologia Social, área que possui considerável número de trabalhadores nos sistemas prisional e socioeducativo.

.....
 1 A classificação foi realizada de acordo com a área indicada pelos próprios autores dos textos analisados.

Mesmo os referenciais técnicos de atuação nestas áreas produzidos pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2010a, 2010b, 2012) não fazem referência ao fenômeno das chamadas facções o que suscita a questão sobre quais fundamentos estes profissionais têm utilizado para exercerem sua prática. As pesquisas da Sociologia priorizam estudos de caso de membros da facção, tendo como procedimentos a observação participante/etnográfica em campo, especialmente no contexto penitenciário e a relação da facção com atores estatais. Na área do Direito, há um direcionamento sobre a argumentação jurídica da Lei de Execuções Penais (LEP) e implementação do Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), enquanto nas Ciências Sociais versam sobre o surgimento, organização e expansão da facção.

Em relação à natureza dos estudos publicados, também não há diferenças quantitativas significativas. A maior parte dos estudos teóricos são análises dos principais eventos relacionados ao PCC que contribuíram para o seu surgimento, organização e expansão. Dentre estes eventos, podemos destacar o massacre do Carandiru no ano de 1992; as medidas tomadas na área da segurança pública, no início dos anos 1990, que culminaram no hiperencarceramento; a interiorização das prisões no estado paulista; a distribuição de lideranças das facções para outros estados (Paraná e Mato Grosso do Sul); a efetivação do RDD e os acontecimentos dos anos de 2001 (a megarrebelião) e 2006 (ataques às forças de segurança). Esses dados são complementados com as técnicas metodológicas utilizadas nesses estudos empíricos e teóricos.

As técnicas mais utilizadas dizem respeito à análise documental (n=23). Estes dados foram trabalhados com material textual de naturezas diversas, como matérias jornalísticas e de revistas, documentos institucionais e dados estatísticos de agências governamentais e Organizações Não Governamentais (ONG). Muitos destes dados estatísticos foram utilizados para fundamentar análises em estudos estritamente teóricos. São exemplos destes dados o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN), Instituto de

Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Seguido dos dados documentais, a observação participante/etnográfica e entrevistas têm uma frequência de 16 e 12, respectivamente. Os estudos que se utilizam dessas estratégias priorizam a observação *in loco*, no contexto penitenciário, referente à dinâmica da facção. Os estudos que mais se utilizam dessa estratégia são da área de Sociologia. E, em relação às entrevistas, um ponto marcante diz respeito aos estudos de caso de membros que pertencem ou já pertenceram ao PCC.

Os objetivos e principais resultados dos estudos sobre o PCC foram submetidos a análises de conteúdo temáticas e expostos na Tabela 02, que mostra as categorias temáticas dos estudos sobre o PCC, organizada em três categorias gerais e suas subcategorias. São elas: “Segurança Pública”, que está dividida nas subcategorias administração de conflitos, política penitenciária, segurança pública, encarceramento em massa e interiorização dos presídios; a categoria “PCC: organização/estrutura/atuação/formação”, com as subcategorias atuação, organização e surgimento; e a última categoria, denominada de “Identidade do Preso”. Na Tabela 2 explicitamos cada uma delas.

A categoria “Segurança Pública” é composta por classificação foi realizada de acordo com a área indicada pelos próprios autores dos textos analisados. 15 estudos e trata do PCC sob a ótica de atuação no sistema penitenciário e sua influência na segurança pública. Além de evidenciar o debate sobre as medidas tomadas na área da segurança pública direcionadas às questões relativas à facção, majoritariamente os estudos têm como foco o contexto do estado de São Paulo.

A subcategoria Administração de Conflitos (n=04) apresenta as possibilidades de negociação entre os agentes estatais e a facção, tanto na mediação de motins, rebeliões no sistema prisional, quanto fora do presídio. O estudo de Sinhoretto (2014) mostra que o Estado apresenta duas principais formas de negociação com as facções,

As chamadas “facções criminosas” em tempos atuais: o que há de produção científica...

que são complementares, uma mais repressiva, militarizada, que se utiliza da letalidade policial e investigação sigilosa, e outra baseada na judicialização e no direito penal. E o estudo de Godói (2015) atenta para as variadas formas de comunicação que se estabelecem entre a facção dentro e o fora da prisão, como possibilidade de entendimento da expansividade, além da conflitividade nos espaços urbanos.

Tabela 02 – Categorias temáticas dos estudos sobre o PCC

Categorias temáticas	Referência	Frequência (F)
<i>Administração conflitos</i>	<i>de</i> Godi (2015); Sinhoretto (2014); Feltran (2012); Dias (2011).	F: 04
<i>Política penitenciária</i>	Santos (2017); Araújo (2017); Cruz, Souza e Batitucci (2013); Rodrigues (2011); Dias (2009).	F: 05
<u>Segurança Pública</u>		
<i>Segurança pública</i>	Lima, Sinhoretto e Bueno (2015); Furukawa (2008); Mingardi (2007).	F: 03
<i>Encarceramento massa</i>	<i>em</i> Dias (2017); Silvestre e Melo (2013)	F: 02
<i>Interiorização presídios</i>	<i>dos</i> Júnior (2014); Santos (2014);	F: 02

Problemas, controvérsias e desafios atuais em Psicologia Social

<i>Atuação</i>	Hirata e Grilo (2017); Ruotti (2016); Biondi (2014); Alvarez, Salla e Dias (2013); Bradão (2011); Oliveira (2010); Lima (2009); Cano e Alvadia (2006).	F: 08
<u>PCC: organização/estrutura/</u> <u>atuação/formação</u>		
<i>Organização</i>	Biondi (2017); Menezes (2016). Biondi (2014); Masi (2014);	F: 04
<i>Surgimento</i>	Dias (2011); Biondi e Marques (2010); Adorno e Salla (2007).	F: 03
<u>Identidade do</u> <u>preso</u>	Marques (2013); Redígolo (2012); Braga (2008).	F: 03
		Total: 34

Fonte: elaborado pelos autores.

A subcategoria Política Penitenciária (n=05) apresenta a reforma do sistema penitenciário por meio da privatização de presídios, debatendo-se sobre a privatização das unidades prisionais em meio a interferências das facções. A dissertação de mestrado de Santos (2017) problematiza a privatização de unidades prisionais como forma de suprimir as necessidades do sistema penitenciário brasi-

leiro. A proposta de terceirização e privatização que se inicia com atividades-meio (oferta de serviços de alimentação, saúde e limpeza), passa a assumir as atividades-fim em 2013, quando foi inaugurada a primeira penitenciária totalmente privada do país, em Ribeirão das Neves, Minas Gerais. O autor chama a atenção para a sobreposição dos interesses econômicos advindos do massivo aprisionamento em detrimento do coletivo, que perpassa a seletividade criminal margeada pela estratificação social e as relações obscuras entre o Estado e o chamado “crime organizado”.

Nessa perspectiva, Araújo (2017) apresenta a investida política de privatizações de presídios no Estado do Rio Grande do Norte, que aconteceu em 2016. A autora debate a inaplicabilidade desse modelo nas unidades femininas de execução penal, em meio a inserção das facções nesse meio, considerando a incongruência com o Estado Democrático de Direito e a transferência do Poder de Polícia ao particular, a Lei 11.079/2004, além da defesa da dignidade da pessoa humana.

Já Cruz, Souza e Batitucci (2013) avaliam que a política penitenciária no estado de São Paulo é voltada para repressão, com as medidas de recrudescimento das ações da “sociedade dos cativos” e a implantação do RDD, embora nos anos 1980 houvesse um breve período de tentativa de humanização. Nesse sentido, Dias (2009) reflete como o direito oficial deixa brechas que são ocupadas por instâncias informais, como o caso do PCC, que baseia a sua prática num modelo violento de poder e, contraditoriamente, também por meio de decisões coletivas.

A subcategoria Segurança Pública (n=03) agrega estudos que versam sobre a atuação dos atores estatais no campo da segurança pública. Lima, Sinhoretto e Bueno (2015) acrescentam que há um abismo entre os princípios democráticos postos na Constituição de 1988 e as práticas das polícias, do Ministério Públicos e do Judiciário, que, paradoxalmente, são instâncias estatais responsáveis pela gestão da vida desta população.

Encarceramento em Massa (n=02) e Interiorização das Prisões (n=02) são subcategorias que dizem respeito a problematizações das medidas tomadas pelo Estado, na área de segurança pública, mediante ao fenômeno do PCC. Dias (2017) explica a medida de encarceramento em massa tomada pela política de segurança pública no estado de São Paulo, que abrange a sua influência a territórios cada vez mais amplos, tanto nos presídios, quanto nos espaços urbanos. Sinhoretto e Melo (2013) contribuem para a compreensão desse fenômeno, ao abordar seus desdobramentos, sobretudo na relação entre administração do presídio, os internos e seus familiares, como dispositivo de segurança no controle da conflitividade no cotidiano na prisão.

Zomighani Júnior (2014) realizou uma análise sobre o processo histórico e contextual da construção massiva e interiorização de presídios no estado de São Paulo, a partir dos anos 1990, além de trazer questões sobre as relações burocráticas com prefeitos de pequenos municípios da época, a punição das famílias dos presos e os dias de visitação. Por sua vez, Santos (2014) avaliou os impactos sociais causados na vida das pessoas de cidades interioranas com a construção de presídios, apontando resistências aos novos padrões de comportamento com o aumento populacional (presos, seus familiares, amigos, dias de visita), além da observação do aumento do registro de crimes contra o patrimônio.

A categoria geral, “PCC: organização/estrutura/atuação/formação” apresenta subcategorias sobre a atuação, organização e surgimento do PCC. Em relação à “atuação” (n=08), Hirata e Grillo (2017) esboçam comparações sobre a atuação das facções nas cidades de São Paulo (PCC) e Rio de Janeiro (CV) e Amigo dos Amigos (ADA). Considerou-se os mercados do varejo das drogas, as práticas criminosas, bem como as forças de ordem como constituintes destas organizações nas duas capitais em questão. Em São Paulo, historicamente, a facção é produzida pela política de encarceramento em massa, ao passo que na cidade do Rio de Janeiro, é atravessada pelas

políticas de enfrentamento e ocupação militar, especialmente nos programas das Unidades de Polícias Pacificadoras (UPPs).

Ruotti (2016) investiga a legitimidade adquirida pelo PCC nas periferias por meio da mediação de conflitos. A prerrogativa para matar é dada pelos “debates” ou “tribunais do crime” como demonstração de força. Lima (2009) reafirma que a motivação para o surgimento de facções no sistema prisional configura-se como uma resposta da população carcerária ao Estado. As arbitrariedades dos agentes estatais contribuíram para a “união” dos presos e a sua organização guarda íntima relação com o direito de resistência.

Biondi (2014), em sua tese de doutorado, defende a ideia de que o PCC é constituído de vários outros movimentos, pessoas, relações afetivas, ideias e lutas. Alvarez, Salla e Dias (2013) avaliam que a formação dos grupos que se impõe à massa carcerária tem como consequência direta a obstrução à existência de mecanismos de comunicação e representação de presos, legitimados pelas autoridades. Os autores mostram que a resistência, por permitir canais de democratização política, causa a retenção de demandas legítimas que são apropriadas pelas facções, no caso o PCC, e formam a base de apoio ideológico que lhe dão sustentação como instância de representação da população carcerária.

As teses de doutorado de Brandão (2011) e Oliveira (2010), destoam dos demais estudos por sair do contexto de São Paulo e por alertarem sobre a expansão do PCC no estado do Rio Grande do Norte. O primeiro estudo tem como propósito compreender as redes sociais no sistema prisional na presença de “grupos organizados”, de forma semelhante; o segundo estudo investiga os repertórios linguísticos no cotidiano do presídio, apontando que a linguagem é um caminho para compreender a sociabilidade e as práticas sociais de facções, no uso de poder não institucionalizado.

Referente à categoria Organização (n=04), Biondi (2017) enxerga que a presença da facção não está atrelada a de seus integrantes, não se restringindo a presença dos seus membros, esquivando-se do

conceito de “crime organizado”, relacionado a uma composição de indivíduos em torno de negócios ilícitos. Menezes (2016) a partir da observação da ocupação dos espaços no presídio de Alcaçuz, no estado do RN, identifica a organização do PCC nesses espaços como poder paralelo em relação ao poder estatal, principalmente na mediação de conflitos e homicídios no interior desse ambiente. Adorno e Salla (2007) tomam como ponto de partida os ataques em 2006 protagonizados pelo PCC com o intuito de discutir a emergência desta facção no sistema penitenciário paulista, analisando o cenário internacional e o contexto brasileiro, como antecedentes históricos, e o enraizamento do crime na sociedade e papel das políticas públicas penitenciárias.

Por fim, a última categoria geral exhibe estudos relativos à Identidade do Preso. Esta categoria tem o menor número de trabalhos, com três estudos (BRAGA, 2008; MARQUES, 2013; REDÍGOLO, 2012), e mostra os processos de estabilidade e de mudança da identidade dos sujeitos em contexto de cárcere, alguns deles pertencentes ao PCC.

Marques (2013), em seu estudo de caso de membro do PCC, investiga o ato da conversão ao pentecostalismo. O estudo mostra que, apesar da conversão, sendo agora um “irmão” da igreja, o sujeito não deixou de ser “irmão” do PCC, como assim são chamados os membros da facção. Já Redígolo (2012) discute a estigmatização e segregação dos presos, membros do PCC, e de seus familiares, estimulada principalmente pela atuação do Estado, mídia, agentes de segurança e a população em geral. Braga (2008) em sua dissertação analisa como a identidade do preso é influenciada pelas regras do cárcere e demandas institucionais. Discute-se, assim, como o processo de encarceramento implica na absorção, manutenção ou alterações em relação aos valores e hábitos próprios do preso e da sociedade, evidenciando implicações para a identidade do preso e suas condições ou não para um retorno a vida em sociedade.

Considerações pertinentes

A presente revisão de literatura sistemática permitiu delinear um panorama da produção de conhecimento sobre o PCC. A coleta dos dados e análise dos resultados proporcionaram subsídios teóricos para compreensão de aspectos concernentes aos objetivos da revisão sistemática, exemplificados nos critérios de análise: (a) Área de conhecimento; (b) Natureza dos estudos (empírico ou teórico); (c) Técnicas metodológicas utilizadas; (d) Objetivos e principais resultados dos estudos sobre o PCC.

Dessa forma, os resultados demonstram que as áreas que mais produzem sobre o PCC são a Sociologia, Direito, Ciências Sociais, sendo que São Paulo é o estado com maior concentração de estudos. No que diz respeito aos periódicos de publicação e a natureza das pesquisas (empírico-teórica), observamos não haver diferenças quantitativas significativas, apresentando certa homogeneidade. Todavia, há um direcionamento para periódicos das áreas da Sociologia, Direito e Ciências Sociais e estudos teóricos que direcionam análises para o surgimento, organização e expansão do PCC, enquanto os empíricos privilegiam aspectos relacionais intra e intergrupo. Estes dados são acessórios às técnicas metodológicas utilizadas, na qual, as mais utilizadas foram as documentais seguidas da observação participante/etnográfica e entrevistas.

No que se refere aos objetivos e principais resultados dos estudos sobre o PCC, a análise de conteúdo temática, organiza-se em três categorias gerais e suas subcategorias, são elas: Segurança Pública (n=15) - dividida nas subcategorias Administração de Conflitos, Política Penitenciária, Segurança Pública, Encarceramento em Massa e Interiorização dos Presídios. A categoria PCC: Organização/Estrutura/Atuação/Formação (n=16), com as subcategorias Atuação, Organização e Surgimento e, a categoria geral Identidade do Preso (n=03), com a menor quantidade de estudos.

A frequência de estudos em cada categoria e subcategoria demonstra a predileção das temáticas referente aos estudos sobre o PCC. Contudo, apontamos a escassez de estudos em relação a determinadas problemáticas atuais, como a expansão do PCC para outras regiões – exemplo do Norte e Nordeste –, embora, ainda encontre-se estudos sobre a realidade do Estado do Rio Grande do Norte, mas em baixa quantidade, e o estabelecimento do PCC em outras instituições para além do sistema penitenciário, como o sistema socioeducativo. Sugerimos, assim, futuras pesquisas que abordem estas questões.

A falta de publicações na área da Psicologia Social, também chamou a atenção, especialmente pela atualidade do tema, mas principalmente pelo fato de haver psicólogos(os) atuantes nos sistemas prisional e socioeducativo. Da mesma forma, as referências técnicas do CFP não contemplam este contexto o que levanta a questão sobre qual conhecimento nesta área tem norteado a atuação destes profissionais e embasado a contribuição da Psicologia Social no campo das políticas públicas que estão sendo perpassadas pelo predomínio das facções tanto nos ambientes de restrição de liberdade, nas medidas socioeducativas em meio aberto (liberdade assistida), como nas comunidades nas quais estão inseridas.

Corre-se o risco, então, da formação e atuação profissional das psicólogas permanecer centralizada em questões individualizantes quando, na verdade, há um contexto maior de ocupação de chamados grupos criminosos na organização da vida das populações da periferia. Este cenário, aliado à negligência do Estado em garantir direitos a esta população, propicia o aumento da violência, tráfico, criminalização e restrição de liberdade dos jovens pobres. Reitera-se esta questão quando se considera que um dos enfrentamentos para a Psicologia, como ciência, mas principalmente como profissão, vem sendo o campo das políticas sociais. Este debate torna-se necessário, quando este campo tem sido um dos que mais absorve estas(es) profissionais na atualidade, revelando a necessidade de uma discussão

mais densa em relação aos temas que permeiam a segurança pública e a atuação das(os) psicólogas(os) nestas áreas.

Assim, é fundamental o debate em relação à busca e produção de estudos de modo a fundamentar as discussões e atuação de profissionais para lidar com este fenômeno novo, que são as “facções criminosas”. Neste sentido, faz necessário salientar que a busca de estudos apenas nos portais Periódicos Capes e *Scielo* revela-se ainda como limite metodológico desta pesquisa. A busca em outros portais que alcancem estudos indexados em periódicos de menor *qualis* poderia contribuir para uma análise complementar e mais profunda, alcançando outros periódicos, países, regiões/estados e outras temáticas não detectadas na presente pesquisa.

Referências

ADORNO, S.; SALLA, F. Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 7-29, dez. 2007.

ALVAREZ, M. C.; SALLA, F.; DIAS, C. N. Das comissões de solidariedade ao primeiro comando da capital em São Paulo. **Tempo Social. Revista de Sociologia da USP**, v. 25, n. 1, p. 62-81, 2013.

ARAÚJO, R. T. **Privatização do encarceramento da mulher**: a incapacidade do contrato de parceria público-privada aos presídios femininos no Rio Grande do Norte à luz da criminologia. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

BIONDI, K (2006). Tecendo as tramas do significado: as facções prisionais enquanto organizações fundantes de padrões sociais. In: GROSSI, M. P.; HEILBORN, M. L.; MACHADO, L. Z. (Org.). **Antropologia e Direitos Humanos 4**. Florianópolis: Associação Brasileira de Antropologia; Nova Letra, 2006, p. 303-350.

BIONDI, K. **Etnografia no movimento**: território, hierarquia e lei no PCC. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP, 2014.

BIONDI, K. Políticas prisioneiras e gestão penitenciária: incitações, variações e efeitos. **Etnográfica**, v. 21, n. 3, p. 555-567, 2017.

BRAGA, A. G. M. **A identidade do preso e as leis do cárcere**. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

BRANDÃO, T. S. **Atrás das grades: redes sociais, habitus e interação social no sistema carcerário do RN**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

CFP. **Referências técnicas para atuação de psicólogos no âmbito das medidas socioeducativas em unidades de internação**. Brasília, DF: CFP, 2010.

CFP. **Referências técnicas para atuação da(os) psicólogos(os) no sistema prisional**. Brasília, DF: CFP, 2012a.

CFP. **Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) em programas de Medidas socioeducativas em Meio Aberto**. Brasília, DF: CFP, 2012b.

As chamadas “facções criminosas” em tempos atuais: o que há de produção científica...

CRUZ, M. V. G. da; SOUZA, L. G. de; BATITUCCI, E. C. Percurso recente da política penitenciária no Brasil: o caso de São Paulo. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 5, p. 1307-1325, out. 2013.

DIAS, C. C. N. Ocupando as brechas do direito formal: O PCC como instância alternativa de resolução de conflitos. **Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 2, n. 4, p. 83-106, abr. 2009.

DIAS, C. C. N. **Da pulverização ao monopólio da violência**: expansão e consolidação da dominação do PCC no sistema carcerário paulista. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, 2011a.

DIAS, C. C. N. Estado e PCC em meio às tramas do poder arbitrário nas prisões Tempo Social. **Revista de Sociologia USP**, v. 23, n. 2, p. 213-233, 2011b.

DIAS, C. C. N. Encarceramento, seletividade e opressão: a “crise carcerária” como projeto político. São Paulo: **Friedrich Ebert Stiftung**, 2017.

FEFFERMANN, M. **Vidas arriscadas**: o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

FELTRAN, G. Governo que produz crime, crime que produz governo: o dispositivo de gestão do homicídio em São Paulo (1992 – 2011). **Rev. bras. segur. Pública**, v. 6, n. 2, p. 232-255, 2012.

GODÓI, R. Vasos comunicantes, fluxos penitenciários: entre dentro e fora das prisões de São Paulo. **Vivência: Revista de Antropologia**, v. 1, n. 46, p. 131-142, 2015.

GONÇALVES, T. A. S.; ARAÚJO, E. L.; SANTANA, I. J. A seletividade do sistema penal e a pena de prisão. **Anais do Sciencult**, v. 2, n. 1, p. 409-418, 2010. Recuperado de <http://anaisonline.uems.br/index.php/sciencult/article/view/3317/3290>

HIRATA, D. V.; GRILLO, C. C. Sintonia e amizade entre patrões e donos de morro: Perspectivas comparativas entre o comércio varejista de drogas em São Paulo e no Rio de Janeiro. **Tempo Soc.**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 75-98, mai. 2017.

LACERDA, R. **Facções criminosas do Brasil**. São Paulo: Abril, 2017.

LIMA, G. G. **Sistema prisional paulista e organizações criminosas**: a problemática do PCC – Primeiro Comando da Capital. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba/SP, 2009.

LIMA, R. S.; SINHORETTO, J.; BUENO, S. A gestão da vida e da segurança pública no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, v. 30, n. 01, p.123-144, 2015.

MARQUES, V. A. A dupla vida do pesquisador: etnografia da conversão ao pentecostalismo de membros do PCC na zona leste de São Paulo. **História em Reflexão**, v. 07, n. 14, p. 1-19, 2013.

MENEZES, L. L. **Ordem e disciplina, sentimentos e emoções: uma história da penitenciária de Alcaçuz**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

OLIVEIRA, H. C. **Código de sustentação da linguagem no cotidiano prisional do Rio Grande do Norte**: penitenciária estadual de Parnamirim. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional, Cultura e Representações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

REDÍGOLO, N. Sistema penitenciário e seus estigmas: o caso paulista. **Revista LEVS/UNESP**, Marília, v. 9, p. 82-96, 2012.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática x Revisão Narrativa. **Acta Paul Enferm**, v. 20, n. 2, p. v-vl, 2007.

RUOTTI, C. **Pretensão de legitimidade do PCC**: justificação e reconhecimento de suas práticas nas periferias da cidade de São Paulo. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SANTOS, D. de A. **Parceria público-privada em presídios**: (in)sustentabilidade da privatização e os novos desafios da gestão penitenciária na pós-modernidade. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2017.

SANTOS, L. H. D. J. A interiorização do sistema prisional: análise dos impactos sociais e proposta de gestão estratégica pela política militar. **Revista LEVS/UNESP**, n. 14, p. 12-38, 2014.

SHMIDT, F. **Adolescentes privados de liberdade**: a dialética dos direitos conquistados e violados. Curitiba: Juruá, 2011.

SILVA JUNIOR, N. G. S. **Política Criminal, Saberes Criminológicos e Justiça Penal**: Que Lugar para a Psicologia? Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

As chamadas “facções criminosas” em tempos atuais: o que há de produção científica...

SINHORETTO, J. Controle social estatal e organização do crime em São Paulo. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 7, n. 1, p. 167-196, 2014.

SINHORETTO, J.; MELO, F. A. L. O encarceramento em massa em São Paulo. **Tempo Social**, v. 25, n. 1, p. 83-106, 2013.

WACQUANT. L. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ZOMIGHANI JUNIOR, J. H. Cartografias da interiorização penitenciária no estado de São Paulo. **Verve**, v. 25, p.109-128, 2014.



Processos formativos em itinerâncias e grupalidades, transversalizadas pelo cuidado de si e do outro¹

Ricardo Pimentel Mélló

Neste momento em que se amplia gravemente o movimento de universalização do mercado de produção de modos de subjetivação global, fazendo transformar nossas relações cotidianas em produtos de consumo, em consequência, tornando visíveis e aceitas maneiras de viver que a ele se adequem e fazendo com que as relações que poderiam indicar alguma transformação se adaptem e sejam capturadas em suas potencialidades insurreccionadoras, a proposta que este texto compartilha é a de viver certo modo de grupalização nômade. Tal proposta já emerge no próprio título, que se faz em diversas palavras, as

1 Trata-se de texto escrito a partir da participação do autor no evento “Resistir nas Universidades: dispositivos de formação e produção de subjetividades”, organizado pelo Grupo de Trabalho (GT) Subjetividade Contemporânea da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação de Psicologia (ANPEPP), nos dias 25 e 26 de abril de 2019, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

quais, unidas em rede, pretendem o efeito de serem conceitos a nos propor algo.

Abbagnano (2007) aponta dois problemas fundamentais relacionados à discussão de conceitos: (a) ir em busca da natureza de algo, ou da essência de algo; (b) ir em busca da função de um conceito. Neste texto, eu me aproximo da segunda articulação, que, no campo da epistemologia moderna, pode ser feita, por exemplo, em um caminho com Dewey (Pragmatismo), onde o conceito será defendido como consequência de certas circunstâncias da experiência; ou podemos fazer um percurso na companhia de Deleuze (Filosofia da Diferença), onde o conceito se faz em uma composição ativada pelo seu efeito. Neste último traçado, perde-se a experiência como essência que cria um conceito capaz de descrevê-la, e ganha-se a compreensão de que o conceito é imanente à existência dos modos de vida humana, sem possibilidade de representá-la, na medida em que um conceito a cria, ao mesmo tempo em que é criado.

Cada pessoa, ao ler o título deste texto, poderia propor certa composição para enredar os termos-conceitos “itinerâncias, grupalidades e processos formativos”. A composição que proponho, ou que desejo com este texto, é firmar alinhamentos com a perspectiva a qual defende que os processos formativos são devires (portanto, itinerâncias), só possíveis de serem criados e vividos em grupalidades. E mais, na composição que proponho, tais processos são transversalizados por uma ética agenciadora de cuidados.

Mesmo se tratando de um texto acadêmico, o que pretendo avigorar com a discussão sobre processos formativos está para além de propor composição identitária de professor ou estudante, tecendo esses personagens para que sejam efeitos de processos de subjetivação feitas na insurreição à condição colonial-capitalística (ROLNIK, 2019), a qual nos expropria da condução de nossas vidas e provoca traumas diversos:

sofrer opressão, exploração e exclusão ... produz no sujeito a experiência de que sua existência não tem valor, o que lhe gera um

intolerável sentimento de humilhação, isso tem um efeito traumático na esfera micropolítica ... Os traumas de classe, de raça e de etnia estão entre os mais graves e difíceis de superar, porque não param de se reproduzir do começo ao fim da existência do indivíduo... (ROLNIK, 2019, p. 127).

Diante dessa constatação de efeitos traumáticos, urge perguntarmos: que processos formativos estamos querendo acionar ou colocar em movimento? Começo dizendo que se trata de “processos de subjetivação”, os quais devem se estender para além de formação acadêmica, seja em Psicologia, seja em outra área. Assim, focalizamos processos formativos, sim, mas que se expandem à vida, não resumida à “vida” acadêmica, em insurreição à condição colonial-capitalística que se expande fortemente em nosso país, desde quando os colonialistas ignoraram o que se passava nestas terras, mentindo que a haviam descoberto. A partir desse momento, os invasores colonizadores, ignorando os povos e peculiaridades que nestas terras viviam, nominaram esse território livre de Brasil, que se faz em uma operação de significância a qual remete o território à árvore/madeira que deve ser explorada.

De “vazio pleno”² não capturado por uma definição, o Brasil e quem nele vive é transformado em re-cursos (naturais) a serem explorados para expansão colonialista, canalizando os cursos criativos que poderiam ter. No termo “natural” entendam-se “povos primitivos”, “ignorantes”, sem capacidade de definir seus destinos, por isso, explorados economicamente e sexualmente, sem muitas restrições, pelos colonizadores (até nos dias atuais). Os “primitivos” devem ser confinados em cadeias, periferias das cidades ou em terras muito bem demarcadas, para que de lá não ousem sair. Claro que me refiro, especialmente, aos povos indígenas e aos negros, os quais foram presos e transportados para cá, escravizados.

.....
2 Conceito criado por Lygia Clark e associado à potência criadora da vida por Rolnik (s/d.).

Os processos formativos, como operação mobilizadora, devem refazer-nos do assujeitamento colonialista, devem proporcionar estranhamentos e insurreições que mostrem a faceta, a qual também nos habita, de suposto protagonismo democrático de justos, quando o que temos sendo articulado são: (a) formas de viver excludentes e autoritárias; (b) formas de viver devotas à subserviência, ao neofascismo que une democracia e consumo de modo perverso, destruindo o universo.

Nós, revolucionários, não podemos evitar o sentimento de que perdemos todas as batalhas, uma após a outra; porque elas se deram em um plano ao qual ainda não tivemos acesso ... Isso provém em larga medida, do fato de ainda concebermos o poder na forma do Estado, de Lei, de Disciplina, de Soberania ... Procuramos o poder no estado sólido enquanto ele passou há muito tempo para o estado líquido, senão mesmo para o gasoso. (COMITÊ INVISÍVEL, 2016, p. 81).

Para destituir o poder não basta, portanto, vencê-lo na rua, dismantelar seus aparelhos, incendiar seus símbolos. Destituir o poder é privá-lo de seu fundamento. É isso o que justamente uma insurreição faz. ... Destituir o poder é privá-lo de legitimidade, é conduzi-lo a assumir sua arbitrariedade... (COMITÊ INVISÍVEL, 2016, p. 89).

Quantas vezes dizer “eu tenho direitos!” significa muito mais pedir que se reconheça o meu modo de vida como normal, fazendo-me sucumbir à minha própria normalidade, evitando insurgência? Será que não é isso que impede de fazer avançar a chamada saúde mental, a qual teima em dizer que os “normais” são os que acreditam representar o real, e “anormais” os que não têm sequer aparatos simbólicos para isso? Continuaremos com as normalizações patológicas até quando? Que processos formativos podem favorecer insurreições às nossas vidas docilizadas pela alegria da sociedade “farmacopornográfica”, que “deseja produzir regras de gestão bionormativas”? (MÉLLO, 2018, p. 129).

Não é incomum, por exemplo, constatar que alguns de nós estamos investindo em um domínio de leis/direitos, acreditando que o ser humano se contém neles. Mas essa não é a proposta que queremos colocar em movimento, porque não serão as formas jurídicas que impedirão certos modos de viver autoritários/fascistas. Por neofascismos estou entendendo modos de organizar a vida cujas ações vão sempre no sentido de construir suas propostas, destruindo, eliminando quem a elas se opor, portanto, em sentido contrário aos chamados movimentos libertários. O neofascismo é um movimento que coopta massas, constituindo um grupo de virtuosos, os quais, por se autodenominarem assim, creem que todas as suas ações de extermínio são higiênicas na limpeza do mal. Por isso, autorizam-se a matar e não hesitam em colocar milhões em vida escrava. O neofascismo aprendeu a jogar o jogo jurídico, para calar a democracia liberal e os movimentos libertários. Veja-se que, nem mesmo sob a égide de direitos, conseguimos acabar com os racismos, homofobia, violência impetrada contra mulheres, e assim por diante.

Há quanto tempo o ser humano instituiu que é proibido matar outro ser humano? E o que fizemos? Estamos nos matando e a todo o universo, em corrida suicida amparada em consumismo, antropomorfismo e gozo rápido e duradouro. Portanto, os “processos formativos” que estamos nos empenhando para colocar em movimento (os quais podemos chamar de “processos de subjetivação”) se fazem em certo direcionamento ético, que favoreça o cuidado de si e de outros: “Quais os processos de subjetivação que devemos recusar e resistir na contemporaneidade?” (SOLER, 2008, p. 579). Podemos conversar sobre eles. São eles que se farão em composições em nossas itinerâncias e grupalidades, na “reinvenção de um saber, de uma ‘ciência’ que possibilitasse o domínio de procedimentos que nos liberariam de certas formas já sedimentadas...” (BORGES, 2007, p. 88).

É importante articularmos processos formativos, de sorte que tenham efeitos de descolonização dos nossos corpos “do controle sutil de mecanismos difusos de poder que, para além mesmo dos espaços

de confinamento da escola, da fábrica, ou do manicômio, estendem suas redes de controle sobre nossos impulsos e desejos.” (BORGES, 2007, p. 87-88).

Retornando ao título, pelo óbvio, podemos notar que todos os termos-conceitos estão no plural, por conseguinte, indicando que certas itinerâncias e certas grupalidades construirão determinados processos formativos múltiplos e diversos nos constituindo. Assim, a pergunta que pode ser feita agora, para dar continuidade ao texto, é: em quais efeitos de vida ou processos de subjetivação estamos investindo? Efeitos éticos e estéticos, certamente.

Com o termo “estético”, quero dizer sobre “... um modo de articulação entre maneiras de fazer, formas de visibilidade dessas maneiras de fazer e modos de pensabilidade de suas relações, implicando uma determinada ideia da efetividade do pensamento” (RANCIÈRE, 2005, p. 13). A visibilidade estética deve fazer circular certa ética, nesse caso, a do cuidado, a qual se faz em princípios de solidariedade e amizade, que se contrapõe à gestão do outro e à imposição de padrões de prazer (MÉLLO, 2018). Essa estética-ética do cuidado precisa se fazer em arte criativa. Um exemplo é a discussão que favorecemos em bares, em zona de prostituição, sobre a violência sofrida por mulheres, usando a brincadeira “Você mete a colher?” Usamos uma panela bem enfeitada e colorida, com uma colher de pau também seguindo essa mesma estética, cujo conteúdo, ao invés do feijão, é o dia a dia de situações onde as mulheres são constrangidas e sofrem diversos tipos de violência. Sob a forma de pequenos esquetes impressos em cartões, pedimos para os homens e mulheres, nesses bares, para mexerem com a colher o conteúdo da panela e retirarem um cartão, lerem o escrito e dizerem se “metem a colher” na situação relatada.

Assim, de forma esteticamente divertida, buscamos discutir a ética que circula no cotidiano de cada um de nós, questionando sobre nossa solidariedade em situações conflituosas, se devemos ou não “meter a colher”. Trata-se de processo formativo para as/os estudantes, bem como para donas/os de bares e motéis, clientes e prostitutas do terri-

tório onde executamos um projeto de extensão universitária (“Cuida! Práticas Integradas de Cuidado com Trabalhadoras do Sexo da Barra do Ceará”). Há uma composição que envolve conceitos em rede, em busca de certo efeito de visibilidade (estética) de situações de violência a serem questionadas (ética), que estabelece uma relação de parceria com quem cuidamos, na qual o foco não é o sexo ou prostituição, mas o falar franco sobre alegrias e sofrimentos advindos das nossas relações cotidianas permeadas por regimes de viver colonialistas e, também, éticas insurgentes como as propostas pelo Projeto.

Explicito que pode haver dificuldades no uso do termo “formação”, porque pode ser associado a perspectivas contrárias às defendidas neste texto. Dentre elas, por exemplo, o fato de que devemos ter uma formação específica, controlada, direcionada, com um currículo que privilegie certo caminho e, assim, veicularmos concepções dogmáticas e autoritárias. E tudo isso dá a ilusão de que, após “formados”, portanto, batizados na ciência, acabou-se a criatividade; como se, depois de formados, em um curso universitário, por exemplo, devêssemos colocar em prática o que aprendemos, com aplicação de teoria a uma “realidade” inerte. Ora, isso se assemelha ao “poder pastoral”, um regime jurídico-político caracteristicamente moderno, bem descrito por Foucault (2008), numa intrincada relação de regimes de verdade que nos impõem irmos atrás de confessarmos quem somos: dizer a verdade sobre nós mesmos. No caso de certa formação “pastoral”, teríamos o batismo advindo de uma profissão, após a penitência de uma formação, a qual nos retira a transgressão crítica a ela, como se devêssemos ter consciência ou usar a razão iluminada por meio das teorias que incorporamos. Um círculo vicioso tão comum em formações pastorais científicas: obediência cega a mestres endeusados e suas escolas.

“O pastorado preludia a governamentalidade ... pela constituição tão específica de um sujeito ... que é sujeitado em redes contínuas de obediência, de um sujeito que é subjetivado pela extração de verdade que lhe é imposta” (FOUCAULT, 2008, p. 243). A formação pasto-

ral coloca a vida em uma moldura, a qual lhe impede a expansão. O inverso, em reação reativa e insurgente, em processos de experimentação e criação, seria perguntar: o que “aprendemos” favorece a vida fluir ou favorece uma postura virtuosa de que, com nossas teorias, entenderemos o mundo e os sofrimentos humanos, sem cartografar os rizomas que nos constituem?

Claro que não vou falar do óbvio, que é entendermos o nosso constante “processo formativo”. Contudo, vale questionar a nossa compreensão de “processo formativo”. A impressão que tenho é que, primeiro, todo mundo vai dizer que a formação é contínua, assim como a socialização, mas, “na real”, muitos entendem que o tal processo formativo, ou os modos de subjetivação, são como um bloco de concreto de saberes que vamos ficando no solo arenoso da vida e só vamos encompridando o bloco, como um totem, até que ele tomba pesado e se quebra, com a nossa morte. Essa história dos processos formativos ou modos de subjetivação está muito arrumada. E, se pensarmos os nossos processos de viver, como conexões múltiplas e tanto infinitas quanto a criatividade humana? Será que as universidades, de maneira geral, favorecem criatividade? Que conexões as universidades, ainda mergulhadas no moderno, propõem?

Discutido o conceito de “processos formativos”, podemos conversar sobre “itinerância”. Trata-se de uma palavra que propõe movimento. Aprendendo um pouco com filósofos, como Ailton Krenak (líder indígena) e Nietzsche (líder de filósofos), ao manter os termos “Itinerâncias, Grupalidades e Processos Formativos” articulados para certo movimento, estou me alinhando aos que preconizam que a vida está além do humano, que os humanos não têm de habitar todos os recantos da Terra e do Universo, como se dela fossem donos. Por conseguinte, as itinerâncias dos humanos, no sentido de circular por todo o Universo, deveriam ter os limites da vida universal. O critério ético é que a vida universal flua, isso quer dizer que temos de cair “na real”: que a vida, constituída para além do humano, morre quando os perversos humanos chegam. O humano demasiado humano não

aprendeu a morrer, para que outros vivam; o humano demasiado humano não aprendeu que, não poucas vezes, sua ausência permite que o mundo não morra. Ao contrário, o humano demasiadamente humano se sente tão à imagem e semelhança de um criador, que se acha deus e se quer fazer onipresente, como humano-deus-do-universo.

Nossa itinerância, que também pode ser chamada de nomadismo, não se refere unicamente a deslocamentos espaciais; nosso nomadismo não se esgota na “materialidade física”, porém, é um nomadismo ético. Os deslocamentos do humano se fazem em multiplicidades de agenciamentos com não-humanos, e o mote ético que deve prevalecer é de cuidar de si e de outros, para que toda a vida universal continue fluindo.

Sobre as “grupalidades”, o termo também propõe movimento, na medida em que abandona a noção identitária de grupo, porque esta se faz em contornos estáticos, ou seja, considera um grupo como reunião de indivíduos. A perspectiva de grupalização que defendo se constrói na ética de movimentar a vida em inter-relações (ou em redes), e o grupalizar se faz em certos rizomas³ que se constituem de modo aberto ao inusitado. É essa grupalização que estou propondo no texto, em articulação aos processos formativos: abertura ao inusitado, guiados por princípios éticos libertários.

Em continuidade a essa discussão, vou me valer da dissertação de mestrado de Janaína Mariano César (2008), orientada por Eduardo Henrique Passos Pereira, que adota “grupalidades” como “o fora do grupo”. Um grupo se ensimesma tal como um sujeito, por se constituir no fluxo moderno que entende a constituição das coisas (humanas e não humanas) em repetições padronizadas. Por exemplo, nós nos achamos um sujeito, porque repetimos o que supomos nos caracterizar (o mesmo acontece com um grupo). A repetição, como bem nos ensinou Deleuze (1988), se torna nossa maneira de viver. Mas uma grupalização se faz em um fora do grupo, ou seja, se faz em um plano de composições heterogêneas, múltiplas e dinâmicas. Podemos chamar essas composições de “poéticas grupais”:

Entra em cena uma ética da atenção e do cuidado, nas composições grupais que realizamos, ética que busca a intensificação da potência da vida. Relações grupais afetivas possibilitam a visualização de territórios existenciais alegres e não patologizantes. O que está em pauta é produzir uma vida para as diferenças. (GALINDO; MOURA; MÉLLO, no prelo)³.

Os conceitos-termos “itinerâncias” e “grupalidades” devem ser relacionados a “processos de subjetivação” que nos compõem. Ora, o que temos de compreender é que os processos formativos - isso serve pra todos nós - **se fazem em itinerâncias e grupalidades**, em outras palavras, os processos formativos, concebidos como modos de subjetivação, se fazem em redes relacionais móveis. Essa mobilidade e fluidez também se faz em função de certa ética. Sobre isso me deterei agora.

Se a universidade se constitui como centro antropomórfico do humano virtuoso e propõe processos formativos universais assim baseados, está se prestando a formar pessoas para destruírem vidas que “não importam”. E quais as vidas que não importam? As dos nômades, daqueles que não têm carteirinha de filiação às correntes de pensamento autorizadas pela tradição filosófica moderna judaico-cristã ou pelos neofascistas cotidianos. Desde a cultura grega, que nos formou pela via dessa tradição filosófica, temos essa compulsão de achar que o mundo todo tem características humanas e é a partir dessas características que classificamos tudo, nós mesmos e os deuses, a quem atribuímos “sentimentos humanos”. Por isso, certos deuses autorizam o extermínio de outros abjetos, os quais não se restringem a algum gênero, a sexo ou heteronormatividade, mas se relacionam a todo tipo de corpos cujas vidas não são consideradas importantes (BUTLER, 1993, 2003).

São regimes de vida que incidem sobre corpos e modos de viver, em geral, impedindo nomadismos insurgentes. Por exemplo, criam ruas

.....
3 GALINDO, Dolores; MOURA, Morgana; MÉLLO, Ricardo Pimentel. **Poéticas grupais em Psicologia e Arte**: relatos de experiências. (no prelo)

bem traçadas nas cidades, para que não sejamos nômades, do mesmo modo que propostas teórico-metodológicas em processos formativos pastorais, as quais, como diria Suely Rolnik, “cafetinam” a vida, a fim de que se fixe na produção de uma certa política de subjetivação colonial-capitalística (ROLNIK, 2019). É da casa para o trabalho ou escola, da casa para os *shoppings* e para os bares, esvaindo a potência vital de cada um e de todos. Aliás, os bares se incluem na rede que nos aprisiona, tornando o uso da bebida aparente ponto de fuga do aprisionamento de nossos corpos ao mundo robotizado do trabalho e da vida puritana, todavia, ao contrário, geralmente, são pontos de venda de docilidade que obstrui insurreições micropolíticas. Até nosso lazer se aprisiona em regras sem devires.

A nossa itinerância tem a distância do sinal de nossos celulares. Não vamos aonde não houver sinal de GPS, ou só vamos aonde a empresa de celular apontar. Como os sinais de celulares avançam sobre todos os recantos, ampliamos nosso mundo, mas sem itinerâncias ou nomadismo, porque presos a modos de viver que nos controlam. A itinerância nômade não se refere a mudar de lugar para captar o sinal de celular. A sensação de itinerância que certas forças querem que tenhamos é exatamente essa: a de mudança de algo que se presta a manter tudo como está. Repetem-se modos de viver que se copiam e se propagam pelas ondas macro e micropolíticas, partindo do centro móvel colonial capitalístico o qual se instala como camisa-de-força em cada um de nós.

Já discorri sobre os processos formativos em itinerâncias e grupali-dades; resta finalizar o texto, abordando as transversalizações, advindas do cuidado de si e do outro, unindo ações macro e micropolíticas (sem binaridades).

Primeiro, um quadro do que enfrentamos. Vejam as propostas de “mudanças”, chamadas de reformas, que vimos circular em meios midiáticos: sem constrangimentos, estão acontecendo para acomodar a situação na mesmice de sempre. Mudam a posição, sem mudar posicionamentos: (a) os empobrecidos deverão continuar em seus lugares de empobrecidos (e, se for nortista ou nordestino, nem precisa estudar

filosofia, como declarou certo ministro); (b) os negros continuarão, no máximo, a estudar ciências agrárias, para permanecerem pegando na enxada de “maneira sofisticada”. Tudo para que o eufemismo mercado cresça segundo cálculos de consumo de produtos. Ou seja, sem eufemismos, o tal mercado é feito de pessoas que sempre ganharam e vão continuar ganhando a qualquer custo: pessoas que dividem prejuízos sempre e lucros nunca, e que destroem em consequência das suas atividades (mineradoras, agronegócios, indústrias químicas etc.). Se esses exemplos não constituem perversão, o que são, então? Vemos o desvio de códigos aceitáveis de gozo: nesse caso, o “mercado” goza com a miséria, recusando a realidade de fome e miséria que se expande proporcionalmente aos seus lucros.

Que modos de resistência temos para ativar, senão insurgências em vários níveis que se entrecruzam nas éticas e estéticas de existência: política, clínica, arte, ciência?

Trata-se de uma busca por “curar “a vida o mais possível de sua impotência, seqüela de seu cativeiro na trama relacional do abuso que aliena a subjetividade das demandas vitais e mantém o desejo refém do regime dominante... (ROLNIK, 2019, p. 138).

Cuidar de si e de outros, investindo nas potencialidades que acompanham cada existência, em particular a dos “seres virtuais”. Estes, sobre os quais o filósofo David Lapoujade (2017) se deteve, podem ser entendidos menos como sujeitos individuais e mais como expectativa ou exigência de realização de potenciais modos de viver, os quais estão nos transversalizando em busca de espaço. Isso significa deixarmos de viver alguns modos como meras possibilidades, mas existirmos – apesar de:

[...] uma das coisas que aprendi é que se deve viver apesar de. Apesar de, se deve comer. Apesar de, se deve amar. Apesar de, se deve morrer. Inclusive muitas vezes é o próprio apesar de que nos empurra para a frente. Foi o apesar de que me deu uma angústia

que insatisfeita foi a criadora de minha própria vida. (LISPECTOR, 1993, p. 26).

Seguindo a linha proposta por Clarice Lispector, entrecruzando éticas e estéticas de existência da arte e ciência, cabe fazermos a nós mesmos a pergunta que consta no livro **A Hora da Estrela**: “Quem já não se perguntou: sou um monstro ou isto é ser uma pessoa?” (LISPECTOR, 1998, p. 15). Para alguns, ser monstro é padrão para ser pessoa. Estamos tratando de políticas de subjetivação, e cabe a pergunta: que processos formativos estéticos e éticos estamos favorecendo, com nossas itinerâncias e grupalidades? Monstros neofacistas? Seres virtuais?

Em um texto publicado há alguns bons anos atrás, em parceria com Angela Di Paolo, escrevemos:

Subjetivações se edificam em discursos, em relações de enunciação, mas não se restringem a eles. É necessário compreender que regulamentos de conduta são engendrados nesses discursos; que práticas e técnicas, autoridades, lugares, posições e aparatos constituem regimes de subjetivação e gerência de práticas. (MÉLLO; DI PAOLO, 2007, p. 135).

A itinerância nômade se faz no que se inventa: que máquina temos de fabricar, para que certas possibilidades de modo de viver fluam? Seja qual for a máquina criativa, também vale lembrar que elas têm prazo de validade e precisamos nos re-inventar. Ou, como nos diz o teatrólogo José Celso Martinez Corrêa, no documentário *Evoé*⁴: “Você não pode resistir a nada. Você tem que re-existir. Morrer e renascer”

.....
4 O filme *Evoé* documentário ficcional sobre José Celso Martinez Corrêa, está disponível no Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=ZxkCQ7Nr4yU> ou em <https://youtu.be/P6mcoxsd2o?t=1h9m50s>

Referências

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Tradução de Alfredo Bosi. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BORGES, Sonia. Antonin Artaud: arte e estética da existência. **Psicanálise & Barroco**, v. 5, n. 2, p. 85-94, dez. 2007.

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan**: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”. Buenos Aires: Paidós, 1993.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CÉSAR, Janaína Mariano. **Processos grupais e o plano impessoal: a grupalidade fora no grupo**. 2008. 92f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

COMITÊ INVISÍVEL. **Aos nossos amigos - Crise e insurreição**. São Paulo: N-1, 2016.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e Repetição**. Tradução de Luiz Orlandi e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 5. São Paulo: Editora 34, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GALINDO, Dolores; MOURA, Morgana; MÉLLO, Ricardo Pimentel. **Poéticas grupais em Psicologia e Arte**: relatos de experiências. (no prelo).

LAPOUJADE, David. **As Existências Mínimas**. São Paulo: N-1, 2017.

LISPECTOR, Clarice. **Uma Aprendizagem ou o Livro dos Prazeres**. 17. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993.

LISPECTOR, Clarice. **A hora da estrela**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

MÉLLO, Ricardo Pimentel; DI PAOLO, Angela Flexa. Subjetivações, identidades e o linguajar. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, UERJ, v. 7, n. 3, p. 131-142, 2007.

MÉLLO, R. P. **Cuidar? De quem? De quê?** A ética que nos conduz. Curitiba: Appris, 2018

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política**. Tradução de Mônica Costa Netto. São Paulo: Editora 34, 2005.

ROLNIK, Suely. **Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada**. São Paulo: N-1, 2019.

ROLNIK, Suely. **Molda-se uma alma contemporânea: o vazio-pleno de Lygia Clark**. Recuperado de http://caosmose.net/suelyrolnik/pdf/molda_com_resumo.pdf

SOLER, Rodrigo D. de Vivar y. Uma história política da subjetividade em Michel Foucault. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 20, n. 2, p. 571-582, jul./dez. 2008.

Sobre os(as) autores(as)

Adelle Conceição do Nascimento Souza (adellenascimento@gmail.com)

Mestra em psicologia social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com foco nos estudos sobre mulheres negras, racismo e proibição das drogas. Psicóloga. Sanitarista.

Aline Lopes de Santana (aline.santana.aline@gmail.com)

Mestra em Psicologia – UFAL - Docente do curso de Psicologia da Faculdade Pitágoras (Maceió).

Benedito Medrado (beneditomedrado@gmail.com)

Doutor em Psicologia social pela PUCSP, com pós-doutoramento da UAB/Espanha e UFPA/Pará. Docente dos cursos de Graduação e Pós-graduação em Psicologia da UFPE. Coordenador do Núcleo Feminista de Pesquisas em Gênero e Masculinidades da UFPE. Bolsista Produtividade CNPq.

Carmem Plácida Sousa Cavalcante (carmempscavalcante@gmail.com)

Doutoranda e Mestra em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGSI) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Claudiene Santos (claudienesan@gmail.com)

Doutora em Psicologia FFCLRP/USP da Universidade de São Paulo, com Pós-doutoramento em Comunicação/Universidade Complutense de Madrid. Docente da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Líder do Grupo de Pesquisa Gênero, Sexualidade e Estudos Culturais- GE-SEC/UFS/CNPq.

Elaine de Jesus Souza (elaine.js.sd@hotmail.com)

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Professora Adjunta do Instituto de Formação de Educadores (IFE) da Universidade Federal do Cariri (UFCA). Integrante do Grupo de Pesquisa Gênero, Sexualidade e Estudos Culturais- GE-SEC/UFS/CNPq.

Fernanda Fernandes Gurgel (fernandafgurgel@hotmail.com)

Doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professora Adjunta da Faculdade de Ciências da Saúde do Trairí (FACISA/UFRN) e pesquisadora associada do grupo de pesquisa Inter-Ação Pessoa-Ambiente (GEPA).

Fernanda Rebouças

Mestra em Gestão da Clínica Universidade Federal de São Carlos. Psicóloga do Núcleo/Ampliado de Apoio a Saúde da Família da Secretária de Saúde de Salvador.

Guilherme Paim Mascarenhas (guipaimm@gmail.com)

Doutorando em Psicologia pela UFRN. Mestra em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Ilana Lemos de Paiva (ilanapaiva@hotmail.com)

Doutora pelo Programa Integrado de Pós-graduação em Psicologia Social da UFRN/UFPB. Professora Associada do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Jefferson de Souza Bernardes (jefferson.bernardes@ip.ufal.br)

Doutor em Psicologia Social – PUCSP; Docente do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

João Batista Alves

Psicólogo, Residente em Saúde Mental da Residência Multiprofissional em Saúde da Universidade do Estado da Bahia.

Jorge Luiz da Silva (jorgew.lds@gmail.com)

Doutorando e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Especialista em Saúde Mental pelo Programa de Residência Multiprofissional da Universidade de Pernambuco – UPE. Pesquisador do grupo de pesquisas do CNPq Gênero e Masculinidades – Gema/UFPE. Psicólogo.

Jorge Lyra (jorgelyra@gmail.com)

Doutor em Ciências (Saúde Pública) pela FIOCRUZ (Pernambuco). Mestre em Psicologia Social pela PUCSP. Professor dos cursos de Graduação e Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Um dos fundadores do Instituto Papai. Líder do grupo de pesquisas do CNPq Gênero e Masculinidades – Gema/UFPE. Psicólogo e Bacharel em Psicologia pela UFPE.

Lauriston de Araújo Carvalho (lauristonac@hotmail.com)

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Leila Grave

Psicóloga do Núcleo/Ampliado de Apoio a Saúde da Família da Secretária de Saúde de Salvador. Especialização em Saúde da Família pela Universidade Aberta do SUS.

Leonardo Víctor de Sá Pinheiro (leonardopinheiro@hotmail.com)

Doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professor Adjunto da Universidade Federal do Piauí (UFPI/CAFS).

Marcela Montalvão Teti (marcelateti@gmail.com)

Doutora em Psicologia (UFRJ), Mestra em Psicologia (UFSC), Graduada em Psicologia (UFS), professora de Psicologia e Psicóloga Escolar, da Faculdade São Luís de França (Grupo Tiradentes), coordenadora do Núcleo Sergipe da ABRAPSO e vice-presidente da Regional Nordeste da ABRAPSO.

Maria Auxiliadora Teixeira Ribeiro (maria.ribeiro@ip.ufal.br)

Doutora em Psicologia Social, PUC- SP, professora associada da Universidade Federal de Alagoas, desenvolve pesquisas sobre práticas psicológicas no âmbito das políticas públicas, problematizando-as numa perspectiva ética e política.

Mônica Lima (molije@hotmail.com)

Doutorada e Mestra em Saúde Coletiva, com pos-doutoramento em Psicologia Social. Professora Associada III da UFBA, Psicóloga.

Nara Fernandes Lúcio (narafernandeas@gmail.com)

Mestra e doutoranda em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Nilton Santos da Silva

Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas, psicólogo efetivo da Secretaria Municipal de Assistência Social de Maceió, atuando em diversos Centros de Referência da Assistência Social, desde 2008.

Raquel Farias Diniz (raqueldiniz.ufrn@gmail.com)

Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professora Adjunta do Departamento de Psicologia da UFRN e pesquisadora associada do grupo de pesquisa Inter-Ações Pessoa-Ambiente (GEPA).

Ricardo Pimentel Mélo (ricardopmello@gmail.com)

Doutor em Psicologia Social; docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará.

Tabita Aija Silva Moreira (tabita.smoreira@gmail.com)

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Universidade Federal do Rio Grande do Norte com bolsa de pesquisa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Tadeu Mattos Farias (tadeumattos@gmail.com)

Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Pós-Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Goiás (PPGP/UFG).

Vivian Matias dos Santos (vivianmsa@yahoo.com.br)

Doutora em Sociologia. Docente do curso de graduação em Serviço Social e da Pós-graduação em Psicologia da UFPE. Coordenadora do HYPATIA – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero, Ciência e Cultura da UFPE. Assistente Social.

Wendell Rhamon dos Santos de Jesus Silva (wendell.rhamon@hotmail.com)

Mestrando (Bolsista Capes) no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED-UFS), linha de Pesquisa: Educação, Comunicação e Diversidade, Licenciatura em Ciências Biológicas (UFS).